

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO
NÍVEL: DOUTORADO

**POLÍTICAS FEMINISTAS E OS FEMINISMOS NA POLÍTICA:
O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
(1985-2005)**

Volume I

FABRÍCIA FALEIROS PIMENTA

**BRASÍLIA, DF
2010**

FABRÍCIA FALEIROS PIMENTA

**POLÍTICAS FEMINISTAS E OS FEMINISMOS NA POLÍTICA:
O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
(1985-2005)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a aprovação do título de Doutora em História, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina M. T. Stevens.

**BRASÍLIA, DF
2010**

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FABRÍCIA FALEIROS PIMENTA

POLÍTICAS FEMINISTAS E OS FEMINISMOS NA POLÍTICA:
O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER
(1985-2005)

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília aprovada em 22 de Dezembro de 2010 como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História.

Comissão Examinadora

Cristina Maria Teixeira Stevens
UnB/IH/PPGHIS
Orientadora

Vanessa M. Brasil
UnB/IH/PPGHIS

Flávia Millena Biroli Tokarski
UnB/IPOL

Liliane Maria Macedo Machado
Universidade Católica de Brasília

Maria do Carmo Godinho Delgado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Susane Rodrigues de Oliveira
UnB/IH/PPGHIS

*À Profa. Diva, por abrir as portas,
À Profa. Cristina, por acender as luzes.*

AGRADECIMENTOS

Certa vez li um texto, não me recordo onde, que dizia que o bom professor não é aquele que sabe mais, mas aquele que consegue fazer com que seu aluno aprenda mais. Ao longo do doutorado, entendi que essa idéia pode ser ampliada. Um bom professor é aquele que não menospreza o progresso do aluno, mesmo quando este parece pequeno; é aquele que sabe dosar os obstáculos para não desanimar e desmotivar seu orientando. Mais que um aprendizado sobre teorias, conceitos, paradigmas e paradoxos, aprendi com a minha orientadora, Profa. Dra. Cristina Maria Teixeira Stevens, que existem pessoas que passam por nossas vidas para nos ensinar como não devemos ser e existem pessoas que ficam em nossas vidas para nos ensinar como devemos ser. Obrigada, Profa. Cristina, por me ensinar como eu devo ser e agir para com o próximo. Agradeço ainda por acreditar em mim, pelas leituras atentas, pelas contribuições pontuais e por sua disponibilidade ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Sem sua confiança no meu potencial e sem seu incentivo sempre indicando a direção a ser tomada nos momentos de maior dificuldade certamente essa tese não teria sido escrita.

Antes de lembrar das pessoas que muito me ajudaram, presto uma homenagem à memória de meu pai, Luiz Aurélio Pimenta, cuja ausência é sentida a cada minuto de minha vida. Obrigada, pai, por me deixar a única herança que ninguém pode me tirar: o estudo.

Embora uma tese de doutorado seja - pela sua finalidade acadêmica - um trabalho individual, muitas pessoas contribuíram para que o desenvolvimento e a conclusão desta pesquisa fossem possíveis. Foram diversas as que me ajudaram e são pessoas que não podem e nem devem deixar de ser lembradas. Por essa razão, expresso os meus sinceros agradecimentos:

- À minha mãe e às minhas irmãs Flávia e Francele pelo amor, apoio, amizade e compreensão sempre manifestados apesar do 'débito' de atenção;
- Ao João Vitor e Leonardo, meus sobrinhos-afilhados muito amados que, apenas com um sorriso, sempre me motivaram a seguir adiante;
- Ao Marquinhos, pelos cafés da manhã e pelas palavras de carinho e conforto;
- Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos, benefício sem o qual esse curso não teria sido realizado;
- À Beth Saar e Sônia Malheiros Miguel, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, que desvelaram novas perspectivas para o foco de minhas pesquisas;

- Às ex-presidentas do CNDM Jacqueline Pitanguy, Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli, Anna Guasque, Cátia Maria Soares de Vasconcelos, Herilda Balduino de Souza, Rosiska Darcy de Oliveira, Solange Bentes Jurema e a atual presidenta, Ministra Nilcéa Freire, por aceitarem ser entrevistadas e contribuírem de modo ímpar para os esclarecimentos sobre suas trajetórias no Conselho;

- Em especial agradeço à Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli, Cátia Maria Soares de Vasconcelos e Solange Bentes Jurema pela extraordinária receptividade e pela generosidade em abrir seus arquivos pessoais e ceder centenas de documentos e fotos para o enriquecimento de minhas análises;

- Aos meus colegas de doutorado Silvéria Santos e Thiago SantAnna por compartilharem comigo momentos de alegrias e de angústias;

- Aos amigos da Revista *Em Tempo de Histórias* Émerson Dionísio, Diana Geber, Guilherme Barbosa e Lea Carrer. Ao trabalhar no corpo editorial desta Revista tive a grata oportunidade de conhecer o Prof. Anderson Batista de Melo, que se tornou meu amigo-irmão;

- Ao Anderson Batista de Melo pelos sábios conselhos, compreensão, amizade, paciência, cuidado e generosidade dispensados a mim nos últimos anos;

- Aos colaboradores e ao Conselho Editorial da *Hinterlândia* pela força e estímulo;

- À todos os professores do Programa de Pós-graduação em História, especialmente Prof. Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins, Profa. Dra. Albene Mirian F. Menezes, Prof. Dr. Antônio José Barbosa, Profa. Dra. Cléria Botelho da Costa e Profa. Dra. Vanessa M. Brasil, pelos aconselhamentos e orientações, além das palavras de incentivo e motivação;

- Às professoras Tânia Navarro-Swain e Diva do Couto Gontijo Muniz pelas contribuições teórico-metodológicas;

- Às professoras do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília Marilde de Loiola Menezes e Flávia Birolli pela participação na qualificação deste trabalho e por suas valiosas sugestões;

- À todos os funcionários do Programa de Pós-graduação em História e do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT/UnB) que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho;

Por fim, um grande “obrigada” aos amigos que estiveram presentes em momentos importantes dessa minha trajetória: Adriano Vivan, Alessandra Lisboa, Alice Damasceno, Aline Hidaka, Átila Rabelo, Cláudia Cardoso, Cláudio Souza, Grasiela Pereira, Isabela Velasque, Izabel Silva, Leonice Bispo Lisboa, Marina Dessen e Rosângela Lameira.

“Desta lenta gestação, vão nascer inesperados frutos. Não terminou a aventura da qual participei apaixonadamente: a dúvida, os reveses, o aborrecimento, marcar passo, em seguida a luz entrevista, uma esperança, uma hipótese confirmada. Depois de semanas e de meses de ansiosa paciência, a embriaguez do êxito.”

Simone de Beauvoir, em *A idade da discrição*

Por que ser feminista?

Anabela Santos¹

A questão salta de boca em boca, conspira aqui e acolá, e levanta-se com regularidade:

Por que ser feminista?

Ser feminista não é um defeito, não é um equívoco, não é um acaso.

Ser feminista não é um capricho, uma vaidade, um atributo de uma elite.

Ser feminista não é uma fantasia ou coisa de mulher frustrada.

É-se feminista por necessidade.

É-se feminista por obrigação.

Como?

Porquê?

Eu explico.

Que posição adotar numa sociedade que segrega parte do seu corpo constituinte?

Como erradicar os resquícios patriarcais que vivificam a hegemonia do falo na atualidade?

De que modo poderemos nos transformar em indivíduos construtores de uma estrutura social mais equitativa, justa e inclusiva?

A resposta para as questões anteriores é apenas uma: ser feminista.

A impregnação de uma atitude feminista nas ações e percepções individuais/coletivas confluem irrefutavelmente para a reedificação de modelos de sociabilidade menos discriminatórios, mais iguais.

Todas e todos serão beneficiados.

Ser feminista faz parte da construção humana e social!

O feminismo – atravessado por múltiplas correntes e pensares – não é coisa de mulher.

Os seus propósitos dizem respeito a todos e a todas porque a edificação de uma sociedade mais livre, justa e equitativa beneficia mulheres e homens.

É necessário expandi-lo, revigorá-lo e assumi-lo.

¹ Com adaptações. Disponível em: <http://feministactual.wordpress.com/2008/07/03/porque-ser-feminista/> Acesso em Maio de 2009.

LISTA DE SIGLAS

ABMCJ - Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica
ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
AC - Acre
AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AL - Alagoas
AM - Amazonas
AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros
ANC - Assembléia Nacional Constituinte
ANMTR - Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
ANPUH - Associação Nacional de História
ARENA - Aliança Renovadora Nacional
ART. - Artigo
AWID - Association for Women's Rights in Development
BA - Bahia
B.H - Belo Horizonte
CCDM - Conselho Cearense de Direitos da Mulher
CDMB - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CE - Ceará
CECF - Conselho Estadual da Condição Feminina
CEDAW - Committee on the Elimination of Discrimination against Women
CEDIM - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CLADEM - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMB - Confederação das Mulheres do Brasil
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNPM - Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONAMI - Congresso Internacional do Mercado Imobiliário

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSW - Commission on the Status of Women
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAS - Direção e Assessoramento Superior
DEAM - Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher
DF - Distrito Federal
DIU - Dispositivo Intra-Uterino
DOU- Diário Oficial da União
DST's - Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECO-92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
EFG - Estudos Feministas e de Gênero
ESAF - Escola Superior de Administração Fazendária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Food and Agriculture Organization of The United Nations
FBPF - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FEDM - Fundo Especial dos Direitos da Mulher
FENATRAD - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GTEDEO - Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação
GO - Goiás
HPV - Human Papiloma Vírus
IDAC - Instituto de Ação Cultural
IFAD - International Fund for Agricultural Development
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ILO - International Labour Office
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MFPA - Movimento Feminista pela Anistia
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária
MJ - Ministério da Justiça
MP - Medida Provisória

MRE - Ministério das Relações Exteriores
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG's - Organizações Não-Governamentais
ONU - Organização das Nações Unidas
OPAS - Organizacion Panamericana de La Salud
PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PB - Paraíba
PBW - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PE - Pernambuco
PFL - Partido da Frente Liberal
PI - Piauí
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNDH - Plano Nacional de Direitos Humanos
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA - Plano Plurianual
PR - Paraná
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REDEFEM - Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas
REM - Reunião Especializada da Mulher do Mercosul
RJ - Rio de Janeiro
RO - Rondônia
RR - Roraima
RS - Rio Grande do Sul
SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDIM - Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher
SIADEMA - Sistema de Integração, Assistência e Defesa da Mulher Advogada

SP - São Paulo

SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUS - Sistema Único de Saúde

UBM - União Brasileira de Mulheres

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

US\$ - Dólar Americano

UNESCO - United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

UNICEF - United Nations Children's Fund

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

RESUMO

O presente trabalho tem como foco o estudo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão governamental criado em 1985 para promover e estimular a participação do segmento feminino da sociedade civil junto ao governo federal. Procuramos entender como o contexto histórico-político influenciou a atuação política das ex-presidentas do Conselho, mulheres que foram protagonistas da história do CNDM e principais articuladoras das demandas feministas junto ao governo federal. Os limites cronológicos desta tese têm como recorte temporal a abrangência de atuação do CNDM em 20 anos: de 1985, data da criação deste órgão, a 2005, ano em que completa vinte anos de existência e resistência. O objetivo central consiste em conhecer os processos de criação, constituição e articulação do CNDM como cenário de interlocução entre Estado e sociedade civil, para entender se este espaço público foi criado para ser um instrumento de controle, estrategicamente concebido pelo aparato governamental para esvaziar o impacto dos movimentos feministas e de mulheres.

Palavras-chave: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, movimentos feministas, políticas públicas.

ABSTRACT

This work focuses the National Council of Woman's Rights (CNDM), government agency created in 1985 to promote and encourage the participation of the female segment of the civil society with the federal government. We seek to understand how the historical and political contexts influenced the political activities of the former presidents of the CNDM, women who were protagonists of the story of the CNDM and most important articulators of the feminist's demands by the federal government. The chronological limits of our research in this thesis covers the activities developed by CNDM in 20 years: of 1985, date of the creation of this Council, until 2005, when it completes twenty years of existence and resistance. The central objective is to understand the processes of creation, establishment and articulation of the CNDM as set for dialogue between Federal State and civil society, to understand if this public space was created to be an instrument of control, strategically designed by the governmental apparatus to empty the impact of the feminist's movements and women's movements.

Keywords: National Council of the Woman's Rights, feminist's movements, public policy.

RESUMEN

Este trabajo se centra en el estudio del Consejo Nacional de Derechos de la Mujer (CNDM), una agencia gubernamental creada en 1985 para promover y fomentar la participación del segmento femenino de la sociedad civil con el gobierno federal. Tratamos de entender cómo la influencia histórica y política, y el significado de las actividades políticas de los ex presidentes del Consejo, las mujeres que fueron protagonistas de la historia y principales CNDM enlazadoras de las demandas feministas por el gobierno federal. Los límites cronológicos de esta tesis son como un tiempo para llegar a acción del CNDM en 20 años: 1985, fecha de constitución de este órgano, hasta 2005, año en que completó veinte años de existencia y resistencia. El objetivo central es comprender los procesos de creación, constitución y articulación de CNDM telón de fondo para el diálogo entre el Estado y la sociedad civil, para entender si este espacio público fue creado para ser un instrumento de control, estratégicamente diseñado por el aparato gubernamental para vaciar el impacto de las feministas y las mujeres.

Palabras clave: Consejo Nacional de Derechos de las Mujeres, los movimientos feministas, las políticas públicas.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1	
Estudos Feministas e de Gênero e o campo historiográfico.....	16
1.1 Cartografia dos Movimentos Feministas – uma trajetória política.....	18
1.1.1 Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas	18
1.1.2 Uma cartografia dos movimentos feministas no Ocidente.....	19
1.1.3 Movimentos Feministas no Brasil.....	26
1.2 Estudos Feministas e de Gênero e o campo historiográfico – um caminho intelectual	44
1.2.1 Uma epistemologia feminista: Estudos Feministas e de Gênero	44
1.2.2 Estudos Feministas e de Gênero: olhares historiográficos.....	52
Capítulo 2	
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM	63
2.1 Cenário político-social antecedente à criação do CNDM.....	64
2.2 CNDM: avanços e retrocessos	74
1º. Fase: 1985-1990 – Efervescência e materialização	76
2º. Fase: 1990-1995 – Engessamento e resistência	113
3º. Fase: 1995-2003 – Reestruturação e fortalecimento.....	127
4º. Fase: 2003-2005 – O surgimento de um “novo” Conselho	155
Capítulo 3	
Políticas Feministas e os Feminismos na política: reflexões sobre o CNDM	168
3.1 Políticas feministas: relações de força e entraves na atuação do CNDM....	168
3.2 Os feminismos na política: consciência crítica e visibilidade pública.....	178
Considerações Finais – Realizações e desafios	183
Referências Bibliográficas.....	186
Livros e artigos impressos.....	186
Fontes eletrônicas	193
Relatórios	195
Legislação.....	196
Apêndices.....	198
Entrevistas	198
1. Jacqueline Pitanguy.....	199
2. Sylvia Auad.....	218
3. Anna Guasque	228
4. Cátia Vasconcelos	232
5. Herilda Balduino	251
6. Rosiska Darcy de Oliveira	271
7. Solange Bentes Jurema	284
8. Nilcea Freire.....	304

Introdução

O presente trabalho está organizado em dois volumes. O primeiro volume apresenta o corpo da tese, que tem como foco o estudo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), órgão governamental criado em 1985 para promover e estimular a participação do segmento feminino da sociedade civil junto ao governo federal. O CNDM¹ também é responsável pelo planejamento, articulação e proposição de parte das políticas públicas² para as mulheres, por meio do encaminhamento institucional de demandas dos movimentos feministas e de mulheres. O segundo volume desta tese apresenta os anexos - reprodução de diversos documentos, relatórios, fotografias e recortes de jornais - que subsidiaram a elaboração deste estudo.

Os objetivos centrais desta tese são conhecer os processos de criação, constituição e articulação do CNDM como cenário de interlocução entre Estado e sociedade civil, para entender se este espaço público foi criado para ser um instrumento de controle, estrategicamente concebido pelo aparato governamental para esvaziar o impacto dos movimentos feministas e de mulheres. Buscamos também entender como o contexto histórico-político influenciou a atuação política das ex-presidentas do Conselho, mulheres que foram protagonistas da história do CNDM e principais articuladoras das demandas femininas junto ao órgão que deveria ser um instrumento efetivo e eficaz³ de promoção de políticas públicas para as mulheres.

Os limites cronológicos desta investigação têm como recorte temporal a abrangência de um raio de atuação do CNDM em 20 anos: de 1985, data da criação deste órgão, a 2005, ano em que completou vinte anos de existência e resistência. Nesse período, identificamos a

¹ Nesta tese a sigla CNDM e a palavra Conselho equivalem à denominação Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

² Entendo por políticas públicas o conjunto de ações e de procedimentos realizados pelo Estado - podendo ou não ser desenvolvidos em parcerias com organizações não-governamentais e com a iniciativa privada - com o objetivo de transformar as demandas sociais em objeto de análise e decisões e atos administrativos governamentais.

³ Diversas são as pesquisas feitas sobre os conceitos de eficiência e eficácia. Nesse sentido, é importante ressaltar as diferenças entre esses termos, os quais, segundo Drucker (1998, p. 66), possuem diferenças sutis, mas significativas, senão vejamos: ser eficiente consiste em fazer certo as coisas, já ser eficaz significa fazer as coisas certas. Assim, o resultado depende de fazer certo as coisas certas, por exemplo: é eficiente quem consegue fazer um trabalho correto, sem erros e de boa qualidade, mesmo que não atinja o resultado perseguido. Eficaz é fazer um trabalho que atinja totalmente um resultado esperado. O CNDM deveria ser instrumento efetivo e eficaz no sentido de que deveria fazer um trabalho correto, sem erros, de boa qualidade e que atingisse o resultado esperado em suas diversas frentes de ação.

existência de quatro momentos distintos da existência do Conselho, os quais serão analisados segundo suas especificidades mais detalhadamente no desenvolvimento desta pesquisa. Vale destacar que a classificação em quatro fases foi uma opção metodológica feita por esta pesquisadora para melhor compreensão dos períodos de existência do Conselho, a saber:

a) 1985-1990. O primeiro momento compreende o período de sua criação até a edição da Medida Provisória N°. 150/90 - ato arbitrário do Chefe do Executivo Federal à época, Fernando Collor de Mello, que resultou no esvaziamento da estrutura institucional do CNDM. A principal característica dessa fase é o forte impacto de um movimento organizado de mulheres que criou, articulou e desenvolveu importantes estratégias de ação para que o Estado incorporasse à sua agenda políticas públicas que atendessem aos interesses específicos das mulheres;

b) 1990-1995. A segunda fase do Conselho inicia-se com a "Era Collor", quando foi revogada a autonomia administrativo-financeira do CNDM e termina em 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso como Presidente da República. Nessa segunda fase, o Conselho existiu somente *pro forma*, ou seja, praticamente impotente, com grande apatia no aparato institucional brasileiro, podendo ser considerado um mero artifício do governo para demonstrar à comunidade internacional sua sensibilidade para com as demandas das mulheres;

c) 1995-2003. O terceiro período do CNDM tem início quando Fernando Henrique Cardoso reativou o Conselho assim que tomou posse, em 1995. Todavia, o então Chefe do Executivo manteve o órgão sem estrutura administrativa e sem orçamento próprio. Essa fase do Conselho segue até 2002, ano em que foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM). Nessa ocasião, o CNDM voltou a aparecer, ainda que de forma tímida, no cenário político nacional. Nesse momento, verifica-se a co-existência de dois órgãos criados para a defesa dos direitos das mulheres, ambos vinculados à estrutura do Ministério da Justiça: a SEDIM e o CNDM. Vale ressaltar que esta etapa é bastante breve (perdura apenas alguns meses do ano de 2002) e pode ser considerada um momento de transição para a última fase analisada nesta pesquisa, quando é criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em 2003;

d) 2003-2005. O quarto momento da existência do Conselho tem início em 2003 e representa um período de tentativa de rearticulação e reestruturação do CNDM com a "(...) finalidade promover, em âmbito nacional, políticas para as mulheres com a perspectiva de gênero, que visem a eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive as de aspectos

econômicos e financeiros, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas”; são essas as diretrizes explicitadas no artigo 1º. do Decreto Nº. 4.773, de 7 de julho de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher foi criado pela Lei Nº. 7.353, de 29 de agosto de 1985,

(...) com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País⁴.

Sempre com sede em Brasília, o CNDM sofreu diversos deslocamentos físicos de sua estrutura. Como pode ser observado, em marcos temporais aproximados, o Conselho seguiu a seguinte trajetória de localização geográfica:

1985 – 1987: Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", 4º. Andar. Institucionalmente, o CNDM estava vinculado ao Ministério da Justiça e ficou alocado provisoriamente no prédio do Ministério da Fazenda até 1987, por falta de espaço no Ministério da Justiça;

1987 – 2003: Edifício Anexo do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Bloco "T", 2º. Andar. Ainda vinculado à pasta da Justiça, o CNDM teve sua sede fixada no Ministério da Justiça até 2003, quando sofreu profundas alterações em sua estrutura - inclusive em termos de dependência institucional;

2003 – 2006: Edifício do Ministério da Educação, Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", 2º. Andar. Em 2003, o CNDM foi institucionalmente desvinculado do Ministério da Justiça e passou a ser órgão integrante da estrutura da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, cuja sede foi estabelecida no segundo andar do prédio do Ministério da Educação. O CNDM recebeu uma sala para funcionamento até 2006, quando foi novamente transferido de lugar, em virtude da SPM ter ampliado sua esfera de atuação; com o conseqüente aumento do contingente administrativo da SPM, o CNDM mudou de local;

⁴ Art. 1º da Lei Nº. 7.353, de 29 de agosto de 1985, que instituiu o CNDM. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em Janeiro de 2008.

2006 – 2010: Edifício Antigo da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Setor de Autarquia Sul, Bloco N, Quadra 5, 10º. Andar. Por questões estratégicas em relação ao espaço físico destinado ao Conselho, a SPM transferiu provisoriamente a sede do CNDM para salas que possuía no “edifício antigo” da OAB até 2010, quando foi geograficamente reincorporado à estrutura da SPM;

2010: Encontra-se localizado junto a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), na Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos 3 Poderes - Zona Cívico-Administrativa.

Um aspecto que será considerado nesta pesquisa são esses deslocamentos físicos da estrutura do CNDM. Quais foram as causas e as conseqüências⁵ destes deslocamentos? O Conselho e, por conseqüência, as demandas das mulheres, possuem lugar na estrutura organizacional e física do aparato governamental?

Fruto de articulações entre os movimentos feministas e de mulheres e Tancredo Neves (PMDB) - que seria o Chefe do Executivo no período democrático que iria se iniciar, após mais de 20 anos de ditadura militar⁶ em nosso país - o CNDM nasceu vinculado à estrutura do Ministério da Justiça. A institucionalização ocorreu em 1985, quando o então presidente José Sarney, que assumira a Presidência da República em virtude da morte de Tancredo Neves, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A criação deste espaço institucional para encaminhar as demandas femininas pode ser considerada uma vitória por parte dos movimentos feministas e de mulheres para a ampliação de suas participações, especialmente na arena política brasileira. Conforme avalia Carmem Barroso, psicóloga e militante feminista:

Razões estruturais e culturais – tais como, por exemplo, a desigual divisão do trabalho, as atitudes preconceituosas conscientes e inconscientes contra a mulher, incorporadas inclusive por ela própria – atuam conjuntamente como poderosos obstáculos à participação política da mulher. Sendo obstáculos socialmente criados, justifica-se a ação política deliberada não só para superá-los, mas também para corrigir seus efeitos cumulativos. (BARROSO, 1982, p. 124)

A criação do CNDM fomentou reivindicações demandadas principalmente pelos movimentos feministas sobre os mais variados e relevantes temas, tais como direitos das

⁵ Conseqüências entendidas como desdobramentos da narrativa do meu objeto de estudo.

⁶ A ditadura militar perdurou na política brasileira no período de 21 anos (1964-1985), quando os militares governaram o Brasil; como sabemos, as principais características daquele momento foram a supressão da democracia e de direitos constitucionalmente salvaguardados, além da censura, repressão e mordaz perseguição política.

mulheres à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à maternidade, entre outros. Desse modo, surgem como principais questionamentos desta pesquisa aqueles relacionados às reivindicações dos movimentos feministas brasileiros contemporâneos e sua incorporação nas ações político-administrativas do CNDM.

Para realizar as investigações, utilizamos como norte as seguintes problematizações e indicações:

- As agendas que integram o campo das reivindicações feministas avançaram com a criação do CNDM?
- É possível que o CNDM tenha sido idealizado, institucionalmente, como um instrumento de controle dos movimentos feministas, como forma de administrar ou minimizar o impacto de suas lutas?

Compreendemos o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como um objeto de pesquisas passível de ser analisado por meio de abordagens historiográficas permeadas por olhares feministas. No âmbito da historiografia, os Estudos Feministas e de Gênero desestabilizaram a pretensa neutralidade da História e promoveram críticas às perspectivas androcêntricas⁷ do saber. Entendemos que os Estudos Feministas, com seu vasto instrumental teórico-metodológico, contemplam as exigências acadêmicas para o cumprimento dos objetivos propostos nesta tese.

No primeiro capítulo, apresentado no volume I desta tese, nos propomos a fazer uma leitura crítica da historiografia, localizando no campo historiográfico os Estudos Feministas como importante aporte teórico e eixo condutor desta pesquisa. Na esteira deste referencial teórico apresentamos, de forma panorâmica, uma cartografia dos movimentos feministas no Brasil, demonstrando questões cruciais da trajetória dos feminismos, os quais contribuíram sobremaneira para promover a visibilidade das mulheres como agentes históricas ativas envolvidas no processo de redemocratização da política brasileira.

No segundo capítulo abarcamos o objeto principal desta tese: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Partindo do pressuposto que o CNDM é uma importante frente de participação das mulheres no aparelho Executivo federal, apresentamos uma breve descrição de sua localização institucional, levando em consideração os contextos políticos e sociais do recorte temporal estabelecido. Nesta etapa, contemplamos também os momentos anteriores à

⁷ Conforme explica Nancy Fraser, o androcentrismo consiste em “padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados com a masculinidade, assim como desvaloriza tudo o que seja codificado como “feminino”, paradigmaticamente - mas não somente - mulheres.” (FRASER, 2002, p.64/65)

criação do Conselho e as influências sofridas em sua formação, buscando compreender como se deu o delineamento de suas trajetórias e de suas composições nas quatro fases apresentadas.

Foram utilizadas como fontes de pesquisa as documentações - tais como atas de reuniões, relatórios, leis, decretos e regimentos internos - relacionadas ao CNDM. Também foram considerados fontes de investigação recortes de jornais e os escassos (e geralmente superficiais, no sentido de serem basicamente de natureza informativa) textos produzidos sobre o tema, em grande parte escritos por ex-conselheiras e ex-integrantes da estrutura do órgão.

Procuramos demonstrar a atuação do CNDM por meio das análises das entrevistas realizadas com as ex-presidentas em relação às suas lutas e desafios neste espaço público. Investigamos ainda a importância das articulações políticas dessas mulheres no CNDM em seu trabalho de mobilização e pressão, para entender se este órgão foi criado para ser um instrumento estrategicamente criado pelo aparato governamental para esvaziar o impacto dos movimentos feministas e de mulheres.

As entrevistas realizadas, diferentes e complementares entre si, revelaram novos cenários da história do CNDM; as lembranças das experiências vividas pelas ex-presidentas - narrativas marcadas por lembranças e esquecimentos, pois acontecimentos importantes para uma gestão acabaram por passar quase que despercebidos para outras - foram elementos fundamentais para o nosso entendimento em relação à história do Conselho.

É importante lembrar que assim como os acontecimentos, suas interpretações também chegam até nós apenas por meio das narrativas escolhidas. Nesse sentido, entendemos que o conhecimento histórico consiste em uma construção discursiva inescapavelmente relacionada ao nosso presente e não a fiel revelação de um passado. O modo como nosso olhar se volta ao passado deve estar alerta para o fato de que a história nunca é formulada ou interpretada inocentemente. O discurso dominante, ou seja, a “verdade” circulante articula e atende aos interesses de quem a produziu e reflete suas condições de produção. Assim, devemos manter a preocupação com as leituras empreendidas e os significados elaborados, pois os conflitos, os enfrentamentos, as práticas, as resistências, as contestações, as relações e os embates de forças

são elementos decisivos no processo de construção das interpretações social e historiograficamente aceitas⁸.

Paul Thompson nos ensina que o conteúdo de uma entrevista não deve ser moldado por quem irá realizá-la (THOMPSON, 1992, p.258). Nesse sentido, para os encontros com as ex-presidentas estabelecemos apenas os temas principais a serem tratados, uma vez que as entrevistadas foram e são elementos da narrativa que está sendo construída neste estudo. A técnica de entrevista utilizada como metodologia de pesquisas foi adequada, no nosso entender, pois permitiu que essas mulheres (ex-presidentas) que tiveram experiências práticas com o CNDM mostrassem suas participações em duas frentes de atuação: 1) de forma articulada com os movimentos feministas, para a criação de mecanismos de enfrentamento ao preconceito e à discriminação e, 2) pela participação ativa na elaboração e promoção de diversos programas governamentais para o atendimento de demandas específicas das mulheres.

Por estas razões, os questionamentos foram feitos por meio de roteiros semi-estruturados. As entrevistas realizadas não se limitaram a perguntas e respostas; buscamos captar os sentimentos manifestados da melhor forma possível, ouvindo e respeitando cada participante de forma a promover uma interação saudável e profícua entre entrevistadora e entrevistada, “(...) nesta perspectiva, os entrevistados são pessoas que precisam ser ouvidas porque têm uma história própria, não são meros ‘documentos desconhecidos’ para a construção de um passado determinado *a priori* pelos historiadores” (SANTOS, 1998, p.54, grifo da autora).

A partir dos dados compilados no segundo capítulo, o terceiro avança em uma direção mais interpretativa dos dados coletados. Analisamos as articulações do Conselho em relação aos aspectos que envolvem o processo de *empoderamento*⁹ das mulheres e a visibilidade pública dessas novas agentes políticas.

As considerações finais serão apresentadas com o intuito contribuir para a memória do CNDM, ficando abertas novas possibilidades de interpretação e de leituras dessa História para aqueles(as) que escolherem trilhar este mesmo caminho como pesquisadores(as). Muitas

⁸ Sobre o reconhecimento, regulação e legitimação da “produção do verdadeiro” pela comunidade dos historiadores, ver especialmente ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 199-200 e 207.

⁹ O termo *empoderamento* consiste em um neologismo criado a partir da tradução do termo em inglês *empowerment*. Entendemos que a expressão “empoderamento das mulheres” compreende um recurso formulado pelos movimentos feministas para identificar suas lutas contra as desigualdades e discriminações de gênero, ou seja, para as mulheres afirmarem-se e serem reconhecidas como sujeitos de direitos, como cidadãs. Uma discussão mais aprofundada sobre esse tema será desenvolvida no primeiro capítulo desta tese.

questões, problematizações, construções e desconstruções desta história ainda poderão ser formuladas. Por isso, cumpre agradecer às pessoas que nos possibilitaram vivenciar esse processo: às que abriram as portas para dar início a esta investigação e às que contribuíram para amadurecê-la. Afinal, os “problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los”. (BUTLER, 2003, p. 7)

No segundo volume desta tese apresentamos as reproduções fotográficas obtidas em acervos particulares (gentilmente cedidos pelas ex-presidentas) e bancos de imagens disponíveis na internet. Estas fotografias são entendidas como fontes historiográficas, mas não serão objeto de discussão e de análise. O exame das evidências iconográficas requer olhar especializado e demanda regras e métodos específicos de análises, o que foge ao escopo desta pesquisa. Nesse sentido, a metodologia utilizada direcionou a investigação para a preocupação central em analisar documentos e realizar entrevistas. Portanto, as reproduções fotográficas e os documentos apresentados nos anexos deste trabalho possuem o caráter de ferramenta documental auxiliar do processo investigativo como apoio à memória oral, demonstrando a riqueza do material coletado em relação às informações apresentadas nesta pesquisa.

Antes de iniciar as análises sobre o Conselho, alertamos que este trabalho de interpretação pressupõe uma interação, já que a escolha do objeto de estudo é pessoal e inevitavelmente parcial, no sentido de que a investigação de determinado recorte temático depende das escolhas e posicionamentos de quem decide investigar. Nesse sentido, lembra o historiador Paul Veyne:

A história não é senão respostas a nossas indagações, porque não se pode, materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir, e porque o progresso do questionário histórico se coloca no tempo e é tão lento quanto o progresso de qualquer ciência; sim, a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre. (VEYNE, 1998, p. 37)

Entendemos a escrita como uma ação política e, nesse sentido, consideramos possível que um discurso seja capaz de promover não só a abertura de uma trama histórica a novas possibilidades de interpretação, mas também de tornar possível a visibilidade de novos sujeitos dotados de historicidade. Para isso, é preciso que haja a percepção de que a diversidade de sentidos no campo historiográfico está sempre em processo e jamais estará finalizada: é moldada e constituída num processo dialético de formação e transformação dos significados que envolvem múltiplas vozes e inúmeros agentes. O conhecimento do(a)

historiador(a) será sempre formulado a partir de um local de fala que determina suas grades de interpretação, como observa o filósofo Michel Foucault:

(...) seria absurdo negar, é claro, a existência do indivíduo que escreve e inventa. Mas penso que – ao menos desde uma certa época – o indivíduo que se põe a escrever um texto no horizonte do qual paira uma obra possível retoma por sua conta a função do autor: aquilo que ele escreve e o que não escreve, aquilo que desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. (FOUCAULT, 2006, p. 28/29)

Dessa forma, é a partir de um olhar localizado sob uma perspectiva feminista e com o aporte teórico do campo disciplinar no qual estou inscrita que partem minhas contribuições e observações. A objetividade reside em explicitar, ao longo do texto, os pressupostos que informam as análises sobre o CNDM. Em razão disso, esta perspectiva não tem um efeito de certezas positivistas e tampouco busca um fechamento de sentidos cuja pretensão seria a busca da *verdade* última. Como pesquisadora que se propõe a estudar e a se enveredar pelo campo dos Estudos Feministas, tenho somente uma certeza: de que os feminismos possuem muitos paradoxos a oferecer¹⁰. Dúvidas, questionamentos, negociações e desacordos, aproximações e distanciamentos, teorizações e desconstruções são constantes - se é que precisa existir algo de estável - nos feminismos. Também são comuns mudanças de paradigmas, de métodos e de objetos, não sendo, no meu caso, diferente.

A problematização inicial da pesquisa era identificar as aproximações e/ou distanciamentos das falas das parlamentares no período de 1987 a 2003 com as agendas feministas da época. Entretanto, ao longo do percurso de investigação, observei que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher era um órgão apenas mencionado ou citado brevemente em simples notas explicativas, tanto em documentos governamentais quanto em textos acadêmicos. Este fato atraiu minha atenção e busquei saber mais sobre o CNDM. Instigada a aprofundar minhas informações, parti para o campo investigativo na tentativa de entender o que era essa instituição, a quem servia, qual sua trajetória e por que tinha sua

¹⁰ *Only paradoxes to offer* (“Apenas paradoxos para oferecer”, tradução nossa) é o título da edição inglesa da obra de Joan Scott, publicada inicialmente em 1996. Em 2002, foi traduzida para o português por Elvivo A. Funck, como *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem* e publicada no Brasil pela Editora Mulheres. Neste livro, Scott analisa os modelos pelos quais as feministas norte-americanas entendem e opõem seus conceitos aos dos feminismos franceses. Além de desconstruir a idéia de que haveria dois tipos antagônicos de feminismo (o da igualdade e o da diferença), a autora também estimula seus leitores a refletir acerca da diversidade dos feminismos contemporâneos em diferentes lugares do mundo.

história contada quase que literalmente em notas de rodapé¹¹. Apesar de o tema de meu interesse não ter sido modificado, pois continuava com o propósito de estudar o grande eixo temático “mulheres e política”, o foco da pesquisa tomou novos rumos.

Ao participar do “VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas - REDEFEM, II Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina e II Encontro Internacional Encontro Política e Feminismo”¹², tive a grata satisfação de conhecer Tatau Godinho¹³, Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Em sua tese de doutoramento (2007), Godinho analisa a criação da Coordenadoria Especial da Mulher, nos dois momentos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu a prefeitura de São Paulo (1989-1992 e 2001-2004), apontando limites e as potencialidades de uma ação feminista no interior da administração paulista. A partir da leitura desta tese, fiquei ainda mais motivada para investigar a trajetória de existência do CNDM, já que entre suas reflexões, Godinho aponta que a conjuntura e as opções estratégicas desenvolvidas pelo movimento de mulheres têm forte influência nas possibilidades de inclusão de políticas para as mulheres na agenda do Estado. Conforme nossos objetivos de pesquisas apresentados anteriormente, este é um ponto central para minhas investigações em relação ao CNDM.

Nas pesquisas realizadas em diversas bibliotecas, percebi que havia uma grande lacuna de material bibliográfico sobre o CNDM e essa foi, também, uma das razões para a escolha deste objeto de investigação. Em termos de literatura acadêmica, apenas na Biblioteca do Senado encontrei um artigo relacionado ao meu tema: *O Conselho Cearense de Direitos da Mulher / CCDM: espaço de interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e o Estado*, de Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo e Magnólia Azevedo Said (2002). Neste trabalho, as autoras analisam “as relações que se gestam e se consolidam entre o Conselho Cearense de Direitos da Mulher - CCDM, os movimentos feministas, de mulheres e algumas ONG’s no Estado do Ceará, enquanto experiência de ampliação de espaços democráticos no país.” (SAID & ESMERALDO, 2002, p.231)

¹¹ Nesse sentido, entendemos que o silêncio sobre a história do CNDM é significativo.

¹² Evento realizado pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em Belo Horizonte (MG), em Junho de 2008.

¹³ Neste momento devo agradecer a gentileza e disponibilidade de Maria do Carmo Godinho Delgado, mais conhecida como Tatau Godinho, por enviar sua tese de doutorado para que eu pudesse ampliar minhas leituras e aprofundar meus conhecimentos sobre mecanismos governamentais voltados à intervenção do poder público em políticas para mulheres.

Em virtude do pouco material bibliográfico encontrado, realizei uma pesquisa eletrônica, buscando em diversos *sites* informações sobre o CNDM e, assim como nas pesquisas anteriores, não foi possível encontrar muitos elementos informativos sobre este espaço institucional. Os endereços eletrônicos que disponibilizavam alguma informação sobre o CNDM foram: SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero e AMB - Associação dos Magistrados Brasileiros; mas as informações disponibilizadas na rede mundial de computadores (*internet*) sobre o CNDM eram incipientes para a compreensão do meu objeto de pesquisa e este fato acentuou o interesse em escolher o Conselho como foco de trabalho.

Lançado o desafio, parti para a pesquisa documental-legal¹⁴, uma vez que o Conselho é um órgão integrante do Executivo Federal e, portanto, sua criação, organização e estrutura foram criadas por meio de leis. As leituras das legislações infraconstitucionais¹⁵ foram a ferramenta inicial para a elaboração dos questionamentos que esta tese explora. Após delinear os rumos da investigação, voltei algumas vezes aos acervos das Bibliotecas do Senado e da Câmara dos Deputados; afinal, era preciso compreender o momento histórico-político da criação do CNDM e, conseqüentemente, aprofundar as informações sobre o tema em pauta. Nesse sentido, a leitura de alguns jornais da época (1985 e de anos seguintes) foi de extrema importância. O período escolhido se justifica pela importância dada pela mídia, especialmente a escrita, para a participação das mulheres na Constituinte e também pela criação de um órgão governamental em nível federal específico para acolher as demandas das mulheres (CNDM). É instigante, e ao mesmo tempo significativo, o discurso do então Ministro da Justiça Fernando Lyra sobre o Conselho - publicado pelo *Jornal de Brasília*, em 07 de Novembro de 1985¹⁶ - quando houve o lançamento da campanha nacional pela participação das mulheres na Constituinte: “Esse é o Ministério das reais mudanças do processo político brasileiro. Por isso é tão contestado e não é bem visto nas áreas reacionárias, ligadas à representantes de passado de triste memória”. (Anexo 01)

¹⁴ A pesquisa documental-legal refere-se à análise extensiva dos dispositivos legais, ou seja, é uma pesquisa que tem como fonte de dados as normas do ordenamento jurídico.

¹⁵ A legislação infraconstitucional refere-se a toda e qualquer norma jurídica que não integra o texto da Constituição Federal, ou seja, que encontra-se hierarquicamente abaixo da norma fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. São exemplos de legislação infra-constitucional: leis complementares, leis ordinárias, portarias, circulares, convenções coletivas, entre outros.

¹⁶ MULHERES deflagram campanha política. *Jornal de Brasília*. Brasília, 07 de Novembro de 1985. Caderno Política. Biblioteca do Senado Federal. “ANC 88. Pasta Nov/Dez 85 011”

Após inúmeras consultas e contatos em diversos órgãos e instituições, tive acesso à *Carta das Mulheres aos Constituintes* (Anexo 02) com o auxílio do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados. Este documento foi o resultado de um trabalho iniciado em 1985 pelas integrantes do CNDM e a *Carta* foi entregue no Plenário da Câmara dos Deputados aos parlamentares em 26 de Março de 1987. É importante destacar que este momento do acesso à *Carta* foi fundamental para a continuidade de minhas pesquisas, pois a considero fonte fundamental para o entendimento dos primeiros anos de existência do Conselho, como poderá ser visto no segundo capítulo deste trabalho.

Em razão da importância do objeto escolhido e a constatação da escassa produção de trabalhos acadêmicos sobre a(s) história(s) do Conselho, ampliei minhas pesquisas. Encaminhei-me à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), onde fui muito bem recebida por Sônia Malheiros Miguel e Beth Saar, importantes personagens que incentivaram sobremaneira o desenvolvimento da minha pesquisa e me apresentaram à Suzana Cabral, atual Secretária Executiva do CNDM. Logo na primeira visita à sede do Conselho, ainda no “edifício antigo” da OAB, fui levada ao Centro de Documentação e Memória do CNDM, que possui em seu acervo livros sobre os mais diversos temas, legislações, programas de ação, relatórios, periódicos, cartilhas, folhetos, fascículos, folders, filmes, entre outros materiais, todos classificados e organizados cronologicamente.

Nesta oportunidade, obtive a informação de que esse rico material, agora parcialmente recuperado, esteve guardado durante anos no porão do Ministério da Justiça e, posteriormente, foi levado para a garagem do Ministério da Educação. Somente em 2006 o acervo chegou às instalações do Conselho e recebeu tratamento adequado de recuperação e compilação. Esses deslocamentos físicos fizeram com que muitos documentos importantes fossem perdidos ou extraviados, fator indicativo da falta de cuidado com a memória institucional do Conselho por parte dos diferentes governos pelos quais o país passou.

A luta das mulheres pela cidadania¹⁷ suscitou inúmeros debates sobre o silenciamento das vozes femininas. Os Estudos Feministas e de Gênero (EFG) representam uma possibilidade para a ruptura desse silêncio, pois suas contribuições acadêmicas revelam não só momentos “inesperados” da presença feminina em eventos históricos, mas também um

¹⁷ A cidadania é entendida neste trabalho como o conjunto dos direitos e deveres garantidos pelo Estado para que um sujeito possa exercer seu direito de exigir que seus direitos (políticos, civis, sociais, econômicos, etc...) sejam atendidos e respeitados.

alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estruturado para pensar o sujeito universal, leia-se, o masculino. (RAGO, 1995, p.81)

Entendemos que não se trata apenas de “incluir” as mulheres no discurso historiográfico, mas reconhecer as contribuições das mulheres e do saber/fazer feminista. Ao entender e denunciar os mecanismos dessa exclusão e desse silenciamento, os EFG evidenciam, principalmente, como foram construídos os discursos que legitimaram o uso político de uma diferença fundada no sexo biológico. O fomento e o desenvolvimento desse debate foram promissores para a historiografia, já que os EFG instigaram e possibilitaram a ampliação do debate de forma transversal, interdisciplinar e pluralista, deram visibilidade às questões antes ignoradas e tornaram o gênero indispensável categoria de análise.

Durante vários meses, realizei um intenso trabalho investigativo durante o qual percebia o gradual enriquecimento desta pesquisa a cada descoberta de um fragmento de história que havia ficado obscurecido ou esquecido. O acesso àquela variedade de fontes disponíveis no acervo do CNDM, com todo o caleidoscópio de informações que ofereciam, fazia brotar sentimentos de surpresa e satisfação. Momento difícil foi fazer o recorte de análises do objeto eleito para a pesquisa, já que cada fato descoberto fazia com que fossem alteradas as perspectivas iniciais do estudo, ampliando as possibilidades de narrativas, o que poderia inviabilizar meu trabalho. Entretanto, aquilo que para muitos historiadores pode parecer um fator complicador, para mim constituía um estímulo positivo para a compreensão da trajetória de existência do CNDM.

No acervo do Conselho foi possível verificar uma certa influência dos movimentos feministas e de mulheres no avanço das reivindicações feministas, tais como a instituição das delegacias especializadas no atendimento às mulheres, denúncias dos atos de violação dos direitos das mulheres, mobilização para o reconhecimento da cidadania das mulheres, campanhas como *Lobby do batom*¹⁸, dentre outros eventos, atividades, programas e pautas defendidas por aqueles movimentos. A partir dessa constatação, surgiram as seguintes perguntas: Qual o papel do CNDM na implementação de políticas públicas para as mulheres?

¹⁸ Institucional e politicamente comprometido com a mobilização das mulheres para garantir seus direitos no texto da Constituição Federal a ser promulgada, o CNDM, aliado à bancada feminina da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) reuniu vários grupos de mulheres e de movimentos feministas de diversas tendências e origens. A estratégia de abordagem e de convencimento dos parlamentares ficou nacionalmente conhecida como *Lobby do batom*. Vale destacar que o *Lobby do batom* foi uma classificação feita pelos próprios parlamentares a partir de um amplo recurso à ironia, pois, no meu entender, foi uma tentativa de minimizar, senão ridicularizar, as contribuições das mulheres no processo constituinte. Pode ser entendido como uma marca misógina que tentou desqualificar a importância deste momento em nossa história política em relação à atuação das mulheres, reduzindo-as a seus corpos e aos artifícios utilizados para sedução. Mais detalhes sobre esse momento serão abordados no segundo capítulo desta tese.

Na formulação das diretrizes institucionais do Conselho foram levadas em consideração as especificidades, as multiplicidades, as necessidades e a heterogeneidade dos diversos grupos existentes de mulheres no Brasil?

Observei que a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, como um organismo de mediação política e institucional entre as demandas dos movimentos feministas e de mulheres e o Estado brasileiro, poderia não ter significado necessariamente o reconhecimento das mulheres como novas agentes na luta pelos seus direitos políticos e sociais em um momento de reconstrução democrática. Desde sua criação, o CNDM é objeto de disputas do jogo político e de correlações de forças que ora o fortalece, ora o enfraquece. Nessa dinâmica do poder, a trama histórica do CNDM compreende importante tema e fértil campo a ser investigado.

Amadurecida com a convivência documental, os olhares para o tema foram delimitados. Percebi que o CNDM poderia traduzir o avanço inegável de uma luta para introduzir temas e questões inovadoras sobre as mulheres no campo de ação do Estado; o Conselho poderia ser também uma mera acomodação dentro da máquina pública das demandas feministas, na tentativa de suprimir e novamente invisibilizar a emergência desses novos sujeitos que reivindicavam direitos e interesses específicos. Nesse sentido, são as perguntas de pesquisa que minhas investigações pretendem responder:

1. Teria sido o CNDM apenas um instrumento de controle das demandas dos movimentos feministas ou foi um espaço para integração e avanço desses movimentos?
2. Quais os desafios que a institucionalização do CNDM teve que enfrentar em relação às rígidas e controladoras estruturas do Estado brasileiro?

O campo historiográfico, hegemonicamente desenvolvido por homens e para homens durante vários séculos, minimizou e quase sempre anulou o registro da atuação e da participação das mulheres nos eventos históricos. Na perspectiva da historiadora Michelle Perrot “(...) o esquecimento de que as mulheres têm sido objeto não é uma simples perda de memória acidental e contingente, mas o resultado de uma exclusão consecutiva à própria definição de História, gesto público dos poderes, dos eventos e das guerras.” (PERROT, 2009, p. 112)

Grande parte das historiadoras feministas busca, em um esforço de reflexão teórica, explorar e ampliar as possibilidades de interpretação e compreensão das experiências históricas, tanto em termos teórico-metodológicos, quanto em relação aos usos possíveis de

fontes alternativas de pesquisas, tais como análises de discurso, imagens midiáticas, coleta de depoimentos, entre outras. A preocupação com as diferenças, as especificidades, a diversidade de fontes e de abordagens frequentemente norteiam as análises feministas, nas quais são privilegiados recortes temáticos vastíssimos com profícua produção acadêmica¹⁹.

A historiografia tradicional, ao encobrir o processo de diferenciação hierarquizada com base no sexo biológico - em múltiplas configurações espaciais e temporais - é produtora e reiteradora de imagens estereotipadas e naturalizadas de mulheres e homens. A partir da premissa que o conhecimento histórico é também, e ao mesmo tempo, história da historiografia, este trabalho busca paralelamente realizar uma leitura crítica da historiografia tradicional, atentando para a necessidade de problematizar, em termos teóricos e metodológicos, esse campo epistemológico.

Em se tratando de uma tese de doutoramento, julgo importante destacar que as reflexões e os debates desenvolvidos serão feitos em torno de uma perspectiva interdisciplinar de análises, ou seja, as obras e textos discutidos neste trabalho não se restringem estritamente ao campo disciplinar da História, uma vez que outras linhas interpretativas foram fundamentais para o processo de produção desta narrativa.

• • •

¹⁹ A título de ilustração, cito o importante evento na área de estudos de gênero, tanto na academia quanto em relação a outras organizações e movimentos feministas: *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, promovido bianualmente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1994. De caráter interdisciplinar, este evento acadêmico envolve diversos Centros, Departamentos, Programas de Pós-graduação, Núcleos de Pesquisa e pesquisadores. Para se ter uma idéia da diversidade de temas discutidos, no segundo semestre de 2008 foram formados 72 diferentes simpósios temáticos para apresentação de trabalhos e pesquisas acadêmicas, envolvendo aproximadamente 2500 pesquisadores das mais diversas áreas. Para maiores informações, consultar o sítio eletrônico do evento, disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/simposios.html>

Capítulo 1

Estudos Feministas e de Gênero e o campo historiográfico

Neste capítulo desenvolveremos uma abordagem crítica da historiografia e as contribuições dos Estudos Feministas e de Gênero para o desenvolvimento deste campo epistemológico. Na tentativa de atingir os objetivos enunciados, o presente capítulo estruturase em duas frentes de análises:

1.1) Cartografia dos Movimentos Feministas – uma trajetória política

Neste primeiro tópico serão apontadas as principais diferenças entre movimento de mulheres e movimentos feministas. Depois disso, apresentaremos uma breve cartografia dos movimentos feministas no Ocidente²⁰, com especial atenção para seus desdobramentos na sociedade e na política brasileira.

Considerado um fenômeno relativamente recente no cenário brasileiro, a presença de mulheres no panorama político nacional tem crescido consistentemente nos últimos trinta anos e está intrinsecamente ligada à expansão dos direitos de cidadania para segmentos outrora marginalizados do poder. Ao apresentar questões cruciais da trajetória dos movimentos feministas e suas “ondas”, será possível identificar como os feminismos - enquanto frente de mobilização e luta - contribuíram para promover a visibilidade das mulheres como agentes históricas ativamente envolvidas no processo de redemocratização da política no Brasil.

1.2) Estudos Feministas e de Gênero e o campo historiográfico – um caminho intelectual

A partir das intensas articulações e das reflexões teóricas dos movimentos feministas, os Estudos Feministas e de Gênero (EFG) emergem como fruto do conhecimento intelectual/acadêmico dessa força política. Consideramos o surgimento dos EFG um dos legados mais importantes dos movimentos feministas, uma vez que institucionalizou um espaço de resistências e agenciamentos das demandas das mulheres nos centros acadêmicos.

²⁰ Por uma questão de delimitação de tempo e espaço, as reflexões e considerações feitas neste trabalho foram elaboradas no contexto do pensamento ocidental, pois a percepção de outras culturas é ampla demais para ser tratada nesta pesquisa.

Especificamente em relação ao campo historiográfico, ao denunciar o caráter sexista, androcêntrico e excludente da pretensa “história geral e universal”, as historiadoras feministas emergem com um fazer acadêmico inovador, impulsionando uma historiografia menos descritiva e mais problematizadora. Essa produção intelectual questiona as assimetrias existentes entre o que é rigidamente definido como masculino e feminino e confere visibilidade às mulheres no discurso historiográfico; também fornece subsídios e argumentos teórico-metodológicos que atentam para a necessidade de transformar as relações humanas construídas sob o paradigma patriarcal. Este relativamente novo espaço acadêmico busca, por meio de constantes negociações estratégicas para se trabalhar com o tema “mulher”, desnaturalizar construtos culturais tradicionais e investe em uma história escrita sob uma perspectiva feminista, estimulando e fomentando a produção de saberes e fazeres (metodologia e epistemologia) próprios²¹.

Os Estudos Feministas e de Gênero adquiriram relevância intelectual sobretudo a partir dos anos setenta e podem ser entendidos como um desdobramento das ações promovidas pelos movimentos feministas, os quais forneceram os elementos para um fazer teórico que legitimou este campo de estudos e de pesquisas na academia - cenário até então, de certa forma, interdito às mulheres. O recorte temporal das análises realizadas no segundo momento deste capítulo enfatiza as décadas finais do século XX, período em que o Brasil passou por importantes mudanças institucionais, políticas, econômicas, sociais, culturais e de fecunda atuação dos EFG.

Não obstante as conquistas obtidas, os EFG ainda encontram resistências para o reconhecimento e aceitação - como instrumental conceitual e analítico relevante - por parte da comunidade acadêmica de historiadores. O silêncio produzido sobre a presença das mulheres na História resultou na supressão discursiva de suas práticas, pensamentos e atuações, o que tem como reflexo imediato a “naturalização” de sua invisibilidade na cena pública. Investigar esta ausência é instigante, pois, como assinala Judith Butler, “(...) o que vai ser realmente interessante é ver como se escreve uma história disso; os traços que foram, ou que estão sendo, na sua maior parte, apagados.” (BUTLER *in* PRINS & MEIJER, 2002, p. 8)

²¹ Nesta pesquisa, a epistemologia é entendida como elaboração e sistematização de teorias e modelos de análises de um campo específico de estudos.

1.1 Cartografia dos Movimentos Feministas – uma trajetória política

1.1.1 Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas

Ao enveredar pelos caminhos dos Estudos Feministas e de Gênero, observamos que há uma sensível diferença quando se trata de Movimentos de Mulheres e de Movimentos Feministas. Em virtude disso, antes de tratar das questões cruciais da trajetória dos movimentos feministas, apresentamos em breves linhas as principais diferenças e o ponto convergente entre esses dois movimentos sociais²².

Os **movimentos de mulheres** compreendem todos os tipos de práticas que buscam algum tipo de mudança na vida das mulheres, sem necessariamente formalizar ou desenvolver uma reflexão atenta à operacionalização dos mecanismos do poder da sociedade patriarcal. Compartilho do entendimento de Francine Descarries - autora de importantes reflexões que versam, entre outros temas, sobre teorias feministas e os movimentos de mulheres - quando faz uma distinção formal entre os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, entendendo os últimos como:

(...) um vasto conjunto de práticas e coalizões, constantes ou não ao longo do tempo, que tiveram e têm ainda por objetivo transformar a situação sócio-econômica e política das mulheres e a redefinição de seu papel na sociedade, sem necessariamente questionar os mecanismos reprodutores da divisão social dos sexos. Por outro lado, aos movimentos feministas, associo um conjunto mais restrito de discursos e de práticas que dão prioridade à luta das mulheres, propõem um projeto de sociedade alternativa e colocam como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome dos princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Nesta distinção, sublinho aqui os movimentos feministas como parte importante e dinâmica dos movimentos das mulheres, mas que não englobam necessariamente todos estes movimentos. (DESCARRIES, 2002, p.5)

Os **movimentos feministas**, pautados pela teoria e prática políticas, ambas comprometidas com o projeto de transformação das relações humanas, leia-se sexistas, apresentam articulações e objetivos com a finalidade principal de denunciar e de expor as relações de poder e as hierarquias fundadas na distinção de gênero. Dessa forma, são tanto movimento como práticas discursivas, isto é, ação e pensamento em torno da luta contra a desigualdade instituída em torno dos sexos.

²² Assim como Maria da Glória Gohn, entendo que os movimentos sociais são manifestações de lutas sociais que buscam a transformação da realidade social, de carências econômicas e/ou das opressões sócio-política e cultural. (GOHN, 2001, p.25)

A partir dessas considerações, é válido ressaltar que não podemos afirmar que todo movimento de mulheres seja feminista, mas é adequado entendermos que os movimentos feministas consistem em um movimento de mulheres, cuja característica fundamental é compartilhar princípios e estratégias políticas convergentes para interesses que apresentam como pano de fundo o estímulo e o fortalecimento da luta contra a opressão patriarcal sofrida pelas mulheres.

1.1.2 Uma cartografia dos movimentos feministas no Ocidente

Embora não seja o objetivo desta tese tratar da história dos feminismos, entendemos ser importante traçar, em linhas gerais, um mapeamento de como se deu o desenvolvimento deste movimento social, na tentativa de compreender como os feminismos contribuíram para a emergência do campo teórico “Estudos Feministas e de Gênero”; bem como, de certa forma, para a criação do CNDM. Este tópico de análise nos remete aos princípios norteadores dos movimentos feministas e de suas diversas frentes de lutas.

É importante ressaltar a existência de muitas controvérsias em relação à origem da palavra “feminismo”. Adverte Elisabeth Roudinesco, ao escrever sobre a vida da revolucionária Théroigne de Méricourt (1762-1817), que a expressão “feminismo” surgiu em 1837 (ROUDINESCO, 1997, p. 59). Já para o filósofo Ted Honderich, “feminismo” tem origem na Europa Ocidental, pela utilização do termo em francês *féminisme*; e foi utilizado pela primeira vez pelo socialista utópico inglês Charles Fourier, em 1890, para identificar o movimento de mulheres que buscavam a igualdade de direitos políticos. (HONDERICH, 1995, p.292)

De acordo com a cientista política Bérengère Marques-Pereira, remotas mobilizações feministas em favor da igualdade política para as mulheres somente tiveram impacto muito tempo depois da Revolução Francesa (1789-1799). Este movimento confirmou, durante muito tempo - apesar de seus princípios norteadores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade - a exclusão política das mulheres e a incapacidade jurídica das mulheres casadas²³. A autora

²³ Em relação à incapacidade jurídica das mulheres casadas, é importante lembrar que no Brasil o Código Civil sancionado em 1916 e vigente até 2002 - previa que a mulher, caso fosse solteira, seria beneficiada pelo seu art. 2º e teria seus direitos equiparados aos dos homens. Entendiam os juristas da época que esta era uma inovação, pois permitia o direito de escolha às mulheres, o que legitimava a sujeição das esposas aos seus maridos, pois ao optar pelo matrimônio, a mulher aceitava as condições estabelecidas pela lei. Contudo, ter garantida a opção de escolha não era muito relevante às mulheres da época em virtude da grande pressão coletiva sobre as mulheres para a efetivação do casamento e pelo estigma que trazia para a família ter uma “solteirona” em casa. Esse reconhecimento legal da incapacidade jurídica da mulher casada (art. 6º) e a restrição da prática de determinados

lembra como principais exemplos a serem mencionados (embora tenham existido muitas outras mulheres que militavam por seus direitos²⁴) a escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797) - que publicou à época da Revolução Francesa o livro *A Vindication of the Rights of Woman*²⁵ (1790), como uma resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* formulada pela Assembléia Nacional Constituinte Francesa em 1789 - e Olympe de Gouges (1748-1793), a qual demandava o avanço político das mulheres na *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* (1791). (MARQUES-PEREIRA, 2009, p. 35-36)

Ao tratar da divisão sexual do trabalho e das relações sociais de sexo, a socióloga Daniele Kergoat observa que o início do movimento feminista não pode ser datado em virtude da complexidade e variedade dos elementos que gradualmente levaram à:

(...) tomada de consciência de uma “opressão” específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. (KERGOAT, 2009, p.68-69, destaque da autora)

Historiadoras feministas contemporâneas têm organizado a história dos feminismos em três grandes “ondas”²⁶. Segundo Maggie Humm, na obra *The Dictionary of Feminist Theory* (1995, p.278), o primeiro momento de aparição do movimento feminista teria acontecido no final do século XIX e seu marco final seria o início do século XX. De acordo com a pesquisadora, a característica fundamental deste momento é a luta pelo sufrágio

atos da mulher sem a autorização do marido (art. 242), ao reduzir os espaços de ação da mulher fora da esfera do lar, apresenta elementos significativos para analisar o modo como a sociedade reconhecia as mulheres e sua posição inferiorizada na relação conjugal. Vale destacar que os direitos e deveres da mulher casada somente sofreram modificações com disposições instituídas pelas Leis Nº. 4.121/62 e 6.515/77, respectivamente “Estatuto da Mulher Casada” e “Lei do Divórcio”. Uma interessante análise deste tema, feita sob uma perspectiva historiográfica, pode ser encontrada no artigo de Andrea Borelli “*A Rainha do Lar*”: *A esposa e a mãe perante a legislação brasileira (1830-1950)*, apresentado no “XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo”, realizado pela ANPUH/SP em julho de 2006. Texto disponível em: www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%C9TICA/Andrea%20Borelli.pdf Acesso em Maio de 2010.

²⁴ Mencionei essas personalidades somente a título de ilustração, pois sabemos que elas não foram as únicas que lutaram pelos direitos das mulheres. Mais exemplos de mulheres que buscaram por justiça social podem ser encontrados, entre inúmeras outras obras, em: *Dicionário Crítico do Feminismo, A cidadã paradoxal e Uma história do Feminismo no Brasil* (todas devidamente referenciadas na bibliografia constante no final desta tese).

²⁵ Em português: *Uma Defesa dos Direitos da Mulher* (tradução nossa). É válido lembrar que Nísia Floresta (1810-1885) é considerada uma pioneira do feminismo no Brasil por ter escrito o livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Este livro apresenta a tradução do livro *A Vindication of the Rights of Woman*, de Mary Wollstonecraft, e introduz as reflexões de Floresta sobre a realidade brasileira do início do século XIX.

²⁶ Vale destacar que, quando se utiliza um método de organização com base na aproximação de datas/fatos/eventos históricos, é preciso estar atento para as limitações dos referenciais de análises utilizados. Neste trabalho visitaremos apenas os principais marcos temporais e seus desdobramentos, sabendo que estes não foram “divisores de águas”, mas bases de mudanças importantes.

feminino. Neste período é possível identificar, especialmente na Inglaterra, nos Estados Unidos e também no Brasil, um grande movimento de mulheres que buscavam o direito ao voto.

Para Seyla Benhabib, no artigo *From Identity Politics to Social Feminism: A Plea for the Nineties*²⁷ (1995), a expressão “feminismo de segunda onda” passou a ser utilizada para descrever uma nova vertente dos movimentos feministas que ampliava a luta inicial por direitos, abarcando, além das desigualdades políticas, o combate às desigualdades sociais e culturais. Embora os registros historiográficos sobre o tema indiquem que a “segunda onda” tem como marco inicial a década de 1960, entendemos que possa ser considerado como ponto de partida o ano de 1949.

Este posicionamento justifica-se pelo fato de que em 1949 Simone de Beauvoir publicou o clássico livro *O segundo sexo*, obra que é considerada - por grande parte das feministas²⁸ - o texto fundador do feminismo do século XX. Neste livro Beauvoir recusa a perspectiva biológica do que ela chama de “condição das mulheres na sociedade”, seja ela de forma inferior, complementar, ou qualquer outra adjetivação minorativa. A importância dessa publicação recai não só pela magnitude das reflexões feitas pela autora, mas, sobretudo pelas fecundas implicações de suas inúmeras formulações, como esta que cito abaixo:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora êsse (*sic*) produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1960, p. 9)

Outra obra importantíssima em que o movimento feminista se ancorou nesta época foi escrita por Betty Friedan e publicado em 1963: *A Mística Feminina*. Com um forte posicionamento crítico, a autora combate com argumentos irrefutáveis a falsa idéia sexista que permeava o tecido social americano - especialmente nas comunidades de classe média baixa - no período após a Segunda Guerra Mundial, de que o significado da vida das mulheres era encontrado apenas em sua vida doméstica pelo cuidado do marido e dos filhos.

²⁷ Texto disponível em: http://www.ed.uiuc.edu/eps/PES-Yearbook/94_docs/BENHABIB.HTM Acesso em Janeiro de 2010.

²⁸ Ressaltamos a existência de divergências ideológicas de feministas que argumentam que Beauvoir assume uma posição determinista ao compreender o gênero como um fato corporal intrínseco a “um campo de relações sociais que limitam a liberdade do sujeito desde o início”; conforme discutem Seyla Benhabib e Drucilla Cornell na Introdução de *Além da Política do Gênero*. (1987, p.21)

Os livros mencionados foram fundamentais para o fomento da crítica feminista, não somente por serem de autoria feminina e pela circulação de obras escritas por mulheres, mas também pelo ineditismo do vigor teórico e da amplitude temática que os textos abarcavam. Essas publicações contribuíram para o surgimento de um diálogo teórico transdisciplinar que começava a ser articulado com base nas reflexões elaboradas e na potencialidade política em torno da militância feminista.

A chamada “segunda onda” do feminismo pode ser entendida como um período de ascensão e consolidação dos movimentos feministas, especialmente pelo surgimento dos estudos acadêmicos que tinham como foco de estudo as mulheres, sobretudo nas áreas das Ciências Humanas, entre elas Sociologia, Antropologia e História. Neste período começou a se consolidar a percepção de que as diferenças hierárquicas que estabelecem limite de atuação às mulheres são culturalmente construídas. As grandes contribuições das “feministas de segunda onda” foram denunciar o sexismo e o discurso cultural hegemônico - leia-se patriarcal - das estruturas de poder (político, cultural, econômico, entre outros), trazendo à cena pública um dos grandes momentos epistemológicos dos feminismos: “o pessoal é político²⁹”.

Para a cientista política Iris Marion Young, as feministas mostraram que a exclusão das mulheres da esfera pública não é mero acaso. Para ela, o refrão feminista “o pessoal é político” traduz o entendimento de que nenhuma pessoa, nenhuma ação ou atributo pessoal devem ser excluídos da discussão pública e do processo decisório. (YOUNG, 1987, p. 69) Young destaca que os movimentos sociais dos anos 60 e 70, especialmente nos Estados Unidos, criaram a imagem de uma esfera pública diferenciada que desafia o Estado “imparcial e universalista”:

Movimentos de grupos raciais oprimidos, inclusive negros, americanos de origem mexicana, índios americanos, tendem a rejeitar o ideal assimilacionista e afirmar o direito de vida e celebrar em público suas culturas e formas de vida características, bem como afirmar reivindicações especiais de justiça diante da supressão ou desvalorização de suas culturas, ou compensação pela desvantagem em que a sociedade dominante os situa. *Também o Movimento de Mulheres tem reivindicado desenvolver e fomentar uma cultura característica das mulheres e que tanto as necessidades físicas específicas das mulheres como sua situação na sociedade machista*

²⁹ “O pessoal é político” é uma bandeira entendida como uma resposta do movimento feminista ao pensamento liberal que acentua a distinção entre público e privado. Conforme lembra Almira Rodrigues, o liberalismo “(...) ao mesmo tempo em que supervaloriza o espaço público, referido aos homens, em detrimento do espaço privado, referido às mulheres, atribui ao primeiro o caráter exclusivo de esfera política”. (RODRIGUES, 2005, p.4)

exigem solução em público para necessidades especiais e contribuições peculiares das mulheres. (Idem, p. 85, destaque nosso)

A configuração das formas cristalizadas de identidades e de atribuições em áreas específicas de atuação tem sido reproduzida reiteradamente com base na dicotomia entre duas esferas: público e privado (respectivamente de homens e de mulheres), tendo como base as “características naturais” inerentes aos sexos. Paralelamente aos movimentos militantes das mulheres nesse período, o projeto feminista de produção teórica realizou estudos acadêmicos sobre esta dupla dimensão estrutural da sociedade: a perversa construção do público-privado. Lembra Young que:

Desde Mary Wollstonecraft, gerações de mulheres e alguns homens apresentaram esmerada argumentação para demonstrar que excluir as mulheres da vida pública e política moderna contradiz a promessa democrática liberal de emancipação e igualdade universais. Identificaram a libertação das mulheres com a ampliação dos direitos civis e políticos para incluir as mulheres nas mesmas condições que os homens, e com a entrada das mulheres na vida pública dominada pelos homens em igualdade de condições com eles. (Idem, 1987, p. 67)

Sem a intenção de aprofundar os debates sobre este tema, já que o arcabouço argumentativo é extremamente amplo³⁰ (e adentrar nessa discussão foge ao escopo desta pesquisa), considero importante destacar, em relação às divisões entre as esferas pública e privada que, no âmbito do **privado** encontram-se funções tradicionalmente atribuídas às mulheres, aquelas ligadas à família e à reprodução, em consonância com a sua imanência centrada no útero. Já a dimensão **pública** é entendida como domínio exclusivamente dos homens e envolve as atividades relacionadas à política, economia, trabalho remunerado, entre outras áreas identificadas pelos padrões masculinos de atuação. Embora o domínio público tenha sido tradicionalmente ocupado por homens, isso não quer dizer que as mulheres não tenham desenvolvido atividades nesta arena, como inúmeras pesquisas historiográficas têm demonstrado³¹.

³⁰ Exemplos de discussões teóricas relevantes sobre o tema podem ser encontrados em: *O que é crítico na teoria crítica?*, de Nancy Fraser; *O Contrato Sexual*, de Carole Pateman; *A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política*, de Iris Marion Young; e *Gênero e Cidadania: referenciais analíticos*, de Maria Noemi Castilhos Brito.

³¹ Rachel Soihet, em *História das Mulheres*, faz um abrangente inventário da produção historiográfica em que os objetos de investigação histórica são as mulheres como sujeito da história. Dentre as obras analisadas pela historiadora, é possível observar uma vasta pluralidade de temas pesquisados, entre eles: ação e luta das mulheres e mulheres e trabalho. (SOIHET, 1997, p. 275-296)

A participação das mulheres na esfera pública tornou-se crescentemente visível a partir da década de 1970, mais acentuadamente pelas manifestações públicas dos movimentos feministas, as quais fizeram com que debates considerados privados se tornassem problemas de discussão pública, tais como: “(...) o significado de pronomes, a violência doméstica contra mulheres, a prática de homens expulsarem mulheres de casa, o assalto sexual a mulheres e crianças, a divisão do trabalho doméstico por sexo, etc.” (YOUNG, 1987, p. 84)

Retomando a discussão sobre a história dos feminismos, para algumas estudiosas, como Estelle Feedman (2002), existem apenas duas “ondas” dos feminismos: a primeira, que teria como objetivo principal a luta pelos direitos das mulheres; e a segunda, que lutava contra a discriminação e pela igualdade entre homens e mulheres. Se existe a percepção de que cada “onda” do feminismo refere-se à tendência histórica de uma nova motivação e a necessidade de formulação de teorias a partir das demandas das mulheres³², compartilho do entendimento de Stacy Gills e Rebecca Munford (s/d) quando afirmam a existência da “terceira onda” do movimento feminista a partir da década de 1990³³. Para Gills e Munford, essa terceira onda seria caracterizada principalmente por apresentar as tensões implícitas nas agendas feministas contemporâneas, tais como a ampliação das interpretações sobre a categoria “gênero” com questões de classe e raça, dos debates sobre sexualidades e das articulações dos feminismos com teorias pós-modernas.

Embora tenham o mesmo princípio político e o discurso posicionado em defesa das mulheres, os feminismos apresentam-se em várias correntes de pensamento e com posições políticas diversas. Apenas a título de ilustração - por limitações de tempo e necessidade de retomar o foco desta pesquisa - apresentamos algumas frentes de atuação do feminismo contemporâneo: Feminismo Negro, Feminismo Pós-moderno, Feminismo da Maternidade, Feminismo da Igualdade, Feminismo da Diferença, Ecofeminismo, Feminismo Lesbiano, Feminismo Francês, Feminismo Radical, Feminismo Pós-Colonial, Feminismo Liberal, Feminismo Socialista, Feminismo Cultural, Feminismo Essencialista, Feminismo Desconstrutivista, entre outros. Como se pode observar, há várias correntes do pensamento feminista; por isso, nessa tese refiro-me a “feminismos” no plural: assim como não há uma única *essência* feminina, não há como existir um único feminismo capaz de atender todas as

³² Como já observamos, em grandes linhas, a primeira teria sido a luta pelo sufrágio e a segunda a dimensão social, histórica e culturalmente construída e reiteradamente reproduzida das diferenças entre homens e mulheres.

³³ GILLS, Stacy; MUNFORD, Rebecca. *Genealogies and generations: the politics and praxis of third wave Feminism*. (s/d) Disponível em: http://pdfserve.informaworld.com/849875__739111830.pdf Acesso em Abril de 2010.

demandas, heterogeneidades e especificidades das mulheres³⁴. Ao se organizarem autonomamente e se mobilizarem em diferentes frentes de lutas, os feminismos diversificaram suas vertentes de atuação como “(...) condição necessária para uma compreensão adequada da variedade de relações sociais onde se teriam que aplicar os princípios de liberdade e igualdade”. (MOUFFE, 1999, p. 32) Qualquer que seja o objetivo que deseja atingir - ou a identidade adotada - os feminismos têm como ações políticas comuns o enfrentamento à opressão masculina, à discriminação e à estrutura patriarcal.

Alvo de incontáveis críticas, esta variedade de identidades - múltiplas, plurais e, às vezes, contraditórias - sinalizariam uma certa fragilidade dos feminismos, os quais teriam perdido sua unidade de ação. Pode ser que essa fragmentação - com o reconhecimento das diversas interfaces em relação ao gênero, sexo, etnia, classe, sexualidade, raça, idade, entre outros atributos que compõem a “categoria” mulher - tenha sido uma estratégia (talvez não deliberada) para alcançar lides específicas, já que com o passar do tempo novas demandas são pleiteadas e, mais uma vez, formas de organização e de mobilização se fazem imperativas para as mulheres. Esta diversidade de sentidos e de articulações que informam a representação dos feminismos é utilizada como proposta política para, entre outros objetivos, denunciar e problematizar as relações de poder existentes no discurso hegemônico - consagrado como universal - arraigado de valores sexistas.

As grandes conquistas dos feminismos foram o reconhecimento e a visibilidade das mulheres como sujeitos portadores de direitos (assim como os homens). Não foram esgotadas a capacidade de luta, resistência e agenciamentos, já que permanecem no tecido social muitas desigualdades e discriminações a serem enfrentadas. São exemplos dos enfrentamentos contemporâneos a desconstrução de estereótipos femininos em certas peças publicitárias³⁵, a

³⁴ Intriga-me pensar sobre esses efeitos produzidos por diferentes tecnologias sociais que institucionalizam as diferenças associadas uma suposta igualdade e instituem o feminino enquanto essência imutável: “a mulher” como identidade/categoria única, fixa e estável. Se categorizar pressupõe classificar objetos e seres da mesma natureza, limitar as características e as experiências das mulheres a um grupo específico não irá gerar uma uniformização que impede a visualização da diversidade que compõe esta descrição meramente abstrata e reducionista? Certamente este é um efeito social perverso: massificar nessa categorização todas as mulheres em um grupo só é desconhecer a diversidade e o pluralismo que as compõem, universalizando o masculino como norma de referência. A historiadora Tânia Navarro Swain reflete no sentido de que a reiteração do singular ao se referir às mulheres consiste em uma estratégia androcêntrica para minar a diversidade que habita essa categoria: “(...) se o homem refere-se ao humano em geral, a mulher singularmente reiterada incessantemente, reagrupa e ressocializa todas as mulheres, fazendo seu referente único o masculino”. (NAVARRO SWAIN, 2004, p. 46)

³⁵ Entendendo que a publicidade, ao produzir imagens, efetivamente constrói valores que interferem na sociedade - valendo-se do imaginário social para melhor atingir o interlocutor e conquistar a sua adesão - muitas pesquisadoras feministas têm voltado suas análises para a “coisificação” do ser humano, sobretudo das mulheres. É comum encontramos peças publicitárias nas quais as mulheres são banalizadas como objeto de consumo com imagens exaustivamente vulgarizadas pela mídia. Resultados importantes dessas pesquisas podem ser encontrados em: *Verão sem vergonha Dove – expondo novo corpo para o mercado consumidor* (Denise

violência doméstica e a equiparação salarial entre homens e mulheres para o mesmo trabalho desenvolvido. Assim, não concordo com aqueles que afirmam o “fim do feminismo”, já que os movimentos de ação feminista permanecem ativamente em curso e consistem em um dinâmico processo de acumulação de forças e de ganho de capital político em busca de novas estratégias para o enfrentamento das desigualdades e das diferenças instituídas.

1.1.3 Movimentos Feministas no Brasil

As lutas iniciais dos feminismos no Brasil podem ser identificadas nos movimentos pelos direitos políticos do final do século XIX, paralelo à chamada “primeira onda” dos movimentos feministas. Os principais aspectos que respondem pelo seu lento desenvolvimento (em relação aos movimentos ocorridos nos EUA e na Europa) são resumidamente considerados por Moema Toscano e Mirian Goldberg como “(...) a escravidão, a tardia emancipação do centro de dominação, o modelo fundiário imposto pelo colonizador português e a influência da Igreja Católica como força política e instrumento de controle social.” (TOSCANO & GOLDBERG, 1992, p. 33)

Mesmo com as iniciativas isoladas de mulheres que foram bem sucedidas no início do século XX - como Bertha Lutz³⁶ (1894-1976), Alzira Soriano³⁷ (1897-1963) e Maria do Céu Fernandes³⁸ (1910-2001) - não era possível considerar a existência, no Brasil, de uma perspectiva política com um viés feminista em virtude, principalmente, das cristalizadas estruturas institucionais tradicionalmente organizadas com base em vícios patriarcais e clientelistas. Segundo as pesquisadoras feministas Cláudia Ferreira e Cláudia Bonan,

(...) no transcorrer do século XX, os movimentos de mulheres vieram a abalar, de modo ainda mais perturbador e definitivo, aquelas versões

Castilhos de Araujo), *Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão* (Marie Suzuki Fujisawa), *Imagens de gêneros e produção da cultura* (Ruth Sabat), *Corpo e identidade na propaganda* (Iara Beleli) e *Gênero e corpo na cultura brasileira* (Mirian Goldenberg).

³⁶ Bertha Maria Júlia Lutz é considerada a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Quando morou na Europa, onde se graduou em Ciências Naturais (Sorbonne), foi influenciada pela campanha sufragista inglesa e, ao retornar ao Brasil, em 1918, empenhou-se na luta pelo voto feminino. Criou, em 1919, a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher*, que mais tarde seria transformada na *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)*. Informações obtidas no sítio eletrônico do Senado Federal Brasileiro, disponíveis em: <http://www.senado.gov.br/anodamulher/bertha/bertha.asp> Acesso em Janeiro de 2010.

³⁷ Em 1930, Alzira Soriano de Souza foi eleita a primeira prefeita no Brasil, município de Lajes no Estado do Rio Grande do Norte. Informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, disponíveis em: www.tre-rn.gov.br/nova/inicial/institucional/historico/a_mulher_na_politica_nacional/ Acesso em Janeiro de 2010.

³⁸ Em 1935, Maria do Céu Fernandes foi diplomada primeira deputada estadual do Brasil eleita pelo voto popular na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte. Informações obtidas no sítio eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, disponíveis em: http://www.tre-rn.gov.br/nova/inicial/institucional/historico/a_mulher_na_politica_nacional/ Acesso em Janeiro de 2010.

de democracia feitas à imagem e semelhança de homens brancos, proprietários, heterossexuais e cristãos. Provenientes das mais distintas origens e experiências, mulheres em movimentos reconheceram-se como sujeitos plurais e reivindicaram a condição de participantes ativas na definição de suas próprias identidades e na construção de uma história coletiva - que nem sempre é a mesma para cada uma delas. Assim, desmontaram um ideal de igualdade que pressupunha um modelo único e "natural" de sujeito de direitos e um destino comum a todas as mulheres, e se lançaram ao desafio da construção da democracia na diversidade. (FERREIRA & BONAN, 2006, p.12, destaque das autoras)

O recorte temporal para as análises que serão realizadas neste tópico enfatizam as décadas finais do século XX; pois foi somente a partir do final dos anos 1960 que os movimentos feministas ganharam força e aliados em busca da concreta participação das mulheres na política brasileira.

Em uma perspectiva histórico-política, a década de 1970 representa um importante marco para os movimentos feministas no Brasil. Considerando o progresso político, em relação ao contexto internacional, os países mais desenvolvidos da Europa (por exemplo, França e Inglaterra), como sabemos, já haviam atingido um patamar mais avançado em termos de igualdade social, com maior abertura política e princípios democráticos implantados (ou em fase de consolidação). Por outro lado, nesse mesmo período, os países da América Latina encontravam-se no auge do regime ditatorial-militar, ou seja, na contramão da democracia, o que retardou a visibilidade dos movimentos sociais, embora estes já existissem de forma relativamente organizada³⁹.

No Brasil dos anos 70, os feminismos surgem em um contexto político de crescente organização da esquerda e de influência dos *movimentos de contracultura*⁴⁰. Curiosa e paradoxalmente, o empreendimento feminista brasileiro acontece num contexto histórico em que o pano de fundo era o sistema político ditatorial, o qual reiterava fortemente - entre tantos outros fatos nocivos à sociedade brasileira - a desigualdade das relações entre homens e mulheres com base em um pensamento sexista e excludente. Acerca deste período, a

³⁹ Por exemplo: os movimentos de luta pela terra (reforma agrária) e os movimentos urbanos, tais como as associações e os sindicatos.

⁴⁰ Os *movimentos de contracultura* foram movimentos sociais e culturais que surgiram no Ocidente, no final da década de 1960, formados principalmente por jovens que tinham a perspectiva política da transgressão e da contestação dos padrões de valores estabelecidos. Questionavam fundamentalmente os valores centrais vigentes e instituídos na cultura ocidental. Seu auge de mobilização e contestação social foi o ano de 1968 por meio da visibilidade promovida pela utilização dos meios de comunicação em massa. Maiores detalhes sobre esses acontecimentos podem ser encontrados no texto de Irene Cardoso *A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança*.

socióloga Lucila Scavone observa que há um ponto de ligação histórico significativo entre os feminismos brasileiro e francês, quando nos anos da ditadura militar brasileira, a França acolheu exiladas políticas e estudantes que, em 1976, criaram o “Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris”. Segundo a pesquisadora, nesse momento as idéias feministas se espalhavam com celeridade pelo mundo e a experiência das mulheres que integravam esse grupo “não foi desperdiçada”. (SCAVONE, 2009, p. 11). Com alguma defasagem temporal, as ressonâncias das reivindicações feitas na Europa e nos Estados Unidos chegam ao Brasil.

O “milagre econômico⁴¹” que ocorreu em determinada época da ditadura militar (1964-1984) gerou um processo de modernização acelerado e demandou a necessidade da ampliação da mão de obra trabalhadora. Em virtude disso, as mulheres tiveram a oportunidade de entrar efetivamente - em números mais expressivos - no mercado de trabalho e no sistema educacional (não apenas para o magistério⁴²). Com um gradual crescimento de seu capital intelectual, as mulheres passaram a pleitear direito à cidadania e também a denunciar, ainda que de forma discreta, as múltiplas formas de dominação e violência às quais eram submetidas. Vale lembrar que nesse período o país passava por grave repressão política que afetava a vida pública com a supressão das manifestações e a limitação dos espaços de interação social por meio da instauração, pelos militares, da censura, dentre outros instrumentos de coerção e controle disciplinar⁴³. (JARDIM PINTO, 2003, p. 43)

Nesse contexto, por mais contraditório e subversivo que possa parecer, emergiu um movimento de mulheres (intelectuais na sua maioria) pertencentes às camadas médias da estrutura sócio-econômica brasileira que buscavam novas formas para a expressão de seus direitos *como mulheres*. Na luta contra a ditadura, defrontavam-se com a supremacia masculina dentro das chamadas “organizações de esquerda”, que as impediam de participar

⁴¹ Período da economia brasileira compreendido entre os anos de 1969 a 1973, no qual o país passou por um acelerado crescimento industrial, fato que gerou empregos e promoveu o aumento da renda dos trabalhadores, embora com uma conseqüente ampliação da concentração de renda. (HERMANN, 2005, p. 387)

⁴² É importante lembrar que após a independência do Brasil (1822), com a primeira “Lei Geral Relativa ao Ensino Elementar”, decreto outorgado por Dom Pedro I (datado de 15 de outubro de 1827), o acesso à educação tornou-se público e gratuito, mas ainda não universal. Com conteúdos diferenciados dos ministrados aos homens, as mulheres não eram educadas para um desempenho profissional, mas somente para atividades domésticas. Houve grande demanda para a formação de professoras do sexo feminino, pois os tutores deveriam ser do mesmo sexo que seus alunos. A partir das últimas décadas do séc. XIX, o magistério passou a ser visto como uma profissão feminina por excelência (e por isso desvalorizada), sendo associada às qualidades naturalmente “femininas” como, por exemplo, a maternidade, o cuidado e a sensibilidade. Importantes análises sobre a “feminização” do magistério podem ser encontradas em: *Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino* (Jane Soares de Almeida), *Estudos sobre mulher e educação* (Cristina Bruschini e Tina Amado) e *Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação* (Guacira Lopes Louro).

⁴³ Tais como toque de recolher, intimidação verbal, restrição à liberdade de imprensa, prisões arbitrárias, entre outros.

em condições de igualdade nos movimentos de emancipação política, pois o conceito de classe e a luta política deveriam ser priorizados em relação ao de sexo.

Lembra a historiadora e cientista política Céli Regina Jardim Pinto que a postura feminista de influência marxista seguia algumas estratégias políticas para superar tais impedimentos, como a percepção da necessidade do emprego de uma linguagem diferenciada (masculina e marxista) para expor a dimensão feminina das questões que eram colocadas em pauta nas discussões esquerdistas. (Idem, p. 49-52) Observa Jardim Pinto que essas mulheres desafiavam e colocavam em xeque as relações de poder estabelecidas no interior dos grupos políticos de esquerda⁴⁴, pois muitas possuíam referências ideológicas marxistas a partir das quais pensavam as relações entre os sexos⁴⁵. Paulatinamente, as feministas foram alcançando sua aceitação na esfera pública como um grupo político importante e, conseqüentemente, conseguindo obter (mesmo que de forma limitada) a valorização de suas reivindicações. Podemos entender essa estratégia de reconhecimento político como articulação fundamental para a entrada das mulheres na esfera política, conforme destaca a historiadora e jornalista Rosanita Monteiro de Campos:

As lutas sociais passaram a ter uma forte presença da mulher. E, ao se incorporar nas lutas gerais de interesse de toda a sociedade, de todo o povo, e não apenas naquelas que lhes interessava especificamente, a mulher foi conquistando o seu direito à cidadania. Foi revelando também toda a opressão que se impunha à sua condição feminina. (CAMPOS, 1988, p.7)

A confluência das ações políticas entre as mulheres envolvidas nos movimentos populares, as mulheres que priorizavam a luta no âmbito dos partidos políticos e as feministas, não aconteceu sem divergências. O debate político das mulheres, nesse período, pode ser caracterizado pela polarização de posições entre uma luta geral contra o sistema ditatorial militar e uma luta específica com formulações e estratégias centradas nas demandas das mulheres. As pesquisadoras e militantes feministas Maria Aparecida Schumacher⁴⁶ e Elisabeth Vargas relembram as incertezas que as atormentavam:

⁴⁴ Importante lembrar que, nesse momento, o marxismo ainda era considerado o principal instrumento teórico de análise no campo da política revolucionária.

⁴⁵ Uma discussão mais aprofundada sobre a crítica feminista do marxismo pode ser encontrada em *Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico*, de Linda Nicholson.

⁴⁶ Maria Aparecida Schumacher, também conhecida como Shuma Schumacher, é militante feminista desde a década de 1970 e foi uma das fundadoras do “SOS Mulher”. Participa da luta contra a violência doméstica desde que essa bandeira foi inicialmente levantada no Brasil, na década de 80. Devo agradecê-la pela a gentileza e disponibilidade para uma conversa informal no seminário *Constituição 20 anos: Estado, Democracia e Participação Popular*, realizado em novembro de 2008 na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF. Também sou

As mulheres que faziam parte desses grupos, vindas quase que na sua totalidade dos agrupamentos de esquerda, debatiam-se com questões de fundo: feminismo ou feminino? Luta geral ou luta específica? Da salvação do povo ou da classe operária - dependendo da linha política - para a salvação das mulheres e a derrocada do patriarcado. Por onde começar, quais questões abordar, quais mulheres "salvar"? Todas? As mais oprimidas? E quem é o inimigo principal: o homem ou o capitalismo? E afinal quem somos? Cadê a nossa identidade e o nosso prazer? O que fazer com nossa sexualidade? Onde colocamos nosso afetivo, nossos filhos, nossos homens? Seremos todas irmãs na luta pela igualdade? E a liberdade, onde vamos encontrá-la? (SCHUMACHER & VARGAS, 1993, p. 349, destaque das autoras)

Em meados de 1970, no bojo do surgimento dos movimentos sociais formados pelas “minorias⁴⁷”, com a agenda de que o “pessoal é político”, os movimentos feministas organizados passaram a ser entendidos não apenas como uma bandeira mobilizadora de luta em defesa das mulheres, mas como um instrumento contra a opressão às quais eram submetidas. Promoviam questionamentos profundos em relação à estrutura patriarcal da sociedade; apareciam em várias frentes, dentre elas: a luta contra violência sexual, a reivindicação de acesso a métodos contraceptivos, a democratização do acesso às instituições políticas e a busca por melhores condições de vida. Em virtude do caráter multifacetado de suas identidades e reivindicações, é possível verificar que os movimentos feministas lutavam também contra o alto custo de vida e, mesmo dentro de uma política de repressão por parte do governo militar, buscavam a consolidação dos movimentos oposicionistas ao governo, articulando uma política de oposição ao sistema político ditatorial. (SAID & ESMERALDO, 2006, p.229)

Em 1975, foi criado o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)⁴⁸, sendo a primeira estruturação pública e oficial de questionamento da ditadura militar com o objetivo de “(...) articular as lutas e mobilizações em defesa dos presos políticos, pelo retorno dos banidos, por uma anistia ampla geral e irrestrita”, denunciando as repressões impostas aos brasileiros pelo governo militar. (COSTA, 2005) Independente do apoio ou da participação de partidos políticos, o MFPA era liderado pela advogada Terezinha Zerbini, que teve seu esposo General Zerbini perseguido e preso após o golpe de 1964. O MFPA foi bem recebido pela sociedade pelo seu pioneirismo e incansável trabalho de luta contra as arbitrariedades do regime militar.

imensamente grata pela sua generosidade em enviar artigos de sua autoria para que eu pudesse ampliar minhas leituras e aprofundar meus conhecimentos sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

⁴⁷ Nesse momento observa-se a organização e a mobilização de grupos de negros, de índios e de homossexuais.

⁴⁸ Em 1980, o nome do movimento foi alterado para *Anistia e Liberdades Democráticas* e tornou-se um movimento marcado pelo vigor nacionalista.

Este movimento pela Anistia ganhou legitimidade como um importante instrumento de resistência democrática e teve um grande número de adeptas⁴⁹, principalmente em virtude da divulgação das idéias do MFPA no seu órgão de imprensa, o informativo “Maria Quitéria” (capa do Boletim Maria Quitéria N°. 1 no Anexo 03). O MFPA reuniu mulheres “(...) que chamaram para si a luta contra a violação dos direitos humanos.” (CAMPOS, 1988, p. 43)

Houve uma crescente incorporação das mulheres nas lutas contra o aumento do custo de vida, o abandono dos bairros populares, a dificuldade do acesso à saúde e à educação, o sistema de transporte coletivo deficitário, entre outras demandas. A mobilização das mulheres em torno dessas questões tiveram importantes reflexos no desenvolvimento dos movimentos feministas. Ainda em 1975, começaram a surgir os primeiros grupos com interesses voltados para a “questão feminina” e tinham como preocupações centrais a denúncia das opressões que as mulheres sofriam pelos homens, a busca do direito pela contracepção e a denúncia das violências sexuais. Junto com o MFPA, estes grupos feministas iniciaram a oposição ao regime e o processo de acumulação de força política. Entretanto, o embate não foi pacífico e a ditadura militar agiu contra muitas mulheres que se colocavam no caminho da resistência. Lembra Rosanita Monteiro de Campos:

Não eram apenas opositoras ao regime, eram mulheres que não haviam respeitado o papel que o machismo e a discriminação havia-lhes imposto. Tinham que pagar um preço - e caro - por isso. Poucas foram aquelas que, posteriormente presas, não foram vítimas de abusos sexuais em mãos de torturadores. Não tinham que ser apenas reprimidas, tinham que ser violentadas para pagar o preço de tentarem se equiparar aos homens, em seus direitos, e na luta por eles. (CAMPOS, 1988, p. 27)

Também no ano de 1975, a ONU (Organização das Nações Unidas) promoveu o *Ano Internacional da Mulher* e aconteceu no México o *Congresso Internacional da Mulher*. A partir dessas iniciativas e eventos, temas sobre a “condição da mulher⁵⁰” foram se tornando recorrentes como objetos de discussão e de pesquisas no meio acadêmico e, do mesmo modo, nas organizações partidárias. Resultado desses movimentos foi a criação, em setembro de 1975 no Rio de Janeiro, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB).

⁴⁹ Vale ressaltar que a maior parte das militantes do MFPA teve seus maridos e parentes torturados e assassinados por militares na época da ditadura militar.

⁵⁰ “Condição da mulher”, “posição feminina”, “situação da mulher” (e outras análogas) são expressões que foram muito utilizadas nos anos 70 e 80 para designar o estado material (*status* social, político, econômico) das mulheres - em comparação aos homens - na sociedade. Como os termos “condição/situação” implicam uma abordagem essencialista e sugerem a inferiorização das mulheres como sendo intrínseca e natural, parte dos movimentos feministas contemporâneos esforça-se para que essas expressões caiam em desuso, já que trazem consigo uma linguagem simbólica que naturaliza a subordinação das mulheres aos homens.

Abrigando diferentes tendências dos movimentos feministas, o CDMB formou um núcleo de estudos para promover seminários, discussões, pesquisas e outras atividades envolvendo mulheres. Assim como outros grupos das chamadas “minorias”, as feministas buscavam criar uma linguagem própria, capaz de orientar seus rumos para o reconhecimento da identidade das mulheres como novas personagens na arena política.

Com a “lenta, gradual e segura” abertura política e o começo do processo de redemocratização do país iniciado por Ernesto Geisel (1907-1986)⁵¹, tornam-se visíveis as primeiras manifestações públicas de mulheres que reivindicavam seus direitos. Exemplo dessas articulações pode ser encontrado no apelo feito pela Deputada Estadual por São Paulo Dulce Salles Cunha Braga (em 05 de dezembro de 1975 na Assembléia Legislativa paulista) com a Moção N°. 1.139, que propunha a criação de um Ministério de Assuntos Femininos (Anexo 04).

Margareth Rago, historiadora atenta à atuação dos movimentos feministas e de mulheres, apresenta no texto *Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global* (2003) um breve histórico dos movimentos feministas no Brasil e analisa a crescente participação das mulheres em diversas esferas de atividade na sociedade brasileira. Sobre os grupos de feministas formados especialmente na segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, Rago ressalta a busca pela criação de uma linguagem própria para falar sobre as mulheres:

Somente depois desse primeiro momento de afirmação do feminismo enquanto movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, mas que também se colocava na luta pela redemocratização do país, é que as feministas passaram a propor uma nova concepção da política, ampliando os próprios temas que constituíam o campo das enunciações feministas na esfera pública. (RAGO, 2003, p. 6)

Como vimos, no final da década de setenta, paralelo ao processo de abertura política - marcado por múltiplas e heterogêneas relações de forças e de valores - abriu-se a possibilidade para a ampliação dos debates políticos a segmentos sociais antes pouco considerados como, por exemplo, os movimentos feministas⁵². Estes reivindicavam, dentre outras demandas, a redistribuição do poder de forma mais igualitária entre os sexos e o

⁵¹ No período de 1974-1979, o General Ernesto Geisel foi Presidente da República (o quarto chefe de Estado do regime militar instaurado pelo golpe de 1964).

⁵² Também são exemplos os movimentos negro, homossexual, indigenista, dos sem terra, entre outros.

aumento do número de mulheres na política institucional e no mercado de trabalho. Nesse sentido, informa a cientista política Eli Diniz:

Na esteira da modernização capitalista implementada a partir dos anos 70, ocorreram profundas alterações na morfologia social em relação às quais previa-se certo tipo de resultados no plano institucional. Em especial, tendo como ponto de partida a pluralização da sociedade brasileira com o correspondente aperfeiçoamento da capacidade organizacional dos atores fundamentais, a expectativa era de que haveria uma remodelação do aparato institucional, permitindo maior autonomia dos grupos sociais frente ao Estado, maior competitividade política e regras estáveis para a regulação do conflito. (DINIZ, 1989, p. 10)

Nas eleições parlamentares ocorridas em 1978 para definir a composição do Congresso Nacional para a 46ª legislatura (1979-1983), os dois partidos políticos do período (ARENA e MDB⁵³) não incorporaram em seus programas de ação nenhuma questão relativa às mulheres. Sobre esse fato, Maria Aparecida Schumacher e Elisabeth Vargas ressaltam:

O Brasil continuava sendo uma ditadura, e a sociedade civil se organizava de mil maneiras. Depois da anistia conquistada em 79, houve as *Diretas Já*. O bipartidarismo (ARENA/direita e MDB/esquerda) que reinava absoluto até então e que nos colocava a todas, as da luta geral e as da luta específica num mesmo barco, minimizando nossas diferenças, naufragava nas águas da (social) democracia ou do socialismo, que velozmente vinham ao nosso encontro. (SCHUMACHER & VARGAS, 1993, p. 350)

É importante lembrar que em 8 de Março de 1979 foi realizado o *I Congresso da Mulher Paulista* durante as comemorações do *Dia Internacional da Mulher*. Este congresso foi promovido por diversos grupos feministas para dar maior repercussão às suas demandas. Destaca Rosanita Monteiro de Campos que “(...) a sua realização buscava, de alguma maneira, refletir sobre a crescente participação da mulher, que se fazia sentir em todos os níveis da sociedade. Durante a década de 70, só para citar um exemplo, a presença da mulher no mercado de trabalho crescera 35%.” (CAMPOS, 1988, p. 53) Neste mesmo ano, em agosto, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo promoveu o *I Congresso da Mulher Metalúrgica*. Lembra Campos que a participação feminina nas lutas sindicais passou a ser uma realidade sentida pelos sindicatos:

⁵³ Respectivamente Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro.

Salário igual para trabalho igual, o desrespeito a legislação de creches, os problemas da saúde da mulher trabalhadora, entre outros, passam a figurar em todas as pautas de reivindicações. O sindicato passava a ter uma base feminina significativa, que tinha problemas específicos e que necessitava ser assumido pelo conjunto da categoria. O movimento sindical, ainda que predominantemente masculino, foi sensível a esta nova realidade, promovendo e estimulando a participação feminina nas lutas sindicais e no sindicato. (Idem, p.59)

O início da década de 1980 foi bastante promissor para os feminismos brasileiros e esse período ficou marcado pela consolidação desses movimentos, os quais passaram a se organizar principalmente em torno de discussões sobre a inserção das mulheres na arena política. Em fevereiro de 1981 foi realizado - no ginásio do Pacaembu⁵⁴ reunindo aproximadamente 5000 (cinco mil) mulheres - o *III Congresso da Mulher Paulista*, que “(...) representou um marco para todo o movimento feminino. A partir daí ele passou a viver uma nova e rica dinâmica, caracterizada pela organização das Federações de Mulheres na maioria dos estados do Brasil.” (Idem, p.81) Também em 1981, o governo brasileiro ratificou a *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*, firmada pela ONU no ano de 1967, em que ficou acertado entre os países signatários o compromisso de eliminar todas as restrições contra as mulheres trabalhadoras. A partir dessa *Convenção*, foram inseridos nos discursos políticos temas sobre a “situação” das mulheres no país. Como consequência, algumas empresas e órgãos passaram a aceitar mulheres no quadro de funcionários. Podem ser exemplos dessa aceitação a presença feminina nas polícias civil e militar (em diversas unidades da federação), na Academia Brasileira de Letras e na Petrobrás.

Durante as campanhas eleitorais iniciadas em 1981 para eleger os governadores de estado, as mulheres foram evidenciadas como novas personagens no cenário histórico-político brasileiro. O PMDB, com vistas às eleições no ano seguinte, levou para seu interior um grupo influente do movimento de mulheres paulistas e, com isso, passaram a ser pauta de debates algumas das reivindicações dos movimentos feministas; dentre elas, a criação de um órgão na estrutura institucional do Estado que atendesse e incorporasse os interesses específicos das mulheres. A esse respeito, informam a advogada Magnólia Said e a socióloga Gema Esmeraldo:

A idéia de criar espaços democráticos e de influir nas políticas públicas leva o grupo de mulheres ligado ao PMDB a apresentar a Franco Montoro, candidato nas eleições de 1982 ao governo de São Paulo, uma proposta de criação de um Conselho Estadual da Condição

⁵⁴ Localizado na cidade de São Paulo.

Feminina – CECF. Com a vitória de Montoro, as mulheres elaboram uma proposta de conselho e uma minuta de decreto, que é assinado em abril de 1983. (SAID & ESMERALDO, 2006, p.230)

Vale ressaltar que a criação de Conselhos (e de Ministérios) que tratassem exclusivamente das questões femininas nunca foi consensual no interior da pluralidade dos movimentos feministas, conforme analisam Said & Esmeraldo:

Alguns grupos de mulheres entendem que é importante a inserção das feministas nos partidos políticos para a introdução do debate da problemática da mulher nas plataformas de campanha e para disputar cargos eletivos. Outros grupos entendem que se deve priorizar a atuação dos movimentos em torno das questões específicas da mulher, preservando sua autonomia. (Idem, p.231)

Em 1983, por meio de um decreto⁵⁵ de Franco Montoro⁵⁶, foi criado o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF-SP), reivindicação feminista existente desde as décadas de 60 e 70. Segundo Jardim Pinto e Said & Esmeraldo, duas tendências principais dos movimentos feministas brasileiros estruturaram as discussões que pautaram a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina em São Paulo: o feminismo **radical**, que defendia um movimento autônomo em busca da defesa dos interesses específicos das mulheres, e o feminismo **socialista**, que defendia a luta pela emancipação das mulheres como uma parte de uma luta mais ampla cujo objetivo era a transformação da sociedade. (JARDIM PINTO, 2003, p. 71; SAID & ESMERALDO, 2006, p.230)

Como veremos, os anos 80 são a época de grande força dos movimentos feministas brasileiros. Nessa década, a agenda dos movimentos feministas buscava principalmente combater a violência e as discriminações contra as mulheres com bandeiras de lutas como: “quem ama não mata” e “o silêncio é cúmplice da violência”. Nesse período, os movimentos em defesa das mulheres cumpriram o importante papel de romper com o silêncio: foram acentuadas as denúncias das diferentes formas de violências - físicas ou simbólicas - e das diversas opressões sofridas pelas mulheres; com isto, promoveram o enfrentamento da violência e lutaram contra a impunidade dos agressores⁵⁷. Gradativamente, os movimentos de

⁵⁵ O Conselho Estadual da Condição Feminina foi criado pelo Decreto N°. 20.892, de 4 de abril de 1983, e institucionalizado pela Lei N°. 5.447, de 1º de dezembro de 1986. Informações disponíveis em: <http://www.condicaoofeminina.sp.gov.br/portal.php/hist> Acesso em Julho de 2010.

⁵⁶ Governador do estado de São Paulo na época, vencedor no pleito de 1982.

⁵⁷ Um dos casos mais marcantes que tornou pública a questão da violência doméstica foi o assassinato da atriz e *socialite* Ângela Diniz pelo seu companheiro, o empresário Raul “Doca” Fernandes do Amaral Street, em 1976. O primeiro julgamento do agressor, ocorrido em 1979, considerou o réu inocente da acusação, com a justificativa

mulheres aumentaram, diversificaram e difundiram os objetivos feministas. Uma das conseqüências marcantes das articulações das vozes feministas foi a criação de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM's)⁵⁸, graças ao reconhecimento oficial do problema da violência doméstica.

Após a afirmação do feminismo como movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres e pela redemocratização do país, as militantes dos movimentos feministas passaram a ter uma nova concepção da política e ampliaram as pautas de reivindicações feministas em relação à esfera pública. Questões antes entendidas como especificamente femininas (e, portanto, restritas à vida privada⁵⁹ e não pertencentes ao campo político - leia-se masculino), foram levadas à esfera pública, a partir da utilização de uma linguagem discursiva própria. Isto pode ser traduzido, no campo teórico, como o surgimento das bases do que mais tarde será entendido como uma “epistemologia feminista” - inovadora em suas problematizações e conceitualizações - que emergiu transversalmente à expansão e visibilidade das produções acadêmicas elaboradas sob uma perspectiva feminista.

Em 1984, um grupo de feministas que estiveram envolvidas com o projeto de criação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo organizou, com a participação de deputadas estaduais e vereadoras, o *Seminário Mulher e Política*, cujo objetivo foi a discussão em torno da proposta da criação de um órgão nacional de defesa da mulher. Nesse contexto de incorporação das demandas dos movimentos feministas e de luta pelo fortalecimento e autonomia das mulheres, foi criado (como uma resposta do governo federal a essas reivindicações) em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Enquanto instância institucional, o CNDM nasceu com os objetivos de representar os interesses dos movimentos feministas e de mulheres e estimular a participação da sociedade civil junto à administração pública.

da defesa de sua honra. A promotora recorreu da sentença e, dois anos depois, aconteceu um novo julgamento, no qual o empresário foi condenado a 15 anos de prisão em regime fechado. Informações obtidas no sítio eletrônico do Jornal Globo, disponíveis em: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-250495,00.html/> Acesso em Janeiro de 2010. Mais exemplos de casos notórios acerca da violência doméstica podem ser encontrados no livro de Lia Zanotta Machado *Feminismos em Movimento* (2010).

⁵⁸ As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM's) são delegacias de polícia de defesa dos direitos da mulher e foram criadas em 1985, no Governo Franco Montoro (SP), para atender mulheres vítimas de violência e discriminação. A primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher foi criada mediante o decreto Nº. 23.769/85.2, por meio da iniciativa do então Secretário de Segurança Pública Michel Temer. Informações obtidas no sítio eletrônico da Rede de Direitos Humanos & Cultura, disponíveis em: www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jglobal/redesocial/redesocial_2001/cap4_delegacia.htm Acesso em Janeiro de 2010.

⁵⁹ Citamos como exemplo as questões relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade, à saúde da mulher, à saúde reprodutiva, entre outros.

Principalmente após a criação do CNDM as questões da esfera privada passaram a ter maior destaque nos meios de comunicação, tanto pela prática cotidiana quanto pelos debates acadêmicos promovidos por grupos feministas. Em consequência dessa visibilidade, dentre as várias bandeiras de mobilização e organização política das mulheres, duas destacam grande importância: a primeira trata de questões específicas para as mulheres, como a reforma das leis de aborto, dos direitos reprodutivos, das leis do divórcio e outras; a segunda refere-se ao associativismo das mulheres provenientes de diversos grupos. Exemplos disso são as organizações patronais e sindicais, pois representam uma espécie de “arena de preparação” para as principais lutas a serem enfrentadas na política institucional. (JARDIM PINTO, 2003, p.53 *et seq.*)

Nesse momento, é possível identificar nos movimentos feministas brasileiros influências dos movimentos feministas americanos e europeus (e suas agendas) por maior participação política das mulheres. A ênfase das demandas recaía sobre a ampliação os direitos de cidadania, conforme lembra a cientista social Cátia Aida Silva,

A noção de que os direitos políticos, civis, sociais e humanos deveriam ser efetivamente gozados e exercidos por todos os cidadãos brasileiros deu origem a um discurso pela cidadania, cada vez mais legítimo aos olhos de importantes segmentos sociais. O discurso pela cidadania traduzia, no final da década de 1980 e início dos anos 1990, um projeto democrático que reivindicava o fim das desigualdades e a ampliação da participação da sociedade civil nos assuntos públicos. Estas reivindicações atravessaram os anos de 1980, foram fortalecidas pela Constituição e difundidas ao longo da década de 1990. (AIDA SILVA, 2003, p. 20)

Em 1986, com o fim do regime militar instaurado no país desde 1964, ocorreu a eleição de parlamentares para a formação da Assembléia Nacional Constituinte. Nessas eleições, de forma inédita, a presença de uma bancada feminina se fez visível na Câmara dos Deputados e contou com a participação de 26 deputadas (embora nenhuma senadora), a saber⁶⁰:

1. Abigail Feitosa – PSB/BA
2. Anna Maria Rattes – PSDB/RJ
3. Benedita da Silva – PT/RJ
4. Beth Azize – PSDB/AM
5. Beth Mendes – PMDB/SP

⁶⁰ Informações obtidas no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, disponíveis em: <http://www.camara.gov.br> Acesso em Janeiro de 2010.

6. Cristina Tavares – PDT/PE
7. Dirce Tutu Quadros – PSDB/SP
8. Eunice Michiles – PFL/AM
9. Irma Passoni – PT/SP
10. Lídice da Mata – PCdoB/BA
11. Lúcia Braga – PFL/PB
12. Lúcia Vânia – PMDB/GO
13. Márcia Kubitschek – PMDB/DF
14. Maria de Lourdes Abadia – PSDB/DF
15. Maria Lúcia – PMDB/AC
16. Marluce Pinto – PTB/RR
17. Moema São Thiago – PSDB/CE
18. Myriam Portella – PSDB/PI
19. Raquel Cândido – PDT/RO
20. Raquel Capiberibe – PSB/AP
21. Rita Camata – PMDB/ES
22. Rita Furtado – PFL/RO
23. Rose de Freitas – PSDB/ES
24. Sadie Hauache – PFL/AM
25. Sandra Cavalcanti – PFL/RJ
26. Wilma Maia – PDT/RN

Em uma rápida análise, é possível observar que essa bancada feminina possui uma tendência mais conservadora em relação aos hábitos e costumes da sociedade⁶¹: 19 deputadas são filiadas a partidos considerados político-ideologicamente de “direita” e “centro-direita” (PSDB, PMDB, PFL e PTB), ao passo que 07 mulheres são de partidos de “esquerda” (PSB, PT, PDT e PCdoB)⁶². As mulheres das regiões Sudeste e Norte são representadas por 08

⁶¹ Conforme François Chatelet em *História das Idéias Políticas* (1995), especialmente p. 85 *et seq.*

⁶² Essa identificação dos partidos políticos em relação ao espectro ideológico foi sugerida por Bolívar Lamounier em *Partidos Políticos*: “(...) é possível identificar os partidos que mais influência têm tido, seja ao nível nacional, estadual ou municipal, na formação dos governos e no processo legislativo, ao longo dos últimos 11 anos. Ao centro do espectro ideológico, encontram-se o PMDB e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) [...] À direita, destacam-se PFL, PTB e PPB (Partido Popular Brasileiro), sendo este último fruto da fusão do PPR (formado por ex-membros do PDS, que se dissolveu) com o pequeno PP (Partido Popular). Dos três, o PFL é o mais influente, sendo o segundo maior partido parlamentar desde 1986. [...] Finalmente, à esquerda, sobressaem o PT e o PDT”. Informações disponíveis em: www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm. Acesso em Maio de 2010.

deputadas (cada região), seguidas por 07 deputadas nordestinas, 03 vindas do Centro-Oeste e nenhuma da região Sul.

Ao liderar um processo de articulação junto aos parlamentares constituintes, é importante destacar que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promoveu, junto com esta bancada feminina (que atuou, muitas vezes, de forma supra-partidária, ou seja, independente de posicionamentos político-ideológicos), diversas campanhas para defender as agendas feministas e para abrir o espaço de debate público às demandas específicas das mulheres⁶³. De acordo com Jardim Pinto, a partir da década de 80 - momento em que ocorreram substanciais transformações no quadro político-institucional do país - a relação dos feminismos com o campo político deve ser examinada a partir de três perspectivas que se complementam: 1. a conquista de espaços no plano institucional, por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher; 2. a presença de mulheres nos cargos eletivos; e 3. as formas alternativas de participação política. (JARDIM PINTO, 2003, p.68)

As considerações de Jardim Pinto (*op.cit.*), no que tange ao exame da relação dos feminismos com o campo político, são importantes e devem ser levadas em consideração, pois indicam não uma relação causa-conseqüência (a conquista de espaços no plano institucional leva à presença de mulheres nos cargos eletivos e amplia as formas alternativas de participação), mas uma complementaridade dos fatos. Reflexos das iniciativas em relação à instituição de formas alternativas de participação política das mulheres (o que pode ser traduzida como a presença de mulheres em altos postos, bem como a conquista de novos espaços de luta) são a criação de diversas ONG's (Organizações Não-Governamentais) ligadas às questões de gênero e às agendas específicas das mulheres. Dados coletados pela ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais)⁶⁴ indicam a existência, atualmente, de mais de 50 (cinquenta) ONG's cadastradas na área temática "Relações de Gênero". Entre as mais conhecidas em virtude de suas manifestações, militância e ativismo político estão:

AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento

CDD-BR - Católicas pelo Direito de Decidir

CEMINA - Comunicação, Educação e Informação em Gênero

⁶³ Esse assunto poderá ser visto mais detalhadamente no segundo capítulo desta tese, onde procuramos desvendar as intrincadas relações estabelecidas em torno da criação e afirmação do CNDM como espaço institucionalizado que buscava, em princípio, uma transformação das decisões políticas em relação aos assuntos ligados principalmente às demandas das mulheres.

⁶⁴ Dados extraídos do sítio eletrônico da ABONG, disponível em: <http://www.abong.org.br/> Acesso em Julho de 2008.

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

CMV - Coletivo Mulher Vida

CNBL - Centro Nacional Bertha Lutz

CRIOLA - Organização da sociedade civil conduzida por mulheres negras

CUNHÃ - Coletivo Feminista

FALA PRETA! - Organização de Mulheres Negras

GTC-AESS - Grupo Transas do Corpo - Ações Educativas em Saúde e Sexualidade

SOF - Sempre Viva Organização Feminista

SOS CORPO - Instituto Feminista para a Democracia

Nos anos 1990, houve uma ampliação dos debates na comunidade acadêmica sobre as questões de gênero e uma maior difusão dos movimentos feministas. Passaram a ser pautas de importantes discussões as formulações de políticas públicas com temas voltados principalmente⁶⁵ para o planejamento familiar e promoção de programas específicos para o combate a violência doméstica e de prevenção da AIDS e de outras DST's⁶⁶. Segundo os levantamentos feitos pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)⁶⁷, nos anos 1990 foram aprovadas aproximadamente 30 (trinta) leis voltadas direta ou indiretamente para a afirmação e ampliação dos direitos das mulheres. Dentre elas, destacam-se as seguintes temáticas: planejamento familiar e união estável; cotas por sexo para as eleições; proteção ao mercado de trabalho das mulheres e obrigatoriedade do registro de paternidade.

Os anos 2000 têm como característica principal a luta para a implementação e manutenção dos direitos anteriormente conquistados. As articulações e coalizões feitas pelos movimentos feministas conseguiram alguns avanços inovadores no âmbito político e promoveram mobilizações populares para a conscientização da força política que as mulheres representam. Exemplos dessas mobilizações são as organizações de lideranças femininas nas mais diversas frentes de atuação militante: união/associação de mulheres indígenas; conferências (municipais, estaduais e federais) de políticas para as mulheres; programas de promoção à igualdade de gênero; marchas de trabalhadoras rurais; Marcha das Margaridas (luta contra a violência no campo); Marcha Mundial de Mulheres (luta contra a feminização

⁶⁵ Importante lembrar que também continuou objetivo de interesses das mulheres a valorização e remuneração do trabalho doméstico, o combate ao tráfico internacional de mulheres, entre outros.

⁶⁶ DST's é a sigla que se refere a "Doenças Sexualmente Transmissíveis", dentre as quais estão: AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), HPV (Vírus do Papiloma Humano), sífilis, herpes genital, gonorréia, hepatite B, candidíase, entre outras.

⁶⁷ O CFEMEA é uma organização não-governamental que, de forma autônoma e suprapartidária, faz o acompanhamento da presença das mulheres e das pautas feministas nos processos de participação e de representação política.

da pobreza); promoção da visibilidade lésbica; combate à homofobia e à exploração sexual, entre outras. Resta saber quais os desdobramentos das ações reivindicatórias junto ao CNDM, pois como observa a socióloga Almira Rodrigues:

Uma maior expressão feminina no âmbito dos poderes do Estado, da sociedade civil organizada e dos partidos políticos tende a contribuir para recomposições nas relações de gênero e para rupturas com visões fundamentalistas, sexistas, racistas, preconceituosas e discriminatórias. (RODRIGUES, 2006, p.33)

Atualmente, encontram-se em fase de tramitação no Congresso Nacional aproximadamente duzentas proposições voltadas para a ampliação dos direitos de cidadania das mulheres e para a promoção da igualdade de gênero. As principais temáticas encontradas são: proteção ao mercado de trabalho para as mulheres contra a discriminação salarial⁶⁸; atendimento na rede pública de saúde das vítimas de violências física e sexual; educação sexual nas escolas; parceria civil registrada; descriminalização⁶⁹ parcial ou total do aborto; legalização do aborto; reprodução humana assistida; criminalização do assédio sexual; cotas por sexo no âmbito dos poderes Executivo e Judiciário⁷⁰.

A arena política - tradicional local de debates carregados de valores patriarcais - tem sido lentamente ocupada pelas mulheres. De um modo geral, já é possível falar da visibilidade (embora ainda pequena) das mulheres nos processos eleitorais, nas organizações não-governamentais, nas atividades parlamentares, no aparelho estatal; enfim, no campo político

⁶⁸ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - em recente pesquisa sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - o rendimento de trabalho das mulheres continua inferior ao dos homens. Em 08 de Março de 2010, o IBGE publicou o trabalho especial *Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas*, que teve como objetivo apresentar um panorama das mulheres no mercado de trabalho. O estudo realizado mostrou que rendimento de trabalho das mulheres, estimado em R\$ 1.097,93, continua inferior ao dos homens (R\$ 1.518,31). Em 2009, comparando a média anual de rendimentos dos homens e das mulheres, verificou-se que as mulheres ganham em torno de 72,3% do rendimento recebido pelos homens. O estudo revelou ainda que, considerando um grupo mais homogêneo, com a mesma escolaridade e do mesmo grupamento de atividade, a diferença entre os rendimentos persiste. Tanto para as pessoas que possuíam 11 anos ou mais de estudo quanto para as que tinham curso superior completo, os rendimentos da população masculina eram superiores aos da feminina. Dados disponíveis em: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1567&id_pagina=1 Acesso em Março de 2010.

⁶⁹ Legalizar e descriminalizar são conceitos diferentes e a confusão que muitas pessoas fazem em relação a esses dois termos faz jus a uma breve explicação. Atualmente o aborto é proibido e sua realização é crime previsto no Código Penal Brasileiro, artigos de 124 a 128. *Descriminalizar o aborto* traduz o entendimento de que a via penal não é a melhor forma de tratar a questão do aborto, ou seja, é retirado da conduta o caráter de criminoso. Entretanto, o fato (aborto) continua sendo ilícito (proibido), mas deixa de ser punível do ponto de vista do Direito Penal. *Legalizar o aborto* traduz o entendimento de que o aborto é descriminalizado (não é crime) e deixa de ser um ilícito, não sendo passível de qualquer tipo de sanção.

⁷⁰ Dados extraídos do sítio eletrônico do CFEMEA, disponível em: www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=1. Acesso em Julho de 2008.

brasileiro. Sobre esta ampliação das esferas de atuação das mulheres, Almira Rodrigues comenta:

Paulatinamente, os movimentos de mulheres passam a incorporar a discussão sobre os efeitos do processo de globalização e da implantação dos programas de ajuste estrutural - com medidas de abertura das economias nacionais, de desregulação dos mercados, de flexibilização dos direitos trabalhistas, de privatização das empresas públicas, de corte nos gastos sociais e de controle do déficit público - particularmente sobre a vida das mulheres. (RODRIGUES, 2001, p. 3)

Esta relativa ascensão das mulheres no cenário público evidencia conquistas alcançadas após muitos embates, resistências e coalizões na busca pelo empoderamento que inclui e exige igualdade de condições de acesso principalmente quanto à participação na política formal⁷¹ do país.

O termo empoderamento, como já mencionado⁷², consiste em um neologismo criado a partir da tradução do termo em inglês *empowerment* e seu conceito remonta suas origens com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos na década de 1970, por meio da bandeira de luta do poder negro. Rose Braidotti, ao tratar da diferença sexual segundo as perspectivas feministas contemporâneas, identifica o empoderamento como uma expressão criada pelo feminismo anglo-saxão para aludir às estratégias que objetivam conferir poder às mulheres nos mais diversos campos de ação política. Contudo, a autora alerta que a tradução literal perde a contundência original e se converte em um incômodo neologismo, por isso prefere a utilização de expressões como “potencializador”, “estimulante” (BRAIDOTTI, 2000, p.34). A esse respeito, em uma posição claramente situada, ela lembra:

Precisamos aprender a pensar de maneira diferente sobre nossa condição histórica; precisamos nos reinventar. Este projeto transformador começa com a renúncia aos hábitos de pensamento historicamente estabelecidos que, até agora, têm fornecido a visão “padrão” da subjetividade humana. (Idem, 2002, p.17)

Em uma importante análise sobre gênero, poder e empoderamento das mulheres⁷³, a socióloga Ana Alice Costa (s/d) relata que a expressão “empoderamento” passou a ser utilizada pelo movimento de mulheres ainda na década de 70 e destaca que entender a questão

⁷¹ Por “política formal” entendemos ser a atividade exercida por políticos legitimados pelo voto popular (ou indicação de alguém que foi eleito pelo voto) para cumprir obrigações laborais no aparelho político-administrativo do Estado para a busca (pelo menos em tese) do bem comum.

⁷² Vide Introdução deste trabalho, página 7.

⁷³ *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*, s/d. Disponível em: http://www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf

do poder nas relações de gênero (e a sua importância para as mulheres) é fundamental, já que este poder opera em todos os níveis da sociedade, sendo inerente às relações econômicas, culturais, sociais e pessoais. Conforme argumenta a socióloga, “(...) as relações de poder se mantêm porque os vários atores - tanto os dominadores como os dominados - “aceitam” as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades⁷⁴”; e esta aceitação é construída a partir dos valores da nossa cultura patriarcal (que perpetua a opressão e a exploração das mulheres) nos mecanismos de socialização, tais como o sistema educacional, a legislação, as crenças religiosas, entre outras. Na tentativa de superar as desigualdades de gênero, Costa entende que a noção de empoderamento pode ser uma estratégia de emancipação para as mulheres, pois este consiste no:

(...) mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. [...] O empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e a violação sem castigo, o abandono e as decisões unilaterais masculinas que afetam a toda a família.⁷⁵

Entendemos que o termo “empoderamento das mulheres” passou a ser utilizado pelos movimentos feministas como uma das estratégias de agenciamentos para designar suas lutas em busca da ampliação dos espaços de poder. O processo de empoderamento das mulheres busca estimular a atitude reivindicatória, a organização e a qualificação da atuação política das mulheres para fazer frente ao histórico processo de marginalização e ocultamento da participação feminina, principalmente no cenário público. Acreditamos em uma clara intenção de promover a conscientização das mulheres sobre as diferentes formas de exclusão das esferas do poder a que foram (e ainda são) assujeitadas pelo sistema patriarcal. Ao focar a atuação das mulheres e dos movimentos feministas na arena política, em especial na sua relação com o poder Executivo, analisamos, no terceiro capítulo desta tese, as intrincadas relações estabelecidas em torno da criação e afirmação do CNDM como espaço institucionalizado. Seria o Conselho, de fato, uma expressão institucionalizada de empoderamento das mulheres?

⁷⁴ Ibidem, destaque da autora.

⁷⁵ Ibidem.

Sob o impulso dos movimentos feministas da década de 70, e a partir do desenvolvimento de formas mais politizadas de consciência da força que representam, as feministas estenderam suas agendas para o campo acadêmico. Ao mesmo tempo em que buscavam a promoção e defendiam os interesses e os direitos das mulheres, os movimentos feministas aumentaram seu raio de atuação e se expandiram para os círculos universitários. Nesta empreitada, motivados(as) e orientados(as) por uma perspectiva direcionada para os interesses das mulheres, pesquisadores(as) e intelectuais iniciaram a produção de um rico aporte crítico e teórico, sobretudo nas áreas que trabalham questões políticas, antropológicas, historiográficas, sociais, culturais e econômicas. Já não se podia mais negar a necessidade de discutir e pensar na formulação uma epistemologia que levasse em consideração a heterogeneidade e a multiplicidade dos interesses e das posições ideológicas feministas.

Para sustentar as necessidades de um projeto político de emancipação das mulheres - acreditando na função política da construção do conhecimento e que esta consiste em uma dimensão fundamental do poder - os Estudos Feministas e de Gênero incorporaram e aprofundaram as reflexões críticas feitas pelos movimentos feministas. Os EFG podem ser considerados agentes catalisadores não só para a denúncia da parcialidade do conceito do sujeito universal - leia-se homem, branco, ocidental, livre, autônomo, racional e heterossexual - mas também, especificamente em relação à História, para a visibilidade da atuação de sujeitos dotados de historicidade que haviam ficado obscurecidos⁷⁶ por uma escrita historiográfica pretensamente universal.

1.2 Estudos Feministas e de Gênero e o campo historiográfico – um caminho intelectual

1.2.1 Uma epistemologia feminista: Estudos Feministas e de Gênero

Os Estudos Feministas e de Gênero, desde sua emergência acadêmica por volta dos anos 70, buscaram construir um novo campo epistemológico que tentava, em princípio, entender os processos sexuais inscritos na estruturação do social e na produção dos conhecimentos. Trata-se de uma produção teórico-crítica com claras vinculações políticas, cujos objetivos são fundamentalmente desestabilizar “certezas” científicas e construir um caminho intelectual expressivo perspectivado pela questão do gênero.

⁷⁶ Não só as mulheres tornaram-se objeto de interesse histórico, mas também os judeus, os ciganos, os negros, os índios, os homossexuais, entre outros.

Os EFG se opõem aos pressupostos androcêntricos e binários da produção do conhecimento; fomentam um exame crítico dos conceitos operatórios da diferença com relação aos dicotômicos modelos preexistentes; e questionam as resistências culturais do patriarcado pela análise das suas excludentes estruturas sociais. Francine Descarries apresenta esse campo teórico demonstrando a complexidade da dimensão sexuada e hierarquizada das relações sociais:

No contexto das ciências humanas e sociais, designa-se sob o termo “Estudos Feministas” um campo pluridisciplinar de conhecimentos que se desenvolveu no meio universitário a partir dos 70. Não significa estudos unicamente centrados sobre as mulheres, nem corrente homogênea de pensamento, debruçando-se sobre as diferentes problemáticas que concernem diversos instrumentos conceituais e diferentes metodologias para analisar a dimensão sexuada das relações sociais de hierarquização e de divisão social, assim como as representações sociais e as práticas que as acompanham, modelam e remodelam. (DESCARRIES, 2008, p. 2)

Descarries observa que, apesar das divergências existentes no interior dos movimentos feministas, os EFG surgem como um caminho intelectual que:

(...) são igualmente e de forma específica, procedimentos sociológicos e metodológicos para constituir as mulheres enquanto categoria social e colocar o sexo/gênero como categorias de análise, bem como para desconstruir as representações e os mecanismos reconstitutivos da divisão social dos sexos e de outros sistemas de dominação. Parte de um movimento social de maior envergadura, cujos objetivos partilham, os Estudos Feministas contribuem assim à renovação dos saberes, à instauração da incerteza face à pretensa objetividade das ciências instituídas, à transformação das práticas e à formulação de uma visão outra da sociedade. (DESCARRIES, 2000, p. 11)

Conforme sugere Descarries, o principal desafio a ser enfrentado não é a questão da diferença entre os sexos, mas a associação que é feita da diferença anatômica/genital com a desigualdade hierárquica que justifica a dominação de um sexo sobre o outro. Como explicado anteriormente, esta questão suscita vários debates e fomenta inúmeras (re)formulações práticas e teóricas nos mais diversos campos do conhecimento; tal como os movimentos feministas, os EFG têm se desdobrado em múltiplas tendências ideológicas. Entendo que não há como negar as diferenças biológicas/anatômicas entre os sexos; entretanto, a questão a ser denunciada e combatida são as assimetrias firmadas no uso político dessa diferença que institui poder e confere ao masculino um significado simbólico maximizado que é sustentado por um aparato discursivo produtor de efeitos de gênero.

O debate teórico que trata da diferença sexual concebida em termos da dominação e do controle das mulheres para a construção e consolidação da dominação masculina é defendido pela historiadora Joan Scott em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Neste texto, a autora expõe o *modus operandi* de pensar o efeito do “gênero” nas relações sociais e institucionais, pois é o saber que confere significado para as diferenças corporais. Para ela, o gênero promoveu deslocamentos identitários ao questionar o binarismo e transformou a leitura dos corpos num aparato discursivo em constante discussão e reflexão. Em suas palavras, o gênero como categoria de análise é útil porque:

(...) fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p. 88/89)

Segundo a historiadora, a compreensão de gênero - como uma construção social, cultural, histórica e lingüística - nos permite perceber os mecanismos de sua produção e sua estreita vinculação com as relações de poder. Permite ainda o questionamento de categorias universais, entendidas como naturais (homem/mulher) e torna esses conceitos passíveis de serem historicizados.

A força dos discursos sobre gênero - como estratégia discursiva em que as diferenças são construídas e reproduzidas no social - evidencia-se na política que desenha corpos, limita e demarca espaços de atuação de acordo com uma suposta “natureza feminina”. Essa intrincada engenharia social que produz e reproduz a dicotomia dos corpos e dos papéis de homens e mulheres consiste em um olhar absolutamente construído pela matriz patriarcal.

A matriz patriarcal pode ser entendida como uma fonte poderosa e permanente de produção de sentidos, pois constitui um conjunto de valores que determina lugares e posições sociais. Consiste em um fenômeno universal que perpassa todos os espaços da sociedade e é referência implícita da dominação sexual. Configura um tipo hierárquico que exerce influência material e simbólica em relações (homem-mulher-família-trabalho-Estado) alicerçadas na dominação masculina. A cientista política Carole Pateman, em *O Contrato Sexual*, sintetiza o conceito de patriarcado como uma forma de poder político que “(...) se

refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens.” (PATEMAN, 1993, p. 39)

As operacionalizações das representações sociais, tanto em termos materiais quanto em termos simbólicos, revelam as relações de forças existentes na constituição dos sujeitos e das subjetividades, uma vez que o poder opera em múltiplos lugares. Foucault observa que toda relação de força consiste em uma relação de poder e, conseqüentemente, em uma relação política. Esse poder não está localizado apenas em uma centralidade, mas também nos “corpos periféricos” e se opera em múltiplos lugares: “(...) a família, a vida sexual, a maneira com que se tratam os loucos, a exclusão dos homossexuais, a relação entre os homens e as mulheres... todas são relações de forças. Nós só podemos mudar a sociedade com a condição de mudar essas relações.” (FOUCAULT, 2001, p. 473)

A leitura de Foucault demonstra que a manutenção das desigualdades em termos de exercício de poder é ancorada em um discurso de evidências e de violência simbólica⁷⁷ que encobre a natureza construída da diferença sexo/gênero. Essa violência pode ser entendida como uma categoria polissêmica e multicausal - não necessariamente materializável - mas um discurso que legitima a construção histórica e cultural que “(...) pressupõe todo um aparato valorativo, em que o sexo biológico é tomado como parâmetro principal na classificação do humano. A quem serve esta importância desmesurada dada ao sexo biológico? A quem se destina o poder assim instituído?”, questiona Tânia Navarro Swain. (2006, p. 341)

Ao desvelar os mecanismos de construção e o uso político da diferença sob a lógica dos Estudos Feministas e de Gênero, torna-se possível evidenciar os valores e as significações instituídos nestes corpos construídos como “corpos femininos”. Esse efeito produz comportamentos duráveis e remete-nos às reflexões de Teresa de Lauretis sobre a “tecnologia social do gênero”:

(...) quero expressar uma concepção ou compreensão do sujeito (feminino) não apenas como diferente de Mulher com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres [...], mas também como diferente de mulheres, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia do gênero e efetivamente 'engendrados' nas relações sociais. (LAURETIS, 1994, p. 217, destaque da autora)

⁷⁷ Para Heleieth I.B. Saffioti, a violência simbólica consiste em: “fenômeno situado aquém da consciência, o que exclui a possibilidade de se pensar em cumplicidade feminina com homens no que tange ao recurso à violência para a realização do projeto masculino de dominação-exploração das mulheres. Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum.” In *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html Acesso em Julho de 2009.

As tecnologias de gênero criam e marcam corpos e espaços de atuação com base em uma construção ideológica e simbólica do que seja a feminilidade e a masculinidade. Estas representações são formadas por idéias pré-concebidas e por construções que foram naturalizadas fundamentando na biologia o que é, na verdade, culturalmente produzido. Com isso, homogeneizam, normalizam e suprimem todas as possíveis diferenças (como, por exemplo, raça, etnia e orientação sexual) existentes fora de um padrão cultural e socialmente instituído.

A rede de práticas que atrela o corpo a uma ordem social sustenta as posições de dominância de um sexo pelo outro, mantendo e reproduzindo reiteradamente as relações de poder. Para Foucault, esse processo de assujeitamento conforma indivíduos e subjetividades, pois:

(...) se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas” (FOUCAULT, 1999, p.118)

Retomando a discussão a respeito do uso do termo “gênero”, ensina a filósofa francesa Françoise Collin que existem algumas particularidades para a utilização desta terminologia. Segundo ela, o vocábulo “gênero” possui origem anglo-saxã (*gender*) e é largamente utilizado pelas feministas norte-americanas e canadenses de inspiração pós-estruturalista. Já as feministas francesas, ao se referirem a este conceito, optaram pelo uso da expressão “relações sociais de sexo”, pois em francês a palavra *genre* não possui a equivalência de significados da palavra em inglês. Para as européias, a particularidade do uso da expressão “relações sociais de sexo” equivale a uma construção social do sexo e consiste em um conceito que está na base da teoria materialista do feminismo francês de inspiração marxista. (COLLIN, 2009, p. 59-66)

Judith Butler entende que gênero pode ser entendido como o visível, a *performance*⁷⁸, um conjunto de teatralidade, de atributos múltiplos que visibilizam o sujeito no mundo. É um processo em constante construção e transformação, sendo diferente da sexualidade associada

⁷⁸ O conceito de *performatividade* elaborado por Judith Butler apresenta a idéia de que a reiteração de uma norma ou conjunto de normas, cuja produção se dá na repetição e na citação, cria e recria a diferença, colocando na genitália toda a importância do ser. Para ela, o gênero possui características performáticas, fluidas e múltiplas, o que permitiria a ação livre com registro identitário variado e mutante. (BUTLER, 1999, p. 167)

à genitália naquele padrão domesticado, heteronormativo, hegemônico, definido e estabelecido sobre o que é ser masculino e o que é ser feminino. Dialogando com Butler, a antropóloga Nicole-Claude Mathieu - ao tratar da diferenciação entre sexo e gênero (este último concebido como elaboração cultural da diferenciação sexual) e da sobrevalorização desta distinção biológica dada aos sexos - ressalta: “(...) os aspectos simbólicos, discursivos e paródicos do gênero são privilegiados em detrimento da realidade material histórica das opressões sofridas pelas mulheres.” (MATHIEU, 2009, p. 228)

Entendemos o gênero como uma categoria de análise que fomentou uma crítica à cultura patriarcal, denunciou e tornou visíveis os excludentes processos sexuais e hegemônicos que operam na estruturação do social e do conhecimento. Consiste em instrumento analítico de extrema importância para o fomento da ideologia e da prática feminista, no sentido de buscar as transformações das relações humanas.

As limitações do uso desta categoria como instrumento de análises foram identificadas por Linda Nicholson, em *Interpretando o Gênero*, quando esclarece que este conceito foi, num dado momento, utilizado sob duas perspectivas: em oposição ao sexo e como referência às construções sociais. Ao se opor ao sexo, o gênero descreve o socialmente construído em oposição ao aspecto biológico e, nessa concepção, o gênero compreende o comportamento e o sexo a natureza, assim, “(...) por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de “sexo” colaborou com a idéia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudanças.” (NICHOLSON, 2000, p.10)

Como referência às construções sociais associadas à distinção masculino/feminino, interpretando e codificando socialmente “corpos femininos” e “corpos masculinos”, o sexo não é entendido como independente do gênero, mas como um relacionamento entre corpo, personalidade e comportamento que indicam suas diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico. Nas palavras de Nicholson:

Tal concepção do relacionamento entre biologia e socialização torna possível o que pode ser descrito como uma espécie de noção de “portacacos” da identidade: o corpo é visto como um tipo de cabide de pé no qual são jogados diferentes artefatos culturais, especificamente os relativos a personalidade e comportamento. (Idem, p. 12)

O caráter multifacetado dos Estudos Feministas e de Gênero é dotado de uma capacidade ímpar para a promoção de diálogos interdisciplinares e deu visibilidade às

questões políticas e sociais referentes, sobretudo, à tradicional divisão e hierarquia entre os sexos. Em um contexto fortemente marcado pela dominação masculina das mulheres, a conceituação de “gênero” pelas teóricas feministas nas Ciências Humanas fomentou o desenvolvimento da reflexão crítica sobre essa construção cultural que atravessa o tecido social e é historicamente sustentada por estratégicos e mordazes códigos de “construção dos corpos sexuados” impostos ao ser humano desde antes do seu nascimento. Utilizamos a expressão criada por Colette Guillaumin (1978)⁷⁹, quando desenvolveu uma teoria que enfatiza o caráter coercitivo e repressivo da produção dos corpos sexuados desde a infância, por meio da utilização de mecanismos sociais que produziram a conformação dos comportamentos de meninos e meninas. O pioneiro trabalho desta socióloga denunciou a “heterossexualidade compulsória” inculcada através da fabricação - por meio de práticas discursivas - de uma diferença hierarquizada das categorias de sexos.

Seguindo os passos de Guillaumin, ao tratar da diferença sexual, a socióloga Berenice Bento lembra que não existe consenso para a conceituação de gênero, sendo necessário refletir como se produz a idéia do masculino e do feminino, como se constituem os mapas de gênero e quais as qualidades e características que a sociedade impõe como masculino e feminino para tornar hegemônico o conceito de gênero. Bento critica o discurso *standard* (padronizado em uma estrutura hegemônica bipolarizada em masculino-feminino), e o saber cristalizado na estrutura binária que reforça a lógica heterossexual: “(...) quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam para compor arranjos múltiplos fora dos referentes binários dos corpos.” (BENTO, 2006, p. 21)

As abordagens conceituais elaboradas até o momento reconhecem a importância do gênero como uma categoria de análise importante para os EFG; como pano de fundo essencial para a compreensão dos desdobramentos do sistema sexo/gênero. Contudo, consideramos relevante destacar que esta tese não busca aprofundar a ampla dimensão teórica que a ferramenta analítica “gênero” é capaz de abranger. Além disso, Navarro Swain lembra que “(...) recusar a palavra “feminismo” e substituí-la por “gênero” é esquecer que foram as feministas que lutaram pelos estudos de gênero”⁸⁰. Como coloca Susan Bordo, no parágrafo

⁷⁹ Para melhor entendimento da teoria proposta por Guillaumin, ver especialmente: GUILLAUMIN, Colette. **Pratique du pouvoir et idée de Nature, 2. Le discours de la Nature.** In *Questions féministes*. N. 3, mai, Paris, p.5-28, 1978.

⁸⁰ NAVARRO SWAIN, Tânia. *Estudos feministas, desafio teórico e institucional.* Disponível em: http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/estudos_feministas.htm Acesso em Junho de 2010. Destaques da autora.

final do ensaio *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault* (1997), é necessário reconstruir o discurso feminista para tentar explicar os caminhos do moderno controle social. Em suas palavras,

O reconhecimento e a análise dessas contradições e de todas as outras conviências, deturpações e engodos através dos quais a cultura impõe a colaboração de nossos corpos para a reprodução do gênero exigem que voltemos o foco para a práxis feminina, recolocando-a no lugar central que ocupou anteriormente na política feminista. (BORDO, 1997, p. 37)

No mesmo sentido, ao versar sobre o discurso feminista na academia, Navarro Swain afirma que este tem o objetivo principal de “transformar os intrincados caminhos do poder”⁸¹ ao problematizar e questionar as evidências da certeza científica, pois consegue explicar o que rejeita - o discurso da verdade - quando explicita os mecanismos e os processos de diferenciação sexual. A historiadora faz uma interessante análise sobre o desafio teórico e institucional dos Estudos Feministas:

Estudos feministas na academia são um desafio: em primeiro lugar, pessoal, já que se torna necessário afrontar o descrédito e a condescendência dos que postulam o caráter estritamente neutro ou impessoal da ciência. Percebe-se que tal opção é política e como tal, seu caráter é sedicioso. Questionando a própria concepção de ciência, os estudos feministas revolvem os alicerces axiomáticos que fundam as premissas dos enunciados científicos. Pois, de fato, nada é verdadeiro de modo absoluto, apenas o desejo de verdade embasa as evidências de uma ciência encastelada em seus pressupostos. A “ciência” para os feminismos, tem como característica o questionamento constante de seus próprios fundamentos. A teoria, neste sentido, apresenta-se como um canteiro de obras, nunca acabada, sempre em reformulação arquitetônica.

[...]

A questão política, por outro lado, é: a quem serve, que interesses são atendidos sob a pretensa objetividade da produção do saber? Pretende-se que “o homem” englobe a humanidade, mas as práticas discursivas mostram que nesta denominação torna invisível a produção e a própria existência das mulheres na história e no social.⁸²

Procuramos demonstrar que, por meio de objetivos politicamente orientados, vigilantes e articulados, os Estudos Feministas e de Gênero fomentaram a produção de uma nova grade de leituras que desestabilizam o senso comum, ao expor as controvérsias e os

⁸¹ NAVARRO SWAIN, Tânia. Op. cit.

⁸² Idem.

paradoxos da dimensão constituída das diferenças sexuais de determinados conceitos tradicionais.

Podemos afirmar que o desenvolvimento intelectual do conjunto de idéias feministas permitiu a emergência de uma visão outra da sociedade: aquela que recusa a pretensa neutralidade das relações sociais e aponta os limites e as abstrações dos discursos e os efeitos nocivos da bipolarização do social. Tal como os movimentos feministas, os EFG possuem múltiplas dimensões e estão em constante luta pelo reconhecimento e pela visibilidade de seu trabalho, cuja produção se constrói e reconstrói nas contradições e nos conflitos vivenciados.

1.2.2 Estudos Feministas e de Gênero: olhares historiográficos

Os desafios surgidos quando se trata de incluir ou tornar visível a presença das mulheres na historiografia têm produzido diferentes respostas por parte dos(as) historiadores(as). Nas últimas décadas, os debates teóricos promovidos pela produção acadêmica dos Estudos Feministas e de Gênero levantaram questionamentos e promoveram reflexões que, de certa forma, desestabilizaram o conhecimento cristalizado de uma historiografia tradicional que descreve as relações humanas baseadas em matrizes de entendimentos essencialistas e universalizantes.

Orientados(as) e impulsionados(as) pelos estudos produzidos no âmbito da “Nova História⁸³”, parte dos(as) historiadores(as) buscou explorar e ampliar as possibilidades de interpretação e compreensão das experiências femininas, tanto em termos teórico-metodológicos, quanto em relação aos usos possíveis de fontes alternativas de pesquisas. Atentas às diferenças, às especificidades, à diversidade de fontes e de abordagens de quadros discursivos, estas pesquisas historiográficas passaram a privilegiar amplos instrumentais teóricos; entre eles, o questionamento dos fundamentos da ordem patriarcal, a heterossexualidade compulsória, o casamento monogâmico, história da família, história das mulheres, história da vida privada, a desnaturalização de uma essência feminina tipicamente dócil, submissa, educada, restrita ao lar, cujo destino está ligado ao ventre, ou seja, à reprodução, à maternidade; entre outros. Joan Scott destaca que o estudo historiográfico das

⁸³ A “Nova História” é uma expressão popularizada pelo livro *La nouvelle histoire*, de Jacques Le Goff (1978). Consiste em uma corrente historiográfica surgida na década de 1970 e corresponde à terceira geração da “Escola dos Annales”. A chamada *Nouvelle histoire* opõe-se ao paradigma tradicional de análise histórica totalizante, interessando-se por todas as atividades humanas. Mais detalhes sobre a “Escola dos Annales” e a “Nova História” podem ser encontrados na obra de Peter Burke *A Escola dos Annales 1929 - 1989* (2003).

mulheres não só acrescenta novos temas, mas impõe um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico. Citando Ann Gordon, a historiadora ressalta:

(...) inscrever as mulheres na história implica necessariamente na redefinição e no alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva, quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitante que sejam os passos iniciais, esta metodologia implica não apenas em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história. (GORDON, s/d, p. 89 *apud* SCOTT, 1995, p. 73)

Da multiplicidade de visões que caracterizam as narrativas históricas, analisamos algumas de suas vertentes à luz dos legados de historiadores/as que repensaram a História e provisionaram argumentos para outra perspectiva acerca dos conceitos cristalizados que forneciam uma ancoragem relativamente segura aos(as) historiadores(as) tradicionais.

Com uma perspectiva de análise que aborda, entre outros temas polêmicos⁸⁴, a História no mundo pós-moderno, Keith Jenkins, em *A História Repensada* (2001), desenvolve várias reflexões sobre o discurso historiográfico a partir do entendimento de que a relação do(a) historiador(a) com seu objeto de trabalho mudou muito nas últimas décadas. Este autor repensa a história com ousadia, entendendo a escrita historiográfica como um discurso em litígio, ou seja, a partir de uma perspectiva de análise que contesta, questiona e não aceita cegamente todas as narrativas históricas já produzidas.

Utilizando uma linguagem clara e objetiva em suas propostas de repensar o ensino e a prática da História, Jenkins atenta para a multiplicidade de sujeitos, incitando seu leitor a desenvolver uma reflexão própria sobre o fazer historiográfico. Ele entende a história como um campo de forças, “(...) que inclui e exclui diversamente, que centra e marginaliza visões do passado em graus e maneiras que refratam os poderes daqueles que as promovem.” (JENKINS, 2001, p.109). Dessa forma, importa menos definir **o que** é história e mais **para quem** é feita, pois quando estudamos a história, estudamos não o passado, mas o que os(as) historiadores(as) construíram acerca do passado. Ensina Jenkins que devemos manter a preocupação com as leituras empreendidas e com as análises feitas, pois os conflitos, os enfrentamentos, as práticas, as resistências, as contestações e as relações estabelecidas são

⁸⁴ Tais como a legitimidade dos procedimentos metodológicos historiográficos, passado e História, parcialidade histórica e a situação da “verdade” nos discursos historiográficos.

elementos decisivos nos processos de interpretação e de significação social e historiograficamente aceitas⁸⁵.

Seguindo os passos de Jenkins, em importantes reflexões sobre os modelos e as regras que orientam a práxis brasileira da pesquisa histórica, Durval Muniz de Albuquerque Jr. (2007) nos instiga a pensar e escrever a trama histórica identificando e reconhecendo os pressupostos e as particularidades que fazem com que esta escrita possa desempenhar seu papel político. Para Albuquerque Jr., a atitude investigativa e as análises das produções discursivas, para que se tornem inteligíveis, não devem se ater à “categoria” de história realizada, mas devem ser questionadas com base nas relações de poder e nos interesses implícitos nos textos. Em suas palavras:

As relações do homem com a natureza, as relações econômicas, as relações de produção, as relações de classe são, desde o princípio, culturais ou não seriam relações. Daí porque discutir o que é determinante ou é mais importante nos eventos históricos só tem sentido em contextos e em eventos específicos e não universalmente, enunciando-os como lei. Neste sentido, toda história é cultural, assim como toda história é social, não tendo sentido estas divisões maniqueístas e que servem, sabemos bem, para as disputas por poder, recursos, cargos, espaços no interior do campo historiográfico. Não advogo que não haja diferenças entre a história social e a história cultural, mas a diferença está apenas no enfoque, quanto aos elementos que são privilegiados no momento de se recortar o campo histórico, quanto aos objetos e aos problemas selecionados. Mas não existem diferenças de fundo, estas dicotomias que destinariam uns ao paraíso e os outros às fogueiras do inferno. Tanto fazemos uma história social da cultura, quanto uma história cultural da sociedade, embora, apenas privilegiemos dados elementos no momento de definirmos nossos objetos de pesquisa, o que não nos fazem melhores ou piores do que os outros. (ALBUQUERQUE Jr., 2007, p. 206)

Ao tratar da “questão da verdade” no campo historiográfico, Albuquerque Jr. afirma que esta construção pode ser elaborada com os mais diferentes pressupostos. Como Jenkins, ele ressalta a necessidade de estar sempre alerta para perceber que “(...) a verdade é negociada, disputada, fabricada, instituída, dominada, produzida, através das relações sociais e das instituições que são historicamente construídas e destinadas à sua produção e legitimação”. (Idem, *ibidem*)

Com a perspectiva de quem entende a história como discurso, Jenkins e Albuquerque Jr. nos remetem às reflexões de Michel Foucault. Em sua postura de vanguarda e com uma

⁸⁵ Sobre o reconhecimento, regulação e legitimação da “produção do verdadeiro” pela comunidade dos historiadores, ver especialmente ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 199/200 e 207.

prática discursiva particular, Foucault desenvolve seus pressupostos com base na “história-problema”, a qual tem por premissa questionar a maneira normativa e disciplinar de considerar o passado e de se pensar as tramas da história, antes percebidas como um *continuum*, sem rupturas, embaladas pela idéia mestra de progresso. Com o intuito de visibilizar a emergência de novas formas de subjetividade, o filósofo desenvolve uma perspectiva peculiar da análise histórica, para a qual é necessário:

(...) verificar como as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também faz nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeitos de conhecimento. O próprio sujeito de conhecimento tem uma história, a relação do sujeito com o objeto, ou, mais claramente, a própria verdade tem uma história. (FOUCAULT, 2003, p. 8)

A “história-problema” proposta pelo filósofo recusa o que foi naturalizado discursivamente e busca o entrecruzamento e a crítica das interpretações feitas pelo discurso historiográfico dominante. Na obra *As palavras e as coisas*, Foucault esclarece:

Ao enigma de uma palavra que uma segunda linguagem deve interpretar substituiu-se a discursividade essencial da representação: possibilidade aberta, ainda neutra e indiferente, mas que o discurso tem por função levar a cabo e fixar. Ora, quando esse discurso se volta, por seu turno, em objeto de linguagem, já não o interrogamos como se ele dissesse alguma coisa sem o dizer, como se fosse uma linguagem detida sobre si e uma palavra fechada; já não procuramos desvendar o grande tema enigmático que está oculto sob os seus signos; perguntamos-lhe como funciona: que representações designa, que elementos envolve e recolhe, como analisa e compõe, que jogo de substituições lhe permite assegurar o seu papel de representação. (Idem, 1966, p. 112)

A respeito da “história-problema” proposta por Foucault, a historiadora feminista Margareth Rago lembra que o filósofo faz, ao longo de sua obra, uma defesa estratégica da História, “(...) visando libertá-la de um determinado conceito de História que implica procedimentos envelhecidos e cristalizadores, presos às idéias de continuidade, necessidade e totalidade à figura do sujeito fundador”. (RAGO, 2002, p. 256) Dialogando com Rago e Foucault, Navarro Swain ressalta a necessidade da crítica e do questionamento das narrativas históricas produzidas com base em pressupostos essencialistas, naturalizantes e universalizantes. Para evidenciar as múltiplas realidades e os agenciamentos sociais que ficaram encobertos no fazer histórico tradicional, esta historiadora, ao propor uma “história do possível” destaca:

O papel d@s historiador@s, em meu entender, não é afirmar tradições, corroborar certezas, expor evidências. É ao contrário, destruí-las para reviver o frescor da multiplicidade, a pluralidade do real. Para encontrar uma *história do possível*, da diversidade, de um humano que não se conjuga apenas em sexo, sexualidade, dominação, posse, polarização. É criar a inquietação, a interpelação, é suscitar a mudança, é levantar questões e pesquisar incansavelmente a diversidade, para escapar à tirania do unívoco, do homogêneo, da monótona repetição do mesmo, que nos faz reiterar uma história sem fim de dominação e exclusão entre feminino e masculino. (NAVARRO SWAIN, 2006, p.14-15, grifo meu)

Na historiografia tradicional, produzida sob a lógica patriarcal, a existência e a atuação das mulheres foram sistematicamente silenciadas. A escrita desta história, firmada em uma suposta base científica de verdade, ou seja, baseada nos documentos como provas do que realmente ocorrera, evidencia o androcentrismo circulante na produção do conhecimento histórico: a história é a história dos homens, feita pelos homens e escrita pela ótica masculina. Como atenta Scott,

O universal implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres. Mas essas comparações são mais freqüentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais. Por isso, reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. (SCOTT, 1995, p. 77)

O primeiro deslocamento do olhar da historiografia tradicional ocorreu com a “história vista de baixo” (*History from Below*), expressão criada pelo historiador Edward Palmer Thompson (1966) para designar a historiografia que privilegia a opinião das chamadas “minorias” e suas experiências na constituição do social. Com o reconhecimento das mulheres como personagens merecedoras do registro historiográfico, descortinou-se uma nova perspectiva para pensar e escrever uma história das mulheres. Nesse esforço, as mulheres adquiriram legitimidade, porém continuam majoritariamente relegadas às margens da narrativa historiográfica, já que essa “reescrita” da História insiste em manter esses sujeitos dotados de historicidade não como atores centrais, mas na condição de complemento, ou seja, como um apêndice, um adereço, reforçando o binarismo e a posição inferiorizada das mulheres como simples coadjuvantes, sem dignidade historiográfica dentro da ordem

patriarcal. Sob o rótulo de “minoría”, configurou-se uma hierarquização dentro de uma dimensão suplementar em que ainda se mantém a inferiorização e o silenciamento das vozes femininas.

Partindo do pressuposto de que a historiografia ainda é um produto intelectual elaborado por uma grande maioria de historiadores(as) teoricamente orientados(as) pelo androcentrismo, podemos afirmar que as mulheres foram muito mais assujeitadas do que sujeitos criadores e engendrados de novas construções historiográficas e de novos processos interpretativos. Com um olhar mais atento para a diversidade ocultada pelo discurso do “natural”⁸⁶, entendemos que uma história escrita sob uma perspectiva feminista tem fornecido argumentos para que possam ser feitas críticas à historiografia a fim de que sejam reveladas as múltiplas realidades e os agenciamentos sociais plurais que ficaram encobertos no fazer histórico tradicional. Conforme ensina Navarro Swain:

Em termos teóricos, neste caso, leva-se em conta a incontornável mediação discursiva das fontes e de suas condições de possibilidade, que nos trazem apenas indícios da materialidade do passado: neste sentido, o fazer dos historiadores, em sociedades patriarcais, exclui da memória social a diversidade possível das relações sociais, onde sexo e sexualidade não seriam determinantes nem de identidade, nem de exclusões. Eliminam também a possibilidade de sociedades não binárias, não fixadas em uma dicotomia incontornável de gênero, ou ainda, de sociedades onde o feminino tenha tido uma importância inaceitável aos produtores de história.⁸⁷

Michelle Perrot ensina que o aparecimento de uma “história sexuada” tem origem no início da década de 1970, graças a três fatores fundamentais: 1) a consideração de uma maior diversidade de objetos de análises e, conseqüentemente, novos atores; 2) a crescente presença de mulheres nas universidades; e, por fim, 3) o movimento de liberação das mulheres⁸⁸. (PERROT, 2009, p. 114) Segundo a historiadora, o silêncio da historiografia em relação às mulheres persiste até o século XIX, pois “faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico” e, quando aparecem “são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude,

⁸⁶ Segundo ensina Tânia Navarro Swain, a constituição das sociedades torna, como paradigma natural, a hierarquia e a dominação do masculino sobre o feminino, fazendo com que construções históricas se tornem fatos inquestionáveis. Para maiores esclarecimentos sobre o tema, ver especialmente NAVARRO-SWAIN, Tânia. *Os limites discursivos da história: imposição de sentidos*. Disponível em www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm. Acesso em Novembro de 2007.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Conforme explica Brigitte Lhomond, o *Mouvement de Libération des Femmes (MLF)* - “Movimento de Liberação das Mulheres” - foi um evento político ocorrido na França no final da década de 1960 que propagou internacionalmente o movimento feminista a partir de três principais bandeiras de lutas: o aborto livre e gratuito, a visibilidade do trabalho das mulheres e o firme protesto contra o estupro e a violência doméstica. (LHOMOND, 2009, p. 234)

heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem.” (Idem, 1995, p. 9) Para Perrot, uma das maiores dificuldades em escrever as histórias das mulheres repousa no fato de que há uma ausência construída destas personagens nas narrativas historiográficas, o que leva à carência de pistas, ou seja, existe uma deficiência nas fontes primárias; pode-se afirmar o silenciamento dos arquivos, pois os procedimentos de registros foram selecionados de forma a privilegiar o mundo público, o qual era reservado aos homens, possuidores do domínio direto da intervenção no poder econômico e político no campo dos “verdadeiros” valores sociais.

Entretanto, Perrot alerta que tal ocultamento não é total, pois nos arquivos privados é possível encontrar registros de que as mulheres se exprimiam de maneira mais profícua por meio de “documentos não oficiais”, entre eles o que a historiadora chama de *livres de raison*, um tipo de “ata” do cotidiano familiar, além das correspondências familiares e dos diários íntimos. A memória feminina inicialmente era escrita como “porta-voz” da vida privada e o modo de registro das mulheres está ligado à sua “condição”, ao seu lugar na família e na sociedade. A historiadora informa que muitas destas fontes foram destruídas por suas próprias autoras, num processo de “autodestruição” pela indiferença às suas memórias, agravada pelo caráter subalterno atribuído a esses registros. (PERROT, 1989, p. 13) Podemos entender que a falta de confiança na importância de seus relatos, de certa maneira, configura uma forma de adesão ao silêncio que a sociedade impunha às mulheres: elas estavam presentes nos acontecimentos, mas de forma velada.

A compreensão do alcance e da complexidade do sistema patriarcal (e suas conseqüências implícitas) integra o instrumento de análise indispensável para compreender a lógica do conjunto social. Esta dominação estrutura uma relação hierárquica e marca as especificidades do poder principalmente no que tange à manutenção da ordem estabelecida. Com o advento dos movimentos feministas, especialmente no final da década de 60, as mulheres passaram a demandar seus espaços na vida pública, o que provocou inúmeras interrogações sobre a vida das mulheres, e conseqüentemente, sobre a presença feminina na história: como foi construída a relação entre os sexos? Quais as fontes utilizadas para desconstruir a história linear e androcêntrica que conhecemos? Como recuperar os registros das mulheres? Como resgatar a participação das mulheres nos eventos históricos?

Após a realização de diversas pesquisas sobre a participação feminina em momentos históricos, Margareth Rago acredita que houve não um deslocamento do objeto de interesse

historiográfico, mas uma grande alteração na percepção do campo epistemológico e no desenvolvimento de referências teóricas. Baseando-se nos “filósofos da diferença⁸⁹” - entre os quais, Michel Foucault e Gilles Deleuze - a historiadora acredita que esta mudança foi uma das maiores contribuições para a produção de novos saberes. Para ela, se trata de escrever uma história demonstrando os indícios das construções dos sentidos e os interesses presentes no momento em que se “revelou” um acontecimento. Abarcando as contribuições da teoria foucaultiana, Rago lembra que os objetos de pesquisas historiográficas são definidos e recortados segundo os focos de investigação do(a) historiador(a):

Se é possível historicizar cada prática social e perceber que o conceito que a nomeia não é intrínseco à coisa, e que por trás da unidade que este produz se encontra uma multiplicidade de acontecimentos, o historiador ganha ainda pela possibilidade de recortar livremente séries documentais e explicativas do passado muito mais amplas. Não se trata, assim, de buscar uma suposta finalidade histórica na ordenação dos fatos operada pelo historiados, mas de desconstruir a história e de perceber a que representação de história estivemos presos desde o século passado, impedindo-nos de abrir novos temas e de criar novas referências conceituais. (RAGO, 2005, p.30)

Como vimos, o desenvolvimento de novas abordagens da História contribuiu para que as mulheres adquirissem relevância como interesse de investigação no percurso historiográfico. Ao relatar sua experiência em escrever *uma*⁹⁰ História das Mulheres, Michelle Perrot explica:

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (“Não se sabe nada das mulheres”, diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente

⁸⁹ Os chamados “filósofos da diferença” são os estudiosos que pertencem a uma linha de pensamento que rompeu com as concepções filosóficas e científicas entendidas como verdadeiras. Essa postura intelectual representa uma quebra de paradigmas nas ciências e resultou em um novo modo de pensar e caracterizar os fatos sociais. A “Filosofia da Diferença” parte do pressuposto de que as ciências estão sempre se transformando e se relacionando. Para ela, tanto o sujeito quanto o objeto do conhecimento compreendem uma rede de significações e atribuições, sendo, portanto, construções discursivas e não uma representação do real. No livro *Pos-Estruturalismo e Filosofia da Diferença* (2000), Michel Peters faz uma interessante análise sobre o conceito da 'diferença' como o elemento central de um forte ataque à dialética hegeliana e do estabelecimento da chamada “filosofia da diferença”.

⁹⁰ A autora deixa claro, na p. 21 de seu artigo, que pretendeu apresentar “**uma** história das mulheres (não **a** história das mulheres)”, destaques de Perrot em *Escrever uma História das Mulheres: relato de uma experiência* (1995).

para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (PERROT, 1995, p. 21, destaques da autora)

Podemos entender que as contribuições teóricas dos feminismos e as alterações ocorridas na historiografia, a partir da década de 1960, foram fundamentais para a emergência da História das Mulheres. Seu surgimento contribuiu para o alargamento do discurso histórico e empreendeu esforços para as análises das práticas das experiências constituídas e constituidoras das mulheres. Articuladas às contribuições da História Social, da História das Mentalidades e da História Cultural, a História das Mulheres representa papel decisivo no processo de ascensão das mulheres à condição de sujeito e objeto da História, como afirma Rachel Soihet:

O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas – tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia – com o intuito de desvendar as diversas dimensões deste objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre mulheres. A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres. (SOIHET, 1997, p. 276)

É oportuno destacar que a História das Mulheres não se confunde com a Teoria Feminista e tampouco com os Estudos de Gênero, embora seja possível encontrar pontos de intersecção entre esses três campos de investigação; cada um deles tem seus objetos e objetivos específicos definidos. De forma breve, com uma perigosa redução na escala de abordagem, podemos afirmar que a **História das Mulheres** consiste em um importante campo da historiografia contemporânea que segue seu percurso com uma postura de visibilização das mulheres na constituição da sociedade e rompimento com o silenciamento produzido sobre suas vidas: busca tornar visível o que estava escondido, (re)encontrar traços e questionar as razões do silêncio que envolvem as mulheres enquanto sujeitos da história. A **Teoria Feminista**, por sua vez, sistematiza e promove o mapeamento das críticas elaboradas pelos movimentos feministas, elaborando um aporte teórico que pode servir de base para a escrita da História das Mulheres e para a escrita dos **Estudos de Gênero**, os quais não se restringem ao campo de pesquisa historiográfico; esses, por sua vez, possuem foco interdisciplinar, com diálogos e aproximações principalmente com a Psicologia, Antropologia

e Ciências Sociais. A grande marca dos Estudos de Gênero é a de demonstrar a dimensão sexuada na produção do conhecimento e das relações sociais dos sujeitos.

Com seu fazer teórico irrequieto e repleto de carga crítica, os **Estudos Feministas e de Gênero**, abriram novas possibilidades à historiografia. Ao fomentar um modo de pensar diferentemente a história, os EFG ampliaram as perspectivas de análises para um fazer acadêmico diversificado. Como vimos, essa nova epistemologia, muitas vezes depreciada por parte de muitos historiadores, permite que sejam desveladas as relações de poder que alicerçam a produção do conhecimento: caem por terra as pretensas noções de neutralidade, imparcialidade e objetividade da produção do saber científico.

A pesquisadora feminista Rita Terezinha Schmidt, ao analisar o pensamento “antifeminista” presente em parte dos discursos acadêmicos, alerta que⁹¹:

Vulgarizar o feminismo e associá-lo às noções de marginalidade e anacronismo para marcar a natureza de algo que não é bom, sadio e desejável para a sociedade brasileira tem sido parte da estratégia quase desesperada de parte de segmentos da elite intelectual, em sua tentativa de desqualificar os avanços sem precedentes das conquistas feministas em escala global nessas últimas décadas. (SCHMIDT, 2006, p. 766)

São inúmeras as estratégias de natureza política, ideológica, religiosa, cultural, midiática (entre outras) que operam na manutenção da opressão patriarcal que desacredita os esforços das mulheres em busca de mudanças. Este complexo aparato de mecanismos sexistas foi historicamente produzido e pode ser observado no silêncio discursivamente construído sobre as mulheres na história. Uma vez que a literatura historiográfica feminista tem sido constantemente obscurecida ou ignorada, um dos objetivos destas análises foi ressaltar sua importância no questionamento dos paradigmas científicos e da naturalização das formas de relações sociais que instituem o feminino e o masculino em uma escala de valores hierarquizada.

No prefácio da obra de Marc Bloch *Apologia da História ou o ofício do historiador* (2001), Jacques Le Goff afirma que “(...) novos tempos levam a novas historicidades” (p.8). Neste “novo tempo”, ao ir além da legitimidade que lhe foi conferida, uma produção historiográfica orientada pelos Estudos Feministas e de Gênero - mesmo com o ainda frágil e hesitante reconhecimento acadêmico que lhe é atribuído - foi incorporada ao campo disciplinar da História. Esta “nova historicidade”, escrita sob uma perspectiva feminina, deixa

⁹¹ Vale destacar que autora se refere às desqualificações dos feminismos, de suas lutas e conquistas em nível nacional no tempo presente.

de estar às margens e passa à condição de protagonista da trama histórica tornando visíveis e dizíveis as experiências desses sujeitos: hoje não é mais possível pensar em uma história sem as mulheres. Nesse sentido, buscaremos mapear, no capítulo a seguir, o contexto histórico e político da criação e das trajetórias do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para visualizar a presença e a atuação das mulheres, bem como compreender suas demandas, no cenário político nacional.

•••

Capítulo 2

Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM

O presente capítulo trata do objeto principal desta tese: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado, em princípio, como uma expressão das conquistas dos movimentos feministas e das mulheres enquanto forma de mobilização da sociedade civil organizada⁹² no âmbito institucional do Estado⁹³.

Para atingir os objetivos propostos na introdução deste trabalho, este capítulo foi estruturado em dois tópicos de análises. No primeiro tópico será apresentado o contexto político-social antecedente à criação do Conselho. As análises serão feitas em relação aos momentos que precederam a institucionalização do CNDM e às influências sofridas em sua formação, buscando compreender como se deu o delineamento de sua composição inicial.

Em seguida, no segundo tópico, apresentaremos as composições e as trajetórias do Conselho no recorte temporal delimitado para este trabalho (1985-2005), ou seja, nas quatro fases sinalizadas na introdução desta tese. Ao demonstrar as principais atividades desenvolvidas pelo Conselho neste período, iremos intercalar as falas mais significativas das falas das ex-presidentas do CNDM que foram entrevistadas.

⁹² Entendemos por Sociedade Civil Organizada a esfera das relações entre indivíduos/grupos que se articulam e se desenvolvem paralelamente às relações de poder das instituições estatais. Conforme ensina o cientista político Norberto Bobbio: “A Sociedade Civil é representada como o campo das várias formas de mobilização, de associação e de organização das forças sociais que impelem à conquista do poder político.” (BOBBIO, 2004, p. 1210)

⁹³ Estado entendido como instituição abstrata organizada em termos políticos, jurídicos e sociais que possui como elementos essenciais para sua conformação a soberania, o território, o povo e a finalidade. Segundo o jurista Dalmo de Abreu Dallari, pode-se conceituar o Estado como “(...) a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território.” (DALLARI, 1998, p.118)

2.1 Cenário político-social antecedente à criação do CNDM

Para compreendermos o contexto histórico e político da concepção do CNDM, bem como suas trajetórias, é preciso lembrar os momentos mais significativos dos anos antecedentes à criação deste Conselho.

Como vimos no capítulo 1 desta tese, no final da década de 70 surgem, ainda sob o peso da ditadura, novos atores sociais no contexto brasileiro. Genericamente chamados de “movimentos sociais”, as novas formas organizacionais da sociedade civil atuaram fora do campo institucional⁹⁴, reivindicaram como questão principal o fim da repressão, e também colocaram em pauta demandas relacionadas às lutas contra toda ordem de discriminações e de desigualdades. Os sindicatos passaram a se organizar com agendas claras de reivindicações⁹⁵; surgiram também diversos grupos (organizados internamente de forma diferenciada dos partidos políticos) que pleiteavam seus direitos no âmbito das relações sociais, abarcando demandas que a oposição não contemplava, tais como a reforma urbana, reforma agrária, políticas indigenistas e participação das mulheres na arena política. Foi nesse contexto de crise da ditadura e luta pela redemocratização do país que surgiram novas formas de participação social, dentre elas, o movimento feminista.

Devemos lembrar que o feminismo, movimento consolidado nos anos 60 nos Estados Unidos e Europa, começou a se desenhar no Brasil, com maior visibilidade e com propostas políticas bem delineadas principalmente a partir de 1975, impulsionado pelo reconhecimento oficial da ONU do “Ano Internacional da Mulher” com a *Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher*, realizada na Cidade do México. Com a presença de mais de 8 mil mulheres representantes de 113 países e de organizações não-governamentais, esta conferência debateu três temas principais: a igualdade entre os sexos, a integração da mulher no desenvolvimento e a promoção da paz. A conferência realizada foi considerada um acontecimento inédito na luta pelos direitos das mulheres, pois materializou organizações como o *Centro da Tribuna Internacional da Mulher*, o *Instituto Internacional de Fundo*

⁹⁴ O campo institucional é entendido como a esfera em que a política se efetiva por meio da atuação governamental e parlamentar.

⁹⁵ Entre as reivindicações dos sindicatos dos trabalhadores estavam o fim do arrocho salarial, a busca pela estabilidade do emprego, maior segurança e melhores condições de trabalho, transformação da estrutura corporativista de representação de interesses, conquista do direito de greve e liberdade para a organização e realização de assembleias. Maria Hermínia Tavares de Almeida realizou um importante estudo sobre o sindicalismo brasileiro na década de 80, publicado em 1997, com o título *Crise Econômica e Interesses Organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80*, no qual a autora faz um mapeamento dos principais indicativos que influenciaram as ações sindicais no Brasil na década de 1980.

Voluntário para a Mulher das Nações Unidas; além de declarar os anos de 1976 a 1985 como a *Década da Mulher*⁹⁶.

A militante feminista e ex-conselheira do CNDM Shuma Schumacher lembra que a criação, ainda em 1975, no Rio de Janeiro, da primeira organização feminista do país, o *Centro da Mulher Brasileira*, “(...) tinha como proposta a formação de grupos de reflexão, provocando várias ações no sentido de tornar visível a questão feminina e combater o papel de subalternidade da mulher na sociedade.” (SCHUMACHER, 1993, p. 348) O debate pela democracia e igualdade expandia-se para as questões de gênero e as mulheres passaram a se reunir em grupos, fundar jornais⁹⁷ e divulgar sua posição política, pois entendiam que a democracia incluía não apenas direitos civis e políticos, mas também questões ligadas à família, educação, trabalho e saúde.

Em relação às frentes de atuação, as mulheres brasileiras seguiam a tendência dos movimentos de mulheres vistos no capítulo 1, ou seja, organizavam-se em participação **feminina** e em lutas **feministas**. A agenda **feminista** distinguia-se da participação **feminina** pelo fato de a primeira criticar as bases culturais que justificavam a desvalorização do feminino, historicamente pautada na hierarquização e na desigualdade perpetuadas nas relações de gênero, que alicerçavam as construções de valores bipolarizados em masculino e feminino. As bases das organizações **femininas** - os chamados movimentos de mulheres - por sua vez, estavam fundadas na solidariedade mútua das mulheres em grêmios e associações pela paz e pela anistia, em clubes de mães, em associações de bairros, contra a pobreza e a fome, entre outras áreas de mobilização. É importante destacar que essa participação feminina ancora-se no papel das mulheres como mães e donas de casa⁹⁸; e a proteção à família muitas vezes servia de justificativa para as mulheres marcharem em apoio à derrubada do governo militar. Como ressalta a pesquisadora Cynthia Sarti, a militância política foi um importante instrumento para a emancipação feminina, pois

⁹⁶ Dados disponíveis em <http://www.redemulher.org.br/espanhol/mundo.html>. Acesso em Maio de 2010.

⁹⁷ São exemplos de jornais nacionais feitos por mulheres e a elas dirigidos no período pós-1975: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Segundo Rosalina Leite (2003), o surgimento desses jornais e os princípios por eles defendidos estão relacionados ao contexto histórico do país e ao movimento feminista nacional, destacando-se o compromisso com uma nova linguagem e com a difusão de reivindicações e propostas diretamente relacionadas às condições das mulheres. Sobre a imprensa feminista, ver *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira*, de Rosalina Leite.

⁹⁸ É importante ressaltar que esses movimentos de mulheres se alicerçavam na “condição da mulher” no papel de mães e de donas de casa, destacando-se, na América Latina, desde a década de 1940, as “Mães da Praça de Mayo” na Argentina e os “panelaços” que contribuíram para a derrubada de Salvador Allende, em 1973, no Chile. No caso brasileiro, muitas mulheres lutaram pela deposição do Estado militar. Como se pode observar, a presença da mulher no cenário político, ancorada na função de mãe, de dona-de-casa, não é novo; o que é inédito é a presença da mulher organizada questionando os alicerces culturais de configuração desses estereótipos.

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 60 e 70, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, "comportando-se como homens", pegando em armas e tendo êxito neste comportamento. (SARTI, 2004, p. 37, destaques da autora)

Mesmo com uma vasta diversidade de elementos, de reivindicações e de concepções entre movimentos femininos e feministas, a luta contra a ditadura no Brasil uniu em uma frente de luta comum os mais diversos setores desses movimentos, cada qual trazendo suas demandas, destacando-se aquelas relativas à educação, ao trabalho e à violência doméstica. Vale lembrar que o debate acerca do preconceito contra as mulheres também foi incorporado às lutas das sindicalistas, especialmente das metalúrgicas.

Em dezembro de 1977, foi aprovado pela Assembléia Geral da ONU⁹⁹ um plano que refletia o grau de influência das mulheres sobre conceitos ordenadores de políticas públicas. Remetendo-se à conferência realizada em 1975 no México, os Estados integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aprovam um Plano de Ação Regional, base para o debate subsequente, que analisava o contexto mundial e a importância da participação política das mulheres. Este plano também traçou as diretrizes do que deveria ser reivindicado nos anos seguintes e convocou as mulheres para "(...) participar ativamente na realização de todas as ações propostas, em todos os níveis, utilizando e criando mecanismos apropriados para isso", configurando, como afirma Sônia Montaña¹⁰⁰, uma espécie de "catálogo da institucionalidade". Informa Montaña que neste documento é lembrada a importância da criação de mecanismos "interdisciplinares e multissetoriais", em todos os planos de ação, visando alcançar igualdade e integração para as mulheres. (MONTAÑO, 2003, p.11) Nesse sentido, os governos foram convocados a fornecer provisão orçamentária e recursos humanos para a criação de estruturas administrativas capazes de acolher as demandas das mulheres.

Entre os anos 1975-79, as mulheres - reunidas em associações, grupos, coletivos, dentre outros - se uniram e buscaram diálogo com sindicatos, promoveram debates,

⁹⁹ Dados disponíveis em: <http://www.un.org/womenwatch/feature/iwd/>. Acesso em Maio de 2010.

¹⁰⁰ Chefa da Unidade Mulher e Desenvolvimento da CEPAL.

seminários, manifestações, congressos, e alcançaram grande visibilidade para suas reivindicações¹⁰¹. Sobre este período, recorda Sarti:

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos "grupos de reflexão", sem ressonância pública. (SARTI, 2004, p. 40, destaque da autora)

Sob o ponto de vista da governabilidade, um movimento social deve possuir características importantes para alcançar a visibilidade política, tais como a habilidade de articulação e a condução das demandas dos interessados. Esta capacidade de interlocução com posicionamentos político-ideológicos diversos, a busca por realização de acordos e a disposição para negociar com o Estado consiste em uma das características mais marcantes dos movimentos feministas brasileiros, fato que contribuiu para seu fortalecimento dentro da luta pelo processo de redemocratização do país.

As eleições parlamentares realizadas em 1978 contavam com candidatos de apenas dois partidos: ARENA (apoiadores do regime militar) e MDB (composto pelas forças de oposição ao regime), mas nenhum dos dois incorporava em seus programas questões relativas às mulheres. Como vivíamos sob a égide de um governo autoritário que não abria caminhos para o reconhecimento das demandas das mulheres, os movimentos feministas enfrentaram o desafio de buscar seus direitos. Conforme lembra Schumacher (1993), é importante ressaltar que havia uma especial atenção das feministas no sentido de manterem a autonomia¹⁰² do movimento e não perderem o foco de suas lutas. A esse respeito, Montañó afirma que a autonomia era vista como a necessidade de não se subordinar às visões neutras e autoritárias do Estado ditatorial, entendido “(...) como a encarnação da força e em menor medida como o responsável ou fiador da proteção e exercício dos direitos.” (MONTAÑO, 2003, p.13) Este

¹⁰¹ Importante destacar que em 1977 foi instituída no ordenamento jurídico brasileiro a “Lei do Divórcio” (Lei Nº. 6.515/77) que dispõe sobre o fim da sociedade conjugal e possibilidade de novo matrimônio aos divorciados.

¹⁰² Destaca Schumacher que essa autonomia era com relação aos homens, aos partidos políticos e ao Estado. (1993, p. 349)

distanciamento partidário e estatal pode ser entendido como uma atitude subversiva das feministas para ter acesso aos órgãos estatais sem, contudo, serem “contaminadas” por eles. Com isso, o movimento feminista brasileiro destacou-se na América Latina por não se subordinar a partidos políticos¹⁰³, e por ter ocupado - como sujeito político - espaços públicos com amplos debates, situação inédita frente aos demais países vizinhos¹⁰⁴. Mesmo em meio a interesses muitas vezes conflitantes¹⁰⁵, a eficiência em responder com agilidade às pressões e aos obstáculos fez com que as feministas brasileiras desenvolvessem a capacidade de se manterem presentes no cenário político como personagem militante, coeso e visível, embora com momentos de retração.

Importante lembrar que as agendas feministas abarcam demandas diversas e, por isso, algumas frentes de atuação têm mais sucesso que outras. Com a ampliação do campo de ação política dos feminismos, tornaram-se visíveis as raízes estruturais/hierárquicas das relações de gênero. Como este é um campo que também se funda no nível simbólico e se desdobra em violência e discriminação, temas como a luta contra a violência doméstica e a demanda por direitos políticos das mulheres alcançaram grande aceitação social e maior capacidade de informar políticas públicas. A legitimidade de alguns temas em detrimento de outros pela sociedade é um dos pontos nevrálgicos de negociações dentro dos movimentos feministas, já que questões relacionadas à sexualidade, à contracepção, à esterilização e ao aborto são de difícil aceitação/reconhecimento pelos setores conservadores da sociedade.

No contexto brasileiro, os movimentos feministas pautaram suas lutas com o objetivo de promover a visibilidade pública de suas reivindicações e, conseqüentemente, alcançar a legitimidade destas. Refutando a idéia de que estariam quebrando a unidade da oposição¹⁰⁶, as

¹⁰³ O fato de não se subordinarem aos partidos políticos (não se “partirizarem”) consiste em uma característica marcante do movimento feminista brasileiro, o qual enfrentou difíceis embates com a esquerda para alcançar legitimidade de suas demandas e a para a promoção de diálogos. A idéia predominante não era a de dividir as forças, mas criar uma frente feminista unida, conforme destacou Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*, em 2008.

¹⁰⁴ Lembra Sonia Montaño que o feminismo latino-americano encontrava-se entre uma esquerda que não havia se voltado para questões de gênero e um nascente liberalismo ainda quase inexistente. O feminismo de vários países, assim como o brasileiro, se desenvolveu a partir de uma relação, muitas vezes imaginária, com a esquerda, ou seja, com a idéia de igualdade social. (MONTAÑO, 2003, p.13)

¹⁰⁵ A segunda metade dos anos 70 foi, em grande parte, consumida pela necessária e imprescindível diversidade de frentes feministas, “para se chegar em 79, com inúmeros grupos de mulheres espalhados pelo país, num amplo leque de posições feministas, cujos rótulos eram por vezes, reais, por vezes pejorativos: havia as separatistas, as intelectuais, as pequeno-burguesas preocupadas com sexo, as proletárias preocupadas com o casamento da luta geral com a específica, as defensoras do movimento autônomo, as “estrangeiras” ex-exiladas influenciadas pelo movimento feminista europeu, etc. Esse universo constituindo o MOVIMENTO DE MULHERES DO BRASIL.” (SCHUMAHER, 1993, p. 349, destaque da autora)

¹⁰⁶ Alguns grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura temiam que as manifestações e reivindicações feministas trouxessem para a pauta de discussão elementos novos, retirando o foco da luta contra o Estado ditatorial e violador de direitos.

feministas buscaram interlocução com sindicatos, universidades e outros espaços organizacionais (associações médicas, de engenheiras, OAB, entre outras) para ampliar sua rede de atuação e apresentar o documento preparado pelas feministas cariocas *Alerta Feminista para as Eleições*¹⁰⁷. Informa Schumacher que em São Paulo,

(...) as feministas se dividiram no apoio a dois candidatos e as discussões se acirraram quando o grupo que apoiava o candidato do PMDB, junto com uma proposta de governo, propõe também a criação de um órgão específico, responsável pela proposição e defesa, dentro do aparelho de Estado, de políticas públicas relativas à mulher. (SCHUMACHER, 1993, p. 351)

Verifica-se também uma crescente tentativa de influenciar as ações governamentais, com apresentação de sugestões para o projeto de alteração no Código Civil¹⁰⁸, ampliação de direitos políticos e reivindicação de espaços institucionais de atendimento à mulher.

No final da década de 1970, o Brasil continuava sendo uma ditadura bastante expressiva, mas com contínuas lutas pela redemocratização e a sociedade civil se organizava em diversas frentes. O movimento feminista, como novo personagem na cena pública, paulatinamente ganhou visibilidade e trouxe um elemento “complicador” para o cenário político. Ao lado de outras agendas constituídas nesse momento (tais como o movimento negro e a demarcação das terras indígenas), como estratégia política, o movimento feminista se aproveitou do *slogan* utilizado pela oposição: “o povo unido jamais será vencido”, para argumentar que “povo” não tem sexo, nem raça, nem orientação sexual; então as mulheres apresentam outra dimensão do poder para o debate político¹⁰⁹.

Com a vitória do MDB nas eleições de 1978, o último presidente militar - general João Baptista Figueiredo - decreta a *Lei da Anistia*¹¹⁰ em 1979. Esta lei concedia o direito de retorno ao país para brasileiros condenados e exilados por crimes políticos; essa volta - principalmente de políticos, artistas e intelectuais - acelerou o processo de redemocratização e fortaleceu os movimentos sociais pelo enriquecimento das agendas políticas. Neste mesmo ano, a Lei Nº. 6.767, de 20 de dezembro de 1979, extinguiu a ARENA e o MDB e restabeleceu o pluripartidarismo no país. A ARENA mudou seu nome para PDS, enquanto o

¹⁰⁷ Apresentação das demandas e das propostas feministas aos partidos nas eleições de 1979.

¹⁰⁸ No final dos anos 70, foi elaborado o projeto de alteração do Código Civil de 1916. Entretanto, o Código Civil vigente atualmente no país só foi aprovado em 2002. O Código Civil de 1916 sofreu profundas alterações especialmente no que tange aos dispositivos legais que versam sobre casamento, união estável, filiação, herança, tutela, adoção e alimentos.

¹⁰⁹ Conforme lembra Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*, em 2008.

¹¹⁰ Lei Nº. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

MDB mudou para PMDB; e outros partidos foram criados, tais como: PT e PDT. (CHACON, 1998, p. 517 *et seq*)

No início da década de 1980, quando a sociedade brasileira vivia um momento importante na política - a transição democrática - com a convocação de eleições diretas para governadores, um grupo de feministas paulistas propôs a criação de um órgão específico, responsável pela defesa da cidadania feminina e implementação de políticas públicas para as mulheres na estrutura do Estado.

Em 1982, com a reorganização da oposição e sua vitória nas eleições para governos estaduais nas principais Unidades da Federação da região sudeste¹¹¹, o movimento de mulheres demandou a criação de espaços institucionais no interior destes governos para desenvolver políticas voltadas especificamente para as mulheres. Como resultados dessas mobilizações foram criados o *Conselho Estadual da Condição Feminina* em São Paulo, e o *Conselho dos Direitos da Mulher* em Minas Gerais.

Com a conjuntura da redemocratização, os movimentos de mulheres puderam atuar com mais força, buscando não apenas de um espaço na sociedade civil, mas também da interlocução com os governos Estadual e Federal. Shuma Schumacher destaca que o *Conselho Estadual da Condição Feminina* de São Paulo representa um marco divisor do movimento de mulheres no que tange às relações estabelecidas com o Estado:

Nesse momento é importante ressaltar que a escolha desse modelo de órgão, cuja proposta original era de composição pluralista e suprapartidária, foi torpedeada por parcela significativa do movimento de mulheres. Havia as que se recusavam a participar de qualquer organismo governamental por temer a descaracterização de suas reivindicações pelo Estado e a institucionalização do que havia de "radical, criativo e revolucionário" no feminismo, provocando conseqüentemente a perda da autonomia do movimento de mulheres. Havia também as que, militantes do PT, compreendiam o papel do Estado na conquista de algumas reivindicações do movimento, porém, por razões mais partidárias que feministas, optaram por abster-se. (SCHUMACHER, 1993, p. 352)

Entre os anos de 1983 e 1984, a sociedade civil se movimentou e articulou o movimento das *Diretas Já*, que foi uma grande manifestação pública a favor das eleições diretas para a Presidência da República. Esta investida democrática agregou diversos setores da sociedade brasileira, entre eles lideranças sindicais, civis, políticas, artísticas, estudantis e

¹¹¹ Tomam posse pelo PMDB Tancredo Neves (em Minas Gerais) e Franco Montoro (em São Paulo); pelo PDT, no Rio de Janeiro, vence Leonel Brizola.

jornalísticas. Podemos chamar esse início da década de 1980 como o momento “pré-Constituinte” e nele é possível identificar os primeiros momentos das profundas transformações pelas quais o país passaria em relação ao seu quadro político-institucional.

A partir da campanha maciça de mobilização pelas *Diretas Já*, cresce também o movimento das mulheres pela criação de um órgão, em escala federal, semelhante aos já criados conselhos estaduais, para atender às suas demandas específicas¹¹². Indiretamente, também incentivavam a participação das mulheres nas instâncias de representação política da sociedade.

Em 1984, em São Paulo, um grupo de feministas - envolvidas anteriormente com a proposta de criação do Conselho paulista - organizou o *Seminário Mulher e Política*, que contou com a participação de deputadas federais, estaduais e vereadoras. Dentre os debates realizados, o de maior repercussão foi o que propunha ao governo federal a criação de um órgão nacional de defesa da mulher. O "novo jeito de fazer política", um dos *slogans* do seminário, lembrava mais um "velho jeito" na opinião de algumas feministas, uma vez que, os passos dessa articulação se davam sem prévia discussão com os grupos de mulheres e sem o consenso que pautava a maioria das ações do movimento feminista.

A compreensão de que uma aproximação com o Estado era necessária e que não cabia à sociedade civil tomar o lugar do poder público tornou visível três posições dentro do movimento feminista: algumas estavam dispostas a participar das estruturas institucionais do Estado (aplicando a questão de gênero nas políticas públicas), outras forneceriam apoio às primeiras (sem abandonar a sociedade civil), e uma terceira linha pretendia se manter autônoma. Para que não houvesse uma ruptura do movimento feminista brasileiro e também para evitar uma possível “cooptação” deste movimento pela máquina estatal - fatos que, na avaliação de algumas, esvaziariam o poder de interlocução e visibilidade já alcançados - as organizações feministas e de mulheres promoveram intensos debates, os quais passavam por questões que iam desde a polêmica participação em um governo não legitimado pelo voto direto até as diretrizes sobre a composição do órgão que seria criado.

Em abril de 1985, foi realizado em Belo Horizonte (MG) o *VII Encontro Nacional Feminista*. Neste encontro, coordenado por Ruth Escobar (que será a primeira presidenta do CNDM), os debates ganharam dimensões nacionais e formalizou-se a proposta de criação do

¹¹² Um exemplo de reconhecimento imediato dessas demandas pelo governo federal foi a criação, em 1983, do PAISM (Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher) no Ministério da Saúde.

Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Entretanto, a proposta apresentada foi repudiada quanto à sua forma, pois a criação deste Conselho seria por meio de um Decreto-lei e, quanto ao processo, foi entendido por muitas feministas como anti-democrático, conforme lembra Shuma Schumacher:

Estamos conscientes de que o sistema, através dos órgãos oficiais do Estado, reconhecendo a importância e o alcance das idéias feministas e de nossa militância e não podendo mais ignorar-nos, vem por isso assumindo nosso discurso ideológico. [...] Sabemos, entretanto, que é uma utopia acreditar que as idéias feministas sejam assumidas pelas entidades oficiais do Estado. (“Carta de B.H” *apud* SCHUMACHER, 1993, p.354)

Ao transcrever parte da “Carta de B.H¹¹³” no artigo *Lugar no Governo: Álibi ou Conquista?* (1993), Schumacher lembra que este documento enumerava algumas das armadilhas que o Estado poderia utilizar contra o movimento feminista, e destaca:

(...) a despeito das mulheres terem elaborado um documento crítico e com exigências explícitas, transparece a posição dúbia do movimento. Apesar do discurso de unificação de lutas e compromisso com a tentativa de um novo jeito de fazer política, o campo feminista não estava imune às questões comezinhas do poder. (Idem, *Ibidem*)

As participantes do *VII Encontro Nacional Feminista* apresentaram suas exigências sobre a formalização do CNDM no documento mencionado, com destaque para o critério de composição do Conselho baseado na trajetória feminista de suas participantes. Schumacher informa as demais reivindicações constantes na “Carta de B.H”:

- criação do CNDM mediante projeto de lei, como forma de garantir ampla participação da sociedade civil e das mulheres;
- atribuição de dotação orçamentária própria;
- identificação do órgão com a luta contra a discriminação e opressão da mulher;
- qualquer parlamentar que venha a ocupar cargo no Conselho deve licenciar-se de seu mandato;
- viabilização da participação do movimento de mulheres na elaboração, execução e acompanhamento das políticas oficiais;
- o Conselho deve expressar as reivindicações do movimento de mulheres sem pretender representá-lo ou substituí-lo. (Idem, p. 355)

Em meados de 1984, um grupo de mulheres, apoiadoras da candidatura de Tancredo Neves - então governador de Minas Gerais - à Presidência da República solicitaram que, caso

¹¹³ Documento produzido ao final *VII Encontro Nacional Feminista*. Belo Horizonte, abril de 1985.

fosse eleito presidente nas eleições indiretas que seriam realizadas em 1985, Tancredo Neves deveria lutar pela criação de um órgão, a nível federal, que pudesse orientar o poder Executivo em relação às políticas públicas para as mulheres¹¹⁴. Tancredo Neves comprometeu-se formalmente a lutar pela criação desse órgão e enviar para o Congresso Nacional um projeto de lei neste sentido, conforme lembra a historiadora Rosanita Monteiro de Campos:

Sensível ao imenso papel desempenhado pelas mulheres nas transformações que o país estava vivendo, Tancredo recebeu, em agosto de 1984, na Convenção Nacional do PMDB, que o indicou como candidato das oposições às eleições que seriam disputadas no Colégio Eleitoral, uma delegação das Federações de Mulheres. Naquela oportunidade, foi lido um manifesto por Terezinha Zerbini, onde as Federações reivindicavam a criação de um Ministério da Condição Feminina. Tancredo acolheu, de imediato, o pleito, se propondo a criar – se eleito – um organismo que fosse o embrião do futuro ministério. Nascia a idéia do Conselho Nacional da Condição Feminina. (CAMPOS, 1988, p. 115)

Em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral reuniu-se e, por meio de eleições indiretas, Tancredo Neves foi eleito Presidente e José Sarney Vice-Presidente da República. Por motivos de saúde, Tancredo Neves não pode ser empossado e José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março de 1985. Dias depois, em 21 de abril de 1985, Tancredo Neves faleceu. Com a morte de Tancredo Neves, houve a retomada da pressão e das articulações de mulheres para que o CNDM viesse a ser criado. Com esta iniciativa, as mulheres organizadas renovaram os esforços para a continuidade deste projeto com particular preocupação para que, neste momento de redemocratização, o Conselho fosse criado pelo Congresso Nacional e não por um decreto presidencial.

Aparado pela exposição de motivos Nº. 270, de 14 de junho de 1985, entregue à Presidência da República pelo Ministro da Justiça Fernando Lyra, em 18 de junho de 1985, o Congresso Nacional apresentou o Projeto de Lei Nº. 5.778/85 que propunha a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (cópia dos originais no Anexo 06).

Após tramitação em regime ordinário¹¹⁵ com apreciação do Plenário e da Comissão de Constituição e Justiça, em 29 de agosto de 1985 foi criado no Brasil, após mais de uma

¹¹⁴ Em 1984, Cátia Vasconcelos (presidenta do CNDM no período de 1990-1993) ocupava o cargo de Primeira Secretária da Federação Mineira de Mulheres e gentilmente cedeu uma cópia do manifesto mencionado por Campos, o qual pode ser encontrado no Anexo 05 desta tese.

¹¹⁵ O regime ordinário consiste na forma de apreciação definida para o projeto de lei, que pode ser conclusiva nas comissões ou em Plenário. As formas de tramitação de um projeto de lei pode ser encontrado de forma detalhada

década de mobilizações dos movimentos feministas, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por meio da Lei Nº. 7. 353¹¹⁶. Este ato do Poder Legislativo foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de Agosto de 1985, conforme cópia do original no Anexo 08.

Feitas estas considerações iniciais acerca das articulações dos movimentos feministas brasileiros, situando-os no contexto nacional, para a criação de um órgão que atendesse as demandas específicas das mulheres, passamos a analisar a trajetória do CNDM, destacando os momentos mais marcantes de sua existência. Como veremos, os contextos político e econômico sofreram profundas modificações, assim como as agendas dos movimentos feministas.

2.2 CNDM: avanços e retrocessos

Conforme informado na introdução deste trabalho, há uma escassez de referências na literatura quando se trata do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Durante as pesquisas realizadas, localizei poucos textos que tratavam sobre o tema. A riqueza de informações e de documentos anexados a esta tese devem-se, sobretudo, à generosidade das ex-presidentas do Conselho Cátia Vasconcelos, Sylvia Auad, Rosiska Darcy de Oliveira e Solange Bentes Jurema, que gentilmente cederam cópias de diversos documentos e registros fotográficos que contribuíram para desenvolvimento desta leitura da história do CNDM. A essas senhoras reitero meus sinceros agradecimentos.

Além desse acesso a documentos originais e, muitas vezes, confidenciais, tive o privilégio de participar, como ouvinte, de duas palestras que tinham por objetivo principal traçar um panorama geral acerca da institucionalização do CNDM. O tópico que será desenvolvido a seguir tem como base de informações, além dos documentos mencionados e das entrevistas realizadas, os artigos, relatórios e transcrições das palestras abaixo relacionadas:

no endereço eletrônico: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/processolegislativo>. Acesso em Julho de 2010.

¹¹⁶ Nos Anexos 06 e 07 desta tese podem ser encontrados, respectivamente, o Projeto de Lei Nº. 5.778 de 17 de junho de 1985, a exposição de motivos Nº. 270 de 14 de junho de 1985 e a lei Nº. 7. 353 de 29 de agosto de 1985.

Artigos:

- *As Mulheres e a Constituição de 1988*, de Jacqueline Pitanguy, s/d.
- *Lugar no Governo: Alibi ou Conquista?*, de Maria Aparecida Schumacher e Elisabeth Vargas, 1993.
- *A gestão federal e a questão de gênero - perspectivas de institucionalização*, de Thereza Lobo, 2003.
- *As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil*, de Sônia Montaña, 2003.
- *Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil*, de Jacqueline Pitanguy, 2003.
- *CNDM, Uma visão histórica*, de Maria Aparecida Schumacher, 2004.

Relatórios:

- *MEMÓRIA: Gestão 95/99 – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, 1999.
- *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”*, 2002.
- *Relatório Nacional Brasileiro. CEDAW. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*, 2002.
- *Relatório de Implementação. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, 2006.
- *Relatório Memória 2003-2006*, 2006.

Palestras:

- *A participação das mulheres e a reforma política*, proferida por Maria Betânia Ávila no Seminário “Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres”, realizado em 28 de março de 2007 em Brasília-DF; promovido pela Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert.
- *Mulheres, Constituintes e Constituição*, proferida por Jacqueline Pitanguy no “Seminário 20 anos da Constituição”, realizado em 04 de setembro de 2008 em Brasília-DF; promovido pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

1º. Fase: 1985-1990 – Efervescência e materialização

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi aprovado e efetivado na Lei Nº. 7. 353, de 29 de agosto de 1985,

(...) com a finalidade de promover, em âmbito nacional, políticas públicas que visem assegurar a eliminar a discriminação da mulher, assegurando-lhe condições de liberdade e de igualdade de direitos, bem como sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País¹¹⁷.

Os principais objetivos do CNDM, segundo o art. 4º. da Lei que o instituiu, eram:

- a) formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando a eliminação das discriminações que atingem a mulher;
- b) prestar assessoria ao Poder Executivo, emitindo pareceres e acompanhando a elaboração e execução de programas de Governo no âmbito federal, estadual e municipal, nas questões que atingem a mulher, com vistas à defesa de suas necessidades e de seus direitos;
- c) estimular, apoiar e desenvolver o estudo e o debate da condição da mulher brasileira, bem como propor medidas de Governo, objetivando eliminar todas as formas de discriminação identificadas;
- d) sugerir ao Presidente da República a elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como a eliminar a legislação de conteúdo discriminatório;
- e) fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher;
- f) promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos ou particulares, com o objetivo de implementar políticas e programas do Conselho;
- g) receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas;
- h) manter canais permanentes de relação com o movimento de mulheres, apoiando o desenvolvimento das atividades dos grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades;

¹¹⁷ Art. 1º da Lei no. 7.353, de 29 de agosto de 1985. Também disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1980-1988/L7353.htm. Acesso em Janeiro de 2008.

i) desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, no sentido de eliminar a discriminação, incentivando a participação social e política da mulher.

Como se pode observar, o principal objetivo do Conselho era o de promover a liberdade, a igualdade de direitos e a plena participação das mulheres em âmbito nacional. O CNDM deveria agir nas esferas federal, estadual e municipal, atuando como ferramenta auxiliar do poder Executivo no que tange às políticas públicas para as mulheres, além de sugerir projetos de lei, fiscalizar sua aplicação e promover interação com organismos nacionais e internacionais.

Os conselhos de direitos¹¹⁸, entendidos como forma participativa da sociedade civil organizada, geraram a ampliação dos canais de participação na defesa da democracia e do interesse de segmentos que carecem de ações políticas singulares, como as mulheres. A abertura de um espaço institucional para que a voz das mulheres pudesse ser ouvida na esfera estatal, segundo Eva Blay, “(...) se adequava a um país recentemente saído da ditadura que não confiava na estrutura do Estado e dos governos.” (*apud* MONTAÑO, 2003, p. 13) É preciso lembrar que o contexto em que o CNDM é criado é o de luta pela democracia, momento delicado de reconciliação entre a sociedade e o Estado, no qual os movimentos feministas podem ser considerados “convidados de honra” para atuar no cenário político brasileiro.

Como já observamos neste trabalho, o CNDM nasce vinculado à pasta da Justiça. O mesmo dispositivo legal que o cria prevê uma estrutura - localizada, em princípio, no prédio do Ministério da Justiça - composta por uma Secretaria Executiva, uma Assessoria Técnica¹¹⁹ e um Conselho Deliberativo. O Conselho Deliberativo foi designado pelo Presidente José Sarney em 02 de setembro de 1985, conforme cópia do Diário Oficial da União no Anexo 09. Assim como o Conselho Deliberativo, o corpo técnico era composto, na sua expressiva maioria, por feministas autônomas vindas de diversas regiões do país. Estas mulheres traziam na bagagem não só o pioneirismo, mas, sobretudo, grandes desafios: abrir e consolidar o espaço para a garantia dos direitos das mulheres na estrutura política do governo; promover a

¹¹⁸ Vistos como frente institucionalizada de participação com capacidade de agir no aparelho do Estado, os conselhos de direitos foram criados para estimular e impulsionar a experiência democrática participativa. O debate sobre o papel dos conselhos será visto com maiores detalhes no Capítulo 3 desta tese.

¹¹⁹ A Assessoria Técnica era responsável pela formação de diversas comissões de trabalho e por assuntos específicos, tais como: educação, cultura, creche, trabalho, mulher rural, legislação, violência, saúde reprodutiva, mulher negra, comunicação e constituinte.

legitimação do canal de interlocução com os movimentos de mulheres; formular e monitorar a implantação de políticas públicas.

Havia uma grande preocupação dos movimentos feministas de que o Conselho se tornasse uma retórica, ou seja, um órgão exemplar na forma, mas sem expressão política. Para que isso não acontecesse, foi estabelecido no artigo 8º. da lei que criou o CNDM, o “Fundo Especial dos Direitos da Mulher” (F.E.D.M), destinado a gerir recursos e financiar suas atividades. Consistia em um Fundo Especial, de natureza contábil, onde seriam creditados todos os recursos, orçamentários e extra-orçamentários, destinados a atender às necessidades do Conselho, o que assegurava condições de operacionalidade a esse órgão. Mediante decreto, o chefe do Executivo deveria estabelecer os limites financeiros e orçamentários, globais ou específicos, a que o CNDM ficaria submetido. (conforme § 2º, art. 8º. da Lei Nº. 7.353/85)

Em seu art. 9º., a mencionada lei prevê que “fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial, em favor do F.E.D.M., no valor de até Cr\$ 6.000.000.000 (seis bilhões de cruzeiros), destinado a despesas de instalação e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”. Além desse montante, informa Sonia Montañó que o CNDM teria um orçamento equivalente a US\$ 7 milhões para investir em programas e projetos, excluindo-se deste valor os pagamentos de salários e despesas administrativas. (MONTAÑO, 2003, p. 10)

Conforme prevê o artigo 6º. da Lei 7.353/85, o Conselho Deliberativo era composto por 17 (dezesete) integrantes e 3 (três) suplentes designadas pelo Presidente da República, para um mandato de 4 (quatro) anos. Destaca o parágrafo único deste artigo que 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo deveria ser escolhido dentre pessoas indicadas por movimentos de mulheres, seguindo o critério de contribuição, de forma significativa, em prol dos direitos femininos. Também a presidência do Conselho deveria ser designada pelo Presidente da República. (Art. 5º., Lei 7.353/85)

Embora subordinado institucionalmente à pasta da Justiça, o Conselho respondia diretamente ao Presidente da República. Com autonomia administrativa e financeira, a criação deste espaço na esfera governamental possibilitou a inserção da sociedade civil em um papel de protagonista¹²⁰, especialmente com a formalização da participação dos movimentos de mulheres no Conselho Deliberativo e a nomeação da primeira presidenta do CNDM: Ruth Escobar.

¹²⁰ Como se pode observar, o CNDM teve o caráter deliberativo reconhecido em lei desde 1985, diferente de outros conselhos, como o da Saúde, que só o tiveram nos anos 90. Desta forma, o CNDM aparece com um caráter inovador, não se restringindo como exemplo às políticas para as mulheres, mas atingindo boa parte da malha de políticas públicas.

Portuguesa, nascida na cidade do Porto em 31 de Março de 1935, a atriz, jornalista e empresária Maria Ruth dos Santos, mais conhecida como Ruth Escobar¹²¹, à época de sua nomeação¹²² ao CNDM, era deputada estadual por São Paulo. Ruth Escobar participou ativamente da vida política brasileira. Militante, organizou o *1º Congresso Internacional pela Anistia no Brasil* e foi membro do Comitê da ONU para a eliminação da discriminação contra a mulher. Foi deputada estadual por duas vezes (1983/1987 e 1987/1991) pelo PMDB e PDT, respectivamente. Foi eleita Deputada Constituinte com 61.124 votos, oriundos na maioria da capital paulista¹²³. Licenciou-se do seu mandato de Deputada e assumiu a presidência do CNDM em 10 de Setembro de 1985¹²⁴.

É importante destacar que Ruth Escobar, junto com outras lideranças femininas do PMDB na época - como Junia Marise, Cristina Tavares, Selma Bandeira, Irondi Pugliesi, entre outras - participou, em Dezembro de 1984, do *Seminário Nacional de Mulheres do PMDB “Mulher, Mobilização e Mudança”*. Sobre este evento, recorda a historiadora Rosanita Monteiro de Campos:

Ao abrir o seminário, Tancredo destacou a importância da participação da mulher no processo de democratização, na luta pela anistia, nas mobilizações por eleições diretas, na construção da Nova República, onde a justiça social deveria por fim à fome, ao desemprego, à inflação, à mortalidade infantil, males que afetam de maneira particular a mulher brasileira. (CAMPOS, 1988, p. 119)

O mencionado seminário foi realizado em Curitiba-PR e nele foi aprovada, como uma das agendas políticas do PMDB, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, conforme lembra Campos:

Em 20 de dezembro, dando encaminhamento às decisões do Seminário Nacional de Mulheres do PMDB, foi entregue a Tancredo Neves o documento contendo as resoluções ali aprovadas. As lideranças femininas presentes ressaltaram o crescimento do movimento de mulheres e a necessidade urgente da constituição do Conselho; um órgão que verdadeiramente refletisse a força da mulher na sociedade e que auxiliasse o governo a aplicar uma clara política de incentivo à participação e aos interesses da mulher. (Idem, p. 121)

¹²¹ Maria Ruth dos Santos adotou o sobrenome do marido, o filósofo e dramaturgo Carlos Henrique Escobar.

¹²² Fotos da cerimônia de posse de Ruth Escobar como presidenta do CNDM podem ser vistas no Anexo 10.

¹²³ Informações extraídas de http://www.al.sp.gov.br/web2/constituente/deputados/PDT-RUTH_ESCOBAR.html. Acesso em Julho de 2010.

¹²⁴ Cópia do convite da cerimônia de posse endereçada à Cátia Vasconcelos pode ser encontrada no Anexo 11.

Após o falecimento de Tancredo Neves, José Sarney - mantendo os compromissos da “Nova República”¹²⁵ - criou o CNDM e designou Ruth Escobar para presidi-lo.

Sobre a indicação de Ruth Escobar para a presidência do Conselho há um fato curioso. De acordo com Sonia Montañó, o Conselho foi formulado pela necessidade da existência de um órgão para atender as demandas das mulheres, que ocupasse o mais alto nível possível no processo decisório federal, para o qual a líder feminista Ruth Escobar deveria ser designada para a direção. Por ter nascido em Portugal, razões legais associadas à sua nacionalidade a impediam de assumir a cadeira de Ministra. Segundo informa Montañó, esta história foi ratificada pela própria Ruth Escobar, em setembro de 2002, na “Tenda das Sábias”, evento realizado em Brasília pela SEDIM (Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher). (MONTAÑO, 2003, p. 10) Solange Bentes Jurema (ex-presidente do CNDM e ex-presidente da SEDIM no período 1999-2002), confirmou¹²⁶ a informação a respeito da indicação de Ruth Escobar para a presidência do CNDM: *“Quando o Conselho foi criado, ele foi criado com muita força política. A interlocutora para a criação do Conselho foi Ruth Escobar e a Ruth Escobar era portuguesa. E quando ele foi criado, ele foi criado com a força ministerial, mas foi chegado a um acordo de se criar um Conselho porque a Ruth, sendo estrangeira, não poderia ser Ministra de Estado, e aí se criou o Conselho [...] Nós fizemos uma reunião, uma reunião final, que nós chamamos de “Tenda das Sábias”, onde nós reunimos todas as feministas históricas nessa reunião de despedida e a consolidação do movimento de transição para o governo que ia assumir [...] e foi nessa reunião que a Ruth Escobar fez aquela declaração”*.

Atualmente acometida pela doença de Alzheimer, grave enfermidade degenerativa cerebral, Ruth Escobar sofre de perda de memória e não reconhece sequer os filhos¹²⁷. Legalmente interdita¹²⁸, a entrevista com a primeira presidenta do Conselho infelizmente não pode ser realizada.

Foram indicadas como as primeiras conselheiras do CNDM: Eunice Mafalda Michiles, Leila de Almeida Gonzáles, Ruth Cardoso, Jacqueline Pitanguy, Rose Marie Gebara Muraro, Marina Colassanti, Tizuko Yamazaki, Maria da Conceição Tavares, Maria Elvira Salles

¹²⁵ “Nova República” é a expressão como ficou conhecido o período da história política brasileira que se iniciou após o fim da ditadura militar. Considera-se o marco inicial dessa época o ano de 1985.

¹²⁶ Solange Bentes Jurema, durante entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió-AL.

¹²⁷ Informações obtidas por meio de contato telefônico com a Sra. Eliete Aparecida da Silva Souza, secretária de de Ruth Escobar.

¹²⁸ Prevê o Código Civil Brasileiro (Lei Nº. 10.406/2002), em seu artigo 1.767, I, que estão sujeitos a interdição (também chamada curatela) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil.

Ferreira, Cristina Tavares, Benedita da Silva, Irondi Pugliesi, Nair Goulart, Leila de Abreu, Nair Guedes e Ana Montenegro. Como suplentes foram designadas Lúcia Arruda, Maria Betânia Melo D'Ávila e Maria Lúcia D'Ávila Pizolanti.

Sob a gestão de Ruth Escobar, em setembro, ou seja, logo depois de assumir a presidência do Conselho, foi aprovado o Regimento Interno do CNDM por meio do Decreto Nº. 91.697, de 29 de setembro de 1985. Neste regimento foram detalhadas as organizações, funções, composições, funcionamento, competência e atribuições das pessoas integrantes do Conselho.

Neste momento de institucionalização, o CNDM mantinha relação com os mais diversos segmentos político-ideológicos dos movimentos feministas e buscava desenvolver programas e projetos que apoiassem o movimento autônomo de mulheres. Em entrevista datada de 2005¹²⁹ ao informativo “Mulheres em Pauta”, boletim eletrônico de produção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ruth Escobar destacou que “(...) a criação do CNDM deu outra perspectiva às mulheres, sobretudo nas classes menos privilegiadas”. Nesta entrevista, a ex-presidenta destacou a maior vitória do CNDM: “(...) foi a criação das Delegacias da Mulher. Nessa mesma época eu visitava diferentes bairros da periferia para estimular as mulheres a denunciar todo e qualquer tipo de repressão e violência.” E a maior dificuldade “(...) foi convencer as mulheres de classe média e classe alta a denunciarem. Eu diria a vergonha social.”

Reflexos dessa postura de combate à violência contra a mulher podem ser encontrados na primeira grande campanha do CNDM em nível nacional, que tinha por bandeira de luta: “O silêncio é cúmplice da violência”. Para ilustrar e dar visibilidade a estes feitos, podem ser encontrados no Anexo 12 desta tese os cartazes das campanhas mais significativas.

Do ponto de vista internacional, a criação do CNDM obedece a uma diretriz muito clara da *III Conferência Internacional de Mulheres*¹³⁰, realizada em Nairóbi, Quênia, em 1985, quando as Nações Unidas instaram os governos a criar postos governamentais - chamados “mecanismos” - que realmente fossem voltados para “a condição da mulher”. Também conhecido como “Fórum 85”, esta Conferência revela uma perspectiva importante:

¹²⁹ Entrevista ao informativo “Mulheres em Pauta”, boletim eletrônico de produção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ANO IV - Número 6 - Brasília, 30/05/2005. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/informativo/informativo.asp?edicao=6> Acesso em Julho de 2010.

¹³⁰ A primeira Conferência Mundial da Mulher aconteceu no México em 1975, seguida da Conferência celebrada em Copenhague em 1980. A terceira Conferência Mundial da Mulher foi realizada em Nairóbi em 1985 e a quarta em Beijing no ano de 1995. Informações disponíveis em <http://www.escueladefeminismo.org/spip.php?article383> Acesso em Julho de 2010.

não se considerava mais somente um direito legítimo das mulheres sua “incorporação”, mas colocava-se como “necessidade” sua participação em todas as esferas da vida, como informa Rosanita M. Campos:

Também pela primeira vez, a nível internacional, prevaleceu a compreensão de que é impossível atingir a plena emancipação da mulher sem que a fome, a miséria, o desemprego, a ignorância e o subdesenvolvimento sejam superados. Esses são os problemas que mais atingem as mulheres. São essas as principais questões que, através de seus próprios meios e autonomamente, o movimento feminista deve abraçar, não apenas para o desenvolvimento das sociedades, mas sobretudo para o desenvolvimento das próprias mulheres. Ao contrário do que se pensava até então, isso não restringe o assumimento (*sic*) e o enfrentamento das questões mais específicas da mulher. Na verdade, abre muito mais espaço para a sua luta, dá mais autonomia e condições às mulheres para que essas dificuldades sejam superadas (CAMPOS, 1988, 151)

É oportuno destacar que 157 Estados - incluindo o Brasil - e aproximadamente 15.000 representantes de organizações não governamentais participaram deste evento, no qual foram traçados três principais objetivos estratégicos: criação de medidas de caráter jurídico; medidas para alcançar a igualdade na participação social e medidas para alcançar a igualdade na participação política e nos lugares de tomada de decisões.

Reconhecemos que este tratado foi um instrumento importante para a promoção da participação das mulheres na política, pois recomendou aos governos o estabelecimento de linhas de ação para alcançar a igualdade entre mulheres e homens nas esferas da vida social, da política e do trabalho. Seguindo as diretrizes desta Conferência, o CNDM se tornou um dos primeiros órgãos na América Latina criado com foco nos direitos das mulheres e influenciou iniciativas semelhantes nos países do Cone Sul, especialmente Argentina e Chile, os quais possuem um processo de democratização e uma história política semelhante à brasileira.

Com José Sarney Presidente da República e a previsão, para o ano seguinte, de uma eleição para a Assembléia Nacional Constituinte, 1985 foi um ano de rearticulação de forças e de partidos políticos. Neste momento, é possível observar um cenário político bem mais complexo do que aquele da década de 70, principalmente no que tange às reivindicações dos movimentos sociais.

Em novembro de 1985, com intensa mobilização das integrantes do Conselho¹³¹, o CNDM lança a campanha *Alerta da Mulher para a Constituinte*, fato noticiado por jornais da época, como o Jornal do Brasil¹³². *Constituinte sem mulher fica pela metade* foi o slogan criado para a divulgação da campanha *A mulher e a Constituinte*¹³³ e permaneceu contínuo na mídia até outubro de 1988.

Nesse momento, segundo Ruth Escobar¹³⁴, as principais reivindicações na arena política, além da defesa intransigente da autonomia dos movimentos de mulheres, eram:

- Participação igualitária nas listas eleitorais para cargos eletivos dos partidos políticos;
- Realização, nos partidos políticos, de seminários permanentes sobre a condição da mulher visando a formação de quadros;
- Integração de mulheres em todos os escalões dos Governos Federal, Estaduais e Municipais;
- Imediata aprovação, pelo Senado, do Projeto do Código Civil;
- Modernização do Projeto do Novo Código Penal, principalmente na parte relacionada aos costumes.

No que diz respeito ao trabalho, as reivindicações femininas giravam em torno do cumprimento e regulamentação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em relação à criação de creches; criação de equipamentos coletivos sociais que possibilitassem uma maior participação política das mulheres; além da extensão de todos os benefícios trabalhistas às empregadas domésticas e trabalhadoras rurais. Na área da saúde, as principais demandas eram a implantação de uma política de assistência integral à saúde da mulher e a implantação de um programa familiar democraticamente discutido e não imposto como política de controle demográfico. Em relação à violência, eram reivindicadas a criação de canais que permitissem apoio à mulher violentada em termos de proteção jurídica, psicológica e médica; a elaboração de leis e a criação de instrumentos que impedissem a discriminação de todo tipo.

Com grande capacidade empreendedora, Ruth Escobar se dedicou com afinco nesse momento de criação e estruturação do Conselho; mas ficou pouco mais de seis meses à frente

¹³¹ Fotos da primeira reunião do CNDM disponíveis no Anexo 13.

¹³² CONSELHO lança campanha para a participação das mulheres na Constituinte. Jornal do Brasil. Brasília, 07 de Novembro de 1985. Biblioteca do Senado Federal. “ANC 88. Pasta Nov/Dez 85 012” Reprodução no Anexo 14.

¹³³ Cartaz da campanha pode ser visualizado no Anexo 15.

¹³⁴ Em entrevista ao informativo “Mulheres em Pauta”, *op. cit.*

do CNDM. No início de 1986, licenciou-se da presidência em virtude de sua candidatura à Deputada Estadual, pleito que venceu pelo PDT/SP. Como não era permitida a coincidência entre cargo eletivo e cargo executivo - como a presidência do Conselho (impedimento previsto no Regimento Interno do Conselho), Ruth Escobar deixou o CNDM e Jacqueline Pitanguy, então integrante do Conselho Deliberativo do Conselho, foi indicada por Ruth Escobar, com a concordância das demais conselheiras e dos movimentos de mulheres, para ser sua nova presidenta.

Socióloga e militante feminista, Jacqueline Pitanguy de Romani assumiu a presidência do Conselho em 25 de Março de 1986, empossada¹³⁵ pelo então Ministro da Justiça Paulo Brossard. Sobre a transição e seus trabalhos à frente do CNDM, Pitanguy lembra: *“Os órgãos e os processos, eles têm também a marca de pessoas. Aliás, o Sartre já dizia, né, que a história é feita de pessoas, de processos coletivos, mas é feita de personagens também. Então, eu, naturalmente, sou muito diferente de Ruth Escobar. Tanto esse lado, talvez, artístico e de capacidade de organização de um grande evento amanhã, trazer aqui um Nelson Mandela, não sei, eu não tive isso. Mas por outro lado, eu sou uma pessoa acostumada a trabalhar, então, digamos, que nós temos estilos diferentes de trabalhar. E a Ruth só ficou seis meses, então ela teve aquela presença grande na criação do Conselho e tal, mas talvez eu tenha, pelo meu tipo de personalidade, podido organizar institucionalmente melhor o Conselho para que o Conselho realmente não fosse somente um órgão de grandes eventos, de grandes momentos, mas que fosse um órgão de políticas públicas, de atuação, como um órgão de políticas públicas e, como estávamos no momento da Constituinte, como um órgão de grande atuação dentro da Assembléia e isso requer disciplina, requer organização, requer discricção, requer uma certa estratégia política. Então, eu acho que nós conseguimos isso. Não foi um trabalho meu, foi um trabalho de equipe.”*¹³⁶

Conforme o resumo de realizações do CNDM no período 1985/89¹³⁷, em 1986 foram promovidos os seguintes eventos:

- *I Encontro Nacional sobre Políticas de Atendimento à Criança de 0 a 6 anos*, com o lançamento da “Carta de Princípios Básicos: Criança Compromisso Social”;
- *Campanha Nacional A Mulher e a Constituinte*;
- *Programa Mulher e Educação*;

¹³⁵ Fotos da cerimônia de posse de Jacqueline Pitanguy podem ser encontradas no Anexo 16.

¹³⁶ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

¹³⁷ Disponível no Anexo 17.

- *Concurso de Conto e Poesia Cora Coralina*, em convênio com o Ministério da Cultura;
- *I Vídeo Mulher*;
- *1º. Encontro Nacional de Delegadas*;
- Elaboração do *Guia de defesa das mulheres contra a violência*;
- Publicação do primeiro número do anuário *Em dia com a Mulher* e do primeiro número da publicação semestral *Informe Mulher*;
- Participação na *8º. Conferência Nacional de Saúde* e na *1º. Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores*.

A análise das demandas e das campanhas realizadas no primeiro ano de existência do Conselho nos permite destacar a capacidade de observação holística do contexto político pelas integrantes do CNDM, atentas às reais necessidades das temáticas das políticas públicas a serem propostas. Nota-se ainda uma acurada percepção acerca da necessidade da presença e participação de lideranças feministas em órgãos governamentais.

A campanha do CNDM pelos direitos das mulheres na nova Constituição foi pensada em torno de uma estratégia de atuação iniciada com uma campanha nacional que tinha como lemas *Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher* e *Constituinte para valer tem que ter Direitos da mulher*. Com uma perspectiva de continuidade do projeto iniciado por Ruth Escobar, Jacqueline Pitanguy promoveu a ampliação da campanha *A mulher e a Constituinte*. Lembra a ex-presidenta: “*Organizamos uma grande articulação nacional envolvendo todos os Conselhos Estaduais de Direitos da Mulher, Conselhos Municipais, as mais diversas organizações de mulheres como trabalhadoras rurais, empregadas domésticas, trabalhadoras das centrais sindicais como a CGT, a CUT, associações profissionais, grupos feministas e movimentos sociais de todo o país. O CNDM visitou todas as capitais onde, em parceria com os movimentos locais, conclamava as mulheres a apresentarem propostas para a nova constituição, a estarem participando deste momento crucial da vida política do país.*”¹³⁸

Para todas as capitais do país foram levados materiais como cartazes, folhetos e inserções na mídia. Além disso, com vistas à ampliação da participação popular, foi aberta uma caixa postal para que todas as mulheres pudessem enviar ao CNDM suas propostas sobre os assuntos relativos aos direitos das mulheres que deviam ser incluídos na nova Constituição.

¹³⁸ Jacqueline Pitanguy em: *As Mulheres e a Constituição de 1988*. Disponível em <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf> Acesso em Julho de 2008.

É possível observar uma resposta positiva por parte da sociedade civil, que encaminhou centenas de propostas, as quais foram analisadas pela equipe técnica do CNDM e por uma comissão de mulheres advogadas que, de forma voluntária, apoiaram o Conselho na elaboração de propostas para os Constituintes. Iáris Ramalho Cortês, que participou da equipe técnica do CNDM de 1985 a 1989, lembra:

(...) junto com a equipe fomos analisando as propostas em forma de relações de reivindicações ou cartas pessoais que chegavam de centenas de mulheres ou grupos de mulheres de todos os estados da federação. As cartas que chegavam de todas as regiões do Brasil eram, principalmente, a expressão dos desejos das mulheres. Foram escritas por operárias sindicalistas, trabalhadoras rurais, pescadoras, acadêmicas das diversas áreas, profissionais liberais, trabalhadoras domésticas, donas de casa, mulheres brancas, negras, índias, ciganas, hetero, bi e homossexuais, e tantas outras raças e categorias. Havia cartas que já esboçavam projetos de leis dentro das normas legislativas. Outras continham essencialmente um desejo, como de ver abolida a prática da violência contra a mulher, de ser incluída a facilidade de acesso ao ensino, de ver uma sociedade justa e democrática. Muitas vezes parávamos com uma carta nas mãos e chamávamos toda a equipe para conosco ler aquele brado e quando isso ocorria, sentíamos uma emoção enorme. Essas cartas geralmente não continham uma proposta concreta. Era um desabafo, um desassossego. Víamos que a mulher não esperava resposta, só queria compartilhar e partilhar. (CORTÊS, 2008, p. 57)

Sobre este momento, recorda Jacqueline Pitanguy: *“Foram recebidas milhares de sugestões, desde propostas descabeladas a propostas a serem consideradas. A partir daí foi constituído um grupo de juristas que trabalhavam filtrando, no sentido de viabilidade jurídica, as propostas que foram reorganizadas e, com esse material riquíssimo é que pôde ser feita uma plataforma para a Assembléia Nacional Constituinte.”*¹³⁹

Um grande exemplo a ser mencionado foi a conscientização - pela compreensão de que cabe ao Estado coibir a violência contra as mulheres - da necessidade da criação das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAM's) em todos os municípios do país. Nesse período, o Conselho mediou diversos debates entre a sociedade civil e os parlamentares; agenciou encontros e promoveu campanhas para dar visibilidade e promover a conscientização para a força política que as mulheres possuíam. Lembra Pitanguy: *“Um dos primeiros spots de TV feito pelo CNDM foi com Raul Cortez e outro com a Dina Sfat e buscava promover a denúncia da violência doméstica, porque quando a mulher ia à*

¹³⁹ Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*.

*delegacia fazer a denúncia, os delegados colocavam panos quentes e não faziam a denúncia, não havia a notificação.*¹⁴⁰”

Em agosto de 1986, pautado pela idéia de que *Constituinte sem mulher fica pela metade*, o CNDM organizou um grande evento no Congresso Nacional. Para este encontro, centenas de mulheres de todas as regiões do país se deslocaram até Brasília para - com base nas propostas recebidas anteriormente e discutidas em plenário - aprovar a ***Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes***. O *Jornal da Constituinte*, em edição do dia 27 de Agosto de 1986¹⁴¹, noticiou outras duas importantes campanhas veiculadas nesta “vigília cívica feminista”: *Filho não é só da mãe* (campanha que lutava pela licença paternidade de oito dias) e *Constituinte: As mulheres estão de olho em você* (campanha que buscava sensibilizar os constituintes para os direitos das mulheres)¹⁴².

Organizada em torno das bandeiras *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher* e *Viva a diferença, mas com igualdade*, como uma plataforma efetivamente social, e não a agenda de um órgão de governo, esta articulação do CNDM foi bastante rica e coberta pela mídia. Exemplo disso foram as notícias veiculadas pelos jornais *Folha de São Paulo*¹⁴³ e *Jornal de Brasília*¹⁴⁴, em Janeiro e Março de 1987 respectivamente, que anunciavam o “lobby da mulher”, que mais tarde se transformaria no *Lobby do Batom*, conforme é possível observar nos recortes de jornais disponibilizados no Anexo 20.

Como um ato simbólico de que esta era uma manifestação efetivamente nacional, e de forma a evidenciar o caráter articulado desta grande campanha das mulheres, a ***Carta*** foi entregue em 27 de março de 1987 ao Deputado Federal Ulysses Guimarães, então presidente do Congresso Nacional, em Brasília. A ***Carta*** foi apresentada pela feminista que se empenhou pelo sufrágio feminista em 1932, Carmem Portinho, contando à época com 81 anos, conforme noticiou o *Jornal do Brasil*¹⁴⁵.

Esta ***Carta*** reveste-se de especial importância como documento histórico pois, de certa forma, recupera, em diversos âmbitos, as demandas das mulheres naquele momento. Com

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ PLATAFORMA da mulher tem 11 pontos-chave. *Jornal da Constituinte*. Brasília, 27 de Agosto de 1986. Biblioteca do Senado Federal. Disponível no Anexo 18.

¹⁴² A reprodução dos cartazes dessas campanhas pode ser encontrada no Anexo 19.

¹⁴³ CONSELHO da Mulher prepara seu ‘lobby’ na Constituinte. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 06 de Janeiro de 1987. Biblioteca do Senado Federal. “ANC 88. Pasta 01 a 10 Jan/87 044”.

¹⁴⁴ MULHER reforça seu lobby com a “Carta”. *Jornal de Brasília*. Brasília, 27 de Março de 1987. Caderno Política. Biblioteca do Senado Federal. “ANC 88. Pasta 26 a 31. Março/87 019”

¹⁴⁵ FEMINISTA de 81 anos lidera comitiva para levar carta a Ulysses. *Jornal do Brasil*. Brasília, 27 de Março de 1987. Biblioteca do Senado Federal. “ANC 88. Pasta 26 a 31. Março/87 032”. Disponível no Anexo 21.

uma vasta plataforma de reivindicações, apresentava as propostas das mulheres brasileiras para o atendimento de suas demandas naquele momento de elaboração de um ordenamento normativo que deveria, pelo menos em tese, afirmar o papel do Estado na sua responsabilidade de traduzir um patamar de igualdade entre homens e mulheres. Dividida em princípios gerais e reivindicações específicas, a *Carta* apresenta pontos-chave que não poderiam ficar fora do novo texto constitucional e destaca que, para a efetivação do princípio da igualdade, é fundamental que a futura Constituição Brasileira estabeleça preceitos legais que visem eliminar todas as formas de discriminação.

No que tange à demanda específica da família, as mulheres denunciavam a desigualdade e hierarquia que permeava as relações nesta esfera. Pleiteavam a eliminação da figura de chefe da sociedade conjugal atribuída ao homem pelo Código Civil vigente à época¹⁴⁶, com todas as conseqüências daí derivadas, tais como: fixação do domicílio da família, o predomínio da linhagem paterna sobre a materna na custódia dos filhos (pátrio poder), administração dos bens do casal, dentre outros. Com caráter inovador, apoiava-se o reconhecimento e a proteção da família, instituída civil ou naturalmente, ou seja, independentemente de uma certidão de casamento.

Em relação aos direitos e benefícios trabalhistas, as mulheres demandavam, com base no princípio da isonomia, a extensão da aplicabilidade da legislação trabalhista para os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e rurais; o reconhecimento da discriminação da mulher no mercado de trabalho, reivindicando salário igual para trabalho igual e equidade no acesso ao mercado de trabalho e ascensão profissional; medidas de proteção à maternidade e ao aleitamento por meio de medidas como a garantia e estabilidade do emprego à mulher gestante, extensão do direito à creche no local de trabalho, licença paternidade, licença maternidade em casos de adoção e a revisão dos direitos e benefícios previdenciários para homens e mulheres.

Nas propostas relacionadas à saúde, é possível observar demandas que podem ser entendidas como essencialmente feministas, entre elas a garantia do Estado em ações de saúde prestadas “na especificidade da mulher”: garantia de assistência integral à saúde das mulheres “independentemente de sua condição biológica de procriadora”; proibição de toda e qualquer ação impositiva que interfira no exercício da sexualidade; garantia “à mulher o direito de

¹⁴⁶ Até 2002, o Código Civil vigente no Brasil datava de 1916. Em 1976, um grupo de mulheres encaminhou ao Legislativo um projeto de mudança no Código Civil para a eliminação da figura do chefe da sociedade conjugal e tudo daí recorrente: domicílio, registro de filhos, etc. O projeto foi levado em consideração, mas alterações efetivas só foram realizadas com a reforma do Código Civil Brasileiro em 2002.

conhecer e decidir sobre o próprio corpo”; a livre opção pela maternidade, com “o direito de evitar ou interromper a gravidez sem prejuízo para a saúde da mulher” e, finalmente, o dever do Estado de “oferecer condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais [...] alargando a possibilidade de escolha adequada à individualidade de cada mulher e, ao momento específico, de sua história de vida”.

No que se refere à educação e à cultura, estas eram entendidas como prioridade nacional e “direito de todos e dever do Estado”, devendo ser universal, pública e gratuita. Com vistas ao desenvolvimento pleno da pessoa, a ênfase da educação deveria se pautar na igualdade dos sexos; na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação; no combate ao analfabetismo; no “acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional”. Previa ainda o ensino obrigatório da história da África e da cultura afro-brasileira, bem como a incorporação “aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor”. Destaque-se a garantia do Estado, perante a sociedade, da “imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial”.

A questão da violência contra as mulheres também foi tema de destaque na *Carta*. Previa a criminalização de qualquer ato que envolvesse agressões físicas, psicológicas ou sexuais às mulheres, dentro e fora de suas casas; alteração da tipificação penal do crime sexual não como “crime contra os costumes”, mas “crime contra a pessoa”; considerar estupro qualquer ato ou relação sexual forçada, independente do relacionamento do agressor com a vítima; eliminação na lei penal da expressão “mulher honesta¹⁴⁷” e do crime de adultério; garantia pelo Estado, à assistência médica, jurídica social e psicológica a todas as vítimas de violência, bem como a autonomia plena das mulheres “para registrar queixas, independentemente da autorização do marido” e, por fim, a criação de delegacias especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país.

Questões nacionais e internacionais também foram recomendadas aos constituintes na *Carta*. Foram temas de preocupação: reforma agrária com garantia de assistência técnica e crédito necessários; reforma tributária; liberdade e autonomia sindicais; políticas de desenvolvimento tecnológico com a preservação do meio ambiente e da soberania nacional;

¹⁴⁷ O conceito jurídico de "mulher honesta", segundo o jurista Nelson Hungria, é "não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o *minimum* de decência exigido pelos bons costumes." (1981, p.139). Nesse sentido, a interpretação jurídica transmite a idéia de honestidade em relação ao comportamento sexual das mulheres. Observa-se o caráter machista e conservador dos “bons costumes”, uma vez que se as mulheres que não se comportassem de forma “adequada” a preservar os valores morais impostos pela sociedade, elas seriam excluídas da proteção legal.

definição de políticas protecionistas às populações indígenas; “paz nas relações internacionais, apoio às manifestações contra corrida armamentista e impedimento à experimentação nuclear no Brasil”, e política externa baseada no princípio de autodeterminação dos povos.

Por meio da leitura do documento, observa-se que algumas propostas iam além do papel que o Estado exercera até então: expande o conceito de Direitos Humanos, atribui ao Estado responsabilidades no âmbito da saúde reprodutiva, advoga o reconhecimento do direito de mulheres e homens exercerem seus direitos reprodutivos, escolhendo livremente o número de filhos (e contando com informações e meios para tal), e conclama o Estado a desempenhar um papel no sentido de coibir a violência no âmbito das relações familiares. Entendendo que estas ações buscavam construir modelos de sociabilidade menos discriminatórios na busca de uma estrutura social equitativa, justa e inclusiva, é possível identificar perspectivas feministas permeando a redação da *Carta*.

Ao mesmo tempo em que se empenhavam no Conselho, suas integrantes se voltavam para outras instâncias de poder, como o Parlamento e a Constituinte. Na prática, pode-se afirmar que as mulheres ocuparam três importantes locais de poder: o Parlamento com os/as representantes da democracia, o Executivo por ser um órgão do governo, e as ruas com a mobilização social. Lembra Jacqueline Pitanguy: “*Eu acho que eu tive uma grande oportunidade histórica de ter podido estar no Conselho nesse momento de refundação dos nossos parâmetros legais, com a Constituição Cidadã. Num momento também de uma refundação de uma democracia mais qualificada no Brasil, mesmo que de forma ainda relativamente embrionária.*¹⁴⁸”

Com a participação dos movimentos feministas e de mulheres - filiadas a sindicatos, a associações profissionais, a universidades, empregadas domésticas e trabalhadoras rurais, entre outras - o CNDM articulou, junto com os conselhos estaduais e municipais, um trabalho mais incisivo para garantir a inserção dos direitos das mulheres no texto constitucional. O Conselho reforçava, assim, o movimento de pressão organizada iniciado em janeiro de 1987.

A estratégia de abordagem e de convencimento dos parlamentares ficou nacionalmente conhecida como *Lobby do Batom* e este pode ser entendido como um movimento de sensibilização dos deputados e senadores sobre a relevância de considerar as demandas das mulheres para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária orientada por uma

¹⁴⁸ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

Constituição verdadeiramente cidadã e democrática. Gilda Cabral, que participou da equipe técnica do CNDM de 1985 a 1989, lembra:

O Lobby do Batom foi outra tirada de humor nossa. Quando entrávamos nos corredores do Congresso, invariavelmente retocávamos o batom e alguns gaiatos diziam: lá vem o lobby do batom. De tanto ouvir a piadinha, resolvemos responder com nosso sempre presente bom humor: mandamos imprimir um selo que trazia as duas colunas do Congresso como um batom e escrito lobby do batom. Foi ótimo passar pelos piadistas e perguntar: quer um? Quer entrar também nesse lobby? Olha! Sua vida vai ficar bem melhor quando homens e mulheres tiverem direitos iguais! (CABRAL, 2008, p. 45-46)

Importante destacar que o *Lobby do Batom* foi uma classificação feita por alguns parlamentares valendo-se de um recurso irônico como uma tentativa de inferiorizar ou, até mesmo, ridicularizar as manifestações das mulheres no processo constituinte. Podemos ainda inferir que esse artifício reflete o sexismo presente na conservadora esfera política, reduzindo as mulheres a seus corpos e aos artifícios utilizados para sedução. Esta estratégia tentou, sem sucesso, desqualificar a importância deste momento em nossa história política em relação à atuação das mulheres. Tentando atingir as mulheres, esses parlamentares acabaram por fortalecer e tornar essa atuação feminina memorável, como, por exemplo, a campanha promovida pelo CNDM *Entre nesse Lobby*¹⁴⁹. Sobre o *Lobby do Batom*, Shuma Shumaer recorda:

“O que estão querendo as mulheres?”, provavelmente pensaram alguns deputados que se apressaram em tentar desvalorizar o trabalho do Grupo, chamando-as de “lobby do batom”. Mas as mulheres não se intimidaram e nem perderam o humor com essa provocação. Conseguiram transformar, estrategicamente, aquilo que pretendia ser uma afronta em mais um elemento da mobilização e força política das mulheres e da bancada feminina. O apelido foi parar nos jornais, mas não com a conotação pejorativa dos que subestimavam a força e a organização das mulheres. Daí nasce forte e decisivo o Lobby do Batom. Impossível dizer sua composição e seus limites, em número de pessoas. Todo mundo ajudava a telefonar, consultar, contatar, redigir, reproduzir, expedir, visitar gabinetes e persuadir indecisos. No Congresso até o mais distante dos parlamentares esbarrava no recado: Constituinte, as mulheres estão de olho em você!!! (SHUMAHER, 2008, p. 123/124, destaque da autora)

Unido a representações de diversas organizações da sociedade civil de defesa dos direitos das mulheres, o CNDM visitou quase diariamente as lideranças e os parlamentares,

¹⁴⁹ Reprodução do cartaz desta campanha pode ser encontrado no Anexo 22.

conversando, apresentando estatísticas, dados, testemunhos, denúncias e propostas. Lembra a então presidenta do Conselho: *“Circulávamos pelo Congresso Nacional de gabinete em gabinete, incorporadas a este grande fluxo de pessoas representando as mais variadas expressões da sociedade brasileira que enchia os corredores daquela Casa, que depois de 21 anos de um regime totalitário tinha o compromisso histórico de restaurar os alicerces legais da democracia, da justiça social e da igualdade de gênero, raça e etnia. Lembro-me com nitidez deste caminhar político e da sensação de que estávamos participando, como protagonistas, de um momento histórico.”*¹⁵⁰

Ao mesmo tempo em que o **Lobby do Batom** operava dentro do Congresso com táticas de persuasão e convencimento, o CNDM também voltava suas ações para a sensibilização do público em geral para que a sociedade compreendesse e apoiasse suas campanhas. Foram desenvolvidas diversas propagandas na mídia, utilizando filmes na televisão, encartes em jornais e revistas, mensagens nos rádios e *outdoors* em todas as capitais. Estas campanhas eram feitas de forma sincronizada, ou seja, eram veiculadas de acordo com os capítulos que estavam sendo discutidos no Congresso. Sobre essa articulação, explica Jacqueline Pitanguy: *“Por exemplo, utilizamos uma foto de uma família antiga, com o pai na posição central, mulheres e filhos ao redor, vestidos com roupas próprias do início do século com a frase “A família não é mais aquela, mas as leis ainda o são”. Para sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de dar proteção e benefícios sociais à mulher, utilizamos a imagem de uma mulher em uma corda bamba, equilibrando casa e trabalho, na campanha “Profissão Equilibrista”. Divulgamos diversos spots e mensagens sobre a violência doméstica, sobre a maternidade como um direito e uma opção e sobre a necessidade de equilibrar a balança do poder entre homens e mulheres”*¹⁵¹. Os cartazes das campanhas mencionadas por Pitanguy podem ser visualizados no Anexo 23.

Institucional e politicamente comprometido com a mobilização das mulheres para garantir seus direitos no texto da Constituição Federal a ser promulgada, o CNDM - aliado à recém-criada bancada feminina da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988) - reuniu mulheres e movimentos feministas de diversas tendências e origens. Para acompanhar os debates do Congresso Constituinte, o Conselho valeu-se de um trabalho cotidiano e presença ativa no Congresso Nacional como estratégia - aproveitando-se do ineditismo da presença de 26 mulheres eleitas parlamentares para a Câmara Federal - buscando unificar uma “bancada

¹⁵⁰ Jacqueline Pitanguy em: *As Mulheres e a Constituição de 1988*.

¹⁵¹ Idem.

feminina” para que o CNDM pudesse efetivamente trabalhar com essa comissão parlamentar de uma forma mais ágil. Com raras exceções, estas parlamentares trabalharam em uníssono com o Conselho, que tomou a iniciativa de congregá-las em torno das propostas das mulheres. Iáris Ramalho Cortês lembra que:

A bancada feminina do Congresso tomou corpo, fazendo com que as poucas mulheres constituintes valessem em dobro ou em triplo. Não era raro uma deputada atravessar a Esplanada para discutir no Conselho esta ou aquela proposta. O clima não permitia uma hierarquização de poder. Todas, feministas históricas, parlamentares, técnicas do CNDM e mulheres do movimento eram apenas mulheres em busca de uma vitória. Lá no Congresso, as parlamentares formaram um bloco de puro granito. Não se falava em ideologia ou partido político. Elas atuaram de forma suprapartidária e a maioria das propostas foi assinada por toda a bancada. (CORTÊS, 2008, p.58)

Observa-se que, independente de suas posições partidárias e filiação político-ideológica, grande parte das deputadas eleitas abrigavam muitas das questões que estavam sendo colocadas pelas mulheres. Formou-se assim, um grupo suprapartidário de constituintes que ofereceram um apoio fundamental para o fortalecimento das campanhas desenvolvidas desde 1985 pelo CNDM. Contudo, a adesão não foi unânime, como ressalta Pitanguy: “*é óbvio que nem todas as deputadas eleitas se incorporam à essa bancada, a exemplo de Sandra Cavalcanti, do Rio de Janeiro*¹⁵²”.

Lídice da Mata, deputada constituinte, lembra que as mulheres enfrentaram preconceitos de todos os tipos: “*Nós chegamos num Congresso que não tinha sequer banheiro feminino. O plenário só tinha banheiro de homem, um banheiro único porque a presença da mulher era tão minúscula que não se fazia necessário esse tipo de equipamento. A primeira questão foi a luta pelos banheiros, por incrível que possa parecer. Terminou que se estabeleceu um acordo pelo qual as mulheres ficariam no anexo 4 para garantir que teriam banheiro privativo nos seus gabinetes. Mas na luta para que tivéssemos banheiro dentro do plenário, foi feita uma reforma na Câmara para garantir o banheiro feminino ali. Foi uma luta um tanto cultural, surda, para que a compreensão da presença das mulheres não fosse apenas de um enfeite. A imprensa nos tratava como musas da Constituinte, a mais jovem, a mulher que tinha o adorno mais bonito, a que tirava o sapato. Era o foco nos sapatos das mulheres, na elegância, na idade, na mais bonita, enfim, foi com muita unidade e articulação política que nós conseguimos nos impor pelas idéias e pela participação. As mulheres tiveram o maior índice de participação no debate constituinte. Todas as pesquisas*

¹⁵² Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*.

indicam isso. Não só a presença, mas uma participação qualitativa, interferindo em todas as áreas de atuação. Nas comissões, tínhamos um número de emendas grande, e um nível de intervenção nos debates também de uma forma muito intensa. Com nossa participação, havia uma unidade em debates onde podíamos convocar outras mulheres na comissão onde tinha uma só, para todas virem apoiar aquela posição, aquela situação que a companheira enfrentava. E foi uma experiência singularíssima porque tivemos um grande número de mulheres nesse processo constituinte que mudaram de partido, saindo de partidos mais conservadores para os mais progressistas.¹⁵³”

O Conselho enviou mais de 100 propostas legislativas ao Congresso Nacional e grande parte das reivindicações foram incluídas na Constituição Federal de 1988. A nova carta constitucional abarcava importantes pontos presentes na ***Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes***, o que nos permite afirmar que este documento, associado à estratégia de convencimento e o debate constitucional fomentado pela participação das mulheres representou um importante ponto de convergência e encontro entre Estado e sociedade.

O ***Lobby do Batom*** obteve grande repercussão e seus resultados foram bastante positivos não só em relação à legislação. As demandas, incluindo aquelas relacionadas com questões sexuais e o reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres, haviam gerado novas perspectivas feministas e fomentaram a idéia de uma forma nova de fazer política.

As mudanças pelas quais o CNDM passou nesse momento não aconteceram apenas em termos de gestão. Após dois anos alocado provisoriamente no prédio do Ministério da Fazenda, por falta de espaço no Ministério da Justiça, em janeiro de 1987, o CNDM foi transferido para o Edifício Anexo do Ministério da Justiça e lá permaneceu até o ano de 2003.

Em 1987, foi criado no CNDM, por meio de um projeto financiado pela UNIFEM, o CEDIM - Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher. Conforme o ***CEDIM ALERTA***¹⁵⁴ - documento de circulação interna, datado de novembro de 1989, para divulgar as publicações e bibliografia sobre a temática feminista - a implantação do CEDIM se deu com o apoio financeiro do próprio CNDM e da UNIFEM, organismo internacional que investiu US\$ 100.000 (cem mil dólares) para a estruturação deste Centro. Dentre seus serviços e atividades, o CEDIM deveria apoiar e subsidiar as pesquisas, projetos e atividades do CNDM, bem como preservar sua memória história e técnica. Como centro de documentação,

¹⁵³ Lídice da Mata, em entrevista a Paulo Nunes em 2008. Disponível em: <http://blogdopaulonunes.com/v2/2008/10/mulheres-guerreiras-na-constituente-entrevistacom-lidice-da-mata/> Acesso em Julho de 2010.

¹⁵⁴ Disponível para consulta no Anexo 24.

o CEDIM promoveu um intercâmbio de informações com outras instituições nacionais e passou a trocar correspondências e publicações com vários centros internacionais, tais como China, Canadá, Japão, Paquistão, Espanha, Portugal, Espanha, Noruega, Suécia, Suíça, Dinamarca, Alemanha, Cuba, Moçambique, entre outros.

Desde sua criação, o CNDM apoiou o movimento de mulheres trabalhadoras rurais para a mudança legislativa e o desenho de políticas públicas em relação à demanda pela titularidade da terra para as mulheres rurais:

(...) o Conselho, dentre seus inúmeros programas e atividades, lançou o *Programa de Apoio à Mulher Rural*, em parceria com o Ministério da Agricultura. Em 1986, em parceria com o CNDM, o Ministério da Reforma Agrária – MIRAD criou a *Comissão de Apoio à Mulher Trabalhadora Rural*. Em 1986, o Ministério da Agricultura organizou o 10º. Congresso Nacional de Mulheres Rurais¹⁵⁵.

Em 1987, o CNDM promoveu o *Encontro Nacional A Mulher e as Leis Trabalhistas*. No mesmo ano, em parceria com a Coordenadoria de Conflitos Agrários do Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD) lançou o livro “*Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra*”. Esta obra consistia em uma organização de artigos escritos por antropólogos e cientistas sociais participantes do MIRAD, ou seja, os casos de violência descritos eram verídicos e passíveis de comprovação. O referido livro foi lançado em Brasília pelo então Ministro do Desenvolvimento e da Reforma Agrária Marcos Freire e o evento contou com presença significativa de representações de mulheres rurais¹⁵⁶. A publicação foi imediatamente encaminhada à Anistia Internacional e a órgãos das Nações Unidas e de proteção aos Direitos Humanos¹⁵⁷. Sendo o CNDM um órgão de governo, essa atitude se caracterizava como subversiva, pois publicou um material com conteúdo que denunciava pontos falhos dentro do próprio governo.

Em um país recém-saído da ditadura e com fortes traços conservadores e patrimonialistas, era de se esperar que essa publicação feita pelo CNDM não fosse vista com bons olhos. Conta Jacqueline Pitanguy: “*A questão agrária no Brasil até hoje é uma agenda complicada e aí foi que um grupo de pessoas que trabalhavam no Ministério da Reforma*

¹⁵⁵ *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 192

¹⁵⁶ Pouco tempo depois, em setembro de 1987, Marcos Freire falece em um acidente de avião.

¹⁵⁷ Em 1989 o MIRAD foi desativado e a responsabilidade pela reforma agrária passou para o Ministério da Agricultura. Informações obtidas no site do INCRA, disponíveis em: http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288 Acesso em Julho de 2010.

Agrária fez um levantamento todo pautado, estabelecido, com todas as fontes sobre a ocorrência de violências contra mulheres e crianças no campo. E de posse desse material, eles não tiveram, dentro do Ministério, a possibilidade de publicar. Então, eu conhecia os dois antropólogos, chegaram a mim e disseram: “Jacqueline, será que o Conselho banca, publica isso? Porque lá no Ministério eles não vão publicar.” Eu disse: nós vamos publicar. Está dentro da nossa agenda a violência contra mulheres e crianças no campo. Nisso, houve uma mudança de Ministro. Entrou Marcos Freire, de Pernambuco, que deu todo o apoio, inclusive foi no dia do lançamento. Foi um dia muito bonito o dia do lançamento, porque vieram trabalhadoras rurais de todo o país. E elas cantam, elas cantam muito. Cantaram, sabe, era aquela emoção. Houve um embate, dessa vez, que nós éramos subversivas. Que nós queríamos promover a subversão, etc., etc., etc. e, naturalmente, essa publicação foi parar na Anistia Internacional, foi para os órgãos da ONU. E que nos estávamos difamando o Brasil, etc., etc., etc. Era muito difícil, era outro momento político.¹⁵⁸” Talvez esse tenha sido o primeiro grande embate desta gestão do Conselho com o governo federal.

O CNDM desempenhou um papel fundamental durante o processo constituinte e importantes avanços nos direitos das mulheres foram incorporados na nova Constituição. A Constituição Federal de 1988, como marco regulatório normativo, inaugurou uma nova fase para os parâmetros legais brasileiros, especialmente no que tange à salvaguarda dos direitos das mulheres. São exemplos de direitos básicos assegurados na nova Constituição e os respectivos dispositivos legais:

- Igualdade entre homens e mulheres na sociedade e na família (Art. 5º, I e Art. 226, § 5º);
- Reconhecimento da função social da maternidade (Art. 6º), garantindo-se a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário por 120 dias (Art. 7º, XVIII);
- Criação da licença-paternidade (Art. 7º, XIX);
- Proteção especial às mulheres no mercado de trabalho, mediante incentivos específicos (Art. 7º, XX);
- Proibição da discriminação no mercado de trabalho, por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (Art. 7º, XXX);
- Direito das presidiárias permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação (Art. 5º, L);

¹⁵⁸ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

- O título de domínio e a concessão de uso de imóveis rurais, em virtude de reforma agrária, a homens ou mulheres, ou a ambos, independentemente do estado civil (Art. 189, § único);
- União estável como entidade familiar (Art. 226, § 3º);
- Não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento (Art. 227, § 6º);
- Acesso ao planejamento familiar como livre decisão do casal (Art. 226, § 7º);
- Proteção do Estado contra a violência no âmbito das relações familiares (Art. 226, § 8º).

Sobre o momento da Constituinte, lembra Pitanguy: *“O processo constituinte foi um dos momentos mais intensos de minha vida e jamais esquecerei o dia em que a Constituição foi promulgada, em outubro de 1988. As mulheres conquistaram a maioria expressiva de suas reivindicações. O nosso lema, **Constituinte Para Valer tem que ter Direitos de Mulher**, havia sido alcançado. Era um momento de festa cívica para a sociedade brasileira porque passávamos a ser regidos por uma Carta cuja matriz é o princípio da dignidade humana, dos direitos humanos, e que trata do Estado a partir desta matriz.*¹⁵⁹”

Logo após a promulgação da Constituição Federal em outubro de 1988, observa-se uma reestruturação e uma nova conjugação de forças políticas no âmbito do poder Executivo: começariam as campanhas eleitoreiras para a eleição presidencial que aconteceria em novembro de 1989. Neste cenário, aconteceu o segundo embate desta gestão do CNDM com o governo federal.

Dentro do Conselho havia a “Comissão Mulher Negra” e, naquele ano de 1988, eram celebrados os 100 (cem) anos da abolição da escravatura. Para comemorar a data e discutir a questão racial no Brasil, o CNDM desenvolveu uma proposta nacional de conscientização *Mulheres negras ainda lutam pela abolição dos preconceitos* (cartaz desta campanha no Anexo 25) e o projeto *Tribunal Winnie Mandela* (cartaz e fotos deste tribunal no Anexo 26). Com início em maio de 1988, foram promovidos diversos ciclos de debates nas principais faculdades de Direito do país, sendo apresentados estudos demográficos, trabalhos e imagens sobre os diferentes aspectos da condição das mulheres negras no Brasil. O objetivo era encerrar o projeto num tribunal fictício em que haveria uma peça de teatro no qual a atriz protagonista (Ruth de Sousa) representaria uma mulher de 117 anos que contava sua sofrida história de vida. O júri deste tribunal fictício seria composto por representantes da pastoral da terra, da anistia internacional, da OAB, entre outros. Segundo Pitanguy: *“Tudo isso*

¹⁵⁹ Jacqueline Pitanguy em: *As Mulheres e a Constituição de 1988*.

*culminaria em 20 de novembro, que é dia do Zumbi dos Palmares, num grande evento, que seria um tribunal fictício, um júri fictício. E convidamos o Joel Rufino, que era um escritor, para desenvolver e ele criou um personagem de uma mulher com 117 anos e a filha dela. Uma história, um teatro e com júri formado por Anistia, Pastoral, OAB, enfim, movimento de mulheres, que iria julgar os 117 anos dessa mulher. E pensamos na Ruth de Sousa prá representar, enfim, o teatro com esse júri simbólico. E ficamos entusiasmadíssimas e, naquela época, a Winnie Mandela, o Nelson tava preso. Ela era uma figura libertária e demos, então, o nome de Tribunal Winnie Mandela pro evento.*¹⁶⁰”

Devemos lembrar o contexto internacional desta época. Em 1988, Nelson Mandela estava preso por envolver-se e lutar ativamente contra regime do *Apartheid*¹⁶¹ na África do Sul. Por ser esposa de Mandela e uma liderança respeitada internacionalmente por seu trabalho contra a discriminação racial, Winnie Mandela seria uma das convidadas para o júri fictício. O racismo, nesta época, era considerado um tema de segurança nacional¹⁶², conforme destaca a antropóloga Francine Saillant:

O ano de 1988 marcou o centenário da abolição da escravidão no Brasil por meio da Lei Áurea. Surgiu a idéia de criar o comitê do Tribunal Winnie Mandela, o qual deveria julgar os efeitos da abolição da escravidão e da Lei Áurea após uma consulta pública. O governo, que temia acima de tudo qualquer consulta desse tipo, recusou a ação e o debate, por acreditar que não se pode julgar uma lei antiabolição (necessariamente bem-intencionada) e não se pode utilizar o termo racismo ao se falar do governo. (SAILLANT, 2009, p. 209)

Sem se dar conta da amplitude e das repercussões que este evento causaria, Jacqueline Pitanguy relata que atravessou a Esplanada dos Ministérios a pé e foi até o Palácio do Itamaraty para solicitar ao Ministro de Relações Exteriores, Roberto Costa de Abreu Sodré, que concedesse um visto especial para que Winnie Mandela viesse participar desse “júri” que iria acontecer em 20 de novembro de 1988. A ex-presidenta lembra foi recebida pelo Secretário-Geral Paulo Tarso Flecha de Lima. São as palavras de Pitanguy: “*E eu me lembro assim, como se fosse hoje, que eu atravesssei do Ministério da Justiça para o Ministério das*

¹⁶⁰ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

¹⁶¹ Regime de segregação racial adotado na África do Sul no período de 1948 a 1994.

¹⁶² Vale lembrar que as relações diplomáticas entre Brasil e África do Sul são retomadas num patamar político de mais alto nível com o fim do regime do *Apartheid*, na década de 1990. Lembra o africanista Pio Penna Filho no artigo *A evolução das relações entre o Brasil e a África do Sul - de 1918 a 2000*: “Ao ser eliminado o regime segregacionista, principal empecilho para a concretização de relações diplomáticas, econômicas e culturais “normais” entre os dois países, estarão dadas as condições minimamente necessárias para o entendimento e as possibilidades de relacionamento entre Brasil e África do Sul”. Disponível em www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/penna.rtf Acesso em Julho de 2010.

Relações Exteriores. O Secretário Geral era o Paulo de Tarso Flecha de Lima. Ele era o Secretário Geral e eu fui falar com ele. E contei pra ele como eu estou contando pra você, com esse entusiasmo, e que a gente queria que eles então, no Itamaraty, facilitassem o visto. Por que o Brasil tinha relações, meio que parciais com a África do Sul, pra que ela viesse assistir o Tribunal. “Ah, sim... aquela história, pois não, pois não, interessante” (referindo-se às palavras do Secretário)¹⁶³.

Ao retornar à sede do Conselho, Pitanguy recorda que foi chamada pelo Ministro da Justiça Paulo Brossard para uma reunião. Segundo ela, o Ministro - enfurecido com a solicitação do visto para Winnie Mandela - entendia que o CNDM era subversivo porque “*no Brasil não havia discriminação racial e, como um órgão do governo ia criar um tribunal fictício para este tipo de discussão?*”¹⁶⁴ Sobre este encontro com o Ministro, relata Jacqueline Pitanguy: “*Mais ou menos umas 19h30 da noite, eu ainda tô trabalhando, não tinha quase ninguém mais. Toca o telefone. Era o Ministro Brossard, o chefe de gabinete dele, dizendo que eu descesse imediatamente que o Ministro queria falar comigo. Eu desço, não sei se você conhece, não sei se ainda é assim. Mas o gabinete é imenso. Maior que esse apartamento. E uma mesa imensa. E ele atrás daquela mesa imensa e eu vou chegando e ele realmente falou comigo, gritando, e me acusando de estar montando um ato subversivo prá comemorar, quando todo o governo estava celebrando de uma maneira lúdica, com folgedos, com eventos, com sei lá o que, que nós estávamos ali, do Conselho querendo fazer um tribunal pra julgar o preconceito racial, que não existia no Brasil. E ele falava assim, com o chefezinho dele de gabinete mudo ali do lado, e foi muito interessante, porque eu tive muita calma nesse momento. Eu disse a ele: “Olha ministro, se o senhor continuar a gritar assim, eu tenho uma dificuldade enorme de entender o que as pessoas dizem quando elas gritam muito. Então, vamos conversar de uma maneira mais calma. Obviamente o fato de nós tomarmos a dianteira pra discutirmos a questão da discriminação racial no Brasil é uma comprovação de que esse governo não é racista porque se fosse não discutiria por aí fora. E além do mais, como meu cargo é do Presidente da República e não do senhor, eu não vou lhe entregar meu cargo*”¹⁶⁵.” Ao final desta reunião, o Ministro pediu que Pitanguy colocasse seu cargo à disposição. Desafiando o Ministro, Jacqueline Pitanguy disse que não ia colocar o cargo à disposição porque a competência de pedir isso era do Presidente da República e, enquanto José Sarney não pedisse o cargo ela não sairia: “*e eu disse: O senhor tem que ir ao Presidente*

¹⁶³ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

pra que o Presidente então me peça o cargo. E aí eu entrego no mesmo momento, mas, por enquanto, não. E nós vamos fazer esse evento. Nós vamos realizar o evento. O evento vai ser no dia 20 de novembro em São Paulo¹⁶⁶.” A campanha *Mulher Negra: 100 anos de afirmação, 100 anos de discriminação* foi realizada, a peça foi encenada, o júri aconteceu, e *“foi uma belíssima peça¹⁶⁷”*.

No ano seguinte, em janeiro de 1989, Paulo Brossard deixou o Ministério da Justiça para assumir a cadeira de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Em seu lugar, tomou posse Oscar Dias Correa, cargo que exerceu até agosto de 1989.

Em meio a uma crise econômica em que o índice de inflação havia girado em torno de 1.000%, o governo federal anunciou, em fevereiro de 1989, um plano econômico chamado de “Plano Verão”, pois as exportações brasileiras haviam sido atingidas pelo aumento da taxa de juros nos Estados Unidos e houve uma grave recessão mundial. Uma das consequências da crise que atingiu não só o Brasil, mas toda a América Latina, foi a drástica redução dos investimentos públicos. Ou seja, houve cortes orçamentários e uma retração da iniciativa privada em virtude das altas taxas de juros e baixa perspectiva de consumo do mercado interno. (BRASIL, 2006, p. 177) Essa política de redução das despesas do governo atingiu em cheio o CNDM, já que o Ministério da Justiça, órgão ao qual o Conselho era institucionalmente vinculado, reduziu em 70% o seu orçamento.

Entretanto, não foi somente o corte de recursos deu início ao esfacelamento que a estrutura do Conselho sofreria meses adiante. Informa Jacqueline Pitanguy: *“Nós estávamos reunidas todas ali e a secretária disse: “Olha, o Ministro Oscar Dias Correa pede que a senhora desça imediatamente, que ele precisa falar com a senhora com urgência”. Aí eu desço, um senhor que eu não conhecia, só tinha visto na posse. E ele disse: “Então, eu soube que o Conselho Nacional do Direito da Mulher conseguiu 80% do que tinha proposto na Constituinte, não é verdade?” Eu disse: “É Ministro, realmente foi uma campanha vitoriosa”. “Pois então saiba que eu vou diminuir a atuação desse órgão em 80%, porque não é mais necessário”. Eu disse: “Mas por que você está dizendo isso?”. “É exatamente isso. Boa tarde e passe bem”. Foi isso. Eu me lembro que eu subi estarecida, porque aí você tem coisa de confronto, de guerra. E esse senhor, eu acho que pouco ficou lá no Ministério,*

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*.

*acho que ele ficou uns seis meses só. E a única coisa que ele fez foi desestruturar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*¹⁶⁸”.

No dia 8 de Março de 1989, em comemoração ao “Dia Internacional da Mulher”, um grupo de mulheres lideradas por Jacqueline Pitanguy e apoiadas pela Deputada Federal Cristina Tavares (PDT/PE) se manifestaram contra a medida de restrição orçamentária imposta pelo Ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa na tentativa de convencê-lo a rever as medidas tomadas, mas a iniciativa foi infrutífera.

Mesmo com a diminuição do quadro administrativo, o CNDM promoveu a campanha *Ser mãe: Direito e Opção*¹⁶⁹, que foi o terceiro embate do Conselho junto ao Executivo e acabou por enfraquecer ainda mais o CNDM. Esta campanha expôs oficialmente, por meio de um órgão do governo, um programa que contemplava o controle da reprodução e o planejamento familiar, incluindo na pauta de discussão temas polêmicos, tais como o direito de opção da mulher em ser mãe, conhecimento e apropriação de seus corpos, contracepção, esterilização e o aborto.

Maternidade: um direito de escolha foi uma campanha nacional promovida pelo CNDM e reconhecida pelos movimentos sociais como um evento socialmente relevante, pois foi capaz de mobilizar muitos setores da sociedade para discutir o tema da reprodução. Exemplo disso foi sua participação ativa na elaboração do projeto de lei sobre a Esterilização Feminina e o Aborto Terapêutico.

Com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, Organização Panamericana de Saúde e o Ministério da Saúde brasileiro, o CNDM promoveu o *Encontro Nacional da Saúde da Mulher: um direito a ser conquistado*¹⁷⁰. Como a *Carta das Mulheres aos Constituintes* havia atingido os objetivos vislumbrados, neste Encontro Nacional foi elaborada a *Carta das Mulheres em Defesa do seu Direito à Saúde*¹⁷¹. Este documento apresenta um extenso relatório de propostas ao governo federal e destaca, principalmente, os direitos básicos da cidadania feminina: possibilidade de decidir sobre seu próprio corpo e viver a maternidade como opção, assistência ao parto, contracepção, esterilização, cuidado com a saúde mental das mulheres especialmente no puerpério e terceira idade, além da inclusão da questão do aborto no debate político nacional.

¹⁶⁸ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

¹⁶⁹ Reprodução do cartaz desta campanha pode ser encontrada no Anexo 27.

¹⁷⁰ Cópia do folder deste evento pode ser encontrado no Anexo 28.

¹⁷¹ Reprodução, na íntegra, deste documento, pode ser observado no Anexo 29.

É importante lembrar que a campanha promovida pelo CNDM baseou-se no *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM), criado em 1983 pelo Ministério da Saúde, e considerado a primeira política pública de atenção diferenciada à saúde da mulher no Brasil. O PAISM foi criado com a perspectiva de uma nova abordagem da saúde feminina e com o objetivo de romper com a visão tradicionalista e conservadora do atendimento médico, que centralizava os atendimentos às mulheres somente nas questões relativas à reprodução, ou seja, pautado pelo modelo materno-infantil (ciclo gravídico-puerperal). Essa política pública demarca um novo campo de ação no que diz respeito à saúde da mulher e pode ser considerado um marco na luta feminista pelo direito à saúde, à reprodução consciente e, conseqüentemente, o reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, traduzindo-se em uma importante conquista para a sociedade brasileira. A militante feminista Sônia Correa, uma das fundadoras da ONG “SOS Corpo”, identifica uma perspectiva feminista nesta agenda política; para ela, o PAISM havia sido pensado como uma política social necessária e um instrumento eficaz de inclusão e de redução das desigualdades sociais:

As teses feministas sobre as condições de saúde reprodutiva constituíram um exercício inicial e exemplar de influência dos movimentos sociais sobre as políticas públicas. Numa conjuntura em que se reestruturava o conjunto do sistema de saúde, o Programa Nacional de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) introduzia a dimensão de gênero na política com P maiúsculo. As feministas sustentaram, desde então, o princípio de que as decisões da esfera reprodutiva devem se orientar pelo livre-arbítrio dos indivíduos, em especial as mulheres, uma vez que a reprodução biológica se viabiliza através do corpo feminino. Inscreviam esta premissa no contexto mais amplo de luta pela ampliação da cidadania das mulheres e da responsabilidade do Estado pela sua saúde. Ou seja, a assistência à anticoncepção deveria compor uma política integral de saúde reprodutiva, no interior de um projeto de democracia social ou de conformação de um Estado de Bem-Estar no país. (CORREA, 1993, p. 4)

Com grande empenho de sua equipe técnica, o Conselho ampliou as temáticas de suas campanhas. Marlene Libardoni, militante feminista, ex-integrante do corpo técnico do CNDM e atual diretora executiva da ONG “Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento” (AGENDE), lembra também que no primeiro semestre de 1989,

(...) foram iniciadas e desenvolvidas pelo CNDM diversas ações que visavam a discussão e a tramitação dos projetos, tais como o planejamento de seminários sobre o mercado de trabalho da mulher e creches, em colaboração com os Conselhos Estaduais de São Paulo, Ceará e Paraná. (LIBARDONI, 2001, p. 110).

Ainda em 1989, a exemplo do “BANCO DA MULHER”, programa de microcrédito sem fins lucrativos filiado ao *Women’s World Banking*¹⁷², o CNDM promoveu outra importante iniciativa: *Fontes de Financiamento: Projetos de Mulher*¹⁷³. Esta campanha promovida pelo CNDM gerou um relatório¹⁷⁴ com mais de 200 páginas contendo uma lista de recomendações ao governo federal para promover o fornecimento de crédito rápido às mulheres produtoras que exercessem atividades geradoras de renda como, por exemplo, titulares de pequenas empresas.

Em relação à promoção da cultura e a visibilidade da produção artística feminina, entre 1985 e 1989:

(...) o CNDM apoiou e incentivou, em parceria com o Ministério da Cultura, vários projetos de valorização do feminino: *Fogo Pagu*, de Norma Bengel; *Concurso Cora Coralina*; apoio financeiro e participação no seminário e na mostra *O olhar feminino*; participação no *III Fest Rio*; financiamento parcial do vídeo *Dandara mulher negra*; apoio financeiro ao curta metragem *Damas da noite* de Sandra Werneck; apoio político e financeiro ao filme de Eunice Gutman sobre a Campanha das Mulheres na Constituinte e o *I Vídeo Mulher*. O trabalho de valorização de uma cultura feminina continuou em 1989, com a organização e expansão da Videoteca do CNDM sobre a temática feminina, incluindo a publicação trimestral dos títulos disponíveis para divulgação em sindicatos, escolas, organizações comunitárias etc. Há ainda a organização do *II Vídeo Mulher* e a publicação de dois livros, resultado do concurso de poesia e prosa *Cora Coralina*¹⁷⁵.

No mês de agosto de 1989, havia o planejamento de uma campanha para ampliar a participação das mulheres no Conselho: “*Companheira, o CNDM é o seu veículo de participação na luta da mulher brasileira preocupada em transformar a sociedade, com a ocupação do lugar por nós conquistado*¹⁷⁶”. Uma das vias de ação seria qualificar profissionalmente as mulheres trabalhadoras para a promoção do desenvolvimento nacional, conforme destaca o documento produzido pelo CNDM (disponível na íntegra no Anexo 32), o qual apresenta as principais diretrizes que seriam seguidas nesta campanha. A campanha de ampliação do Conselho não foi realizada.

¹⁷² Folder de promoção pode ser visualizado no Anexo 30.

¹⁷³ No Anexo 31 é possível observar a capa desta publicação.

¹⁷⁴ BRASIL. Ministério da Justiça. *Fontes de financiamento: projetos de mulher*. Brasília: CNDM, 1989. 203 p.

¹⁷⁵ *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 100-101.

¹⁷⁶ Conforme trecho do documento disponível no Anexo 32.

A ameaça de Oscar Dias Correa¹⁷⁷ de diminuir ainda mais o CNDM se tornou real. Jacqueline Pitanguy recorda que o Ministro bloqueou o orçamento do CNDM e chegou a cortar telefones: *“Foi um esvaziamento em termos de pessoal, uma desestruturação por parte de Oscar Dias Correa e, portanto, ele inviabilizou o órgão, mas não inviabilizou a agenda, não inviabilizou o que já estava construído na sociedade brasileira. Os movimentos de mulheres, a partir daquele momento, já faziam uma transição para uma organização mais estruturada em ONG’s, mais profissionalizada. Ele não conseguiu esvaziar os conselhos estaduais. A agenda continuou, foi sendo levada, mas é claro, sempre com essa falta de um órgão que desse uma possibilidade de coordenação e de diálogo mais direta com o executivo”¹⁷⁸*. Com a alegação de que o Conselho já havia atingido as metas desejadas e que havia “excesso de pessoal”, o Ministro da Justiça o transformou em um simples órgão deliberativo.

De forma premeditada, o Ministro já buscava, desde março de 1989, junto ao Poder Judiciário, indicação de nomes para integrar o Conselho na sucessão que deveria acontecer no mês de agosto, conforme previsto no Regimento Interno do CNDM. No ofício enviado pelo assessor Orlando Vaz ao Ministro Oscar Dias Correa, em 28 de Março de 1989 (documento disponível no Anexo 33), é possível observar que os treze nomes de mulheres indicados para conselheiras foram recomendados por entidades e pessoas ligadas à área jurídica, tais como: Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, Associação Brasileira de Direito de Família, Associação de Magistrados, Instituto dos Advogados, diretores de faculdades de Direito, procuradores e desembargadores.

O processo sucessório das conselheiras e da Presidência do CNDM deveria ser realizado mediante indicação de nomes ao Presidente da República de candidatas que deveriam ser escolhidas dentre os segmentos sociais que mais se destacassem no estudo e na defesa dos direitos das mulheres. Em ofício enviado às conselheiras, em 28 de Junho de 1989, Jacqueline Pitanguy destacou sua preocupação em relação à indicação das novas conselheiras:

Por ocasião da crise vivenciada pelo CNDM, com cortes de pessoal e orçamento, fomos surpreendidas por uma ação dirigida para substituir as atuais conselheiras, por mulheres sem vinculação, respaldo significativo do movimento de mulheres, o comprometimento efetivo com a sua luta. Assim sendo, consideramos imprescindível para a manutenção da atual linha política desse Conselho, tomar nas nossas

¹⁷⁷ Oscar Dias Correa faleceu em 2005.

¹⁷⁸ Jacqueline Pitanguy na palestra *Mulheres, Constituintes e Constituição*.

mãos, enquanto movimento de mulheres, o processo sucessório do CNDM¹⁷⁹.

A movimentação proposta por Pitanguy não surtiu efeito imediato e, para indignação e revolta da grande maioria das integrantes do Conselho, em 10 de julho de 1989, o Ministro Oscar Dias Correa substituiu 2/3 das conselheiras e nomeou 12 mulheres, em grande maioria ligada à Associação de Mulheres da Carreira Jurídica. Esta nomeação foi feita às margens do processo de indicações de nomes para o Conselho Deliberativo previsto no Regimento Interno do Conselho e à revelia da Presidenta, conselheiras e corpo técnico do CNDM, conforme indica a carta enviada por Jacqueline Pitanguy ao Presidente da República, José Sarney, em 21 de julho de 1989, na qual ela coloca seu cargo à disposição. (Documento reproduzido na íntegra no Anexo 35)

A arbitrariedade do ato de Oscar Dias Correa causou grave crise institucional e a renúncia coletiva de grande parte da equipe do CNDM, conforme ofício de renúncia endereçado à Jacqueline Pitanguy em 21 de Julho de 1989¹⁸⁰. Outro documento, com a mesma data, mas endereçado ao Presidente José Sarney, apresenta a renúncia de seis conselheiras¹⁸¹. Emocionada, Jacqueline Pitanguy lembra do dia em que renunciou: *“Estávamos sem dinheiro pra pagar o telefone. Foi uma coisa, assim, escandalosa que ele fez pra desestruturar. E aí, então, conjuntamente com a sociedade civil, chegamos à conclusão política, não uma conclusão pessoal, mas foi realmente uma decisão política de que era o momento de nós renunciarmos porque o Conselho ainda detinha uma legitimidade extraordinária. Tinha o apoio da imprensa, foi muito noticiado e foi muito bonita a renúncia. Porque, na época, o Sarney estava até viajando. Era outra pessoa que estava no gabinete civil. Não lembro quem era. Mas nós fizemos uma grande reunião em Brasília. Vieram mulheres com os seus próprios recursos do Brasil inteiro. Fizemos uma grande reunião, fomos explicando o porque estávamos renunciando. Eu fiz a carta de renúncia, as conselheiras, em uníssono, renunciaram e várias pessoas, a maioria expressiva, pelo menos do corpo técnico, não todas, mas a maioria expressiva, também renunciou. E nós descemos caminhando do Ministério da Justiça até o Palácio do Planalto para a entrega dessa carta. Do lado de fora do Palácio do Planalto tinham homens, inclusive com cães, com cachorros e tudo. Como que se tivesse que proteger o Palácio dessas mulheres que desceram marchando! As conselheiras e todas do movimento e mais o corpo técnico. E aí nós entregamos. Eu*

¹⁷⁹ Ofício disponível no Anexo 34.

¹⁸⁰ Ofício disponível no Anexo 36.

¹⁸¹ Ofício disponível no Anexo 37.

entreguei a carta de renúncia e foi assim que nos saímos num ato de grande, digamos, assim, de dignidade e também de estratégia política. Então, não foi ‘Ah, vou sair. Ele gritou comigo, então eu vou sair’. Não! Houve um sofrimento, uma luta durante muitos meses pra que essa decisão fosse uma decisão tomada de forma madura, que prejudicasse o mínimo possível a agenda das mulheres.¹⁸²”

Foram localizados¹⁸³ diversos telegramas que datavam de 04 de Julho de 1989 a 20 de Julho de 1989, os quais tinham, como mensagem principal a solidariedade à Jacqueline Pitanguy e suas conselheiras no que diz respeito ao repúdio às novas nomeações. As mensagens eram assinadas por: Movimento Popular de Mulheres de Belo Horizonte, União Brasileira de Mulheres, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Raquel Capiberibe (Deputada Federal à época), Conselho da Mulher de Alagoas, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Olinda-PE, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro, Manifestos das Mulheres Paranaenses, Sindicato dos Psicólogos do DF, Lúcia Arruda (Deputada Estadual pelo RJ à época), União das Mulheres de Porto Alegre, Geledés Instituto da Mulher Negra, UMB (União de Mulheres Brasileiras) e Pro-Mulher (RJ). Todos esses telegramas estão disponíveis para apreciação, nesta seqüência, no Anexo 38.

Em tempos de democracia em fase de consolidação, esta decisão despótica do Ministro marcaria para sempre a história do CNDM. Inviabilizado estrutural e financeiramente, com a descaracterização de seu objetivo de representante dos movimentos de mulheres e com a renovação do quadro de conselheiras promovido de forma arbitrária, Jacqueline Pitanguy renunciou ao cargo, negando-se a compartilhar de um governo que considerava inaceitável a defesa dos direitos reprodutivos e sexuais, assim como a luta antirracista. Junto com Pitanguy renunciaram coletivamente algumas conselheiras e boa parte do corpo técnico do CNDM, já que continuar naquelas condições significava claramente ser cooptada pela conjugação de forças conservadoras do Executivo, conforme o trecho da carta aberta de renúncia de Jacqueline Pitanguy e de suas conselheiras¹⁸⁴:

Manter este espaço político sempre foi tarefa árdua durante todo este tempo mas, a partir de fevereiro deste ano, quando empossado o Novo Ministro da Justiça, tornou-se quase impossível desenvolver qualquer trabalho no CNDM. Esta época marcou o começo do processo de esvaziamento imposto a este órgão. O Senhor Ministro da Justiça, entendendo que as mulheres não precisavam de um espaço

¹⁸² Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

¹⁸³ Graças à gentil colaboração de Sylvia Auaud e Cátia Vasconcelos em disponibilizar esses documentos de seu arquivo pessoal.

¹⁸⁴ Carta reproduzida, na íntegra, no Anexo 39.

institucional nos moldes do CNDM, naquele momento, pois que já haviam conseguido 80% de suas reivindicações no processo constituinte, cortou o orçamento do órgão em cerca de 72%, exigindo ainda a dispensa de funcionários, mesmo informado do limite mínimo em que funcionava o referido Conselho, isto porque não possui quadro próprio, apesar da determinação legal, e a maior parte de seus funcionários são requisitados, não importando ônus ao Conselho ou ao Ministério. É importante frisar que o orçamento anual do Conselho representou 0,4% do orçamento global do Ministério da Justiça, e se comparado, por exemplo, ao orçamento do Gabinete do próprio Ministro, que representa 0,7% do já referido global, verifica-se que o interesse era mesmo esvaziar e inviabilizar o órgão.

Não entendendo a importância do trabalho deste órgão, trabalho este legitimado pelo movimento de mulheres e reconhecido pela sociedade em geral, pelo Poder Legislativo e por setores do Poder Executivo, o Senhor Ministro, sob a capa do enxugamento do órgão, devolveu, à revelia da Presidência, funcionários do quadro técnico, inclusive a Diretora de Articulação Política, cargo este de estrita confiança da Presidência do CNDM.

Este ato de renúncia coletiva pode ser considerado o símbolo da “saída” do movimento feminista do cenário governamental e início da retração do CNDM. No trecho final da carta aberta de renúncia, observa-se a indignação de Pitanguy e suas conselheiras em relação às medidas tomadas:

Continuar neste órgão hoje é legitimar o arbítrio, é negar tudo pelo que até hoje lutamos. Saímos de pé e voltamos às ruas, pois lá, junto com nossas companheiras continuaremos pleiteando uma sociedade justa, na qual homens e mulheres sejam respeitados com suas diferenças específicas, aguardando o momento de voltar em um espaço na esfera institucional forte, legítimo, respeitado pela estrutura governamental¹⁸⁵.

Em uma tentativa de reverter a situação de esvaziamento do CNDM, grupos feministas e movimentos autônomos de mulheres se uniram para expressar o unânime repúdio àquela deliberação arbitrária. Em 19 de julho de 1989, o Fórum Feminista do Rio de Janeiro veiculou o documento *Sarney e Oscar Dias Correa unidos contra as mulheres Brasileiras*¹⁸⁶. Como essa ação não surtiu o efeito esperado, em 21 de julho de 1989, uma *Carta Aberta às Autoridades, às Mulheres e à População*¹⁸⁷, com mais de 50 (cinquenta) assinaturas, foi entregue ao Ministro Oscar Dias Correa e enviada para os principais jornais da época. No dia

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Documento reproduzido no Anexo 40.

¹⁸⁷ Documento, na íntegra e com todas as assinaturas, pode ser visto no Anexo 41.

seguinte, em 22 de julho de 1989 os jornais *Correio Braziliense* e *Jornal de Brasília*¹⁸⁸ deram destaque à renúncia de Jacqueline Pitanguy e suas conselheiras.

Em um esforço de levar adiante as políticas que estavam sendo articuladas - para evitar a perda de todo o trabalho realizado até aquele momento, uma alternativa encontrada pelas presidentes de alguns Conselhos Estaduais e Municipais foi a criação do *Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Mulher*. Outra medida tomada foi a criação do *Centro Feminista de Estudos e Assessoria*. Por iniciativa própria, cinco ex-funcionárias do Conselho - a socióloga Guacira Oliveira, a advogada Iáris Ramalho, a administradora de empresas Gilda Cabral, e as economistas Marlene Libardoni e Malô Ligocki - uniram forças e criaram, ainda no mês de julho de 1989, o *Centro Feminista de Estudos e Assessoria* (CFEMEA), organização não-governamental com o objetivo principal de difundir notícias, acompanhar de perto o andamento dos mais importantes projetos legislativos de interesse das mulheres, pressionar os políticos e cobrar soluções.

Indicada para ser conselheira em 10 de julho de 1989, a advogada Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli Auad lembra que, ao chegar em Brasília, foi surpreendida com o convite feito por Oscar Dias Correa para a presidência do Conselho: *“Eu fui convidada primeiro para ser conselheira. Quando eu cheguei em Brasília, ele falou: “Não, eu quero que a senhora..., o Presidente mandou convidar para a senhora ser presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”. E, na época, havia um grupo muito forte dentro do Conselho, mas que estava havendo uma divergência com a política do governo e eles queriam mudar. Vamos dizer, trazer sangue novo para dentro do Conselho, uma nova equipe. E aí foram convidadas conselheiras de todo o Brasil, gente que tinha um trabalho que tinha, vamos dizer, se projetado na questão da mulher. E nós tomamos posse dentro de uma grande controvérsia. Havia pessoas a favor e contra.*¹⁸⁹” A indicação para o cargo de presidente do Conselho foi feita pelo Ministro Oscar Dias Correa, conforme se pode observar no ofício enviado ao Presidente da República reproduzido no Anexo 43.

Para exercer o cargo de presidenta do Conselho, Sylvia Auad afastou-se da Diretoria da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, conforme o ofício OF/PRESI/Nº. 290/89, datado de 01 de agosto de 1989¹⁹⁰.

¹⁸⁸ Reprodução das notícias veiculadas disponíveis no Anexo 42.

¹⁸⁹ Sylvia Auad, em entrevista concedida a mim em 11 de Setembro de 2010, em Belo Horizonte.

¹⁹⁰ Documento reproduzido no Anexo 44.

Em 27 de setembro de 1989, Sylvia Auad assumiu a presidência do CNDM¹⁹¹. Neste momento, a composição de conselheiras passou a ser integrada por Aparecida Malavazzi, Aurea Lúcia de Souza Castro, Denize Tredler, Efigênia Carlos Pimenta, Maria Luiza de Moura, Márcia Moraes Salvador Silva, Raquel Florentina da Luz, Valéria Maron, Elisa Checchia Noronha, Leila Guimarães de Abreu e Maria de Lourdes Prata Pace.

Não houve uma transição de gestão e o início de seus trabalhos à frente do Conselho não foi tranquilo, como lembra Auad: *“Tentativas aconteceram. Agora, até que ponto eu não sei. O material foi todo aproveitado. A transição, vamos dizer, havia uma radicalização muito grande no movimento anterior. Então, eles não queriam muito diálogo. Inclusive houve uma..., logo que eu tomei posse, naqueles dias da posse, houve uma reunião dentro do Congresso Nacional, em que elas estavam expondo as razões delas, que o governo tinha errado, que aquilo era ilegal, que a mudança não estava certa, e uma série de coisas. Eu fiquei sabendo, fui na hora, e pedi a palavra. Não queriam me dar. Ao final, alguns deputados que estavam no local, exigiram que eu falasse também. E eu rebati os argumentos porque estava plenamente legal. Se fosse ilegal, eu jamais aceitaria. Foi uma mudança um pouco traumática, mas eu acho que toda crise gera mudança, e toda mudança pode ser benéfica, desde que se administre bem. O pessoal que foi comigo foi gente muito boa. Foi um Conselho muito bem escolhido, e nós tivemos o apoio do Presidente e do Ministro.”*¹⁹²

A resistência e até agressividade de alguns movimentos de mulheres em relação à nomeação de Sylvia Auad pode ser observada, por exemplo, na correspondência enviada pelo Conselho Estadual da Condição Feminina do Paraná, reproduzido no Anexo 46. Nesta carta, é explícito o não reconhecimento da nova direção do CNDM: *“A perda da representatividade do CNDM e do reconhecimento de sua legitimidade inviabilizará o seu trabalho e transformará o órgão numa verdadeira farsa”*.

As críticas feitas por parte dos movimentos feministas ao nome de Sylvia Auad e das conselheiras indicadas podem ser entendidas como uma reação legítima pela forma com que se deu a alteração do quadro institucional do Conselho. Comenta Pitanguy: *“Nós não reconhecemos, nós nunca reconhecemos que houvesse outro Conselho ali. Tanto que eu não sei nem os nomes, entendeu? Nunca fizemos nada porque nós saímos e a nossa legitimidade era enorme. O Conselho tinha mulheres de peso: Ruth Cardoso, Carmen Barroso, Rose Marie, Lélia Gonzalez, que era do movimento negro, Ana Montenegro. Era um conjunto,*

¹⁹¹ Fotos da cerimônia de posse de Sylvia Auad podem ser encontradas no Anexo 45.

¹⁹² Idem.

*Marina Colasanti, Tizuko Yamasaki. Era um conjunto de mulheres, cada uma delas caminhando com a sua história, sua biografia, sua dignidade. Simplesmente nos afastamos daquele espaço. Aquele espaço não existia mais pra gente. E também nunca soubemos o que aconteceu lá.*¹⁹³”

Havia uma expectativa, por parte dos movimentos de mulheres, que Jacqueline Pitanguy fosse reconduzida ao cargo. Mas é importante mencionar que os nomes escolhidos para o CNDM consistiam ato de competência exclusiva do Presidente da República e, portanto, ele não era obrigado a obedecer à lista enviada por Pitanguy, uma vez que a lei que criou o CNDM não atribuía à presidenta do Conselho o direito de indicar as conselheiras. O art. 6º. da Lei Nº. 7.353/85 é claro:

Art. 6º O Conselho Deliberativo será composto por 17 (dezesete) integrantes e 3 (três) suplentes, escolhidos entre pessoas que tenham contribuído, de forma significativa, em prol dos direitos da mulher e designados pelo Presidente da República, para mandato de 4 (quatro) anos, sendo presidido pelo Presidente do CNDM.

Parágrafo único. 1/3 (um terço) dos membros do Conselho Deliberativo será escolhido dentre pessoas indicadas por movimentos de mulheres constantes de listas tríplices.

Vale destacar, ainda, que o mandato de Jacqueline Pitanguy iria se extinguir no mês seguinte, ou seja, em setembro de 1989. A escolha de Sylvia Auad atendeu os termos da referida Lei, uma vez que foi considerada, pelo Presidente da República, sua contribuição em prol dos direitos da mulher como presidenta da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica e vice-presidente da *Federation Internationale des Femmes des Carrieres Juridiques*, instituição de proteção às mulheres de carreira jurídica fundada em Paris na década de 1940.

Em relação à restrição dos recursos orçamentários destinados ao Conselho, Sylvia Auad informou que “*Antes de assumir, eu conversei com o Ministro, que eu sabia que era uma grande reclamação da gestão anterior. Eu falei: “Olha, sem dinheiro não se pode fazer nada. Ou o governo viabiliza uma dotação orçamentária, ou nós não fazemos nada. E aí eu não vejo sentido de vir para um órgão que eu não posso trabalhar.” Ele se comprometeu a conseguir uma dotação, houve realmente uma coisa extraordinária no final daquele ano. Porque já estava no segundo semestre do último ano do Sarney, e nós conseguimos ainda viabilizar algumas coisas. E foi feita uma dotação orçamentária para o ano seguinte. Depois*

¹⁹³ Jacqueline Pitanguy, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

*do ano seguinte, realmente, como estava numa fase de transição em que, logo que o Collor assumiu, ele foi, como é que eu vou dizer? Detonando. (risos) Aí já começaram as coisas ficarem mais difíceis.*¹⁹⁴”

Logo após tomar posse, Sylvia Auad observou que havia uma preocupação em relação à conscientização das mulheres para o exercício da cidadania. A primeira campanha promovida sob sua gestão foi o folder institucional “*Muito Prazer*”¹⁹⁵, cujo mote principal era o lançamento da campanha em favor da maior participação das mulheres nas eleições presidenciais que aconteceriam em novembro de 1989.

No período eleitoral, movimentos feministas e de mulheres organizaram-se e elaboraram um manifesto com as demandas das mulheres para ser entregue aos candidatos. O então candidato Fernando Collor recebeu e assinou o documento, no qual era reivindicada a vinculação do CNDM à Presidência da República, tornando-o um órgão consultivo e com plena independência administrativa e financeira: “*Estamos certas de que o nosso Candidato abrirá espaço para as mulheres no seu Governo, aceitando sua co-participação efetiva no projeto de um BRASIL NOVO a que todos nos propomos.*”¹⁹⁶”

Em 15 de novembro de 1989 foi realizada a primeira eleição presidencial, desde 1960, em que os brasileiros aptos a votar puderam escolher seu Presidente da República. Venceu o pleito Fernando Collor de Mello pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN, hoje extinto).

Após as eleições, Sylvia Auad preocupou-se em estruturar as principais ações previstas para 1990, no *Plano de Ação do CNDM/1990*¹⁹⁷. A leitura do documento nos permite observar uma especial atenção para a realização de campanhas voltadas para a valorização da mulher negra e do trabalho feminino, o combate à violência contra a mulher e o projeto “Educação para a Saúde da Mulher”, cujos focos de atenção seriam o aleitamento materno, a esterilização, terceira idade e planejamento familiar. Lembra Auad “(...) *valeu a pena o trabalho que nós pegamos. Continuamos desenvolvendo, nada ficou para trás. Nós tentamos dar continuidade a tudo que era positivo, que estava bem, e fizemos um estudo institucional do Conselho para as conselheiras, para todos os funcionários, para que todo mundo se posicionasse, visse qual era, vamos dizer, a missão verdadeira, o que poderia ser feito dentro do Conselho. Conseguimos ampliar, conseguimos verbas, conseguimos fazer propagandas a nível nacional sobre o direito de voto da mulher, a importância dele, a participação do*

¹⁹⁴ Sylvia Auad, em entrevista concedida a mim em 11 de Setembro de 2010, em Belo Horizonte.

¹⁹⁵ Reproduzido no Anexo 47.

¹⁹⁶ Manifesto reproduzido no Anexo 48.

¹⁹⁷ Documento reproduzido, em parte, no Anexo 49.

*empoderamento da mulher, mudança de legislação que já vinha ocorrendo. Fizemos um levantamento: havia três mil movimentos de mulheres dentro do Brasil, associações, entidades, enfim. E procuramos ampliar cada vez mais essa luta da mulher para conseguir novos espaços, que era muito difícil naquela época.*¹⁹⁸”

Pela fala de Auad, observa-se uma vontade política de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela gestão anterior do CNDM. Reflexos disso foram os apoios recebidos e o aporte financeiro de organismos internacionais, como a ONU, para a manutenção e ampliação do CEDIM, por exemplo. No documento OF/PRESI/Nº. 638/89, datado de 12 de dezembro de 1989¹⁹⁹, é possível verificar a movimentação de Sylvia Auad no sentido de tentar reformular a estrutura do CNDM, com propostas concretas para a ampliação de sua missão institucional.

Para que fosse pensada e efetivada essa reformulação do CNDM, ao final de 1989, Sylvia Auad contratou uma empresa mineira de consultoria “Bretas Pereira Consultores Ltda”, que fez um levantamento dos aspectos gerais da situação do CNDM em relação à sua organização interna e também no que diz respeito à transição política no Brasil. Foi elaborada uma proposta²⁰⁰ para reforma administrativa em termos de modelo organizacional, alteração de legislação e renovação institucional do Conselho. O mencionado projeto foi encaminhado ao Ministro da Justiça Bernardo Cabral e ao Presidente Fernando Collor, mas não obteve retorno.

Em janeiro de 1990, a Coordenação Política do CNDM, sob a direção de Cátia Vasconcelos, apresentou ao Ministro da Justiça o documento: *Mulher: Projeto Politicamente Interessante*²⁰¹. Neste projeto foram apresentadas as principais linhas de atuação do Conselho e demonstrado o apoio financeiro que o CNDM receberia - para a execução de seus planejamentos - de organismos internacionais como: *Food and Agriculture Organization of The United Nations* (FAO), *International Fund for Agricultural Development* (IFAD), *International Labour Office* (ILO), *Organizacion Panamericana de La Salud* (OPAS), *Organização Mundial da Saúde* (OMS), *United Nations Children’s Fund* (UNICEF), *United Nations Development Fund for Women* (UNIFEM), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), entre outros. Ainda neste projeto, era reivindicado o assento do CNDM no Conselho Interministerial, pois era seu objetivo contribuir para a formulação de políticas

¹⁹⁸ Sylvia Auad, em entrevista concedida a mim em 11 de Setembro de 2010, em Belo Horizonte.

¹⁹⁹ Documento disponível no Anexo 50.

²⁰⁰ Proposta de reforma do Conselho elaborada pela “Bretas Pereira Consultores Ltda” disponível no Anexo 51.

²⁰¹ Reproduzido no Anexo 52.

nacionais. Mais uma vez a iniciativa não logrou êxito e não houve resposta por parte do Executivo em relação às ações promovidas pelo Conselho. Talvez esse fosse um indício da fase que o Conselho teria que enfrentar a partir de 1990.

2º. Fase: 1990-1995 – Engessamento e resistência

O governo Collor instaurou, no Brasil, a idéia de redução do Estado. Com a edição da Medida Provisória Nº 150 em 15 de Março de 1990²⁰², o CNDM, já debilitado politicamente, perdeu ainda mais sua vitalidade. Por meio da determinação constante nesta Medida Provisória, oficialmente, o Conselho perdeu sua capacidade de executar políticas públicas. No artigo 23, inciso I, alínea “g” da MP 150/90, o CNDM passou a ser órgão específico do Ministério da Justiça (reprodução do Diário Oficial no Anexo 53) e, conforme a previsão do artigo 31:

Art. 31. Fica vedada a realização de dispêndios a qualquer título com remuneração pessoal, pagamento ou reembolso de gastos de transporte, estadia ou alimentação, por motivo de participação em Conselho, Comissão ou outros órgãos colegiados da Administração Pública Federal direta, que não possuam competência judicante.²⁰³

§ 1º Os serviços de secretaria-executiva dos colegiados serão obrigatoriamente providos por órgão integrante da estrutura básica do Ministério.

§ 2º A participação em órgãos colegiados com funções de normatização, deliberação, fiscalização, consulta, coordenação, assessoramento e formulação de políticas setoriais será considerada prestação de serviços relevantes.

São visíveis, na Medida Provisória, as dificuldades e os impedimentos criados para enfraquecer os órgãos auxiliares do Executivo. Como destaca Eli Diniz, o que se observou não foi propriamente a redução do Estado, mas “(...) o fortalecimento desproporcional do Executivo, pela concentração de poder decisório nesta instância, cada vez mais controlada pela alta tecnocracia, enfraquecendo os suportes institucionais da democracia.” (DINIZ, 2001, p.8) Com essa Medida, o Conselho ficou inviabilizado financeiramente e, conseqüentemente houve o declínio de sua visibilidade política e pública. Com a falta de respaldo político e a pobreza orçamentária, o CNDM teria suas ações e programas seriamente comprometidos.

²⁰² Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil/MPV/Quadro/_Quadro%20Geral.htm#posterioremc. Acesso em Janeiro de 2008.

²⁰³ Para a Administração Pública, o órgão que possui “competência judicante”, também conhecida por “competência julgadora” é aquele que é dotado de imparcialidade no sentido material, ou seja, possui especialização funcional, mas sua competência se restringe à apreciação de atos praticados por outros órgãos.

Preocupadas com esse “engessamento”, Sylvia Auad e suas conselheiras enviaram um telex²⁰⁴ ao Ministro Bernardo Cabral solicitando uma audiência para deliberar sobre o futuro do CNDM, porque, com a MP 150/90, estaria inviabilizado o prosseguimento das ações e projetos do Conselho, tanto em nível nacional, quanto em nível internacional.

Com a mudança do chefe do Executivo e a edição da MP 150/90, houve também a renovação de boa parte dos órgãos auxiliares do governo federal. Com o Conselho não foi diferente. Sobre sua saída do CNDM, Sylvia Auad recorda: *“Primeiro era um cargo de confiança. Eu era, inclusive, remunerada... [...] Eu era DAS, um cargo equivalente a remuneração do Ministro ou qualquer coisa assim. Era de funcionário público. Embora provisória, eu recebia como se fosse funcionária pública. Tinha direito a carro, apartamento, chofer, enfim. As conselheiras não. Elas recebiam um valor mais simbólico pra reunião e recebiam passagem, estadia e alimentação, como elas vinham uma vez por mês, né? Os funcionários eram remunerados como qualquer Ministério, como qualquer departamento. E aí como é que eu saí? Eu saí porque acabou a minha gestão com a saída do presidente Sarney. Eu apenas fiquei alguns meses, uns 90 dias, ou cem dias, esperando que fosse nomeada a nova presidenta na nova gestão do Collor. Então, foi dessa forma que eu saí.”*²⁰⁵

Sylvia Auad deixou a presidência do Conselho e entregou suas chaves das instalações físicas do CNDM em 29 de Março de 1990 - como é possível observar no documento OF/PRESI/Nº. 229/90²⁰⁶. Entretanto, Auad não se afastou completamente do CNDM, pois permaneceu como Conselheira Deliberativa até 21 de junho de 1990, quando efetivamente se desligou do Conselho, conforme sua carta de renúncia endereçada ao Ministro Bernardo Cabral, reproduzida no Anexo 56.

Em virtude da vacância da presidência do CNDM, as conselheiras reuniram-se com o Ministro Bernardo Cabral em 12 de abril de 1990 para tratar da continuidade das atividades do Conselho. No dia seguinte, em 13 de abril de 1990, Cátia Vasconcelos, Diretora de Articulação Política do CNDM, juntamente com as conselheiras, indicaram, por meio do ofício reproduzido no Anexo 57, os nomes das conselheiras Anna Guasque Moreira Lima (RJ), Maria Regina Purri Arraes (RJ), Maria Bernadeth Gonçalves da Cunha (BA) e Heloisa Helena Mabilde (RS) para subsidiar o Ministro na escolha da próxima presidente do Conselho.

²⁰⁴ Reproduzida no Anexo 54.

²⁰⁵ Sylvia Auad, em entrevista concedida a mim em 11 de Setembro de 2010, em Belo Horizonte.

²⁰⁶ Disponível no Anexo 55.

Indicada pelo Ministro Bernardo Cabral e nomeada por Fernando Collor, Anna Guasque Moreira Lima assumiu a presidência do CNDM no início de Maio de 1990, em situação de total esvaziamento deste órgão, conforme documento enviado às conselheiras informando a situação do CNDM. Em relação à adaptação às normas governamentais relacionadas ao plano econômico e apresentando sua “*filosofia de trabalho*” à frente deste órgão, Anna Guasque informava que a situação do Conselho era de completo engessamento: “(...) é notório que há o esvaziamento para que a realidade de não-operatividade evidencie a extinção do órgão.” (Relatório de Anna Guasque enviado às Conselheiras em 15 de maio de 1990, p.4, reproduzido no Anexo 58) A então presidenta destaca ainda a inexistência de respaldo do governo federal para a subsistência do Conselho:

O órgão perdeu sua autonomia financeira, sua estrutura funcional própria, sendo esta absorvida pelo Ministério da Justiça, perdem as conselheiras os jetons, as diárias de hospedagem. A presidente perdeu o apartamento funcional, o salário, o carro oficial, considerados mordomias. Perderam todas as conselheiras, mais a presidente, o direito às passagens aéreas em deslocamento para as reuniões. Isso significa que ao Conselho só resta a correspondência. (Idem, p.3)

Anna Guasque ressaltou no documento que conseguiu manter a unificação do CEDIM (Centro de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher) ao CNDM, “já que é um dispositivo com autonomia de verba internacional, fiscalizado pelos agentes internacionais sediados em Brasília”. Destacava ainda a pressão que vinha sofrendo em relação à urgência em responder ao UNIFEM sobre os programas do Conselho em relação ao acervo, ou o CEDIM seria desarticulado do CNDM: “Tratando do patrimônio do Conselho, no tangente à memória e documentação, já que foi instalada pelo próprio Ministério da Justiça, a comissão de auditoria que irá oficializar e registrar a constatação de sua realidade administrativa.” (Idem, Ibidem)

Em 22 de Junho de 1990 foram designadas para compor o Conselho Deliberativo - pelo Ministro Bernardo Cabral e pelo Presidente Fernando Collor - as assessoras técnicas do CNDM Maria do Céu de Mello Mestrinho, Cândida Rosilda de Melo Oliveira e Cátia Maria Soares de Vasconcelos, conforme ofício EM/MJ/GM/SAA/Nº. 139²⁰⁷.

Sobre sua gestão à frente do CNDM, Anna Guasque afirma não guardar boas recordações. São suas palavras: “*Não é uma lembrança boa. Não tenho ranço, nem nada. Eu só lamento.*”²⁰⁸ Anna Guasque relembra a época vivida: “*Eu morava no Rio de Janeiro e o*

²⁰⁷ Disponível no Anexo 59.

²⁰⁸ Anna Guasque, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

Conselho ficou muito difícil porque acabaram as verbas, acabaram as mordomias, que eu nunca usei, e aí eu reuni o Conselho e eu via hostilidade delas todas, dezesseis conselheiras para comigo pelo seguinte motivo: eu era mulher, eu sou mulher de militar. Então, começou uma perseguição, assim, afrontosa, sabe? No dia da minha posse eu falei pro Bernardo Cabral: “estão me agredindo, estão me agredindo, agressivamente!”, e no discurso dele, ele me deu um respaldo. Quando eu comecei a atuar propriamente, eu comecei a cortar certos abusos que havia, por exemplo: telefonemas internacionais e nacionais com o telefone do Conselho. Tinham cortado a verba, eu paguei do meu bolso para ir a Brasília. Comecei a cortar pessoas, mulheres inescrupulosas que estavam usando papéis timbrados do Conselho para suas promoções particulares, e mulheres viajando com a verba do Conselho para eleger o marido, coisas políticas. Eu comecei a cortar, aí, claro, não gostaram de mim mais ainda, além de eu ser mulher de militar. Eu fiz um projeto de descentralização do Conselho em Brasília pra facilitar por que não havia mais verba pra quem morasse fora e eu propus no projeto que todas as conselheiras entrassem em acordo com os conselhos estaduais. Elas brigavam entre si, todas. Eu constatei tristemente que mulher também é corrupta, sabe? Então elas brigavam com os conselhos estaduais, havia uma homenagem às mulheres supostamente que se destacavam no ano e premiavam essas mulheres empresárias, artistas etc... Eu propus que, ao invés disso, premiassem os Estados que produzissem mais dentro do Brasil, as pessoas que militavam melhor, se destacavam mais em atender a necessidade das mulheres especialmente no nordeste brasileiro com a miséria, a pobreza. Eu morei lá e sei. Então, esse projeto foi aprovado pelo chefe imediato e tudo mais; e Bernardo Cabral levava sempre as minhas atitudes ao Presidente Collor, e aí elas não me deram respaldo, elas não me responderam, continuaram agressivas e ausentes, porque seria muito bonito o Brasil festejar a vitória de certos Estados na programação de ajuda às dificuldades das mulheres. Eu propus um intercâmbio de correio com as respectivas atitudes e vez ou outra centralização em Brasília que aí podia pagar uma passagem de seis em seis meses, uma coisa assim elas não deram a menor resposta.²⁰⁹”

Sem o apoio do Executivo para a realização dos trabalhos e com a falta de entrosamento do corpo de conselheiras, até mesmo pela impossibilidade financeira de encontro pessoal, Anna Guasque pediu a demissão de todas as conselheiras e renunciou ao cargo: “Eu falei com o Ministro da Justiça, que era o Bernardo Cabral e falei que não estava podendo trabalhar e que eu era uma escritora e que ia lançar um livro e não podia queimar

²⁰⁹ Idem.

meu nome. Então, eu pedi ao presidente Collor que demitisse as dezesseis conselheiras e me demitisse também. Ele ficou muito espantado e disse: “mais eu pretendia que ela ficasse até o fim do meu mandato”, mas eu argumentei que não, que não estava sendo bem recebida. Não havia concordância com o meu planejamento e que eu estava para lançar outro livro e não queria meu nome queimado. Houve uma reunião bastante agressiva onde elas me respondiam estupidamente e nesse ambiente eu não podia e ninguém poderia trabalhar. O Collor disse para o Bernardo Cabral que ele assinaria em branco tudo que eu fizesse, que ele confiava em mim. Mas aí o Bernardo Cabral disse a ele o que estava acontecendo e eu disse que não iria mais a Brasília.²¹⁰”

Em 26 de junho de 1990, os decretos de dispensa de Anna Guasque e de todas as conselheiras foram publicados no Diário Oficial da União Nº. 121²¹¹. No mesmo DOU, foi designada Cátia Vasconcelos para assumir como presidenta do CNDM. Sobre a indicação de Cátia Vasconcelos para a presidência do Conselho, Anna Guasque informa que a indicou: *“Porque ela é que me atendeu com mais gentileza. Foi ela que passou todo o trabalho do Conselho para mim. Eu saí do Ministério da Justiça às nove da noite com tudo na cabeça sabendo o que eu ia fazer, sou uma mulher determinada e quando eu assumo é porque eu sei o que vou fazer. Eu dei o nome dela porque ela foi a única gentil comigo e as duas que nomeei conselheiras. O Collor nomeou as três que eu indiquei.²¹²”*

Advogada, empresária e com grande experiência em trabalhos dedicados à defesa das mulheres²¹³, Cátia Maria Soares de Vasconcelos assumiu o Conselho a pedido do Ministro Bernardo Cabral em Julho de 1990, fato noticiado pelo Jornal *Estado de Minas*²¹⁴. (reprodução da notícia veiculada no Anexo 61)

No mês seguinte, em 08 de agosto de 1990, Cátia Vasconcelos tomou posse²¹⁵ e foram nomeadas novas integrantes para o Conselho Deliberativo, a saber: Beatriz Maria Costa Chaves de Almeida (MG), Cândida Rosilda de Mello Oliveira (DF), Danuzia Palmer (RJ),

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Reproduzido no Anexo 60.

²¹² Idem.

²¹³ No final da década de 1970, foi eleita por unanimidade Conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Minas Gerais (OAB/MG) a primeira advogada a integrar o conselho desta entidade. Fundou e coordenou o SIADEMA (Sistema de Integração, Assistência e Defesa da Mulher Advogada). Foi orientadora jurídica do programa “TV Mulher”, da Rede Globo de Televisão. Cátia Vasconcelos foi diretora da Federação Mineira de Mulheres e auxiliou na redação do documento reivindicatório do Conselho da Mulher, entregue ao ex-governador de Minas Gerais e então candidato à Presidência da República Tancredo Neves.

²¹⁴ COM nova presidente, Conselho Nacional da Mulher continua luta antiga. Estado de Minas. Belo Horizonte, 22 de Julho de 1990, p. 9.

²¹⁵ Fotos da posse de Cátia Vasconcelos reproduzidas no Anexo 62.

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (MG), Heloisa Helena Mabilde (RS), Luisa Maria Nunes de Moura e Silva (MS), Maria Aguinalda de Moraes (RJ), Maria do Céu de Mello Mestrinho (DF), Marlene Mirian Godoy Ebel (DF), Regina Coeli Viola (DF), Suzely Ortêncio (MG), Márcia Campos Ferreira (MG), Rosa Maria Ferreira de Mello. A posse do novo corpo deliberativo do CNDM foi destaque no Jornal *Correio Braziliense*²¹⁶, conforme notícia reproduzida no Anexo 63.

Cátia Vasconcelos relata que, quando assumiu, o Conselho estava totalmente desarticulado e sem nenhum funcionário. Segundo Vasconcelos, caixas de documentos haviam sido depositadas, sem nenhum cuidado, na garagem do Ministério da Educação: *“Eu fui atrás dentro de garagens de caixas de documentos, como desarticulou o órgão, as coisas também sumiram. [...] se você desativa um órgão, que estava em diversas salas, você tem que dar destinação para as coisas que estão aqui nessa sala. E pra onde você leva? Pra onde tiver um espaço físico que possa receber. Então, eu volta e meia me deparava (pausa). Eu passando, eu descia do quarto andar pro terceiro, e encontrei um grampeador com aquela marquinha do CNDM escorando uma porta. Eu simplesmente tirei e levei pra lá. Enfim, e aí eu comecei a buscar, dentre os funcionários quem sabia onde estava isso. Nós tínhamos lá uma biblioteca de vídeos. Eu falei, eu quero recuperar a biblioteca de vídeos. Cortadoras de cana, enfim, são trabalhos que você tem que recuperar. Então isso nós fizemos.”*²¹⁷

Em 13 de outubro de 1990, Bernardo Cabral deixou o Ministério da Justiça e quem assumiu esta Pasta foi Jarbas Passarinho²¹⁸. Em virtude da mudança de Ministros, em 24 de outubro de 1990, Cátia Vasconcelos enviou uma carta ao novo Ministro em que pedia apoio para sua gestão à frente do Conselho. Conforme pode ser observado no OF/PRESI/Nº. 451/90²¹⁹, a ex-presidenta destacava que, apesar das dificuldades decorrentes das transformações enfrentadas por força da reforma administrativa implantada no país, *“(...) tenho procurado envidar todos os esforços no sentido de não permitir que este Conselho perca o espaço conquistado pelas mulheres brasileiras junto ao Congresso Nacional, ao governo brasileiro, à sociedade e junto a Organismos Internacionais.”* Cátia Vasconcelos destacou no documento citado que se propunha a realizar o trabalho de presidenta *“(...) por amor à causa feminina, (como sabe, não tenho qualquer retribuição financeira pelos serviços que desempenho, pois o cargo de presidente é honorífico).”* Vasconcelos assumiu a

²¹⁶ CNDM vai dar prioridade à criança e adolescente. Correio Braziliense. Brasília, 09 de agosto de 1990, p. 13.

²¹⁷ Cátia Vasconcelos, em entrevista concedida a mim em 20 de Agosto de 2010, em Brasília, DF.

²¹⁸ Jarbas Passarinho assumiu a pasta da Justiça em 15 de outubro de 1990, onde permaneceu até 02 de Abril de 1992.

²¹⁹ Reproduzido no Anexo 64.

responsabilidade de manter o espaço político conquistado com o objetivo de buscar uma maior amplitude na participação das mulheres nos diversos segmentos da sociedade, mesmo sem ser remunerada para este trabalho.

Como não houve uma resposta em relação ao ofício enviado, Cátia Vasconcelos enviou outro documento endereçado ao Ministro da Justiça - OF/PRESI/Nº. 469/90, de 13 de novembro de 1990²²⁰ - no qual destacou que se sentia “(...) *no dever de mostrar a Vossa Excelência, de maneira transparente, a situação do Conselho, suas deficiências e suas necessidades urgentes para não sucumbir*”. De acordo com este ofício, recursos humanos que compunham a força de trabalho do CNDM chegaram à casa de 104 (cento e quatro) servidores, 12 (doze) salas e uma sala bem ampla que abrigava o CEDIM. Como mostra o relatório elaborado por Vasconcelos, com a promulgação da Lei Nº. 8.028, de 12 de abril de 1990, o Conselho perdeu toda a autonomia financeira e sua estrutura organizacional e administrativa, composta por 24 (vinte e quatro) DAS²²¹ preenchido por pessoal técnico que coordenava e executava as tarefas-fim do CNDM. Esses números caíram para apenas 05 (cinco) servidores, apenas 01 (uma) sala para o Conselho e uma bem menor para o CEDIM. Mais uma vez, constata-se o total desinteresse do Executivo na continuidade do Conselho, uma vez que nenhuma resposta foi dada pelo Ministro.

Sabemos que o início dos anos noventa foi marcado por uma grande reestruturação governamental no Brasil. O processo de minimização do Estado iniciado por Fernando Collor permitiu a existência de políticas macroeconômicas de controle de déficit público e início de uma certa estabilização monetária; panorama que serve como pano de fundo para as mudanças institucionais e ajustes internos realizados no período de seu mandato. A aplicação da idéia de Estado mínimo durante o governo Collor fragilizou ainda mais o Conselho, pois foi extinto o “Fundo Especial dos Direitos da Mulher”. Esse engessamento do Conselho repercutiu na mídia e o jornal *Correio Braziliense*, em 07 de setembro de 1991²²², considerou o órgão eliminado: “*Considerado extinto devido a sua pacata atuação hoje, o órgão foi muito ativo na defesa dos direitos da mulher durante a Assembléia Nacional Constituinte, em 1988.*”²²³

Mesmo com uma estrutura frágil e debilitada, Vasconcelos lembra que não encerrou os trabalhos que havia planejado realizar: “(...) *nós tínhamos a estrutura do Ministério, que fazia*

²²⁰ Reproduzido no Anexo 65.

²²¹ Direção e Assessoramento Superior. Cargo em comissão, declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

²²² REFORMA administrativa deixa mulher sem CNDM. *Correio Braziliense*. Brasília, 07 de setembro de 1991.

²²³ Recorte de jornal reproduzido no Anexo 66.

a parte financeira do Conselho, inclusive eu tenho, e também vou lhe dar quando eu encontrar, um documento do Tribunal de Contas me elogiando pela boa gestão do dinheiro público. Eu acho que poucos cidadãos no Brasil têm isso. E me orgulha muito, me honrou muito receber isso. E eu recebi do Almério que é um funcionário do Ministério. Então nós tínhamos assim: nós queríamos fazer um serviço de gráfica, nós mandávamos, o Ministério aprovava e mandava o material que a gente solicitava. Envelopes, etc, capas. Nós queríamos fazer um evento, nós mandávamos para o Ministério, algumas coisas eles aprovavam, outras não. Na época aprovavam quase tudo porque as pessoas observam que você está trabalhando, que você está produzindo. E trabalhamos também inclusive, muito, no legislativo. Porque a gente queria reconquistar.²²⁴”

Sob a gestão de Cátia Vasconcelos foram realizados eventos como *I Simpósio sobre doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e a Mulher* (em Novembro de 1990), a campanha *A Mulher do Ano 2000* (lançada em 08 de março de 1991), *III Encontro Nacional de Delegadas e Exposição de Fotografias “Mulheres vistas por Mulheres”* (em agosto de 1991), *I Simpósio Internacional “Poder – Nova realidade da mulher, e a situação do homem”* (em dezembro de 1991).

Em abril de 1992, Jarbas Passarinho deixou o Ministério da Justiça e em seu lugar assumiu Célio Borja.

Em meio a diversas denúncias de corrupção e a abertura do processo de *impeachment*²²⁵, em 02 de outubro de 1992, Fernando Collor de Mello foi afastado da Presidência da República e em seu lugar tomou posse, interinamente, o vice-presidente Itamar Franco. Com o afastamento de Collor, assumiu a pasta da Justiça o Ministro Maurício José Correa, mas esta nova base governante não modificou a organização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que permaneceu sem autonomia financeira e orçamentária.

Com o objetivo de apresentar a triste situação vivenciada pelo CNDM, Cátia Vasconcelos enviou ao Ministro Maurício Correa o ofício OF/PRESI/Nº. 229/92, datado de 14 de outubro de 1992²²⁶, no qual eram solicitados, principalmente, funcionários e recursos financeiros para participações em eventos. Sobre esse momento, Vasconcelos recorda: “(...) quando o Collor saiu aí, eu, pra mim, não representou nada. Eu fui nomeada por ele, meu cargo é demissível ad nudu, era demissível ad nudu, do jeito que eu entrei, aquilo era o nuns

²²⁴ Idem.

²²⁵ Processo de cassação do mandato do chefe do poder Executivo.

²²⁶ Reproduzido no Anexo 67.

publio, eu saia. Então quando saiu o Collor e que meu Ministro era o Maurício Correa, outro amigo meu das lides da OAB. Ai eu fui lá no Ministro, falei “olha, Maurício, eu tô aqui” contei pra ele minha história e agora eu coloco o cargo, as minhas conselheiras (pausa). “Não, Cátia, não faça isso. Eu estou sendo atingido por todos os lados por grupos de movimentos feministas, cada um que não bate com o outro, eu tô com mais de mil nomes pra esse cargo seu. Eu tô sendo fulminado, eu não sei o que eu faço, segura isso ai.” Eu falei “ah, eu não seguro não Ministro. Tem que haver novamente a reestruturação do Conselho e o cargo eu acho que tem que ser, é um cargo político sim, mas o cargo tem que ter respaldo dos movimentos organizados”; “Mas essas mulheres não se entendem” e no que ele tinha razão porque à época, à época eu fui procurada para uma entrevista e realmente saia bandos de mulheres de lá do Palácio do Planalto, indo e vindo, pedindo o cargo de presidente do Conselho.²²⁷”

A entrevista mencionada por Cátia Vasconcelos foi publicada no jornal *Correio Braziliense* em 31 de outubro de 1992²²⁸. A reportagem mencionava que: “(...) mulheres de diferentes tendências partidárias, ligadas a movimentos feministas e femininos de todo o País, literalmente invadiram Brasília nas duas últimas semanas, assediando o Governo Itamar Franco com suas reivindicações”. Em um trecho deste registro, é possível observar a falta de coesão e o antagonismo entre os movimentos feministas e suas demandas: “(...) a atual direção do CNDM pode ter sido escolhida de forma legal, mas não de forma legítima, não sendo, portanto, reconhecida como representante de cerca de 900 movimentos de mulheres, partidos políticos e sindicatos, que o grupo afirma representar.²²⁹”

Sob forte pressão dos movimentos feministas - e também por estar trabalhando há dois anos sem remuneração, em 16 de dezembro de 1992, por meio do ofício OF/PRESI/Nº. 258/92²³⁰, Cátia Vasconcelos entregou sua primeira carta de demissão ao Ministro Maurício Correa, que se recusou a recebê-la. Dois dias depois, em 18 de dezembro, o Chefe de Gabinete do Ministro recebeu a segunda carta de demissão²³¹, na qual Cátia Vasconcelos pedia sua exoneração dos cargos de Presidente e conselheira do CNDM. Sobre este momento, Vasconcelos recorda: “Realmente eles tavam muito perdidos e ele tinha um assessor que era meu amigo pessoal também, era amigo do Teixeira, do Maurício. E esse assessor eu cheguei

²²⁷ Idem.

²²⁸ MULHERES invadem Brasília e cercam Itamar. *Correio Braziliense*. Brasília, 31 de outubro de 1992. Caderno Mulher, p. 7.

²²⁹ Idem. Reportagem reproduzida no Anexo 68.

²³⁰ Documento reproduzido no Anexo 69.

²³¹ Documento reproduzido no Anexo 70.

lá com, apesar do Maurício ter pedido pra eu não entregar o cargo, eu cheguei lá com a minha carta e ele falou “não, doutora, tá proibido de aceitar a demissão da senhora aqui.” Aí, esqueci o nome dele, tadinho, já faleceu, uma pessoa de confiança de Maurício. Ai ele falou “tá proibido” e eu falei “não, mas eu não posso ficar porque a minha empresa tá sendo prejudicada, eu preciso ganhar dinheiro, eu tenho filhos, eu tenho a minha vida, eu não sou rica, eu tenho que ganhar dinheiro, uai, eu tenho que trabalhar.” Minha empresa com o Conselho, se eu fosse remunerada, era incompatível. Sem remuneração eu poderia permanecer na presidência da minha empresa. No momento que eu fosse remunerada eu teria que sair da minha empresa. Ora, eu seria remunerada com DAS, sendo que eu tinha uma empresa de relações governamentais que foi a primeira empresa do Brasil e a única a ser presidida por uma mulher. Uma atividade que já ousa dizer seu nome, e eu sou a lobista do lobby. Então, quando eu vi, era isso, olha: Maurício Correa vai definir o CNDM e Itamar Franco diz que apóia o programa. Então, a briga, sai um grupo, cercava Itamar, Itamar não sabia o que fazia, mandava pro Maurício, Maurício: “Cátia, fica aí”. É tanto que tá aqui, olha: Jandira, Rita, querem tirar o CNDM da mão de Cátia. Eu que queria entregar o CNDM. Então os movimentos organizados, eles não tinham um objetivo comum, eles não conseguiam que um... é... que... é, que os pleitos fossem iguais. Que eles direcionassem todos esses esforços. Olha, essas meninas são brilhantes, elas têm vinte anos, trinta quarenta anos de movimentos de mulheres, por que não unem? Por que não se esforçam?²³²”

Cátia Vasconcelos se desligou do CNDM em dezembro de 1992 e, após um período de vacância de quase cinco meses, em 06 de Maio de 1993, assumiu como presidenta a advogada Herilda Balduino de Souza. Junto com Herilda de Souza foram nomeadas as seguintes conselheiras: Maria Aparecida Schumacher, Marta Teresa Suplicy, Rose Marie Muraro, Leila Guimarães Abreu, Norma Kyriakos, Rafaela Damázio de Jesus, Lícia Peres, Rosanita Monteiro de Campos, Clenir Sani Avanza, Marcia Maria de Araújo Abreu, Valdecir Pedreira do Nascimento, Marília Murici, Luzia Alves Toledo, Maria Izabel Barroso Miranda, Miriam de Fátima Jungman, Irmã Olímpia Gaio, Maria Helena Ferreira, Tânia Montoro e Maria José Maciel Nascimento.

Nessa nova composição, observa-se um grande número de mulheres que participavam como militantes dos movimentos feministas e também já haviam participado do CNDM, entre elas Maria Aparecida Schumacher, Rose Marie Muraro, Miriam de Fátima Jungman, Marcia Maria de Araújo Abreu e Rosanita Monteiro de Campos.

²³² Cátia Vasconcelos, em entrevista concedida a mim em 20 de Agosto de 2010, em Brasília, DF.

Herilda Balduino de Souza é advogada especialista em Direitos Humanos. Foi uma das precursoras dos movimentos feministas brasileiros e prestou serviços, como advogada, durante diversos anos a mulheres carentes, mas não foi sequer conselheira do CNDM. Ela havia sido conselheira da OAB quando Maurício Correa foi o presidente da Ordem. Conta a advogada que foi chamada para assumir a presidência do Conselho pelo então Ministro da Justiça Maurício Correa: *“No dia que ele foi Ministro da Justiça, ele me telefonou e disse: “Herilda, eu vou te botar naquele organismo das mulheres, você vai para lá”. E eu falei: “Não quero, eu não vou, eu quero fazer política.” Porque eu sabia que aquilo ali era muito estreito. Eu quero a Secretaria de Justiça.” [...] Então, eu confesso que eu queria a Secretaria de Justiça. E tinha apoio de todos os grandes advogados de Brasília para ir para a Secretaria de Justiça, mas ele falou: “Não”. Nós temos um diálogo muito franco, muito claro. Talvez até o que falta prá nós mulheres fazer política. “Não. Eu preciso de você lá no Conselho das mulheres.” Eu falei, mas que coisa. Eu disse assim, você (pausa). Ainda falei com ele, você está (pausa), você quer me (pausa). Mas aceitei, fui pro Conselho da Mulher. [...] Aí eu fui nomeada para o Conselho da Mulher. Ele tava arrasado, acabado, não tinha nada. Meu Deus, que coisa horrorosa para dirigir aquilo! Não tinha funcionário, não tinha dinheiro. [...] Mas eu encontrei muita receptividade com os funcionários do Ministério, que acabaram me ajudando.²³³”*

A nomeação de Herilda Balduino de Souza parece ser justificada por seu currículo. Não no que diz respeito à sua atuação em movimentos feministas e de mulheres, mas em relação à sua atuação profissional em defesa dos Direitos Humanos. Esse argumento justifica-se pelo fato de ter acontecido, em junho de 1993, em Viena, a *II Conferência Internacional de Direitos Humanos da ONU*. A primeira edição desta Conferência havia sido realizada no verão de 1968 e esse era um momento importante para o Brasil mostrar, internacionalmente, sua preocupação com um dos temas da *II Conferência*, a violência contra a mulher. O Programa de Ação de Viena previa:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional.

A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual, incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são

²³³ Herilda Balduino de Souza, em entrevista concedida a mim em 27 de agosto de 2010, em Brasília.

incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas. Pode-se conseguir isso por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional nas áreas do desenvolvimento econômico e social, da educação, da maternidade segura e assistência à saúde e apoio social.

Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas na área dos direitos humanos, que devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos insta todos os Governos, instituições governamentais e não-governamentais a intensificarem seus esforços em prol da proteção e promoção dos direitos humanos da mulher e da menina²³⁴.

Nesta conferência, os movimentos de mulheres do mundo todo finalmente conseguiram o reconhecimento, pela comunidade internacional, de que os direitos das mulheres são direitos humanos. A Declaração de Direitos Humanos de Viena consagrou, no parágrafo 18, que os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais.

A existência do CNDM, como um órgão federal, que representava as mulheres brasileiras - mesmo que não efetivamente atuante, era de suma importância para o Brasil no contexto internacional, no que diz respeito principalmente às relações diplomáticas com outras nações. Para os movimentos feministas, essa participação também foi significativa, pois representou, de certa forma, a internacionalização da agenda da luta das mulheres. Entretanto, para o Conselho - como órgão - não houve avanços, pois continuou a inexistir uma interlocução com os movimentos feministas e não houve vontade política em reativar o Conselho como instrumento do governo capaz de influenciar políticas setoriais ligadas às demandas das mulheres. Contudo, um novo momento na história do Conselho começou a ser delineado no final de 1993, quando o governo federal preparava a participação brasileira na *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher* (também chamada *Convenção de Belém do Pará*); na *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento*, no Cairo; e na *IV Conferência Mundial da Mulher*, em Beijing.

Em junho de 1994, o Brasil sediou a *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher*, em Belém-PA. Nesta Convenção foi estabelecido que todos os Estados signatários se comprometeriam a lutar pela eliminação da violência

²³⁴ *Declaração e Programa de Ação de Viena.* Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm Acesso em Julho de 2010.

contra a mulher, sendo esta uma condição indispensável para o desenvolvimento individual, social e a plena igualitária participação das mulheres em todas as esferas da vida. Conforme o preâmbulo do tratado firmado:

Convencidos de que a adoção de uma convenção para prevenir, punir e erradicar toda forma de violência contra a mulher, no âmbito da Organização dos Estados Americanos, constitui uma contribuição positiva para proteger os direitos da mulher e eliminar as situações de violência que possam afetá-las²³⁵.

A *Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento* (também chamado *Programa de Ação de Cairo*²³⁶) foi realizada em setembro de 1994 e seu programa de ação também reconhecia a necessidade da eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. Os países signatários - dentre eles o Brasil - se comprometeram a adotar medidas integrais pela eliminação de todas as formas de violência contra mulheres, adolescentes e meninas com vistas ao avanço da igualdade de gênero e ao aumento do poder das mulheres. Nessa plataforma, incluía-se o reconhecimento da capacidade das mulheres de tomarem decisões em relação à sua sexualidade e à reprodução, constituindo estes elementos-chaves dos programas de população e desenvolvimento mundial. Observa-se, pela leitura deste *Programa de Ação*, uma abordagem diferenciada no que diz respeito à integração e à participação das mulheres em relação ao desenvolvimento mundial. Deve-se destacar também a atenção dada para a incorporação da perspectiva de gênero em termos de políticas públicas. Foi ainda abordada - como fundamental - a necessidade de que os governos criassem políticas “ativas e visíveis” e que considerassem o sexo como variável importante na formulação de projetos de ação.

Dentre os objetivos estratégicos previstos no *Programa de Ação* estavam a criação ou o fortalecimento de mecanismos institucionais em defesa das mulheres; a integração da perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas, e o levantamento de dados e de avaliações levando-se em consideração o sexo para as análises realizadas. Pelo *Programa de Ação*, buscava-se não somente a inserção das mulheres no aparelho do Estado, mas também que estas mulheres fossem capazes de concatenar objetivos e converter as demandas femininas em políticas públicas. Nesse sentido, a experiência do CNDM alinhava-se aos objetivos propostos pelo movimento internacional de mulheres na *Conferência do Cairo*. Não

²³⁵ Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/mulher2.htm> Acesso em Julho de 2010.

²³⁶ *Programa de Ação de Cairo*. Disponível em: http://www.unfpa.org/spanish/icpd/icpd_poa.htm Acesso em Julho de 2010.

apenas o contexto internacional influenciava a recuperação do Conselho, mas também as condições brasileiras favoreciam e legitimavam a defesa dos direitos da mulher e, conseqüentemente, a oportunidade de reativação efetiva do CNDM.

Entendemos que o Conselho - como mecanismo nacional que buscava a ampliação e a defesa dos direitos das mulheres - poderia ter sido o ponto central das ações governamentais brasileiras naquele momento, pois o governo federal assumiu os compromissos firmados na *Conferência do Cairo*. Para tanto, deveria ter sido considerada, na mais alta instância do Executivo, a disponibilização de recursos orçamentários e humanos para o fortalecimento do CNDM e a conseqüente formulação de políticas governamentais atentas ao gênero. Infelizmente não foi o que aconteceu. Não foram realizadas campanhas significativas promovidas pelo CNDM durante a gestão de Herilda Balduino de Souza, como recorda a ex-presidenta: “(...) quando eu queria fazer uma reunião, fazer um evento, não tinha dinheiro, pra mandar fazer convite, pra fazer nada disso. Eu então tinha que sair, pedir, ir atrás de fulano, beltrano. Naquele tempo a gráfica do Senado, você sabe, ficava muito à disposição de deputados e senadores, né? Eu conhecia algum Deputado, algum Senador, pedia e eles faziam pra mim.”²³⁷”

Atentos ao contexto internacional e ao cenário da política interna brasileira, um articulado movimento de mulheres²³⁸ - impulsionado pelo *Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos* - apresentou aos candidatos à Presidência da República a proposta *Programa para Igualdade e Direitos da Mulher*, que propunha vinculação do CNDM à Casa Civil da Presidência. (SCHUMAHER, 2004) Neste programa, em sua primeira (re)estruturação, o CNDM contaria com um Conselho Deliberativo e com uma Secretaria Especial. O momento era oportuno pela proximidade das eleições presidenciais e também pelo fato de que, nesse período, o governo federal preparava sua participação na *IV Conferência Mundial da Mulher*, que aconteceria no ano seguinte em Beijing.

Em Outubro de 1994, ocorreram as eleições presidenciais. Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ex-Ministro da Fazenda do Governo Itamar Franco, venceu as eleições em

²³⁷ Herilda Balduino de Souza, em entrevista concedida a mim em 27 de agosto de 2010, em Brasília.

²³⁸ Representado pelo movimento *Articulação de Mulheres Brasileiras*, criado em 1994. A *Articulação* mobilizou mais de 800 grupos de mulheres, os quais se reuniram em 91 eventos, sendo um de seus objetivos a redação de um documento reivindicatório para *Beijing'95*. Informações disponíveis no *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 101.

primeiro turno com 54,27% dos votos válidos²³⁹, derrotando o candidato Luis Inácio Lula da Silva (PT).

3º. Fase: 1995-2003 – Reestruturação e fortalecimento

O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso reativou o CNDM assim que tomou posse. Todavia, ao invés de inaugurar uma nova fase do Conselho, o chefe do Executivo, valendo-se de suas prerrogativas, decidiu sobre a composição do colegiado sem consulta formal aos movimentos organizados de mulheres. Fernando Henrique Cardoso nomeou novas conselheiras e presidenta, mas manteve o órgão sem estrutura administrativa e sem orçamento próprio.

Em 1995, com a mudança do Executivo, assumiu a pasta da Justiça o Ministro Nelson Jobim. Nesta oportunidade, Herilda Balduino de Souza pediu para deixar o cargo. Conforme suas palavras: *“Eu fui dizer a ele e entregar o cargo. Eu não queria, que não me interessava ser presidente do Conselho da Mulher, que aquilo tinha sido um inferno na minha vida. Eu até hoje penso nisso. Eu nunca pensei, na minha vida, que mulheres de gabarito pudessem ser capazes de ser tão desrespeitosas com uma colega como eram. Arrumavam um punhado de coisas. Diziam que eu não servia, que eu não servia porque era amiga do Ministro, que eu não servia porque eu era contra o aborto. Uma porção de bobagens, mas isso nunca entrou na minha cabeça, porque eu sou uma cabeça politizada. Eu sei que em política todo mundo arranja um meio de menosprezar seu adversário pra poder conseguir aquilo que quer. Estava tudo certo. O Nelson Jobim me disse: “A senhora será a minha presidenta do Conselho”. [...] E eu falei “mas olha, está tudo pronto lá e o cargo está à sua disposição. [...] Aí a dona Ruth vai e, primeira dama, e tinha participação muito grande nos movimentos feministas. Era uma socióloga, de muito estudo, muito respeitada e era a primeira dama né? Eu nunca me dirigi a ela porque eu sabia que não era aquela a minha praia. Mineiro tem isso, é desconfiado de natureza. Quando depois de muito arranjo, de muita coisa, surgiu o nome da Rosiska, que era comadre da Ruth. Eu conhecia a Rosiska pouco, de alguns encontros de mulher, quando nós estávamos discutindo as questões da Conferência de Pequim. Eu sabia que ela era uma mulher que tinha muito valor, né? Era uma pessoa muito bem preparada. Um certo dia, o Maurício Correia me telefona, que o Nelson Jobim tinha dito a ele que a dona Ruth tinha exigido o cargo do Conselho. Eu falei pra ele: “não tem nada”. Eu já tinha colocado à*

²³⁹ Dados obtidos em: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2006/mat/2006/10/29/286459452.asp> Acesso em Setembro de 2010.

disposição dele. Está à disposição. Ele pode fazer o que quiser. Aí vem aquelas tricas e futricas do poder, que eu não sei, mas deve ter sido verdade, porque foi assim que foi tratado o assunto. O Nelson Jobim pediu que o Mauricio conseguisse que eu pedisse exoneração do cargo. Ele não queria me exonerar, queria me exonerar a pedido. Eu até na hora concordei, entende? O que é que é isso? É a coisa mais fácil do mundo você fazer um requerimento de três linhas. Eu cheguei depois, eu pensei: “Ah, vocês estão muito vivos!” Porque eu pedindo exoneração eles exoneravam o Conselho inteiro e eu ia ficar com o nome de quê? De traíra pro Conselho. Eu tinha entregue o ouro ao bandido na porta da cadeia, né, como se diz. Eu já tinha falado com o Maurício que eu ia fazer o requerimento. Aí telefonei pra ele e falei não vou fazer requerimento. Não vou pedir exoneração. O cargo é deles, o Presidente da República demite e nomeia que ele quiser e diga ao Jobim que eu não vou fazer. Aí veio. Eu acho isso muito interessante. É engraçado, que eu preciso fazer uma pesquisa prá guardar esse Diário Oficial. Eu não fui demitida em nenhum momento. Mandou cessar a minha função de Presidenta do Conselho. Você já pensou que coisa boa? (risos) Cessou a minha função de presidenta no Diário Oficial. Esse é o ato que tem. Então acabou aí. A Rosiska entrou, eu não fiz intervenção nenhuma, nem podia. É o que eu estou dizendo. O cargo é do Presidente da República. Ele põe quem ele quiser. E o Fernando Henrique atendeu. Elas formaram o Conselho delas do jeito que quiseram.”²⁴⁰

Em 13 de Abril de 1995²⁴¹, Herilda Balduino de Souza deixou a presidência do CNDM e assumiu seu lugar, em 17 de abril de 1995, Rosiska Darcy de Oliveira. Junto com Rosiska Darcy tomaram posse, em 10 de maio de 1995, como corpo conselheiro, Clair Castilho Coelho, Denise Carreira Soares, Elza Correa, Nélida Piñon, Margarida Bulhões Genevois, Maria Amélia de Lima Freire, Fátima Pacheco Jordão, Lícia Margarida Macedo de Aguiar Peres, Maria Teresa Augusti, Maria Filomena Gregori, Maria Betânia de Melo Ávila, Nilza Iraci Silva, Maria José de Oliveira Araújo, Maria Josefina Jannuzi Moreira, Solange Bentes Jurema, Vanete Almeida e Mara Régia Di Perna²⁴².

Sobre esse novo momento institucional do Conselho, Schumacher e Vargas lembram que:

²⁴⁰ Herilda Balduino de Souza, em entrevista concedida a mim em 27 de agosto de 2010, em Brasília.

²⁴¹ Interessante observar que, neste mesmo dia, em 13 de abril de 1995, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei no. 9.029, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9029.htm Acesso em Julho de 2010.

²⁴² Foto desta composição no Anexo 71.

Em 1995, a retomada do CNDM se dá com a instalação do novo governo. Contudo, as condições anteriores, quanto a escassos recursos humanos e financeiros, continuaram inalteradas. Nessa ocasião, o movimento de mulheres se encontrava mobilizado para a Conferência de Beijing. Apesar dessa articulação ter sido ampla, com a participação de mais de 800 grupos de mulheres, durante a elaboração de propostas, não houve uma reflexão aprofundada, sobre que tipo de organismo governamental queremos, qual seu papel e qual a estrutura necessária para fazê-lo mais atuante e permanente na definição de políticas públicas com perspectivas de gênero. Quando da nomeação do novo colegiado tampouco se posicionou, embora conte com feministas destacadas entre suas integrantes. Um ano depois, o CNDM parece não ter encontrado a sintonia desejada com o movimento de mulheres. (SCHUMAHER & VARGAS, 1993, p. 361)

Mesmo sem realizar uma consulta formal aos movimentos feministas, observa-se que esta nova composição do Conselho contava com a participação de mulheres que foram extremamente importantes e militantes em relação à defesa dos direitos das mulheres. Cai por terra a afirmação feita na citação acima de que as mulheres indicadas para o Conselho não tinham ligação com o movimento feminista. Destacam-se os nomes de Nélide Piñon, Margarida Bulhões Pedreira Genevois, Mara Régia Di Perna e Maria Betânia de Melo Ávila.

Em relação à escolha da nova presidenta do Conselho, certamente seu currículo foi levado em consideração. Rosiska Darcy de Oliveira é advogada, jornalista e escritora. Acusada de denunciar torturas contra presos políticos, foi exilada pela ditadura militar e morou mais de 15 anos na Suíça. Lecionou na Universidade de Genebra, onde defendeu seu doutorado com a tese *A Formação das Mulheres como Espelho da Ambiguidade*. Antes de ser convidada à presidência do CNDM, foi fundadora e Diretora-Executiva do *Instituto de Ação Cultural* (IDAC), onde atuou como coordenadora de programas e projetos nas áreas de mulher, cidadania, participação política, educação, saúde e direitos reprodutivos. Foi coordenadora de pesquisas e projetos sobre os direitos das mulheres, em cooperação com a *Fundação Ford*, *Fundação Interamericana*, *Women's Forum*, *Alliance des Femmes pour la Démocratie*, *Università delle Donne*, *Church Women United*. Atuou como consultora para a área de mulher, educação, desenvolvimento e participação política de agências do sistema das Nações Unidas (*UNIFEM*, *UNESCO*, *Divisão para o Progresso da Mulher* e *OIT*). Foi ainda membro do conselho assessor do *Banco Interamericano de Desenvolvimento* para a área de mulher e desenvolvimento e membro do *Conselho Estadual dos Direitos da Mulher* do Rio de Janeiro. Foi coordenadora da *Coalizão de Mulheres Brasileiras* para a *ECO-92* e da comissão organizadora do *Planeta Fêmea*, evento das mulheres no *Fórum Global*. Atuou ainda como Coordenadora Internacional do projeto *Terra Feminina* sobre a participação e a voz das

mulheres nas *Conferências das Nações Unidas sobre Temas Globais*. Trabalhou como membro da delegação brasileira à *Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento* (Cairo, 1994), da *Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social* (Copenhague, 1995) e foi membro do comitê preparatório da *Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher* (Pequim, 1995).

Sobre seu extenso currículo e sua contribuição ao CNDM, Rosiska Darcy lembra: “*Eu sou formada em Direito pela PUC do Rio de Janeiro, mas eu nunca trabalhei como advogada. Eu fui jornalista e a minha carreira foi interrompida pelo meu exílio. Eu fui acusada pela ditadura militar de difundir notícias sobre tortura no exterior. De fato, eu estava envolvida numa organização de defesa dos direitos humanos, na época que tortura era um modo, um meio de governo naquele período. E eu fiquei, então, 15 anos fora do Brasil. Nesses 15 anos, eu fiquei exilada na Suíça, na cidade de Genebra. Fui professora da Universidade de Genebra durante 10 anos. Fiz um doutorado, voltei pro Brasil. E, nesse período que eu estive fora, eu me envolvi, desde o começo dos anos 70, eu me envolvi no movimento feminista internacional. Eu comecei a militar no movimento feminista internacional. Voltei pro Brasil, entrei na militância no movimento feminista brasileiro. E aí houve alguns momentos, assim, digamos, momentos mais fortes dessa militância. Eu coordenei a coalizão de mulheres brasileiras na “Eco 92”, que foi um momento muito importante, não só pro movimento de mulheres no Brasil, mas para o movimento brasileiro no seu contexto internacional, porque nós defendíamos posições interessantes. E como a Conferência se passava no Rio de Janeiro, nós tivemos o protagonismo mundial naquele momento, o movimento brasileiro. E eu fiquei ligada ao movimento de mulheres. Eu fui membro de praticamente todas as delegações brasileiras na agenda social da ONU, nas diferentes conferências, em direitos humanos, população, no Cairo. E, finalmente, quando, em 1995, assumiu o governo Fernando Henrique, foi decidido revitalizar o Conselho Nacional. Porque nesse período, o Conselho Nacional, que tinha tido um papel muitíssimo importante na Constituinte, tinha sido desativado. Ele existia praticamente sem existir, não é? E houve uma decisão de revitalizar. Foi uma decisão política de revitalizar o Conselho Nacional. Meu nome emergiu do próprio movimento de mulheres. E o presidente Fernando Henrique me convidou para assumir a presidência do Conselho Nacional, coisa que eu aceitei. Aceitei e, encontrei, quando cheguei em Brasília, um nada! Eu me lembro muitíssimo bem disso. Quando eu cheguei, eu custei muito para achar minha sala de trabalho, no gabinete, que era um anexo do Ministério da Justiça, no fundo. Uma espécie de depósito de*

móveis, com umas cadeiras rasgadas e eu tinha, se não me engano, na época, quatro funcionárias. [...] Uma estava em licença por problema mental. A outra estava encostada porque tinha se envolvido num escândalo de colocar os filhos na ficha, na folha de pagamento do Ministério da Justiça e a outra eu não me lembro mais nem quem era. Enfim, essa era a equipe com quem eu era suposta a trabalhar. Então, eu tive uma primeira tarefa, que foi até bastante rápida, eu acho, que foi construir o Conselho Nacional. Quer dizer, construir institucionalmente. Fazer com que ele existisse. Criar uma equipe e, partindo desse ponto, já havia sido nomeado um Conselho propriamente dito.²⁴³”

Rosiska Darcy destaca que, logo depois que assumiu a presidência do CNDM, sua primeira estratégia de trabalho foi preparar o Conselho, como delegação brasileira, para representar o país em Beijing: “(...) esse primeiro período foi todo um período de preparação para essa conferência, que era um marco importantíssimo. E de onde eu pretendia aí extrair, e exatamente, extraímos depois. Foi o que nós chamamos de **Estratégias da Igualdade**²⁴⁴”.

Entre 04 e 15 de setembro de 1995 foi realizada em Beijing, na China, a *IV Conferência Mundial da Mulher*, cujo mote era “Ação para a igualdade, o desenvolvimento e a paz”²⁴⁵. É importante destacar que, em relação às anteriores, esta conferência teve o maior impacto mundial, tanto no que diz respeito à participação - contou com 189 Estados e mais de 35.000 participantes - quanto no que tange ao tema principal das discussões: a igualdade entre homens e mulheres. O comitê brasileiro para Beijing foi chefiado pela Dra. Ruth Cardoso (então Primeira-dama) e o Conselho foi representado pela sua presidente Rosiska Darcy de Oliveira e suas conselheiras.

A *Declaração de Beijing*²⁴⁶ (capa do documento editado pelo CNDM no Anexo 73) foi aprovada por unanimidade pelos países participantes. É importante destacar que, de forma inédita, se reconheceu em um documento oficial “as aspirações de todas as mulheres do mundo inteiro e levando em consideração a diversidade das mulheres”. O documento ressalta o avanço do *status* das mulheres em alguns aspectos importantes, mas reconhece que este progresso é heterogêneo e persistem as desigualdades entre homens e mulheres; situação que é agravada pelo crescimento da pobreza que afeta a vida da maioria da população mundial.

Ao afirmarem a convicção de que os direitos da mulher são direitos humanos, os países signatários se comprometeram, “(...) sem qualquer reserva, a combater estas limitações e

²⁴³ Rosiska Darcy de Oliveira, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Cartaz de promoção do evento reproduzido no Anexo 72.

²⁴⁶ Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/pequim95.htm>. Acesso em Julho de 2010.

obstáculos e a promover o avanço e o fortalecimento das mulheres em todo o mundo.²⁴⁷ No documento há ainda a convocação, a todas as mulheres, para participarem da construção de um mundo melhor para todos e promoverem seu papel no processo de desenvolvimento em todas as esferas da sociedade como condição fundamental para alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz. A *Plataforma de Ação* de Beijing apontou os seguintes objetivos estratégicos a serem perseguidos: As mulheres e a pobreza; Educação e capacitação das mulheres; Saúde das mulheres; Violência contra mulheres, Mulheres e conflitos armados; Mulheres e economia; Mulheres no exercício do poder e na tomada de decisões; Direitos Humanos das mulheres; Mulheres e os meios de comunicação e, Mulheres e o Meio Ambiente.

Como se pode observar, a *Conferência de Beijing* pode ser entendida como um marco internacional na luta pela igualdade. Contudo, seria utópico esperar que o documento se traduza em uma realidade imediata, já que as transformações propostas pelo documento só irão se materializar com um intenso trabalho de educação e conscientização em escala mundial. Isto implica repensar a vida social, cultural, política, econômica, na esfera do trabalho, ou seja, em uma escala transversal de atuação, de evolução lenta e gradual.

O governo brasileiro aderiu à *Plataforma de Ação* de Beijing e, para garantir que as resoluções adotadas pelos países fossem cumpridas, os signatários do documento deveriam apresentar relatórios periódicos de acompanhamento sobre os avanços realizados em relação aos direitos da mulher. Com o objetivo de acompanhar a implantação da *Plataforma de Ação* de Beijing, o CNDM estabeleceu diversos protocolos de cooperação com os Ministérios da Justiça, da Educação, da Saúde e do Trabalho. Exemplos dessa iniciativa podem ser vistos em duas ações inéditas. A primeira foi a elaboração do *Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual*, como parte integrante do *Programa Nacional dos Direitos Humanos* (PNDH)²⁴⁸. O PNDH promoveu - entre outros avanços em termos de proteção de direitos civis, sociais, econômicos e culturais - uma mudança qualitativa na visibilidade da violência sofrida pelas mulheres no país. Além disso, ao adotar o PNDH, em 13 de maio de 1996, “o Brasil tornou-se um dos primeiros Países do mundo a cumprir

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ O PNDH foi instituído pelo Decreto Nº. 1.904, de 13 de maio de 1996 e foi elaborado pelo Ministério da Justiça, em conjunto com diversas organizações da sociedade civil com o intuito de preservar as garantias mínimas de cidadania para a população, além de corresponder aos compromissos firmados internacionalmente pelo governo brasileiro.

recomendação específica da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), atribuindo ineditamente aos direitos humanos o *status* de política pública governamental.²⁴⁹”.

A segunda iniciativa inédita foi a assinatura do protocolo de cooperação celebrado entre Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho com vistas à promoção da igualdade entre homens e mulheres no âmbito do trabalho. O protocolo *Mulher, Educação e Trabalho*²⁵⁰ foi assinado em 08 de março de 1996. Por meio do Decreto não numerado de 20 de março de 1996²⁵¹, o governo federal criou, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO) formado por um grupo tripartite composto por representantes governamentais, dos trabalhadores e dos empregadores com a finalidade de definir programas de ações que tivessem por objetivo o combate à discriminação no emprego e na ocupação. Estes profissionais tinham por objetivo inserir o tema da discriminação no emprego e na ocupação nos programas e projetos do governo; incentivar debates sobre o tema nos níveis governamentais e da sociedade civil; divulgar experiências sobre diversidade; identificar e propor estudos e pesquisas sobre o tema; estimular a formação de multiplicadores; e construir um programa de promoção da igualdade de oportunidades²⁵².

As medidas propostas em Beijing foram adaptadas ao cenário brasileiro em um plano nacional intitulado *Estratégias da Igualdade*. Este documento foi elaborado - a pedido do Presidente da República - pelo CNDM, em diálogo com a sociedade civil por meio da realização de seminários em todas as regiões do país e imprimiu um novo rumo ao debate sobre políticas públicas no país. Recorda Rosiska Darcy: “*Voltando ao Brasil, a preocupação foi, primeiro, estabelecer as Estratégias da Igualdade e fazer com que isso fosse validado pelo Presidente da República, coisa que foi feita em 08 de Março. O Brasil, o governo brasileiro endossou aquela plataforma, aquelas Estratégias da Igualdade. E, a partir de então, comecei uma espécie de peregrinação no país, assinando protocolos com prefeitos e governadores. Foram assinados, eu não me lembro bem, mas em todas as grandes capitais*

²⁴⁹ *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 128.

²⁵⁰ Cópia, na íntegra, disponível no Anexo 74.

²⁵¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1996/Dnn3903.htm Acesso em Agosto de 2010.

²⁵² *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 158.

*assinaram os protocolos que comprometiam os governos as Estratégias da Igualdade. Paralelamente a isso, seguia toda a luta contra a violência contra as mulheres.*²⁵³”

Estratégias da Igualdade consistiu, efetivamente, na elaboração de um plano de ação - com estratégias de atuação para o governo e para a sociedade - capaz de acolher e traduzir a realidade brasileira no sentido de reconhecer a amplitude e a complexidade das demandas das mulheres. O documento, reproduzido na íntegra no Anexo 75, enuncia um conjunto integrado de políticas públicas e iniciativas da sociedade civil voltadas para a consolidação da cidadania das mulheres. A leitura do documento permite identificar medidas a serem adotadas nos campos da educação, trabalho, saúde, combate à pobreza e à violência, comunicação e participação política, além da definição de mecanismos institucionais necessários para a tradução dos direitos das mulheres em ações materializáveis na vida social.

Durante a gestão de Rosiska Darcy, observa-se uma especial preocupação com o fortalecimento da cidadania das mulheres e com a visibilidade do Conselho: *“Essa questão da comunicação (pausa). Quer dizer, essa foi uma batalha que eu comprei. Eu fiz gestões e criei rede com todos os grandes órgãos de comunicação do Brasil. Televisão, jornais. Só eu me lembro de ter escrito 64 artigos durante essa gestão. Naquela época, era muito difícil publicar alguma coisa referente às mulheres. Era um tema que era meio, assim, rebarbativo. Era difícil. E eu falava muito com a imprensa. Eu explicava muito pra imprensa qual era o projeto, qual era a causa, o por quê. Passava dados, passava números. E, com isso, eu acho, que nós tivemos, nesse período, uma visibilidade do Conselho Nacional, da importância do Conselho Nacional, uma respeitabilidade do Conselho Nacional, que eu acho que valeu a pena. Isso foi uma estratégia, e uma estratégia que, de novo, não custava nada. Porque uma coisa é fazer isso aqui (mostrando o documento **Dito e Feito**). Você conhece isso? Esse era o jornal do Conselho Nacional. Esse eu posso te dar por que eu tenho outros exemplares e esse aqui, por acaso, é o número 1. Esse aqui é o **Dito e Feito**, que era o jornal do Conselho Nacional. Isso é um pouco, uma herança do movimento social. Porque no movimento social, nas ONG’s a gente fazia muita publicação. Mas, depois, eu vi que não era isso. Quer dizer, eu fazia isso quando eu cheguei ao Conselho, mas depois eu vi que não era isso. O que nós precisávamos era falar pra um grande número. Não era aquela publicaçãozinha de poucos exemplares que a gente mal conseguia distribuir. Não era isso. Importante foi, durante a Conferência de Beijing, o Pelé, no Jornal Nacional, no intervalo do Jornal Nacional, fazendo uma declaração contra a violência contra as mulheres. Isso era importante. Eu achava, e*

²⁵³ Rosiska Darcy de Oliveira, em entrevista concedida a mim em 16 de Setembro de 2010, no Rio de Janeiro.

*acho ainda hoje. Isso era muito importante. Você incorporar aliados insólitos, que aparentemente não eram, mas passavam a ser. Isso era a batalha da comunicação, de como falar com a massa das mulheres brasileiras.*²⁵⁴” (reprodução das capas dos primeiros números do jornal *Dito e Feito* disponíveis no Anexo 76)

Especula-se que a gestão de Rosiska Darcy tenha sido facilitada, de certa forma, pela amizade pessoal que possuía com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso e com a primeira-dama, Dra. Ruth Cardoso. Indagada sobre a influência de suas relações pessoais em sua gestão, Rosiska Darcy afirma que, em relação ao Presidente não houve influência, “*Mas no caso da Dra. Ruth sim. Sim, porque a Dra. Ruth era um membro do movimento feminista.*” E continua: “*Agora, talvez, o que tenha facilitado mais a minha relação, digamos assim, com os Ministérios, o meu acesso aos Ministérios, foi a minha relação pessoal com vários Ministros que provinham do exílio. Porque muitos Ministros do governo Fernando Henrique Cardoso, pelo menos os das áreas principais, provinham da luta contra a ditadura. E provinham do exílio. E eu também. Então, eu tinha, entre eles, alguns bons amigos. Amigos pessoais com quem eu pude negociar políticas que foram importantes, mas também não só porque eles fossem amigos, mas também porque eram pessoas convictas da causa que eu defendia. [...] Eu acho que eu gozava de um certo respeito junto aos Ministros e, foi mais por aí, talvez, que as coisas tenham transcorrido com mais facilidade durante a minha gestão.*”

Esse bom relacionamento com os demais Ministérios, ou seja, com os espaços inter-setoriais do governo federal, resultou no relativo fortalecimento do CNDM neste momento. O Conselho atuou diretamente com os Ministérios e indiretamente na execução das políticas, conforme ressalta Rosiska Darcy: “*Eu acho que não ter tido recursos financeiros expressivos não necessariamente prejudicou meu trabalho. Exatamente por nós termos conseguido essas pontes com os programas que eles tinham dinheiro. Não precisava eu ter dinheiro. Quem precisava ter dinheiro, por exemplo, era o programa de reforma agrária. Agora, o programa de reforma agrária, que era bancado pelo Ministério, esse tinha que ter recursos e esse tinha que dar a posse das terras às mulheres. O programa de saúde, que foi um programa gigantesco que nós fizemos no Brasil, foi bancado pelo Ministério da Saúde.*”

Mesmo com as restrições técnicas e orçamentárias - o que inviabilizou uma série de ações, Rosiska Darcy promoveu ao longo de sua gestão, dentre outras, as seguintes ações²⁵⁵:

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Informações extraídas do documento: *MEMÓRIA: Gestão 95/99 – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.*

- Protocolo de cooperação com o Ministério da Educação visando a implementação de um conjunto de ações de promoção de igualdade de direitos entre homens e mulheres na educação pública, com ênfase no combate aos estereótipos de gênero nos currículos escolares, livros didáticos e estratégias de formação de professores;
- Protocolo de cooperação com o Ministério da Saúde para a promoção e melhoria da saúde da mulher;
- Elaboração, em conjunto com o Programa Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, do *Programa Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Sexual*;
- Estabelecimento de prioridade de seleção e atendimento às mulheres chefes de família no caso de programas habitacionais implementados com recursos da União ou geridos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento;
- Participação, junto com o CLADEM-Brasil (Comite Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos direitos da Mulher), em atividades da campanha *Sem as mulheres os Direitos não são Humanos*;
- Participação no *I Seminário Internacional Mulher e MERCOSUL*, que buscava incluir o tema “direitos da mulher” entre os objetos de discussão dos foros negociadores do MERCOSUL;
- Luta contra a Proposta de Emenda Constitucional Nº. 25, que buscava dar nova redação ao *caput* do art. 5º. da Constituição Federal relativo ao direito à vida, acrescentando-lhe a expressão “desde a concepção”. Se fosse aprovada, essa emenda tornaria sem efeito o artigo 128 do Código Penal, que não pune o aborto nos casos de estupro e risco de vida para a gestante.

Em termos de alterações na legislação, importantes avanços em relação a medidas afirmativas destinadas às mulheres podem ser verificados. Em 1997, a Lei Nº. 9.504/97 estabeleceu cotas para candidaturas femininas no sistema eleitoral proporcional. Esta medida de ação afirmativa para as mulheres na política obedecia a uma das recomendações do *Plano de Ação* da Conferência do Cairo (1994): “(...) estabelecer mecanismos para a participação igualitária da mulher, bem como sua representação equitativa em todos os níveis do processo político e da vida pública em cada comunidade e sociedade”. É o texto da lei:

Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.²⁵⁶

Embora os movimentos feministas lutem pela paridade, ou seja, pela obtenção de cotas²⁵⁷ que sejam de 50%, esse percentual de 30% representa um ganho político quando consideramos a estrutura misógina da sociedade brasileira e as relações patriarcais que perpassam toda sua estrutura. A política de cotas implantada no Brasil, como se pode observar, é muito recente e tem proporcionado uma maior visibilidade à exclusão das mulheres nos espaços políticos e às desigualdades de gênero existentes no campo político. Assim sendo, consideramos este um passo importante na história da participação das mulheres na esfera política, pois alguns partidos passaram a fazer campanhas de filiação para atrair candidatas. Além disso, a lei forçou os partidos a incorporar em seus discursos algumas questões específicas sobre mulheres. Entretanto, fazemos uma observação em relação ao sistema de cotas: este não garante às mulheres um real acesso ao poder, já que os partidos não recebem nenhuma sanção caso não atinjam o percentual estabelecido. Dessa forma, percebemos que este mecanismo, isoladamente, não será capaz de mudar as relações de poder a curto prazo. Contudo, representa um mecanismo capaz de alterar a composição dos partidos políticos e órgãos diretivos, oferecer novas perspectivas para as disputas eleitorais e propiciar uma nova forma de exercício do poder político.

Em 1998, o Executivo apresentou ao Legislativo duas importantes propostas, as quais tiveram importantes reflexos em relação ao processo de empoderamento das mulheres. A primeira medida sugerida foi a Emenda Constitucional Nº. 28/98, que estabelecia o Regime Geral da Previdência Social e, entre outras modificações, altera as condições de aposentadoria:

A Emenda estabelece que só poderão aposentar-se as pessoas que contribuírem para a Previdência Social durante 35 anos, no caso dos homens e 30 no caso das mulheres, devendo ter, no mínimo, 60 e 55 anos respectivamente, eliminando, gradativamente, o critério de tempo

²⁵⁶ Lei no. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm Acesso em Julho de 2010.

²⁵⁷ O sistema de cotas obrigatórias para mulheres é um instrumento juridicamente consagrado em diversos países da Europa, África e América Latina. O primeiro registro da adoção desta política afirmativa ocorreu na Dinamarca com o objetivo de alcançar o equilíbrio entre homens e mulheres nos seus órgãos consultivos e administrativos. Tal ação positiva visa garantir determinada porcentagem de mulheres (ou atender certos objetivos de presença feminina) em todos os níveis dos órgãos internos de decisão da estrutura do partido e nas listas de candidatas.

de serviço. Essas alterações tendem a repercutir em relação às mulheres rurais que, antes da Emenda, já podiam se aposentar com 55 anos de idade, desde que comprovassem um período mínimo de contribuição que variava entre 12 e 180 meses.²⁵⁸

Outra importante medida foi a criação da Lei Nº. 9.713, de 25 de novembro de 1998, que unificou os quadros masculinos e femininos das polícias militares, equiparando as possibilidades de ascensão na carreira e garantindo que “o efetivo de policiais militares femininos será de até dez por cento do efetivo de cada quadro.”²⁵⁹

Apesar de ter alcançado uma maior visibilidade nos meios de comunicação e ter contribuído para a implementação das ações mencionadas, o CNDM sofreria mais um golpe. Ao final do ano de 1998, durante a reforma administrativa do Estado, paradoxalmente às iniciativas do Executivo nas mencionadas conferências e o bom relacionamento interministerial, o CNDM sofreu mais um baque por parte do governo. Uma reestruturação interna do Ministério da Justiça atingiu em cheio o Conselho, que ficou com apenas dois funcionários para atendê-lo. Além disso, perdeu o *status* adquirido e foi rebaixado dentro da estrutura do Ministério. O Decreto Nº. 2.802, de 13 de outubro de 1998, no art. 9º., inciso XII do anexo que trata da estrutura regimental do Ministério da Justiça, previa que o CNDM passaria a ser subordinado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos:

Art. 9º- À Secretaria Nacional dos Direitos Humanos compete:
XII - coordenar os Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Nacional dos Direitos da Mulher e o Núcleo de Acompanhamento do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Sem responder diretamente ao Ministério da Justiça e coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos, o CNDM continuou sem caráter executivo, ou seja, um mero interlocutor do governo.

Obedecendo ao Regimento Interno do Conselho, próximo ao término de seu mandato, que expiraria em 10 de maio de 1999, Rosiska Darcy iniciou o processo de transição para uma nova composição do Conselho. Devido ao seu desempenho como gestora, as conselheiras do CNDM enviaram uma carta ao Presidente da República pedindo a recondução de Rosiska Darcy para continuidade no cargo. Em carta aberta aos movimentos de mulheres, datada de 03

²⁵⁸ *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 78.

²⁵⁹ Art. 4º. da Lei Nº. 9.713, de 25 de novembro de 1998. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9713.htm. Acesso em Agosto de 2010.

de maio de 1999²⁶⁰, Rosiska Darcy recusou a iniciativa e agradeceu a confiança: “Apesar de honrada e comovida por esta manifestação de apreço, tenho a convicção de que a renovação da presidência é a opção mais adequada, razão pela qual tomo a decisão de excluir meu nome deste processo de consulta.²⁶¹”

No relatório elaborado ao final de seu mandato, documento intitulado *MEMÓRIA: Gestão 95/99 – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, Rosiska Darcy destaca que este não se trata de um relatório convencional, mas um documento historiográfico diferenciado:

Optamos por registrar os atos eloqüentes, os embates políticos, algumas vitórias que nos permitem celebrar o progresso de uma idéia, de uma causa com que convivemos todas nós, as conselheiras do CNDM, no decorrer de nossas vidas. Optamos pela memória. De memória histórica carecem as mulheres e foi essa ausência que permitiu ou agravou nossa coletiva invisibilidade. Chegamos ao fim do nosso mandato no último ano do século que passará à história como aquele em que as mulheres entraram, enfim, na humanidade visível. Fomos minúsculas peças no mosaico com que as mulheres desenharam, mundialmente, um rosto político²⁶².

O documento mencionado detalha as ações realizadas pela gestão de Rosiska Darcy. Considerando o CNDM um mecanismo institucional frágil e desproporcional em relação à sua missão política, o relatório também apresenta uma proposta coerente de reformulação institucional do CNDM, indicando a necessidade de “uma instância clara e específica de interlocução com o Conselho facilitaria sobremaneira a mobilização dos órgãos governamentais competentes para assegurar o encaminhamento operacional das iniciativas propostas pelo CNDM.²⁶³” Ou seja, o relatório pode ser entendido como uma forma de pressionar o governo com intuito de abrir o debate sobre a criação de um Ministério - ou uma Secretaria - específico para as mulheres; instância que será criada, finalmente, na gestão seguinte.

Indicada por Rosiska Darcy de Oliveira com a anuência do corpo deliberativo do Conselho, a conselheira Solange Bentes Jurema foi nomeada por Fernando Henrique Cardoso para presidir o CNDM.

Em 19 de Outubro de 1999, seguindo as regras do Regimento Interno do CNDM, foi designada uma nova composição do Conselho. Assumiu como presidenta Solange Bentes

²⁶⁰ Reprodução desta carta no Anexo 77.

²⁶¹ Informações extraídas do documento: *MEMÓRIA: Gestão 95/99 – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*, p. 59

²⁶² Idem, p. 4

²⁶³ Idem, p. 58

Jurema e foram eleitas as conselheiras: Carmen Rocha Dias, Margarida Bulhões Pedreira Genevois, Sônia Maria Rabello Doxsey, Maria de Fátima Oliveira Ferreira, Maria Aparecida Medrado, Wânia de Jesus Sant'anna, Jussara Reis Prá, Tânia Di Giácomo do Lago, Maria Aparecida de Laia, Ana Maria de Farias Lira, Maria das Graças Lopes de Castro, Maria Regina Purri Arraes, Clair Castilhos Coelho, Irani Barbosa dos Santos, Leci Brandão da Silva, Maria Josefina Januzzi Moreira, Maria Vanete Almeida, Milda Lourdes Pala Moraes, Regina Festa, Eva Wilma Buckup, Nívea Barbosa Chagas, Lucia Regina Florentina Souto e Elza Pereira Correa Muller.

Solange Bentes Jurema é advogada e Procuradora aposentada do Estado de Alagoas. Em 1987, a alagoana presidiu a Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), ano que marcou seu despertar para a luta em defesa dos direitos da mulher: *“Eu sempre me interessei muito, eu sempre fui militante em Direitos Humanos. Mas eu nunca tinha percebido a grande diferença dos Direitos Humanos para questão de gênero mesmo, do direito das mulheres. A partir de 1987, mais ou menos, eu passei a fazer parte, eu fazia parte do Conselho da OAB, aqui em Alagoas. E aí fundamos aqui a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, aqui em Alagoas. Daí eu comecei a, dentro dessa Associação que eu entrei, depois eu fui presidir essa Associação aqui em Alagoas. Logo em seguida que nós fundamos aqui, eu assumi a presidência local e terminei, depois, por assumir a presidência nacional. [...] E aí, desse momento, eu comecei a estudar mais a questão dos direitos da mulher e a questão de gênero. Fui percebendo que, mesmo quando você milita em Direitos Humanos, e mesmo os militantes de Direitos Humanos, eles não têm (pausa), nem sempre os Direitos Humanos contemplam a questão de gênero, a questão da mulher. E aí eu fui me interessando, e fui me apaixonando pela causa da mulher. Como eu era presidente nacional da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, que foi mais ou menos em 1999, eu acho. Não me lembro bem o ano, acho que 96 ou 97, por aí. Com isso, eu fui fazer parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Aí eu mandei, formalizei mesmo, o pedido que eu gostaria que a entidade fizesse parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e foi aceito. Nós fizemos parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que na época a presidente era a Rosiska. E, com isso, eu comecei a freqüentar o Conselho, acho que 96 ou 97, e fazer parte, como conselheira, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e comecei (pausa) A Rosiska, quando não podia ir em algum lugar, pedia para eu representá-la. E eu me entrosei muito bem com todas as outras demais conselheiras.”²⁶⁴*

²⁶⁴ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

Sobre as medidas tomadas pelo Executivo durante a gestão anterior, Solange Bentes Jurema lembra o visível propósito de esvaziamento do Conselho:

(...) face às reformas administrativas do Estado, era cada vez mais difícil gerir o CNDM com status de executor de políticas públicas sem status de governo. Ou seja, eram cada vez maiores as barreiras para que as mulheres executassem programas e desenhassem políticas de governo sem estrutura, sem orçamento próprio e sem instâncias reais de negociação com o poder. (JUREMA, 2004, p. 4)

Em 1999, o CNDM não tinha orçamento próprio e sua estrutura administrativa era insuficiente. Pode-se inferir que o governo federal possuía uma grande dificuldade em entender a importância deste órgão, que não possuía, mas fazia as vezes de estrutura institucional com caráter executor de políticas públicas. Solange Bentes Jurema recorda a situação do Conselho à época de sua posse: *“Assumi o Conselho em outubro de 99, com apenas duas funcionárias e um orçamento anual de cerca de 200 mil reais. Além disso, a inexistência de um órgão executor das políticas de gênero fazia o Conselho assumir tarefas executivas, numa evidente distorção de seu papel, fundamentalmente de órgão de aconselhamento e orientador de políticas. As primeiras providências que tomamos foram as negociações para aumentar os recursos orçamentários e permitir que as conselheiras fossem indicadas pelos movimentos de mulheres, independente de suas vinculações político-partidárias. A escassez de funcionárias e de dinheiro era suprida pelo trabalho voluntário das Conselheiras. Em 2000, o Ministério da Justiça teve uma reestruturação administrativa, e aí alguns tecnocratas tentaram novamente esvaziar o Conselho. Nessa hora, tivemos o apoio decisivo da Dra. Ruth Cardoso, o que permitiu que saíssemos fortalecidas, apesar da penosa negociação. Era o ano em que a ONU realizava a reunião **Beijing +5**, e essa conquista foi importante. Foi criada então uma estrutura executiva para o Conselho, com um quadro composto de 10 funcionários, além da possibilidade de contratação de 3 consultoras, e o orçamento foi imediatamente elevado.²⁶⁵”*

Ainda em 1999, Solange Bentes Jurema iniciou uma negociação com a Secretaria de Direitos Humanos para viabilizar o fortalecimento administrativo e financeiro do Conselho. Outras frentes de articulação também começaram a ser realizadas com a bancada feminina do Congresso Nacional e com os demais Ministérios do governo, com o objetivo de firmar

²⁶⁵ Solange Bentes Jurema em entrevista ao informativo “Mulheres em Pauta”, boletim eletrônico de produção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ANO II - Número 11. Disponível em: <http://200.130.7.5/informativo2/informativo2/informativo8.asp?Edicao=11> Acesso em Julho de 2010.

convênios e acordos de cooperação²⁶⁶. Lembra Solange Bentes que os trabalhos realizados eram feitos de forma voluntária: “*O Conselho não tinha força, não tinha estrutura administrativa, mas as conselheiras supriam. E a gente institucionalizou várias políticas, mesmo com precárias condições. Mas as conselheiras faziam os projetos, redigiam os ofícios, nos reuníamos em Brasília, fazíamos um monte de coisas que deveriam estar sendo feitas por uma estrutura remunerada. Nós suprimos isso.*”²⁶⁷”

Cinco anos após a realização da *IV Conferência Mundial da Mulher*, em 2000, o Brasil deveria apresentar à 23ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas um relatório nacional sobre a implementação da *Plataforma de Ação de Beijing*. Esta 23ª Sessão, que teve como tema *Mulheres do ano 2000: igualdade de gênero, desenvolvimento e paz para o século XXI*, ficou mundialmente como *Beijing +5* e tinha por objetivo avaliar avanços e dificuldades no processo de aplicação da *Plataforma de Ação*. Lembra Solange Bentes que o CNDM estava inviabilizado estrutural e financeiramente; “*Foi quando Dona Ruth disse: “não vou chefiando a delegação brasileira se não melhorarem a condição do Conselho”. Isso no início do ano de 2000. Aí, nessa mesa, que eu estou lhe dizendo, que eu não me lembro a data que foi, quando o Dr. José Gregório assumiu o Ministério da Justiça, uma semana depois que ele assumiu o Ministério, e aí eles resolveram melhorar a condição de estrutura do Conselho. Aí a Ceres, que era da Secretaria do Ministério do Planejamento, disse: o Ministério tem a condição de repassar 10 cargos. Então, foi um momento, assim, de grande melhoria do Conselho. E com esse corpo técnico que nós recebemos, nós pudemos fazer uma série de coisas, porque aí nós tínhamos um corpo técnico para estruturar, para pensar, para ir lá. Aí foi criado uma Secretaria Executiva e mais 9 funcionários passaram a compor o Conselho.*”²⁶⁸”

Beijing +5 foi realizada entre 5 e 9 de Junho de 2000 na sede da ONU em Nova Iorque. Participaram dessa conferência todos os Estados membros das Nações Unidas, os membros associados de Comissões Econômicas Regionais, Organismos Especializados de Nações Unidas e Organizações Não-Governamentais do mundo todo:

Defensores de direitos e ativistas feministas de mais de 1.000 organizações não-governamentais reuniram-se com delegados governamentais de 148 países para examinarem o progresso alcançado desde a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher e decidiram tomar outras medidas necessárias para acelerar a implementação da “Declaração de Beijing” e da “Plataforma de Ação”²⁶⁹.

²⁶⁶ *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”*, 2002, p. 9

²⁶⁷ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ Informações extraídas do site http://www.iciieg.cv/files/00364_confer.pdf. Acesso em Julho de 2010.

A internacionalização das demandas feministas ocorreu em um contexto de aceleração da globalização e crescente hegemonia do movimento econômico neoliberal. Essa realidade apresentou novos desafios aos órgãos governamentais comprometidos com a questão de gênero. No relatório apresentado pelo Brasil em *Beijing +5*, a ação do Governo Federal foi avaliada, sob a perspectiva de gênero, em 12 áreas consideradas críticas na *Plataforma*: educação, saúde, equidade, violência, economia, poder, política, mecanismos institucionais para o avanço das mulheres, direitos humanos, mídia, crianças e adolescentes. Em cada área foram apresentados os avanços e os principais obstáculos para a expansão dos direitos das mulheres no país. Dentre os entraves apresentados destacaram-se o déficit de mecanismos governamentais em termos de poder e infra-estrutura, a exemplo dos limites financeiros de estrutura e de pessoal do CNDM²⁷⁰.

Como em *Beijing +5* foram ratificados os compromissos assumidos na *Plataforma de Ação*, o governo brasileiro se viu forçado a cumprir a convenção acordada “de igualdade entre homem e mulher rumo a um desenvolvimento equilibrado sustentado, sem discriminação e sem desigualdade”, conforme foi declarado na recomendação de Conferência de *Beijing +5*:

Na época, os governos participantes se comprometeram a mobilizar recursos para a implementação da Plataforma de Ação, o mais completo produzido numa conferência das Nações Unidas com relação aos direitos das mulheres. Ele incorpora tratados anteriores, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher, produzido pelo Comitê sobre Discriminação contra a Mulher da Organização das Nações Unidas (CEDAW), assinada em 1979.²⁷¹

Com o apoio irrestrito da Dra. Ruth Cardoso - que chefiou a delegação brasileira à primeira reunião de avaliação da *IV Conferência Mundial da Mulher* - e o empenho da Dra. Ceres Prates, Secretária de gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Conselho recebeu uma nova estrutura administrativa com condições de operacionalidade para propor, implementar e avaliar políticas públicas destinadas à promoção da igualdade de gênero. Por meio de um rearranjo institucional, em 26 de junho de 2000, por meio do Decreto Nº. 3.511, o governo federal criou uma secretaria executiva vinculada ao CNDM, mas subordinada hierarquicamente à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Dessa forma, o Conselho deixou de ser, formalmente, um órgão deliberativo e passou a contar com um corpo

²⁷⁰ Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”, 2002, p. 39

²⁷¹ Idem.

técnico formado por gerente de programa e de planejamento, orçamento e logística, coordenadores (inclusive para cooperação com Organismos Internacionais), assistentes e colaboradores. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizou também recursos humanos e financeiros por meio de convênios de cooperação para a execução de diversos trabalhos; entre eles a organização de um banco de dados e a realização de pesquisas sobre o funcionamento das DEAM's e sobre a violência contra as mulheres.

Além dessas iniciativas, o CNDM esteve por trás de um verdadeiro *lobby* para aumentar o número de mulheres desembargadoras. Em 2000, o CNDM entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma lista sêxtupla com indicação de nomes para ocupar o cargo de ministra do Supremo Tribunal Federal, até então composto exclusivamente por homens:

Ellen Graice Northfleet foi escolhida entre as indicações para ser a primeira brasileira no STF. Juntou-se à outras quatro ministras das instâncias superiores do judiciário brasileiro: Eliana Calmon, Fátima Nancy Andrighi e Laurita Hilário Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Maria Cristina Irigoyenm do Tribunal Superior do Trabalho (TST)²⁷².

Com o objetivo de fortalecer a cidadania feminina por meio de ações governamentais, o CNDM elaborou, de forma original, uma análise do *Programa Avança Brasil – Plano Plurianual* (PPA 2000-2003). O estudo realizado foi entregue no dia 8 de março de 2001 para o presidente Fernando Henrique Cardoso, com propostas concretas e pontuais para a inclusão de políticas de gênero nas ações do governo em temas como: educação, campo, saúde, ciência e tecnologia, telecomunicações, cultura, infra-estrutura urbana e habitação, trabalho e direitos humanos e combate à violência contra a mulher. As propostas do CNDM para incluir a perspectiva de gênero em 25 (vinte e cinco) programas federais intensificaram o processo de negociação política entre o Conselho e o governo. Entretanto, o desenho institucional do órgão era incompatível com as atividades a que se propunha, afinal, um Conselho não tem caráter executivo para promover mudanças legais e propor efetivamente políticas públicas, embora represente a Sociedade Civil na interlocução com o governo: “Era preciso mais poder dentro do Governo e orçamento próprio para que pudesse cumprir adequadamente o papel de formular, implementar e monitorar políticas públicas para a promoção de igualdade de gênero e justiça social.²⁷³”

²⁷² *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”, 2002, p. 62*

²⁷³ *Idem, p. 16*

Ainda em 2000, o CNDM assinou um protocolo de intenções com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Este documento tinha o objetivo de aumentar, de forma progressiva, o número de mulheres ocupando cargos em todos os níveis hierárquicos. Cumpre ressaltar que essa parceria já havia sido firmada em 1998 com o extinto Ministério da Administração e Reforma do Estado com a implementação do *Programa Nacional de Promoção da Igualdade no Setor Público* (Exposição de Motivos Nº. 119, de 05 de março de 1998), que visava:

(...) corrigir as desigualdades no Poder Público denunciadas no levantamento estatístico sobre a situação do funcionalismo público, encomendado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. As disparidades entre homens e mulheres refletem-se nos seguintes números. Em 1998, 44% dos empregados no Serviço Público Federal eram mulheres, mas somente 13% das funções superiores eram ocupadas por mulheres. Além da desigualdade de gênero, há outro dado preocupante, a desigualdade de cor/raça: das mulheres que recebiam DAS (cargos de Direção e Assessoramento Superior), 82,80% eram brancas.

Fundamentada no Programa Nacional de Igualdade de Oportunidade na Função Pública, a Portaria nº 2.870, de 28 de setembro de 1998, do Ministério da Administração e Reforma do Estado recomendou que 30% das funções superiores deveriam ser preenchidos por mulheres bem como a realização de cursos de capacitação e workshops com o enfoque de gênero para funcionárias do Serviço Público Federal. O curso Programa Gerencial para Mulheres na Função Pública foi desenvolvido num primeiro momento pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e logo depois pela Escola Nacional Administração Pública (ENAP) onde vem sendo realizado regularmente. Seu objetivo é o aperfeiçoamento e desenvolvimento gerencial das servidoras, capacitando-as para o exercício de liderança em níveis decisórios no ambiente da administração pública para promoção da igualdade de oportunidades²⁷⁴.

Em 2001, durante as comemorações do dia 8 de março, Solange Bentes Jurema voltou a enfatizar a necessidade da criação de “um órgão gestor de governo para a execução de políticas públicas de gênero.”²⁷⁵ Recorda a ex-presidenta: “*Eu sempre trabalhei com a questão da gestão pública, como que funcionava a gestão pública. Então, quando eles reclamavam que a estrutura não funcionava, que precisava fortalecer o Conselho, eu dizia: “gente, não adianta fortalecer o Conselho, o problema é que a gente não tem um braço Executivo, não tem autonomia. E autonomia a gente só vai ter com uma Secretaria”. [...] E aí eu comecei a batalhar. Algumas me apoiavam, outras não, por que existia aquela história*

²⁷⁴ Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher. Brasília, 2002. p. 101.

²⁷⁵ Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”, 2002, p. 16

cultural de que o Conselho, quando foi criado, ele foi uma grande conquista. Ele representou uma grande conquista para as mulheres. Então, muitas conselheiras tinham aquele apego ao nome Conselho da Mulher, e não percebiam que o Conselho, dentro daquele momento de gestão, era uma estrutura que não preenchia mais a necessidade que a gente tinha, porque eram tantas as políticas a serem implantadas para as mulheres que, na verdade, precisava de um órgão executivo mesmo. E aí começamos a batalhar por isso. [...] a gente precisava de um órgão que tivesse poder político para negociar essa transversalidade, e que o Conselho não tinha esse poder político. Por que? Porque ele não sentava na mesa dos outros Ministros. Ele não participava de reunião ministerial, então ele não tinha essa possibilidade, nem essa força política de fazer essa negociação.²⁷⁶”

Um grande avanço em relação aos direitos das mulheres também foi obtido em 2001²⁷⁷. Foi aprovado e sancionado, em agosto de 2001, após 26 anos de tramitação no Congresso Nacional, o Novo Código Civil Brasileiro, que representou inegável avanço ao adequar a legislação civil à Constituição Federal, especialmente no que diz respeito ao princípio da igualdade entre homens e mulheres e

(...) inova na medida em que elimina normas discriminatórias de gênero, como, por exemplo, as referentes à chefia masculina da sociedade conjugal; à preponderância paterna no pátrio poder e à do marido na administração dos bens do casal, inclusive dos particulares da mulher; à anulação do casamento pelo homem, caso ele desconheça o fato de já ter sido a mulher deflorada; e à deserdação de filha desonesta que viva na casa paterna.

Inova, ainda, ao introduzir expressamente conceitos como o de direção compartilhada, em vez de chefia masculina na sociedade conjugal; como o de poder familiar compartilhado, no lugar da prevalência paterna no pátrio poder; substitui o termo "homem", quando usado genericamente para referir ao ser humano, pela palavra "pessoa"; permite ao marido adotar o sobrenome da mulher; e estabelece que a guarda dos filhos passa a ser do cônjuge com melhores condições de exercê-la; e outros aspectos.²⁷⁸

²⁷⁶ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

²⁷⁷ É importante mencionar que o Código Penal Brasileiro só vai ser alterado em 07 de agosto de 2009, com a Lei Nº. 12.015. Esta lei alterou substancialmente o Título VI da parte especial do Código, a começar pela nomenclatura “DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES” que deixou de existir, cedendo espaço para “DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL”. A referida lei avançou no sentido do respeito à dignidade das mulheres quando deixou de considerar os crimes de estupro e o atentado violento ao pudor como sendo crimes contra os costumes. A lei alterou ainda os dispositivos legais referentes aos crimes sexuais contra vulnerável, do lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outras formas de exploração sexual.

²⁷⁸ *Relatório Nacional Brasileiro. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*. Brasília, 2002. p. 201.

Com o reconhecimento da força política que as mulheres representavam, em termos nacionais e internacionais, Solange Bentes Jurema iniciou uma batalha que resultaria na criação da *Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher* (SEDIM). Recorda a ex-presidenta: *“Começou uma longa negociação, depois de Beijing. A partir de 2000, nós começamos a negociar, porque ficou muito claro quando saiu aqui, esse relatório, o relatório nacional [...] a fragilidade que era, que tinha o Conselho, como instituição de políticas públicas para as mulheres. [...] Então, começou essa negociação. E o Ministério da Justiça, claro que tinha uma total aversão a isso²⁷⁹.”*

Sem esperanças de ver sua negociação render frutos junto ao Executivo, Solange Bentes Jurema comenta: *“Eu me lembro que, uma vez, eu disse para ele assim: “Olha, Presidente, eu tenho muita pena que não seja o senhor a criar a Secretaria da Mulher, porque essa Secretaria vai ser criada pelo próximo Presidente. E o senhor, que é um homem tão democrático, que tem uma mulher como Dona Ruth, que fez um marco na história na brasileira dos Direitos Humanos, criando a Secretaria dos Direitos Humanos, o senhor vai perder a oportunidade de ter sido o senhor que a criou.” Isso eu disse para ele em dezembro de 2001, porque eu já não tinha mais esperança. No dia 8 de março, ele me chamou para um almoço, com várias artistas, até a Revista Caras tirou foto e, nesse almoço, ele anunciou que ia criar a Secretaria da Mulher, no dia 8 de março de 2002²⁸⁰.”*

Com um intenso trabalho de reaproximação e articulação com os movimentos feministas, Solange Bentes conseguiu convencer boa parte desses movimentos de que a criação de uma Secretaria específica para as mulheres poderia ser um importante instrumento para o avanço no posicionamento, legitimidade e institucionalização das políticas públicas de gênero, o que aumentaria ainda mais o poder de articulação do CNDM dentro e fora da esfera governamental. De certa forma, a criação da SEDIM garantiria a atenção do governo para as questões de gênero de uma forma transversal, ou seja, estabelecendo parcerias com todos os órgãos do Executivo e trabalhando em parceria com o Movimento de Mulheres, Judiciário e Congresso Nacional.

A partir das investidas de Solange Bentes e com a pressão exercida por diversas redes nacionais de mulheres, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou, em 2002, a Secretaria

²⁷⁹ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

²⁸⁰ Idem.

de Estado dos Direitos da Mulher, com *status* de Ministério, por meio da Medida Provisória Nº. 37, de 8 de Maio de 2002²⁸¹, mas ainda subordinada à pasta da Justiça:

Art. 1º Fica criada, na estrutura do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

Art. 2º Fica criado o cargo de natureza especial de Secretário de Estado dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único. A remuneração do cargo de que trata o caput é a percebida pelos demais Secretários de Estado da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios, conforme legislação vigente.

A primeira Ministra de Estado da SEDIM foi Solange Bentes Jurema, nomeada por Fernando Henrique Cardoso. Recordo Solange Bentes Jurema que o convite se deu de uma maneira surpreendente: *“Foi interessantíssimo, que eu estava na maternidade com minha filha, o primeiro filho dela, quando o presidente Fernando Henrique ligou. A primeira reação que você tem: o presidente quer falar com a senhora e, como era primeiro de abril, eu pensei não deve ser. Não pode ser. (risos) Mas aí eu reconheci a voz dele. Ele falou: “Olha, Solange, eu vou mandar a medida provisória. Queria que você estivesse aqui amanhã”, que era quando ele ia anunciar os novos Ministros, “porque eu já vou anunciar o seu nome”. Aí eu falei: “Olha, presidente, é o seguinte: eu não vou poder estar aí, porque a minha filha acabou de ter neném e eu vou deixar o senhor muito à vontade, porque é mais fácil o senhor arranjar outra Ministra, mas a minha filha não tem como arranjar outra mãe.” (risos) Ele começou a rir e falou: “Não, eu entendo que isso é uma questão de gênero.” (risos) Ele até levou na brincadeira e disse: “Não tem problema nenhum, eu entendo.” Eu disse: “Eu só vou poder estar aí na próxima semana, mas essa semana eu não posso deixar minha filha.” Era uma segunda-feira que nasceu meu neto, segunda-feira 01 de abril, e aí ele anunciou. Mas, inclusive, tem um detalhe: nós estávamos, a nossa expectativa, é que ele criasse uma Secretaria Nacional dentro do Ministério da Justiça, como tinham outras secretarias nacionais, porque a Secretaria de Estado tinha status de Ministério. A Secretaria Nacional não tinha status de Ministério. Então, quando ele anunciou, no Planalto, acho que no dia 02 ou 03, a Secretaria de Estado do Direito da Mulher foi uma surpresa para todas nós conselheiras, inclusive para mim. Ele falou isso para mim no telefone, mas não, né... (pausa) Eu estava, no dia, muito perturbada, então eu não captei que era uma Secretaria de Estado.*

²⁸¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/Antigas_2003/103.htm Acesso em Janeiro de 2008.

*Foi quando ele anunciou: foram mil telefonemas para mim. Solange, Solange foi uma Secretária de Estado!*²⁸²”

A criação da SEDIM foi aprovada por unanimidade no Senado Federal e na Câmara dos Deputados: “Dos 48 senadores presentes na votação da Medida Provisória Nº. 37, de 8 de maio de 2002, 10 fazem questão de discursar sobre a decisão histórica que tomam, naquele momento, em defesa dos direitos da mulher no Brasil.²⁸³” Esta medida foi criticada pela sua demora, mas aplaudida por ser posta em prática, conforme descreve o relatório da gestão de Solange Bentes Jurema sobre os discursos proferidos pelos Deputados(as) e Senadores(as):

(...) proferidas dois meses antes da votação do segundo turno da eleição presidencial de 2002, as falas contêm elogios à iniciativa pioneira do governo Fernando Henrique Cardoso e críticas ao fato de que ela só é tomada no último ano de seu mandato como presidente da República. Todos os discursos, no entanto, ignoram o momento de disputa político-partidária acirrada em função das eleições ao concordar em um ponto: o órgão representa um instrumento legítimo, decisivo e imprescindível para pautar a questão da mulher nas ações do governo²⁸⁴.

Para Solange Bentes Jurema, a criação da SEDIM, com *status* de Ministério, no último ano de governo de FHC consiste em uma vitória obtida pela conjugação de diversos fatores, ou seja:

(...) é resultado da capacidade de negociação do CNDM, da visão de estadista e do compromisso democrático externados pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A SEDIM poderia não ter acontecido, mas ao ser criada em 2002 e aprovada por unanimidade por todos os partidos políticos no Congresso Nacional, adquiriu força de lei e o reconhecimento dos poderes constituídos deste país. Com isso, garantiu-se às mulheres assento no governo e, portanto, a possibilidade de se construir mecanismos de gestão e de governabilidade em gênero para a prática de uma democracia verdadeiramente inclusiva e menos sexista²⁸⁵.

A SEDIM possuía como missão viabilizar políticas públicas “visando a equidade de gênero e o direito às diferenças, para melhoria da qualidade de vida das mulheres.²⁸⁶” Entre seus objetivos estava planejar e publicar o *Plano Nacional dos Direitos da Mulher*; criar e fortalecer uma rede de intercâmbio e cooperação internacional; apoiar as redes regionais e

²⁸² Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

²⁸³ *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”*, 2002, p. 20

²⁸⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁸⁵ Idem, p.4

²⁸⁶ Idem, p. 16

municipais de mecanismos institucionais de defesa dos direitos da mulher; e cumprir agenda de trabalho estabelecida com o CNDM²⁸⁷.

Com a criação da SEDIM, havia a perspectiva de que este órgão tivesse a capacidade não só de executar as políticas públicas, mas de demonstrar a importância e a legitimidade de uma representação de mulheres nas mais altas instâncias do poder, conforme destacou a primeira Ministra da SEDIM:

A partir de agora, compete às mulheres brasileiras um outro patamar do agir político e social, o exercício da governabilidade em gênero e a construção de novos mecanismos de gestão, monitoramento, avaliação e transparência da coisa pública. As bases para isso estão encaminhadas e fazem parte do Programa de Transição da SEDIM para o futuro governo²⁸⁸.

Na solenidade de posse de Solange Bentes Jurema como Ministra de Estado da SEDIM, o então Ministro da Justiça Miguel Reale Jr destacou que “(...) embora haja muitos preconceitos a vencer, as conquistas das mulheres foram a maior revolução do Século XX.²⁸⁹”

Ao longo da gestão de Solange Bentes Jurema é possível observar conquistas diferenciadas e abrangentes, as quais marcaram sua atuação à frente do Conselho, entre elas:

- a) Entre 1999 e 2002 o CNDM fez o gerenciamento do *Programa de Combate e Prevenção à Violência Doméstica e Sexual*, atuando junto à DEAM's;
- b) Promoção, entre setembro de 2000 e março de 2001, da *Pesquisa Nacional sobre as Condições de Funcionamento das DEAM's*;
- c) Participação, junto com o movimento de mulheres, da elaboração da segunda versão do *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH II)* para a incorporação de questões de gênero às metas do programa;
- d) Participação da *Reunião Especializada de Mulheres do MERCOSUL (REM)*, onde Solange Bentes Jurema atuou como Presidente pró-tempore²⁹⁰ no ano de 2002;
- e) Realização, em Julho de 2001, em parceria com o SEBRAE, da *Semana da Mulher Empreendedora: mulheres do campo e da cidade em busca de novas oportunidades de renda*²⁹¹;

²⁸⁷ Idem, Ibidem.

²⁸⁸ Idem, p.5

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Expressão latina utilizada na linguagem jurídica para indicar a vigência de um cargo ou situação transitória. (ACQUAVIVA, 2004, p. 793)

- f) Articulação e coordenação de ações de apoio à implantação de casas-abrigo com as redes de entidades governamentais e não-governamentais para proteção às mulheres em situação de violência e risco de vida;
- g) Participação, em 2002, dos seguintes eventos: *Foro de Intercâmbio de Experiência sobre Institucionalidade*, na Guatemala; *II Congresso Mundial de Mulheres Rurais*, na Espanha, e *IX Fórum Internacional da AWID/Reinventar a Globalização, Novos Desafios e Soluções*, no México;
- h) Edição e distribuição de 3000 exemplares do *Relatório Nacional Brasileiro: Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher*²⁹², cumprindo o compromisso assumido na CEDAW;
- i) Promoção, no segundo semestre de 2000, da *IV Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL*, realizada no Rio de Janeiro;
- j) Participação, em dezembro de 2002, do *Seminário sobre Governabilidade e Gênero*, realizado pela SEDIM e CEPAL, com o apoio da UNIFEM, realizado em Brasília;
- k) Participação, junto com os conselhos estaduais e municipais e a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, em 2001, da *III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, realizada em Durban, na África do Sul;
- l) Oficialização de protocolos de cooperação com Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional dos Seringueiros, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Integração Nacional;
- m) Criação de uma estrutura inédita de comunicação e informação para as mulheres, com monitoramento dos principais jornais e noticiários em TV e rádio do país; criação do sítio eletrônico do CNDM e da SEDIM com *links* informativos e banco de dados;
- n) Promoção da campanha nacional *Mulheres sem medo do poder*;
- o) Promoção da campanha nacional *Nem mais um minuto - Quebreemos o silêncio*;
- p) Promoção da campanha nacional *Depois de um século de lutas, chegou a hora de um século de igualdades*;
- q) Realização do *Seminário Mulher e Mídia*;

²⁹¹ Cartaz do evento reproduzido no Anexo 78.

²⁹² Capa deste relatório reproduzido no Anexo 79.

- r) Publicação da Cartilha *Mulher ostomizada - você é capaz de manter o encanto*;
- s) Promoção do dia 25 de Novembro como o *Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher*;
- t) Publicação do informativo *O Papel da Mulher*;
- u) Elaboração da cartilha *Diretrizes para a criação dos conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher*, documento que define as principais atribuições, competências e procedimentos para a criação de Conselhos.

Mesmo com a realização de todos esses eventos e campanhas, Solange Bentes Jurema acredita que:

O grande marco de nossa gestão foi, sem dúvida, a criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), com status de Ministério. Isso deu uma outra dimensão à questão das políticas públicas para as mulheres, no Brasil. Outra coisa, também muito importante, foi a gente conseguir colocar a Secretaria dentro da transição entre os governos. Essa transição foi facilitada graças a um projeto de Governabilidade em Gênero elaborado em conjunto com a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Por fim, as negociações políticas suprapartidárias com os movimentos de mulheres, com o movimento feminista, com a bancada feminina do Congresso, com o próprio governo, etc., também foram um marco importante. Tenho convicção de que foram essas negociações - que demandaram um enorme esforço de tempo e paciência - que possibilitaram a criação do nosso Ministério (Secretaria de Estado)²⁹³.

As diferenças nos processos de criação da CNDM e da SEDIM revelam o amadurecimento democrático nas relações da sociedade com o Estado e as novas formas de militância feminista. O Conselho pode ser considerado o produto de uma ampla mobilização social, ou seja, um órgão de expressão da sociedade civil - uma instância pluripartidária dentro do Estado subordinada ao Ministério da Justiça, cuja presidenta respondia ao Presidente da República. Já a SEDIM é o produto de um processo de negociação realizado dentro dos meandros estatais, sendo parte integrante da estrutura do governo e, à frente de sua administração, uma Ministra de Estado respondendo diretamente ao Presidente da República.

A autoridade conferida à SEDIM suscitou um importante questionamento em relação ao Conselho: qual o papel e as funções que o CNDM passaria a assumir frente à SEDIM?

²⁹³ Solange Bentes Jurema em entrevista ao informativo “Mulheres em Pauta”, boletim eletrônico de produção da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ANO II - Número 11. Disponível em: <http://200.130.7.5/informativo2/informativo2/informativo8.asp?Edicao=11> Acesso em Julho de 2010.

A criação da SEDIM demonstrou que as reivindicações iniciadas em 1985 - de criação de um Ministério das Mulheres - eram legítimas e necessárias. Somente a institucionalização de um órgão com força executiva é capaz de transversalizar as políticas públicas para as mulheres. Nesse sentido, destaca Solange Bentes Jurema: “(...) *a gente precisava de um órgão que tivesse poder político para negociar essa transversalidade, e que o Conselho não tinha esse poder político. Por que? Porque ele não sentava na mesa dos outros Ministros. Ele não participava de reunião ministerial, então ele não tinha essa possibilidade, nem essa força política de fazer essa negociação. E eu senti muito a diferença de quando eu fui só presidente do Conselho, de quando eu passei a ser Ministra. Era da água pro vinho a diferença de capacidade de negociação, porque você, como Ministra, você participa das reuniões ministeriais, você participa dos eventos como Ministra, junto com os outros Ministros. Então, são todos momentos que facilitam a sua articulação para que as políticas sejam transversalizadas nos Ministérios. Então, eu posso lhe dizer que foi a diferença da água para o vinho.*”²⁹⁴”

A institucionalização da Secretaria trouxe consigo novos desafios em relação à governabilidade, uma vez que a luta de seus agentes históricos, entre eles o CNDM, não foi desvinculado de seu âmbito de atuação. O Conselho não foi desativado; sendo uma instância inaugural na máquina governamental, a SEDIM precisaria da “bagagem histórica” de experiências do Conselho para formar seus alicerces. Neste cenário, o CNDM passou a atuar efetivamente como órgão deliberativo. Vale lembrar que, pela inexistência de um braço executivo dentro do governo, o Conselho, ao longo de sua existência, muitas vezes cumpria funções paraestatais, ou seja, mesmo dotado de uma reduzida infra-estrutura, cabia ao CNDM formular, implementar, dirigir e executar ações e políticas públicas. Nesse novo contexto, o Conselho passou a atuar conforme sua finalidade legal, ou seja, suas atribuições passaram a ser de deliberação coletiva para articular, organizar e avaliar as agendas dos movimentos feministas em consonância com a agenda governamental.

Consistiu também um desafio à SEDIM a sua materialização. A Secretaria foi criada sem diretrizes para sua normatização, ou seja, sem estrutura física e orçamentária. Com isso, houve a necessidade de um reordenamento interno do CNDM:

(...) com relação ao Conselho, era necessário reorientar a estrutura, ampliar os programas de combate à violência contra a mulher e ter clareza sobre o papel do Conselho, segundo lei federais. Com relação à Secretaria, era urgente implantar a estrutura funcional e espacial,

²⁹⁴ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

aprovar sua lei de criação pelo Congresso Nacional para que, então, ela pudesse finalmente funcionar de acordo com as normas do Governo e do Ministério da Justiça²⁹⁵.

Em agosto de 2002, foi iniciada a campanha eleitoral para a Presidência da República e contava com quatro principais candidatos ao pleito: Luiz Inácio Lula da Silva, José Serra, Ciro Gomes e Anthony Garotinho; venceu, em segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva. Durante o processo eleitoral que acabou por eleger Lula à Presidência pode-se perceber uma mudança de enfoque em sua campanha. Houve certo reconhecimento da importância eleitoral e política das mulheres; afinal, em 2002, havia 3.969.497 mulheres eleitoras em contraste aos 3.533.789 homens eleitores (aproximadamente 51,8% de mulheres para 48,2% de homens)²⁹⁶.

Com a chegada de Lula à Presidência, havia a expectativa sobre a manutenção da institucionalização da SEDIM como órgão responsável pelas políticas para as mulheres na esfera federal. Mesmo com o pouco tempo de existência (de maio a dezembro de 2002), a SEDIM foi capaz de iniciar seu diálogo com a sociedade civil e também outras instâncias estatais por meio de ações concentradas e eficientes. Ao final do mandato de Fernando Henrique Cardoso e, em virtude da articulação dentro do governo - contando com o apoio do UNIFEM e da Unidade *Mulher & Desenvolvimento* da CEPAL, Solange Bentes Jurema conseguiu negociar, de forma inédita no país, que o tema gênero fosse um dos itens da agenda de governabilidade democrática do governo de transição. Segundo ela,

(...) foi criada, assim, uma Comissão de Transição que abriu espaço de convocatória e debate para uma agenda de governabilidade democrática entre os governos e os movimentos de mulheres e esse fato se constituiu num marco para a institucionalização da questão de gênero no Brasil. (BENTES JUREMA, 2004, p. 4)

Ao final de sua gestão, Solange Bentes Jurema conta que promoveu uma reunião final em Brasília: “(...) nós fizemos uma reunião final, que nós chamamos “Tenda das Sábias”, que nós reunimos todas as feministas históricas nessa reunião. Nessa reunião de despedida, que foi a despedida, e que foi também a consolidação do que a gente tinha passado de transição pro governo que ia assumir.”²⁹⁷

²⁹⁵ Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”, 2002, p. 24

²⁹⁶ Dados disponíveis em: http://www.seade.gov.br/produtos/msp/tabela_sintese.htm. Acesso em Agosto de 2010.

²⁹⁷ Solange Bentes Jurema, em entrevista concedida a mim em 13 de Setembro de 2010, em Maceió.

O programa de transição representou um reconhecimento oficial dos dois governos (FHC e Lula). Como parte da equipe oficial da transição, Fernando Henrique Cardoso indicou Ceres Prates²⁹⁸, enquanto Lula indicou Vera Soares²⁹⁹. Dessa forma, “(...) pela primeira vez na História, os direitos da mulher foram reconhecidos oficialmente pelos dois governos, como uma questão política a ser negociada com a participação da sociedade civil organizada e dos movimentos de mulheres.³⁰⁰”

4º. Fase: 2003-2005 – O surgimento de um “novo” Conselho

Em 2003, diplomado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, uma de suas primeiras deliberações foi transformar a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM) em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), sendo esta última um órgão integrante da Presidência da República, ou seja, com *status* de Ministério. A SPM foi criada pela Medida Provisória N.º. 103, de 1.º de janeiro de 2003 e para ela foi transferido o CNDM:

Art. 31. São transformados:

IV - a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;

[...]

Art. 33. São transferidos:

V - o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A primeira Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República foi Emilia Therezinha Xavier Fernandes³⁰¹, que ocupou o cargo de janeiro de 2003 a janeiro de 2004³⁰². Emília Fernandes presidiu, no mesmo período, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Antes de assumir estes cargos, integrou a coordenação da bancada feminina no Congresso Nacional e foi relatora, no Senado Federal,

²⁹⁸ À época secretária-adjunta da SEDIM.

²⁹⁹ Militante feminista, pesquisadora acadêmica e membro do Conselho Científico do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero - NEMGE/USP.

³⁰⁰ *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”*, 2002, p. 25

³⁰¹ Ao longo de cinco meses realizei inúmeras tentativas de agendamento para entrevistar Emília Fernandes, atual Deputada Federal. Infelizmente o encontro da ex-presidenta do CNDM com esta pesquisadora não pode ser realizado por falta de tempo na agenda de Emília Fernandes. Informações passadas por Márcia Azevedo, assessora de imprensa da Deputada.

³⁰² Fotos da cerimônia de posse no Anexo 80

do *Protocolo Facultativo da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher*³⁰³.

A Lei Nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, atribuiu à SPM e ao Conselho as seguintes competências:

*Art. 22. À Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres compete assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres, bem como elaborar e implementar campanhas educativas e antidiscriminatórias de caráter nacional, elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo federal e demais esferas de governo, com vistas na promoção da igualdade, articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres, promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e planos de ação assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à igualdade entre mulheres e homens e de combate à discriminação, tendo como estrutura básica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Gabinete e até três Subsecretarias*³⁰⁴. (destaques meus)

Com a criação da SPM, o Conselho recebeu uma nova formatação e passou a ter caráter consultivo, sem autonomia financeira e nem administrativa. Conforme o Decreto Nº. 4.773, de 07 de julho de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, passaram a ser finalidade do Conselho:

*Art. 1º O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, órgão colegiado de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, criado pela Lei Nº. 7.353, de 29 de agosto de 1985, tem por finalidade promover, em âmbito nacional, políticas para as mulheres com a perspectiva de gênero, que visem a eliminar o preconceito e a discriminação, inclusive as de aspectos econômicos e financeiros, ampliando o processo de controle social sobre as referidas políticas*³⁰⁵.

O art. 2º. do mesmo dispositivo legal previa a esfera de competência do Conselho em atividades como:

³⁰³ Dados obtidos em: www.emiliafernandes.com Acesso em Agosto de 2010.

³⁰⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm Acesso em Agosto de 2010.

³⁰⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4773.htm Acesso em Agosto de 2010.

I - participar na elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às mulheres, inclusive na articulação da proposta orçamentária da União;

II - propor estratégias de acompanhamento, avaliação e fiscalização, bem como a participação no processo deliberativo de diretrizes das políticas de igualdade para as mulheres, desenvolvidas em âmbito nacional;

III - apoiar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na articulação com outros órgãos da administração pública federal e os governos Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

IV - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação das mulheres, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas que visem a eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;

V - participar da organização das conferências nacionais de políticas públicas para as mulheres;

VI - propor o desenvolvimento de programas e projetos de capacitação em gênero no âmbito da administração pública;

VII - articular-se com órgãos e entidades públicos e privados, não representados no CNDM, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e o intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos da mulher;

VIII - articular-se com os movimentos de mulheres, conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero e fortalecimento do processo de controle social.

Ao ser institucionalmente desvinculado do Ministério da Justiça, passando a ser órgão integrante da estrutura da Secretaria Especial de Política para as Mulheres, o CNDM recebeu novo espaço de trabalho, estabelecido no segundo andar do prédio do Ministério da Educação, onde era a sede da SPM.

Dentre as transformações sofridas, a mais expressiva talvez seja a decisão da escolha e indicação de parte majoritária das conselheiras pelas entidades ligadas aos movimentos feministas e de mulheres. O art. 3º. do Decreto Nº. 4.773/03 determinou que o Conselho passaria a ser composto por:

- I - Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, que o presidirá;
- II - Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- III - Ministro de Estado da Saúde;
- IV - Ministro de Estado da Educação;
- V - Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;
- VI - Ministro de Estado da Justiça;
- VII - Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
- VIII - Ministro de Estado da Cultura;
- IX - Ministro de Estado da Assistência Social;
- X - Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;
- XI - Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República;
- XII - Secretário Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;
- XIII - dezoito representantes de entidades da sociedade civil; e
- XIV - três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero.

No Decreto não numerado de 27 de agosto de 2003³⁰⁶, o Presidente Lula designou - como representantes da sociedade civil e as mulheres de notório conhecimento das questões de gênero - para compor o CNDM:

I - Representantes de entidades da sociedade civil:

- a) Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB: Schuma Schumacher, titular; e Analba Brazão Teixeira, suplente;
- b) Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR: Lúcia de Fátima Félix da Silva, titular; e Justina Inês Cima, suplente;
- c) Articulação de ONG's de Mulheres Negras Brasileiras: Nilza Iraci Silva, titular; e Givania da Silva, suplente;
- d) Associação Brasileira de Mulheres da Carreira Jurídica: Daisy Brasil Soares, titular; e Maria Diva de Pinho Oliveira, suplente;
- e) Central Única dos Trabalhadores - CUT: Maria Ednalva Bezerra de Lima, titular; e Carmem Helena Ferreira Foro, suplente;
- f) Confederação Geral dos Trabalhadores - CGT: Maria Lúcia Alves Dias, titular; e Eliana Fernandes da Cruz Malfarage, suplente;
- g) Confederação das Mulheres do Brasil - CMB: Márcia de Campos Pereira, titular; e Edna Maria Costa, suplente;
- h) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG: Raimunda Celestina de Mascena, titular; e Simone Battestin, suplente;

³⁰⁶ Reproduzido no Anexo 81

- i) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE: Raquel Felau Guisoni, titular; e Luzia Aparecida de Oliveira, suplente;
 - j) Conselho Nacional das Mulheres Indígenas - CONAMI: Dirce Cavalheiro Veron, titular; e Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho, suplente;
 - l) Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil - BPW/BRASIL: Ana Luisa Fernandes Gonçalves, titular; e Iria Martins, suplente;
 - m) Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD: Creuza Maria Oliveira, titular; e Maria Noeli dos Santos, suplente;
 - n) Fórum de Mulheres do Mercosul: Maria Elvira Salles Ferreira, titular; e Dalva Maria Thomaz Rocha, suplente;
 - o) Movimento Articulado de Mulheres do Amazonas - MAMA: Maria da Conceição Maia de Oliveira, titular; e Maria das Graças Lopes de Castro, suplente;
 - p) Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos: Ana Maria de Silva Soares, titular; e Lia Zanotta Machado, suplente;
 - q) Secretaria Nacional de Marcha Mundial das Mulheres: Nalu Faria Silva, titular; e Eleutéria Aurora da Silva, suplente;
 - r) Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres da Força Sindical: Neuza Barbosa Lima, titular; e Helena Ribeiro da Silva, suplente;
 - s) União Brasileira de Mulheres - UBM: Eline Jonas, titular; e Mary Garcia Castro, suplente;
- II- representantes com notório conhecimento das questões de gênero:
- a) Rose Marie Muraro;
 - b) Clara Scharf; e,
 - c) Albertina de Oliveira Costa.

Quanto à nova composição do Conselho, esta ampliação numérica é notável. Houve revitalização e ampliação significativa da representatividade política das mulheres. Esse crescimento e essa nova forma de organização indicam a preocupação do governo federal em potencializar a capacidade de atuação e dos debates sobre as demandas das mulheres. Reflete ainda o alinhamento à estratégia traçada pela gestão do governo Lula, procurando levar a um novo patamar as políticas públicas das mulheres. Exemplo dessa iniciativa foi a instituição do ano de 2004 ser o “Ano da Mulher”, conforme a Lei Nº. 10.745³⁰⁷, de 9 de outubro de 2003:

Art. 1º Fica o ano de 2004 definido como "Ano da Mulher".

³⁰⁷ O projeto desta lei foi de iniciativa do Legislativo e tinha por objetivo impulsionar diversas atividades destinadas à discussão sobre a situação das mulheres no país.

Art. 2º O Poder Público promoverá a divulgação e a comemoração do “Ano da Mulher” mediante programas e atividades, com envolvimento da sociedade civil, visando estabelecer condições de igualdade e justiça na inserção da mulher na sociedade³⁰⁸.

Em 2003, atuando em conjunto, a SPM e o CNDM promoveram, entre outros, os seguintes encontros:

- *Encontro Nacional dos Delegados e Delegadas das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher*³⁰⁹, em novembro;
- *Encontro Nacional de Conselhos dos Direitos da Mulher*³¹⁰, em dezembro.

Também em 2003 foram aprovadas e sancionadas pelo governo federal outras três importantes leis: a Lei Nº. 10.714, que possibilitou a criação da *Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180*; a Lei Nº. 10.778, que instituiu a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendidos nos serviços de saúde públicos ou privados; e a Lei Nº. 10.651, que tornou obrigatório o esclarecimento à população sobre o uso da talidomida, medicação utilizada por portadores de hanseníase e AIDS, que tem sérios efeitos colaterais sobre as mulheres grávidas.

Em 23 de janeiro de 2004, a médica e professora universitária Nilcéa Freire foi convidada pelo Presidente Lula para assumir a cadeira de Ministra da SPM. Em 16 de fevereiro de 2004 Nilcéa Freire tomou posse como nova Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Sobre o convite para assumir estes cargos, Nilcéa Freire destaca: *“Foi uma coisa mais ou menos inesperada para mim porque tinha acabado o meu mandato na reitoria da universidade e não esperava receber um convite dessa natureza. [...] Primeiro por ser evidentemente uma honra para qualquer pessoa ocupar um cargo de Ministro no governo, que tinha um ano de assunção o governo do Presidente Lula. Nunca imaginei isso, nem trabalhei para isso. E, depois, evidentemente, a minha militância, ela sempre foi uma militância acadêmica e a minha vida profissional toda ligada à educação e à saúde. Eu nunca militei num movimento de mulheres, num movimento feminista. Minha participação política sempre foi de outra natureza, portanto me surpreendeu o convite em função disso.”*³¹¹

³⁰⁸ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.745.htm Acesso em Agosto de 2010.

³⁰⁹ Reprodução do cartaz de divulgação no Anexo 82

³¹⁰ Reprodução do cartaz de divulgação no Anexo 83

³¹¹ Nilcéa Freire, em entrevista concedida a mim em 04 de Novembro de 2010, em Brasília.

Por não ter uma tradição de militância feminista, a Ministra poderia ter sofrido algum tipo de resistência em relação à sua legitimidade no cargo. Sobre esse assunto, Nilcéa Freire comenta: *“Veja bem, não tive tempo para sentir isso porque quando o Presidente Lula me convidou, eu recebi esse convite num dia, no dia seguinte eu tomei posse. Isso foi numa sexta-feira, na quarta-feira eu estava recebendo a Secretaria da ex-Ministra Emilia Fernandes e tinha que tocar o barco. Tinha uma Conferência convocada, um Conselho que tinha convocado essa Conferência em conjunto. Então, eu não tinha muito tempo pra pensar nessas resistências não. Eu sempre tive muita clareza que o Presidente queria de mim e o que ele esperava que eu fizesse, era que eu fizesse uma boa gestão. Então, eu vim aqui pra fazer a gestão da Secretaria. Eu nunca me coloquei no papel de uma teórica feminista, nunca me coloquei no papel de uma feminista histórica, mas me coloquei no papel de uma mulher com sensibilidade suficiente e com experiência de gestão capaz de fazer com que as vozes das mulheres pudessem ser ouvidas e incorporadas e sua agenda incorporada na agenda nacional. E foi isso que a gente trabalhou prá fazer. Então, eu cheguei e aqui tinha uma Conferência convocada. Tinha que acontecer em junho em primeiro lugar. A gente adiou para julho e aí foi, de lá pra cá, foi 24 horas, praticamente, de trabalho por dia. Quer dizer, nós transformamos, eu tenho muito orgulho de dizer isso, sem nenhuma modéstia, porque não é um trabalho de uma pessoa, é um trabalho coletivo, nós conseguimos transformar uma idéia num Ministério. Acho que isso é um avanço importantíssimo e durante todo esse período o trabalho conjunto com o Conselho foi muito importante.”³¹²*

Durante os primeiros meses de sua gestão, Nilcéa Freire participou ativamente do processo de elaboração da *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* e das celebrações do *Ano da Mulher* no Brasil.

Acompanhando e monitorando as atividades legislativas, no início de 2004, CNDM enviou uma carta ao Congresso Nacional para priorizar a votação do Projeto de Lei Nº. 4.559/04³¹³. Em 17 de junho de 2004, a Lei Nº. 10.886 acrescentou ao art. 129 do Código Penal a tipificação do crime de violência doméstica.

Em julho de 2004, a SPM e o CNDM promoveram a *I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM)*³¹⁴, que reuniu mais de 2 mil delegadas. Todo o

³¹² Nilcéa Freire, em entrevista concedida a mim em 04 de Novembro de 2010, em Brasília.

³¹³ Atual Lei Nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, também conhecida como *Lei Maria da Penha*, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em Novembro de 2010.

³¹⁴ Cartaz de promoção deste evento e fotos de sua realização no Anexo 84.

processo da preparação para esta *I Conferência* envolveu mais de 120 mil mulheres nas diversas etapas realizadas em níveis municipais, regionais e estaduais:

A I CNPM, convocada pelo Presidente da República e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, reuniu 1787 delegadas, e mais de 700 observadoras e convidadas. O processo de preparação envolveu diretamente mais de 120 mil mulheres que discutiram, em plenárias municipais e regionais e em conferências estaduais, a situação das mulheres brasileiras, com o objetivo de propor as diretrizes para fundamentação do PNPM. Este processo fortaleceu nossa convicção de que o enfrentamento das desigualdades de gênero, de raça e etnia, tem um sentido amplo, que não se esgota na implementação de uma proposta de governo. É, portanto, uma política de Estado com a qual todos os governos democráticos devem estar comprometidos³¹⁵.

As deliberações *da I CNPM* subsidiaram a elaboração do *Plano Nacional de Políticas para Mulheres* (PNPM)³¹⁶, lançado pela SPM em dezembro de 2004. Este plano reafirmou o compromisso do governo brasileiro com a incorporação das perspectivas de gênero e de raça nas políticas públicas e “reconheceu que para a efetivação da igualdade entre homens e mulheres são imprescindíveis políticas públicas integradas e articuladas entre todos os entes federativos.³¹⁷”

Ainda em 2004, no mês de abril, o Brasil encaminhou à ONU o relatório brasileiro sobre a implementação da *Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher*. O relatório cumpriu o papel de subsidiar a avaliação que a ONU estava preparando para a *49ª Sessão Plenária da Comissão sobre a Situação da Mulher* (CSW).

A Ministra Nilcéa Freire presidiu a delegação oficial brasileira que participou da CSW - também conhecida como *Beijing +10*³¹⁸ - realizada em março de 2005, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque. A delegação brasileira foi composta também por representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Congresso Nacional e de diversas lideranças dos movimentos feministas e de mulheres.

³¹⁵ *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, 2004, p. 13.

³¹⁶ Reprodução da capa deste documento no Anexo 85.

³¹⁷ Relatório *Memória 2003-2006*, p. 14.

³¹⁸ A CSW realizada em 2005 promoveu um balanço dos dez anos da implementação da *Plataforma de Ação de Beijing*. O foco dos trabalhos de *Beijing +10* foram a revisão do progresso no sentido da implementação da *Plataforma de Ação* e a avaliação dos desafios e futuras estratégias para o avanço e empoderamento das mulheres.

No que tange à composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho, em 16 de novembro de 2004, o Decreto Nº. 5.273 alterou os artigos 3º, 4º, 15º e 18º do Decreto Nº. 4.773, de 7 de julho de 2003.

As alterações realizadas nos artigos 3º, 4º e 15º não foram significativas, pois se limitaram a alterações nos nomes dos membros do Conselho, como por exemplo, o inciso IX do art. 3º: Redação do Decreto Nº. 4.773, de 7 de julho de 2003: “Ministro de Estado da Assistência Social”; Redação do Decreto Nº. 5.273, de 16 de novembro de 2004: “Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”.

Já o art. 18 sofreu uma alteração importante. O Decreto de 2003 previa que as dúvidas e os casos omissos seriam resolvidos pela presidenta do CNDM, *ad referendum* do colegiado, ou seja, para exame e aprovação posterior do Conselho. A nova redação de 2004 previa que “o regimento interno do CNDM complementarará as competências e atribuições definidas neste Decreto para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do colegiado.” Dessa forma, os casos omissos e as dúvidas surgidas da aplicação do Regimento Interno do Conselho seriam solucionadas pela presidenta depois de ouvidas as conselheiras após reunião em sessão pública³¹⁹.

Sobre as alterações legais e estruturais pelas quais o Conselho passou, a Ministra Nilcéa Freire avalia: “A primeira conformação do Conselho, que foi a primeira de 2003 até 2006, ela foi, eu diria, uma etapa de transição, onde ainda nós tínhamos um Conselho que, cujos integrantes, eram as integrantes apontadas integralmente pelo governo federal. A mudança do regimento e a mudança do estatuto legal do Conselho, que é o Conselho atual, redefiniu isso, porque a gente passa a ter as entidades que compõem o Conselho. Elas deixam de ser, de ter assento cativo, e elas passam a ser eleitas para compor o Conselho. [...] A composição do Conselho, aliás, eu acho que talvez seja o único Conselho, que ele não tem nem caráter paritário, ele é majoritariamente composto pela sociedade civil, então, se tiver uma deliberação majoritária do Conselho numa direção diferente do governo, ela vai ser cumprida pelo Conselho. Então, ele não é um órgão simplesmente de assessoramento. [...] Quando nós fizemos a reforma, a reformulação do Conselho, de 2006 para 2007, eu particularmente propus que a Presidência do Conselho não fosse mais ocupada pela Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, que a Presidência pudesse ser eleita para que o Conselho pudesse ter mais autonomia e o Conselho majoritariamente entendeu que não. Foi, inclusive, com o apoio e com voto da sociedade civil que essa proposta que eu fiz foi

³¹⁹ Art. 7º e 39ª da Portaria Nº. 70, de 18 de novembro de 2008.

*derrubada. O que se colocou na balança? Que era mais importante pro Conselho ter o peso da Secretaria, o apoio político da Secretaria nesse momento do que uma suposta autonomia.*³²⁰»

Retomando as atividades desenvolvidas pelo Conselho em 2005, além da participação na CSW, o CNDM esteve presente em diversos eventos promovidos pela SPM tais como:

- *Encontro de Mulheres em Políticas Inclusivas*³²¹, realizado em março;
- *Seminário Internacional Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada*³²², realizado em abril no Rio de Janeiro;
- Participação na *XIV Reunião Especializada de Mulheres (REM)*, realizada em novembro em Montevideú;
- Primeira edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*³²³, em novembro.

Em termos de acompanhamento dos trabalhos legislativos, em 2005, o CNDM atuou ativamente no monitoramento da aprovação da Lei Nº. 11.105/05, de iniciativa do Executivo. Esta lei regulamentou o art. 225 da Constituição Federal e, após intensos debates, garantiu a utilização de células-tronco embrionárias humanas para pesquisa e terapia. No campo da saúde, o CNDM se mobilizou para garantir a aprovação da Lei Nº. 11.108/05, que garantiu às mulheres direito ao chamado “parto humanizado”, aquele que permite a presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato no Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda em 2005, foram realizadas profundas modificações no Código Penal brasileiro, datado de 1940. A Lei Nº. 11.106/05 inovou ao promover as seguintes alterações em nossa legislação penal:

- Alterou a redação do art. 148, § 1.º, acrescentando a expressão "companheiro", sanando a omissão anterior, que punia somente o delito praticado contra cônjuge;
- Aboliu a figura da “mulher honesta” e o crime de adultério de nossa legislação, previstos no art. 219. Como consequência, a argumentação utilizada por alguns juristas de “legítima defesa da honra”, invocada durante décadas na defesa de homens que haviam cometido assassinato de mulheres, caiu em desuso;

³²⁰ Nilcéa Freire, em entrevista concedida a mim em 04 de Novembro de 2010, em Brasília.

³²¹ Reprodução do cartaz de divulgação no Anexo 86.

³²² Reprodução do cartaz de divulgação no Anexo 87.

³²³ Reprodução do cartaz de divulgação no Anexo 88.

- Colocou fim ao perdão para os crimes contra os costumes. O Código Penal previa, nos incisos VII e VIII do art. 107, a permissão do casamento do autor de delitos como o estupro e o assédio sexual com a vítima e o conseqüente encerramento das acusações contra o agressor;
- Mudou a redação do art. 231, que tratava do tráfico de mulheres. A nova redação passou a abordar o tráfico interno e internacional de pessoas, podendo, portanto, ter como vítimas homens e mulheres. É importante mencionar que essa alteração atende as recomendações da ONU em tratados internacionais.

Entre 2003 e 2005, o CNDM integrou diversos grupos de trabalho e comissões da SPM: participou ativamente da elaboração do *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres* (PNPM), fez parte da Comissão Tripartite - que fez a revisão da legislação punitiva do aborto, e integrou o Comitê de articulação e monitoramento da implementação do *Plano*. Com o objetivo de fortalecer a gestão participativa e o controle social nas políticas de saúde para as mulheres, a SPM e o CNDM, em parceria com o Ministério da Saúde, realizaram o *Seminário Nacional de Controle Social nas Políticas de Saúde para as Mulheres*.

Como parte das atividades desenvolvidas pelo Brasil, no contexto das comemorações dos 10 anos de realização da *IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, a SPM promoveu, ainda em 2005 - em parceria com a bancada feminina no Congresso Nacional e o com o CNDM - o seminário *Diálogo Nacional Pequim +10 - Avanços e Desafios*.

O ano de 2005 pode ser considerado um marco histórico no que tange aos esforços nacionais e internacionais com relação ao processo de empoderamento das mulheres e à perspectiva da igualdade de gênero. Neste ano, foram comemorados o 30º aniversário da *I Conferência Mundial sobre Mulheres* (México, 1975) e o 10º aniversário da *IV Conferência Mundial sobre Mulheres* (Beijing, 1995). Além disso, marcou os 20 anos de existência e resistência do CNDM.

O aniversário de 20 anos do CNDM foi celebrado e, nesta ocasião, foram reunidas as ex-presidentas, além de convidados(as) em uma sessão solene no Congresso Nacional³²⁴. O encontro promoveu debates sobre a trajetória do CNDM e a necessidade de aprofundamento de sua dimensão de espaço de controle social³²⁵.

Como vimos, em vinte anos o Conselho teve suas funções e atribuições profundamente alteradas, sendo quase extinto em 1990. Resistiu e continuou a atuar como

³²⁴ Foto deste encontro no Anexo 89.

³²⁵ Relatório *Memória 2003-2006*, p. 27.

“referência institucional histórica de defesa e promoção dos direitos das mulheres brasileiras³²⁶”. A redefinição da missão do Conselho, que também passou a contar com representantes governamentais apontou para o exercício do controle social sobre a atuação governamental e a implementação das políticas públicas com o enfoque de gênero. Foram ainda atribuições passadas ao CNDM a interação e articulação com outros órgãos da administração pública federal e com a sociedade civil, estabelecendo a necessária interlocução com os movimentos de mulheres e feministas.

Observamos que os caminhos percorridos revelam os jogos de poder que presidiram a criação e estruturação do CNDM: no início, o Conselho estruturou-se com maior autonomia e era composto por uma assessoria técnica e uma secretaria-executiva, além de possuir recursos próprios. Contudo, ao longo de sua existência, ele perdeu autonomia, recursos, quadros técnicos e passou de órgão deliberativo para instância consultiva. Esteve vinculado ao Ministério da Justiça (MJ), depois à Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM). Desde 2003, conta com novas perspectivas, forças renovadas, e passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada diretamente à Presidência da República.

Este “novo CNDM”, pelo que se pode observar nas leituras das atas de reuniões, tem funcionado como um espaço de consulta e acompanhamento das políticas públicas. Suas ações são, em grande parte, voltadas para as políticas e propostas desenvolvidas e pela SPM. Para que o Conselho exerça o papel de mediador entre as demandas da sociedade e políticas públicas, não é necessário apenas aumentar a participação política feminina - como foi prevista em sua nova composição, mas ampliar sua participação na lógica do poder. Lembra Sonia Montañó que a democracia requer representatividade e presença constante das mulheres nas relações com o chamado “poder real” - regido pela lógica do poder efetivo - sobre o qual repousam os mecanismos e instituições de gestão. (MONTAÑO, 2003, p. 20) Nesse sentido, comenta Nilcéa Freire: *“Quando o Conselho ele passa a ser vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres é isso que eu digo, quer dizer, são duas institucionalidades que se estabelecem a partir de uma institucionalidade, que era o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Teve a Secretaria de Estado de Direitos das Mulheres, que teve uma vigência de dois meses, foi um passo importante; mas ela não chegou a se constituir enquanto uma institucionalidade que pôde fazer alguma coisa. Então, quando o Conselho, quando você cria uma institucionalidade com real papel executivo, o Conselho passa a ter um papel consultivo*

³²⁶ Idem.

e que traduzia essa ambigüidade. Eu, desde o início da minha gestão, a primeira reunião que eu fiz, eu propus que o Conselho deliberasse, porque cada decisão que o Conselho toma, até para se aconselhar o governo, há uma deliberação. Então, essa questão da natureza consultivo ou deliberativo era parte dessa ambigüidade. Quer dizer, nós restauramos o caráter deliberativo do Conselho na reforma que nós fizemos no Conselho posteriormente. Por que? Porque o Conselho é deliberativo no seu âmbito e o âmbito dele é o controle social. [...] À medida que o Estado, através dos governos, assume determinadas agendas enquanto políticas públicas, os Conselhos, eles passam a ter como papel mais relevante o controle social. E tende a cessar essa ambigüidade entre serem órgãos subsidiários do governo com algum poder executivo e serem controle social. [...] Então, esse passo é muito importante, a estruturação e por isso que eu digo que não é uma questão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A estruturação no Brasil, de um controle social forte, é extremamente importante pro próprio projeto político e democrático de transformação social do país. A democracia, o equilíbrio entre a democracia representativa e a democracia participativa, ou democracia direta como querem alguns, se dá através da estruturação da sociedade civil, através de Conselhos, através de organismos de participação.”

Depois de conhecer e analisar os processos de criação, constituição e articulação do CNDM como cenário de interlocução entre Estado e sociedade civil, podemos afirmar que o contexto histórico-político influenciou e muitas vezes ressignificou a atuação política das ex-presidentas do Conselho.

Entendemos que CNDM consistiu em um espaço para integração das demandas dos movimentos feministas, mas poderíamos questionar se teriam sido consideradas as especificidades, as multiplicidades, as necessidades e a heterogeneidade dos diversos grupos existentes de mulheres? Este espaço público foi capaz de elaborar políticas feministas para a consolidação de uma política democrática e menos desigual?

Esses questionamentos nos permitem avançar em direção ao próximo capítulo, que buscará interpretar as alterações sofridas pelo Conselho sobre a transversalidade das agendas feministas no cenário político brasileiro e também em relação ao processo de empoderamento e à visibilidade política das mulheres.

Capítulo 3

Políticas Feministas e os Feminismos na política: reflexões sobre o CNDM

Neste capítulo serão apresentadas algumas reflexões sobre a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a conquista deste espaço público pelas mulheres.

Ao longo do desenvolvimento desta tese foi possível observar que o Conselho consiste em um cenário que, de certa forma, integrou parte das demandas dos movimentos feministas. Mas até que ponto a atuação dos movimentos feministas foi capaz de influenciar na elaboração de políticas públicas para as mulheres? Podemos afirmar a consolidação de uma perspectiva de política feminista no Brasil?

Vimos no capítulo 2 que o Conselho passou por diversos momentos de avanços e retrocessos em sua trajetória. Com base em sua história de existência e resistência, buscaremos analisar, neste capítulo, como as alterações sofridas pelo CNDM refletiram em relação aos aspectos de visibilidade das agendas feministas e ao processo de empoderamento das mulheres no cenário político brasileiro. Para isso, as relações de forças e os entraves que influenciaram a atuação do Conselho são importantes pontos a serem considerados.

3.1 Políticas feministas: relações de força e entraves na atuação do CNDM

Neste tópico buscaremos compreender como as relações de forças presentes nas estruturas do Estado sustentam e reproduzem as dificuldades de inclusão das mulheres nas instâncias governamentais, especialmente, neste caso, o CNDM.

Ao examinar os dilemas sobre inclusão política nos processos democráticos, Iris Marion Young explica que as práticas representativas diferenciadas são importantes instrumentos para promover a inclusão política de grupos tradicionalmente sub-representados, como as mulheres, uma vez que essas práticas “(...) são a melhor forma de dar voz a muitas questões, análises e posições injustamente excluídas.” (YOUNG, 2006, p.142) Para a cientista política, instrumentos políticos criados especificamente para aumentar a representação das mulheres na cena pública são capazes de promover a visibilidade de suas agendas, pois

A representação da perspectiva das mulheres numa comissão ou num órgão legislativo, por exemplo, seria mais efetiva por meio de um pequeno comitê de mulheres do que por uma só mulher. Um comitê

pode conter algumas das diferenças de perspectiva que perpassam o grupo, bem como diferenças de experiências, capacidades e critérios individuais, o que pode habilitá-lo a analisar situações sociais a partir da perspectiva de gênero e expressar essa perspectiva para um público mais amplo. (Idem, p. 180)

Para Young, a representação política não deve ser pensada como uma relação de identidade ou substituição, mas como um processo que envolve uma relação mediada entre os atores políticos, ou seja, “(...) um *relacionamento diferenciado* entre atores políticos engajados num processo que se estende no espaço e no tempo.” (Idem, p.142, destaque da autora)

A institucionalização do CNDM na estrutura organizacional do Estado brasileiro para a legitimação das demandas feministas junto ao governo federal promoveu a articulação de um novo sujeito político, de “novas atrizes³²⁷” que inovaram em termos de políticas públicas. A experiência exitosa dos primeiros anos do Conselho e as restrições impostas pelo Executivo - a partir da segunda metade de 1989 - levantam questionamentos importantes, os quais nos remetem ao papel exercido pelo CNDM em relação ao controle social e ao jogo de forças existentes dentro dos governos.

O controle social pode ser entendido como a organização da sociedade civil com o objetivo de exercer algum tipo de influência na formação da agenda governamental e na definição das prioridades e das negociações do poder público. Em relação ao objeto de análise desta tese, entendemos que o controle social compreende as atividades desempenhadas pelos movimentos feministas e de mulheres para o monitoramento das ações desenvolvidas pelo Estado em relação às políticas públicas para as mulheres.

A análise dos avanços e retrocessos do Conselho - de acordo com a cronologia dos fatos - revelou a especificidade da sua história e nos levou a entender que o Conselho, no

³²⁷ Ao tratar de “novas atrizes” (e não de “novos atores”, termo empregado nesta situação), lembramos a crítica feita por algumas feministas em relação à utilização de palavras e expressões que derivam do masculino para descrever ações relativas tanto às mulheres quanto aos homens; como “homem” para se referir ao “ser humano”, ou o uso do pronome masculino no plural “eles” para fazer referência a um grupo de mulheres e homens. Algumas feministas, principalmente as ligadas aos estudos antropológicos e lingüísticos, sustentam que a utilização do masculino genérico inconscientemente discrimina e afeta negativamente a presença das mulheres. Essas correntes feministas propõem uma alternativa de linguagem não sexista por meio do uso dos caracteres “@” ou “x” para representar a neutralidade lingüística entre masculino e feminino como, por exemplo, “@s pesquisador@s” ou “xs pesquisadorxs” para se referir às pesquisadoras e aos pesquisadores.

período pesquisado, acolheu e mediou junto aos governos³²⁸, boa parte das demandas das mulheres brasileiras. Observamos que o Conselho nasceu com grande capacidade de ação e interlocução, especialmente com o Executivo e com o Legislativo; sua atuação inicial foi balizada por argumentos e propostas provenientes das agendas feministas, cuja massa crítica havia sido fortalecida no período de combate à ditadura. Foi uma ocasião histórica, pois o CNDM foi capaz de mobilizar mulheres de todo o país, as quais responderam positivamente ao enviarem várias de suas demandas ao Conselho; promoveu debates e enfrentou conflitos de toda ordem para que as mulheres pudessem se afirmar como sujeito político na Constituinte. É importante recordar que, naquele momento, a sociedade brasileira estava envolvida no processo de redemocratização e a inserção das mulheres e a politização de suas lutas na arena pública representava um processo de crescimento irreversível.

A promulgação da Constituição de 1988 alargou a proposta de democracia do nosso país e reconheceu outras formas de participação da sociedade - além do voto - junto ao Estado. A nova Carta Constitucional abriu a possibilidade para a participação social no processo de elaboração de políticas públicas; com isso, os mais diversos segmentos de atores sociais (como por exemplo, mulheres, índios, negros, religiosos, entre outros) passaram a ter a oportunidade de participar ativamente dos debates de formulação de políticas setoriais. Essa participação sócio-política pode ser vista nos conselhos, pois estes, conforme as análises de Maria da Glória Gohn, “são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos.” (GOHN, 2001, p.7)

Os conselhos são entendidos como canal de participação política em que os representantes da sociedade civil e o Estado são os principais “atores” políticos. De modo geral³²⁹, os conselhos são instâncias colegiadas criadas pelo Estado, com características e atribuições definidas em lei, para estimular a participação da sociedade nas ações governamentais. Ressalta Thereza Lobo que, no caso brasileiro, havia a expectativa de que a participação da sociedade poderia modificar o planejamento e a execução de políticas

³²⁸ Consideramos importante mencionar as diferenças existentes entre políticas *de Estado* e políticas *de governo*. Conforme Dalmo de Abreu Dallari, as políticas de Estado envolvem toda a estrutura da organização política (Executivo, Legislativo e Judiciário) com perspectivas de longo prazo e geralmente suas alterações afetam a estrutura fundamental do Estado. Já as políticas de governo podem ser variáveis e decididas de forma mais célere pelo chefe do Executivo (ou pelos ministérios setoriais) para responder às demandas colocadas na agenda política interna. (DALLARI, 1998, p. 223 *et seq.*)

³²⁹ Não pretendemos apresentar aqui a vasta literatura sobre os conselhos e os meios pelos quais eles podem obter influenciar as políticas brasileiras. Nos restringimos a assinalar que os conselhos são importantes instâncias de participação nas quais os cidadãos possuem liberdade para se organizar com outras pessoas que tenham interesses semelhantes a fim de pressionarem as instâncias governamentais por políticas que atendam as suas demandas.

públicas no país. Essa “participação cidadã” faria com que as agências estatais se tornassem mais transparentes e responsáveis com a coisa pública; além disso, geraria, nos próprios “atores”, uma ação educacional, ampliando a noção e a prática da cidadania. (LOBO, 2003, p. 41 *et. seq.*)

O cientista político Pedro Pontual lembra que os setores conservadores da sociedade brasileira sempre colocaram em xeque a validade e a legitimidade do grau de representação dos conselhos, ao afirmarem que estes apresentariam um déficit de representatividade quando comparados com a legitimidade dos representantes no Executivo e no Legislativo eleitos via voto universal. Contudo, o autor defende que os conselhos, como “um novo pólo que incorporava os cidadãos como sujeitos políticos no controle social do Estado, serviriam como mecanismos que contribuiriam para o aperfeiçoamento da democracia representativa e não como oposição à mesma.” (PONTUAL, 2008, p. 111)

Entendemos que a criação dos conselhos no Brasil reforçou a idéia de democracia participativa e demonstrou a necessidade da ampliação da sua esfera de atuação para o atendimento da pluralidade das demandas das mulheres brasileiras. Como destaca Young, “(..) uma sociedade é mais plenamente democrática quanto mais possui fóruns patrocinados pelo Estado e fomentados pela sociedade civil para discussões sobre políticas, e pelo menos alguns deles devem influenciar procedimentalmente as decisões governamentais.” (YOUNG, *op. cit.*, p.144) Nesse sentido, os conselhos ampliaram os canais de participação na defesa da democracia e do interesse de segmentos que carecem de ações políticas específicas, tais como os movimentos feministas e os movimentos de mulheres. Ao serem reconhecidas e incluídas em sua especificidade no processo democrático, as mulheres - como grupo político estruturalmente desfavorecido - obtiveram, com o CNDM, uma representação inédita na cena pública brasileira, embora ainda relativamente reduzida. Mesmo sendo considerado uma unidade política representativa pequena, o Conselho, no seu âmbito de atuação, estimulou o engajamento político inclusivo das mulheres e promoveu maior visibilidade para parte das demandas feministas. Devemos reconhecer que houve um progresso que precisa, ainda, avançar consideravelmente.

A análise da trajetória do Conselho nos permite afirmar a progressiva redução³³⁰ - e posterior recuperação³³¹, do papel institucional desempenhado pelo CNDM. As negociações políticas, as conjunturas dos períodos analisados e as relações de forças dentro dos governos

³³⁰ Especialmente nos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco.

³³¹ Com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula.

revelaram crises, tensões e embates que o Conselho teve que enfrentar dentro de um Estado ainda patriarcal, sexista e fortemente influenciado por um fundamentalismo religioso³³². Nas diferentes gestões estudadas nesta tese, foi possível perceber as variações existentes no que se refere à capacidade de incidir sobre as políticas públicas, à forma de diálogo com o Estado, à dinâmica participativa e à relação com outros atores políticos.

O protagonismo inicial do Conselho e sua destacada repercussão social se mantiveram por poucos anos. Apesar de introduzir temas e questões inovadoras - com propostas dirigidas não só ao Estado, mas à sociedade em geral, o CNDM não teve forças suficientes para se impor na lógica da ação do Estado em favor das mulheres, por ser dependente da vontade política do núcleo dirigente do governo. Dessa forma, seu caráter de representação e seu horizonte de atuação aumentavam ou diminuía dependendo da correlação de forças políticas presentes no cenário governamental.

Nossa pesquisa demonstrou que até 2003, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher teve o perfil marcado pela dualidade de sua atuação, ou seja, estava voltado ao mesmo tempo para o Estado e para os movimentos feministas e de mulheres. O CNDM estimulou a participação dos movimentos feministas e assumiu o desafio de tentar representar as múltiplas faces destes movimentos, efetivando a natureza pública e democrática do Conselho. Porém, em virtude do seu caráter deliberativo³³³, houve certa “confusão” no papel que deveria ser desempenhado pelo CNDM, o qual passou, inicialmente, a assumir também a função de executor de políticas públicas para as mulheres.

A natureza deliberativa da composição do Conselho estava explicitada no art. 3º da lei de criação do CNDM, a saber: “Art. 3º O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher compor-se-á de: a) Conselho Deliberativo”. Como o dispositivo legal deixa claro, o Conselho é um órgão deliberativo, ou seja, deveria ter autonomia para decidir e encaminhar questões de competência do Executivo, ainda que para fazer valer suas resoluções precisasse da chancela do Presidente da República. Entendemos que esse fator condicionante - ser deliberativo, mas

³³² Devemos lembrar que o tema “aborto” não foi considerado matéria a ser incluída nos debates constitucionais porque não havia apoio parlamentar. Havia a possibilidade da descriminalização do aborto por meio da apresentação de uma proposta de emenda popular com milhares de assinaturas colhidas por todo o Brasil. Como estratégia, a gestão do CNDM naquele momento optou por não incluir o aborto como matéria constituinte, uma vez que as Casas Legislativas eram compostas, em sua grande maioria por parlamentares de perfil conservador. Isto parece não ter avançado muito, conforme pudemos observar nas últimas eleições presidenciais de nosso país.

³³³ O caráter deliberativo diferencia-se do caráter consultivo pelo fato de que este último não tem o poder de agir ou decidir de forma autônoma. São práticas comuns dos conselhos consultivos a elaboração de pareceres e a emissão de opiniões como estratégia de convencimento sobre determinados assuntos. Os conselhos deliberativos, por sua vez, possuem autonomia para decidir ou agir em nome próprio.

ter que ser homologado pelo chefe de governo - representou um sério entrave em relação ao alcance das ações do CNDM. Legalmente, o Conselho possuía uma gestão democrática e representativa; em algumas gestões teve legitimidade por meio da participação dos movimentos feministas, mas seu âmbito de atuação sempre foi limitado pelas estruturas do Estado. Nossa pesquisa evidenciou que o poder Executivo não tinha nitidez do que pretendia com a institucionalização do Conselho. Talvez a criação do CNDM tenha sido pensada como a acomodação de um segmento - mulheres - que demandava políticas específicas; mas, na medida em que este órgão começou a causar impacto nas políticas governamentais, o Executivo tentou reduzir sua atuação, asfixiando-o com o corte de recursos materiais e humanos e com a escolha de presidentas do Conselho sem consulta aos movimentos feministas e de mulheres.

Ao analisar as gestões do CNDM até a sua integração à estrutura básica da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e, posteriormente, à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ou seja, a órgãos de primeiro escalão do governo federal, é possível observar certa dificuldade na compreensão em relação ao papel desempenhado pelo Conselho, o que pode ser considerado um dos principais fatores que comprometeram a estabilidade e o fortalecimento deste espaço institucional. São inegáveis os avanços obtidos em termos de conquista e garantia de direitos para as mulheres com criação do Conselho; mas devemos destacar que este órgão não é responsável pela execução das políticas públicas nesta área.

A SEDIM e a SPM são instituições importantes para a implementação e execução de políticas públicas para as mulheres. A criação de uma Secretaria com *status* de Ministério³³⁴, ou seja, como um mecanismo integrante da estrutura administrativa governamental, consiste em uma iniciativa promissora. Ao criar a Secretaria, o governo federal passou a dar apoio institucional e orçamentário para a viabilização dos projetos e das políticas públicas para as mulheres, além de disponibilizar infra-estrutura física, material e humana para a realização de suas atribuições. É importante ressaltar que a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres não é sucessora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, nem uma instância a que o Conselho é subordinado. A Secretaria vem preencher uma demanda que o movimento feminista brasileiro sempre fez ao Estado, que era obter uma institucionalidade com reais

³³⁴ A Secretaria se diferencia do Ministério porque não tem a estrutura deste; é um órgão mais enxuto, que normalmente dispõe de um quadro de pessoal "emprestado" dos Ministérios. Diferentemente dos Ministérios, as Secretarias fazem parte da estrutura da Presidência da República, assim como a Casa Civil, o Gabinete de Segurança Institucional, entre outros, como prevê a Lei Nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Agradeço ao Prof. Mamede Said pelos pontuais esclarecimentos sobre o tema.

funções executivas que permitisse transformar a pauta feminista em uma agenda de política pública.

É importante destacar que o CNDM consiste em um espaço não estatal, mas vinculado a este, representativo dos movimentos feministas e de mulheres. O fato do Conselho estar institucionalmente vinculado a uma estrutura de governo não deve ser considerado um entrave para que o CNDM fique preso às determinações do Executivo. Entendemos que o Conselho não deve ser visto de forma ambígua, ou seja, nem como aliado, nem como oposição ao governo, mas como um espaço para o exercício da democracia e para o estímulo ao processo de empoderamento das mulheres; um instrumento de diálogo capaz de mediar acordos, solucionar impasses e promover negociações entre as demandas das mulheres e as agendas de governo.

Acreditamos que o CNDM deve estar atento para não se transformar de uma arena de negociação das demandas do movimento de mulheres e de controle social (papel que exerceu em sua fase inicial) em um mecanismo formal alinhado aos programas do governo. Para que o controle social exercido pelo Conselho seja efetivo, não basta a existência de um colegiado mobilizado e representativo; este é um requisito importante, mas não o único. É importante destacar que, para fazer o controle social, é preciso que o Conselho tenha recursos humanos e orçamentários para, por exemplo, promover uma avaliação sobre a implantação de determinadas políticas públicas, realizar campanhas em seu próprio nome e até mesmo acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria.

Lembramos que a gestão dos fundos orçamentários foi, desde a criação do Conselho, um dos maiores entraves à continuidade de suas ações. Com a extinção do “Fundo Especial dos Direitos da Mulher³³⁵” durante o governo Collor (1990-1992), o repasse de verbas para o Conselho passou a ser feito de forma extremamente limitada. Como vimos no capítulo anterior, a redução das verbas destinadas ao Conselho integrou parte das estratégias de esvaziamento e encolhimento deste órgão, pois a limitação - e até mesmo a ausência - de repasse de recursos financeiros comprometeu o desenvolvimento dos trabalhos do CNDM.

As definições orçamentárias dos recursos destinados às políticas públicas para as mulheres, no período analisado, revelaram os pontos de negociação, os enfrentamentos e as alianças que precisaram ser realizadas para que os projetos do Conselho pudessem ser viabilizados. A restrição de recursos financeiros e humanos para o CNDM não refletiu apenas

³³⁵ Como vimos no início do capítulo 2 deste trabalho, o FEDM foi criado para gerir recursos e financiar as atividades do CNDM.

a conjuntura política e econômica do país, mostrou também que na “balança do poder” a força política de confronto e negociação das mulheres é bastante incipiente. Revelou ainda o reduzido peso que a agenda feminista e suas frentes de interesse possui perante o governo. Nesse sentido, nossa pesquisa nos leva a afirmar que o CNDM, desde sua criação - e, por consequência, as políticas para as mulheres, nunca teve prioridade no jogo político brasileiro.

Outra grande dificuldade enfrentada pelo CNDM estava na articulação com os movimentos feministas e de mulheres. Sabemos que o Conselho é composto por um corpo heterogêneo de participantes e com vasta pluralidade de interesses, os quais nem sempre são convergentes. Nesse sentido, a atual presidente do Conselho e Ministra da Secretaria Nilcea Freire reflete: *“Eu acho que o centro da discussão é o desenvolvimento e como é que nós podemos incidir sobre o processo de desenvolvimento na perspectiva de igualdade? Como é que a gente pensa num desenvolvimento sustentável e sustentado com igualdade entre os gêneros? Eu acho que esse é um enorme desafio, como também é um desafio pra nós, nesse deslocamento, perceber que a desigualdade existe entre as mulheres. Quando nós falamos das mulheres brasileiras, por exemplo, nós estamos falando de muitas mulheres diferentes e desiguais entre si e que, portanto, a pauta feminista tradicional, se ela não for aliada e combinada à outras pautas, ela não dá conta de possibilitar que todas essas mulheres participem das conquistas e dos avanços³³⁶.”*

Como mecanismo que pode promover a emancipação das mulheres, o difícil e complexo processo de empoderamento deve buscar a real autonomia das mulheres e significar uma profunda mudança nas relações patriarcais de poder que perpassam todas as esferas da sociedade. Em relação ao poder político, entendemos que este processo começa a se delinear quando há a participação efetiva deste sujeito político nas esferas de decisão do governo. Nesse sentido, o CNDM, por ser um espaço de participação das mulheres no cenário governamental, é considerado um importante agente que tem contribuído para o processo de empoderamento das mulheres brasileiras. Mesmo com uma frágil força política, o Conselho representou e ainda representa um importante instrumento de interlocução dos movimentos feministas com o Executivo para que as mulheres reivindicem seus direitos e promovam o enfrentamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas às quais estão submetidas.

Vimos que ao longo de sua existência, o Conselho buscou interagir com diversos segmentos da sociedade civil, Ministérios e poder Legislativo, no sentido de contribuir para a

³³⁶ Nilcea Freire, durante entrevista concedida a mim em 04 de Novembro de 2010, em Brasília, DF.

criação de programas demandados pelos movimentos feministas voltados especificamente para as mulheres como, por exemplo:

- Atendimento integral (jurídico, psicológico e médico) e construção de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual;
- Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida das mulheres;
- Ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e do câncer em suas manifestações específicas nas mulheres;
- Ampliação e garantia de direitos trabalhistas e combate à discriminação contra as mulheres;
- Projetos de combate à pobreza promovendo a capacitação, a promoção do acesso ao crédito e a organização das mulheres em atividades de geração de emprego e renda;
- Garantia de acesso a títulos de propriedade de habitação urbana e nas políticas de distribuição de terras na zona rural;
- Ampliação do acesso à educação com conteúdos programáticos sem referências discriminatórias às mulheres.

O atendimento dessas demandas, ainda que de forma parcial, nos permite afirmar que o CNDM, como instância de representação das mulheres, configura um espaço que inaugurou o acolhimento da pauta feminista dentro do governo, uma vez que priorizou as bandeiras de lutas defendidas pelos movimentos feministas. Dessa experiência inédita de participação, fica o desafio de ampliar a esfera de atuação e o poder de decisão das mulheres na esfera governamental.

Destaca Young que a organização e a mobilização nas esferas públicas da sociedade civil estão entre os meios mais efetivos de manter as conexões entre as atividades autônomas e plurais das associações civis, mostrando aos indivíduos e aos grupos sociais, em sua própria diversidade, uma importante oportunidade de serem representados na vida pública: “Propiciar maior inclusão e influência aos grupos sociais sub-representados pode contribuir para que uma sociedade enfrente e reduza a desigualdade social estrutural.” (YOUNG, 2006, p.170)

Para a autora, quando há uma história de exclusão ou marginalização de certos grupos na esfera política, esses grupos tendem a se distanciar do processo político, podendo ficar apáticos ou se recusar no engajamento político. (Idem, p.174) Nesse sentido, a democracia

política formal, na prática, tenderia a reproduzir a desigualdade social. Sob estas circunstâncias, a representação específica através da organização de grupos estimula a participação e o fortalecimento da democracia:

Um governo representativo democrático deve ter várias instâncias de organismos eleitos, nomeados e voluntários que discutam opções de políticas, tomem decisões sobre políticas ou supervisionem a efetividade das políticas adotadas. Em tais organismos, é possível e desejável que haja representação de perspectivas sociais de grupos que, de outra forma, não poderiam se fazer presentes. (YOUNG, 2006, 186/187)

Acreditamos que o CNDM representa um marco importante na sociedade e na política brasileira, pois a partir dele as demandas feministas ganharam um peso até então não visto na história do país pela visibilidade, politização e capacidade de articulação de novos sujeitos demandantes e portadores de direitos políticos. Contudo, vimos que a dinâmica das alternâncias no poder Executivo teve como consequência um forte impacto desagregador; o Conselho teve sua capacidade de influência fragilizada e sua institucionalidade foi colocada às margens da estrutura governamental.

Como um grupo de menor capital político na esfera pública, as mulheres carecem de instrumentos efetivos que contribuam para a obtenção de equidade de direitos políticos. Nesse sentido, as contribuições teóricas dos feminismos contribuíram para a promoção de um diálogo crítico e produtivo que possibilitaram maior visibilidade para as demandas das mulheres, orientando de forma posicionada e consciente a formulação de diversas políticas públicas.

Entendido como uma das estratégias criadas pelos movimentos feministas para o desenvolvimento de formas mais politizadas da atuação feminina e para o fortalecimento das mulheres, o processo de empoderamento depende, além da autonomia financeira, da tomada de consciência da força que as mulheres representam. Acreditamos que essa tomada de consciência se dá, principalmente, com o despertar das mulheres para a importância de gerir suas lutas. Assim, a produção do conhecimento representa uma dimensão fundamental para o processo de empoderamento das mulheres, já que é capaz de promover análises abrangentes e questionadoras das relações sociais e das estruturas que sustentam as desigualdades.

Ninguém se compromete com aquilo não conhece. Entender a importância do conhecimento teórico produzido pelos Estudos Feministas e de Gênero e, por consequência, das “causas feministas” que estão na sua origem, passa por um processo de sensibilização; ou

seja, é necessário que as pessoas saibam “o porque” da mudança e “para que” a mudança. Dessa forma, acreditamos que o aporte teórico dos EFG contribui para a informação, preparação e a articulação dos argumentos capazes de formar uma consciência crítica e promover a visibilidade das agendas feministas no panorama político brasileiro.

3.2 Os feminismos na política: consciência crítica e visibilidade pública

Os feminismos fomentaram, de forma inegável, questionamentos sobre valores e normas culturais em relação a temáticas como corpo/sexualidade, classe, raça e as dimensões público/privado, entre outras. Acreditamos que a discussão dessas questões - em todas as suas complexas articulações e desdobramentos - na esfera política tem contribuído para o processo gradual de empoderamento das mulheres. Para a pesquisadora Cláudia Lima Costa, o feminismo é “(...) um dos empreendimentos teóricos e políticos mais incisivos e de mais profundo impacto entre as lutas contemporâneas contra a sujeição, a opressão e a dominação.” (COSTA, 2002, p. 68) Ao promoverem avanços em termos de reconhecimento e incorporação de direitos, entendemos que os feminismos contribuíram para o fortalecimento das mulheres como sujeito político ativo e não apenas objeto de formulações políticas elaboradas pelos homens.

É importante registrar e refletir sobre os motivos pelos quais optamos por tratar, nesta tese, de *mulheres* e não *relações de gênero*. Sabemos que as construções teóricas elaboradas em torno da noção de gênero foram fundamentais para a denúncia e para a visibilização das hierarquias de poder fundadas na distinção de gênero, ou como afirma Vera Soares, dos “fios invisíveis que cruzam as relações humanas”. (SOARES, 1998, p.38) O conceito de gênero nos permite perceber e questionar os mecanismos da construção social, cultural, histórica e lingüística fundadas na diferenciação biológica - leia-se genital - que produzem, reproduzem e naturalizam os dicotômicos e rígidos papéis para homens e mulheres. Entendemos que a abordagem de gênero é capaz de combinar aspectos políticos, econômicos, discursivos e culturais, mas não consiste em um ator político capaz de tensionar o poder público em defesa de suas plataformas. Ao tratarmos apenas de gênero, estaríamos diluindo o sujeito político *mulheres* e as assujeitando a um conceito teórico geral sobre *relações de gênero*. Como as relações de poder estão presentes em todas as dimensões da vida social, “é estratégico pensar que o exercício do poder político se configura como um campo de luta para o movimento de

mulheres onde a busca por igualdade na esfera pública está dialeticamente relacionada a uma democratização da vida privada.” (ÁVILA, 2004, s/p)

A criação de espaços institucionalizados na estrutura institucional do Estado, a exemplo do CNDM, tornou pública as diversas formas de discriminação e violência que as mulheres têm enfrentado. Lembra Jussara Reis Prá que, quando são examinadas as experiências desenvolvidas por mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres, é possível observar a preponderância de um enfoque de políticas públicas dirigido às mulheres em detrimento da adoção de uma perspectiva de gênero, pois “(...) é certo que eles tornam as mulheres mais visíveis, legitimam as suas reivindicações e permitem a incorporação na agenda política de um tema que normalmente não é considerado prioritário” (PRA, 2002, p. 82/83)

Nesse sentido, destacamos a importância dos movimentos feministas por tornar visível a subordinação das mulheres nas estruturas patriarcais da sociedade e dar voz política às mulheres, as quais passaram a falar em seu próprio nome, reivindicando o pleno acesso aos seus direitos sociais, políticos, culturais e econômicos. Salienta Ana Alice Costa que

O movimento significou uma redefinição do poder político e da forma de entender a política ao colocar novos espaços no privado e no doméstico. Sua força está em recolocar a forma de entender a política e o poder, de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder a as formas em que é exercido. Esse é o seu caráter subversivo. Ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas. (COSTA, 2005, p. 11)

Nossa pesquisa mostrou que a trajetória de vida do CNDM foi profundamente influenciada pelas múltiplas tensões que caracterizam as tortuosas relações governamentais. Apesar disto, a criação do Conselho, como proposta inovadora para a representação política das mulheres, promoveu uma gradual ampliação das vozes femininas nas esferas decisórias. A criação deste canal institucional efetivou a representação das mulheres nas estruturas institucionais do Estado, mas é preciso lembrar que:

(...) ser mulher não nos transforma necessariamente em “irmãs na luta”. Ao contrário, a consciência quanto ao lugar de enunciação surge do reconhecimento de que a experiência concreta se torna um momento teórico-crítico para estratégias que buscam interrogar categorias analíticas juntamente com seus usos hegemônicos. (COSTA, 2002, p. 86, destaque da autora)

No primeiro capítulo desta tese vimos que os Estudos Feministas e de Gênero (EFG) representaram um espaço de resistências e agenciamentos das demandas feministas nos espaços acadêmicos. A produção teórica dos EFG, ao questionar as relações desiguais entre homens e mulheres, tem sido capaz de fundamentar a agenda política das mulheres com propostas transformadoras, ampliando o discurso militante e demonstrando o caráter transversal e multifacetado das organizações feministas, as quais:

(...) traduzem a rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que reverta esta marginalidade e que se concretize a partir da construção de uma prática social que negue os mecanismos que impedem o desenvolvimento de sua consciência como seres autônomos e que supere a exclusão. As feministas fazem do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres. (SOARES, 1998, p.39)

Observamos na história do Conselho, analisada no capítulo 2 desta tese, a operacionalização de um dos grandes momentos epistemológicos dos feminismos: *o pessoal é político*; questões que antes eram tratadas apenas na esfera privada - leia-se dos domínios das mulheres - alcançaram uma dimensão política ampla e, a partir do CNDM, foi iniciado um processo de mudanças significativas no cenário político brasileiro. Anne Phillips lembra que as demandas contemporâneas por presença política emergem dos movimentos sociais e, assim como houve uma ampliação e diversificação das demandas feministas, também houve uma reconfiguração dos perfis dos movimentos feministas:

A atenção hoje dirigida à diferença sexual e de outros tipos não pode ser entendida apenas em termos de diferença absoluta ou crescente. Mais precisamente, ela reflete uma mudança na cultura e nas reivindicações políticas, pelas quais pessoas, que podem ser significativamente *menos* diferentes que em algum ponto do passado, passam a afirmar um sentimento mais forte de si mesmas e de suas identidades. (PHILLIPS, 2001, p. 278, destaque da autora)

É importante ressaltar novamente que os movimentos feministas são um movimento social plural com uma vasta e complexa amplitude de sujeitos que reivindicam uma gama diversa de propostas. O fio condutor do ideário feminista, em linhas gerais, revela-se na sua potencialidade política e epistemológica em busca da transformação da condição subalterna das mulheres nas relações de poder patriarcais. Percebemos que hoje o Conselho tenta refletir essas complexas dimensões dos movimentos feministas, como destaca a atual presidente do

CNDM e Ministra da SPM Nilcea Freire: *“Eu acho que o movimento feminista, a luta feminista, ela foi profundamente vitoriosa. Porque que ela foi vitoriosa? O movimento feminista, a luta feminista se alicerça em cima de um ideário, que é um ideário libertário e que estava restrito a um movimento exclusivo, um movimento com determinadas características, conseguiu se capilarizar na sociedade. Então, hoje, eu tenho o movimento das trabalhadoras rurais que incorpora o ideário feminista na sua luta. Ele não é um movimento que surge ou que se estrutura a partir da luta feminista, da luta libertária feminista, mas ele incorpora o ideário feminista. Você tem hoje diferentes movimentos no âmbito sindical com o ideário feminista incorporado. Você tem o movimento da economia solidária. Então, essa é uma grande vitória e isso significa, também, a diversificação da pauta e da agenda, porque o mundo se tornou muito mais complexo, não é? A segunda, a terceira, a quarta, a quinta, a décima onda feminista (risos), quando surgir, não poderá ser a mesma. Eu, hoje, acho que nós temos desafios a cumprir a partir de um ideário feminista que não são os mesmos desafios que nós tínhamos na década de 70 evidentemente. É preciso que a gente se situe no tempo. É muito importante você ver, por exemplo, o deslocamento, isso talvez seja uma das coisas mais interessantes para serem estudadas pelas acadêmicas feministas, o deslocamento de um movimento, do ideário de um movimento que era basicamente de mulheres instruídas, de classe média urbana, para dentro de movimentos populares, movimentos sindicais, que têm outra natureza; mas que, ao incorporar esse ideário, também se transformam.”³³⁷”*

A ampliação da autonomia dos movimentos feministas e a expansão de suas agendas fizeram com que estes movimentos se tornassem mais complexos em sua organização e mais diversos ideologicamente. Com isso, os vários desdobramentos dos movimentos feministas permitiram a capilaridade de sua esfera de ação e contribuíram para o aumento da presença das mulheres nos mais diversos segmentos do tecido social.

As contribuições feministas para o campo político revelaram a quase incipiente participação das mulheres neste cenário e demonstraram, com argumentos sólidos fundamentados nos EFG, que este não é só um problema ideológico ou cultural, mas é uma opressão multifacetada, de efeito cumulativo, que se fundamenta em questões materiais e opera na vida cotidiana. Ressalta Ana Alice Costa que, ao aliar a teoria e a prática do fazer político,

³³⁷ Nilcea Freire, durante entrevista concedida a mim em 04 de Novembro de 2010, em Brasília, DF.

O movimento feminista brasileiro, enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas. (COSTA, 2005, p. 26)

Para Costa, os feminismos demonstram sua força e sua capacidade de mobilização ao articularem e construírem novas alianças em torno de propostas transformadoras não só para a vida das mulheres, mas para toda a sociedade brasileira; contudo, a autora ressalva: “O feminismo está longe de ser um consenso na sociedade brasileira, a implantação de políticas especiais para mulheres enfrenta ainda hoje resistências culturais e políticas.” (Idem, p. 27) A partir dessas colocações, compreendemos o CNDM uma importante arena para a participação das mulheres na política e um campo fértil para estreitar as relações entre Estado e movimentos feministas. Como nossa pesquisa evidenciou, este órgão na estrutura organizacional do Estado permite que sejam debatidas e definidas propostas e encaminhamentos de projetos políticos dos vários grupos feministas, sejam eles autônomos ou institucionalizados.

A realização desta pesquisa nos permite afirmar que a criação do CNDM consiste em um dos legados mais importantes dos movimentos feministas no Brasil, uma vez que institucionalizou um espaço de resistências e agenciamentos das demandas das mulheres na arena política. Dessa forma, a manutenção do Conselho no aparelho estatal, mesmo com as limitações que observamos, estimula o diálogo e promove a convergência das demandas dos movimentos feministas brasileiros.

•••

Considerações Finais – Realizações e desafios

Fruto da pressão, articulação e mobilização dos movimentos feministas brasileiros, o CNDM é uma instância governamental que representa o papel de interlocutor das demandas dos movimentos feministas e de mulheres junto ao Executivo e é o responsável pelo planejamento, articulação e proposição de grande parte das políticas públicas para as mulheres existentes no Brasil.

Ao longo desta tese foi possível observar que a trajetória de existência e resistência do Conselho retrata não apenas as dificuldades e os entraves, mas também os avanços para a construção de políticas públicas para as mulheres em diferentes gestões governamentais do nosso país. Apesar de conturbada e com muitas disputas, sua história revela as conquistas que os movimentos feministas conseguiram alcançar e que vieram a culminar na criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e, posteriormente, na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O período definido para esta pesquisa coincide com momentos de profundas e aceleradas mudanças nos contextos histórico e político brasileiro. As investigações realizadas para este trabalho revelaram as negociações e as articulações promovidas pelos movimentos feministas e de mulheres para a criação do CNDM e para a inserção dos direitos das mulheres na Constituição Federal. Nossas pesquisas demonstraram também a atuação das ex-presidentas do Conselho em diversos momentos críticos, os quais afetaram a estabilidade do Conselho e provocaram o distanciamento entre movimentos feministas e o governo. Esta tese apresentou ainda os momentos de avanços e retrocessos do Conselho em relação à defesa dos direitos das mulheres brasileiras.

Acreditamos que os Estudos Feministas e de Gênero contemplaram, com todo seu instrumental teórico, as exigências dos objetivos propostos no início desta tese. Privilegiamos o estudo dos movimentos feministas na historiografia brasileira e abordamos os principais aspectos da atuação política das mulheres. Buscamos também registrar a atuação das ex-presidentas do Conselho, pois ao relembrares suas memórias, estas personagens revelaram uma visão mais dinâmica sobre o funcionamento e a trajetória do CNDM. Nesse sentido, entendemos que a realização das entrevistas, como fonte essencial para esta pesquisa, constituiu um conjunto valioso de instrumentos que qualificaram o debate e as argumentações acerca da construção do CNDM como um espaço democrático de debate entre Estado e sociedade civil.

Como vimos, os anos finais da década de 1980 testemunharam o sucesso do CNDM, especialmente pela habilidade que este tinha de reunir vários atores políticos, articular demandas de naturezas diversas e estreitar os laços entre a sociedade civil e o Estado. Assuntos como creches, sociedade conjugal, direitos trabalhistas, questões ligadas à sexualidade e aos direitos reprodutivos, bem como a participação das mulheres na vida política brasileira foram pautas de importantes debates, os quais foram levados ao CNDM principalmente pelos movimentos feministas. Neste período, as mulheres que estiveram à frente do Conselho chamaram para si o papel de mediadoras entre as demandas provenientes dos movimentos feministas e de mulheres e a agenda governamental; promoveram também a inserção dos direitos das mulheres no texto constitucional.

A intensa mobilização das mulheres nos anos 80 foi capaz de promover a conscientização da força política que representam; como consequência, a década seguinte foi marcada pela emergência de diversas organizações não-governamentais que buscavam, entre outros temas, defender os direitos das mulheres. Contudo, para o CNDM, os anos 90 testemunharam a limitação da sua esfera de atuação e a retração das suas ações.

Entre 1990 e 1995, o Conselho seguiu os princípios de gestão dos partidos que estavam à frente do governo federal. A chamada “crise do Estado”, caracterizada pelo excessivo fortalecimento do Executivo, pela redução da atuação estatal na economia e pelo conservadorismo nas políticas públicas, refletiu-se no enfraquecimento institucional do Conselho e na conseqüente perda de legitimidade do CNDM junto aos movimentos feministas.

Em 1995, o Conselho estava internamente debilitado, mas em virtude de diversas ações em nível internacional, a exemplo das Conferências da ONU, o Brasil passou a vivenciar um momento de afirmação dos direitos humanos, neles incluídos os direitos humanos das mulheres. Dessa forma, no período 1995-2003, o CNDM foi marcado pela lenta e gradual retomada do interesse governamental em relação às demandas das mulheres; com isso, observou-se uma tímida reaproximação dos movimentos feministas e de mulheres ao Conselho.

Os anos 2003 e 2004 marcaram o início da reestruturação do CNDM como instrumento articulador das políticas e defensor dos direitos das mulheres. A criação de uma Secretaria com *status* de Ministério representou um avanço inovador para as mulheres na área governamental, por ser um órgão executor de políticas públicas. Consideramos que a SEDIM

e a SPM são frutos do reconhecimento da atuação do CNDM, pois sua história revelou a necessidade de ampliação da esfera de atuação das mulheres nas estruturas governamentais.

Um importante ponto a ser destacado como realização positiva do CNDM foi a inauguração do debate sobre políticas setoriais *versus* políticas transversais. De forma inédita no cenário político, o Conselho adotou novas estratégias de atuação. Ao invés de lutar por políticas focalizadas e compensatórias (que, em geral, mantém as mulheres em lugares “tradicionais”), o CNDM buscou ampliar seu raio de atuação ao formar parcerias e articular suas demandas com diversas esferas governamentais³³⁸. Mesmo com sérias restrições em termos de autonomia administrativa e financeira, o Conselho articulou-se com os movimentos feministas para o debate e planejamento de diversas políticas públicas para as mulheres. Assim, com grande capacidade de organização e mobilização no espaço estatal, o Conselho se estabeleceu como um importante fórum de debates e promoveu uma nova maneira de pensar e elaborar políticas públicas para as mulheres de forma transversal.

Compreendido como um espaço de partida e não de chegada, acreditamos que o Conselho é um cenário aberto no Estado pelas e para as mulheres brasileiras; simboliza uma grande conquista dos movimentos feministas e consiste em um instrumento imprescindível para auxiliar os governos na construção das políticas públicas para as mulheres.

Na nossa avaliação, os movimentos feministas conseguiram alcançar, com o Conselho, um patamar de interlocutor privilegiado junto ao Estado. Pelo seu histórico de lutas, o CNDM registrou sua presença na cena brasileira como protagonista em relação à defesa dos direitos das mulheres e, sem dúvida, representou um avanço face à invisibilidade dos movimentos feministas e das demandas das mulheres no passado.

• • •

³³⁸ Como por exemplo, as diversas campanhas realizadas e os protocolos de cooperação firmados entre o CNDM e a bancada parlamentar do Congresso Nacional, além do Ministério da Saúde e do Ministério da Reforma Agrária, entre outros.

Referências Bibliográficas

Livros e artigos impressos

AIDA SILVA, Cátia. **Participação e políticas públicas: os conselhos tutelares da criança em São Paulo**. São Paulo: Humanitas, 2003.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O Historiador Naïf ou a análise historiográfica como prática de excomunhão**. In GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. (org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: Letras, 2007.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino**. In *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.

ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de. **Crise Econômica e Interesses Organizados: o sindicalismo no Brasil dos anos 80**. São Paulo: EDUSP, 1997.

ALVAREZ, Sonia. **Um outro mundo (também feminista) é possível: construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol. 11, nº 2/2003.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva**. São Paulo: Ed. Jurídica Brasileira, 2004.

ARAÚJO, Denise Castilhos de. **Verão sem vergonha Dove - expondo novo corpo para o mercado consumidor**. In *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7*. Santa Catarina: Mulheres, 2006.

BARROSO, Carmem. **Mulher, Sociedade e Estado no Brasil**. São Paulo: UNICEF/Brasiliense, 1982.

BEAUVOIR, Simone de. **Segundo sexo**. São Paulo: Difel, 1960.

_____. **A idade da discricão**. In *A mulher desiludida*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

BELELI, Iara. **Corpo e identidade na propaganda**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 15, n. 1, 2007.

BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. **Introdução: Além da política do gênero**. In BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (orgs.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5º. Ed. Vol.1 e 2. Brasília: Ed. UnB, 2004.

BORDO, Susan R. **O corpo e a reprodução da feminilidade: Uma apropriação feminista de Foucault**. In JACAR, Alison e BORDO, Suzan, R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1997.

BRAIDOTTI, Rose. **Sujeitos Nomades**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. **Estudos sobre mulher e educação**. In *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev., 1988.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929 - 1989**. São Paulo: UNESP, 2003.

BUTLER, Judith. **Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo**. In *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.

_____. **Corpos que pesam: sobre limites discursivos do “sexo”**. In LOURO, Guacira Lopes. *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, Gilda. **Lobby do Batom**. In *Caderno de Textos do Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular*. Câmara dos Deputados. Brasília, 27 e 28 de novembro de 2008.

CAMPOS, Rosanita Monteiro de. **Mulher Brasileira: 20 anos**. São Paulo: Copyjet, 1988.

CHACON, Vamireh. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e práxis dos seus programas**. Brasília: Ed.UnB, 1998.

CHATELET, François. **História das Idéias Políticas**. São Paulo: Zahar Editores, 1995.

COLLIN, Françoise. **Diferenças dos sexos (teorias da)**. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CORTÊS, Iáris Ramalho. **Relembrando passagens da Constituinte**. In *Caderno de Textos do Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular*. Câmara dos Deputados. Brasília, 27 e 28 de novembro de 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política**. In *Revista Gênero*. Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 1º sem, 2005.

COSTA, Claudia de Lima. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. In *Cadernos Pagu*, n. 19, p.59-90, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo**. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 2007, 240p.

DEL RE, Alisa. **Aborto e contracepção**. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DESCARRIES, Francine. **Teorias Feministas: Liberação e Solidariedade no Plural**. In NAVARRO SWAIN, Tânia (org.) *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. Revista da Pós-graduação em História da UnB. Vol 8, números 1/2. Brasília: UnB, 2000.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato; LESSA, Renato. **Modernização e Consolidação Democrática no Brasil. Dilemas da Nova República**. São Paulo: Vértice, 1989.

DRUCKER, Peter. **A Profissão de Administrador**. São Paulo: Pioneira, 1998.

FALUDI, Susan. **Backlash: The Undeclared War Against American Women**. 2. Ed. New York: Tree Rivers Press, 2006.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1997.

FEEDMAN, Estelle B. **No Turning Back: The History of Feminism and the Future of Women**. New York: Ballantine Books, 2002.

FERREIRA, Cláudia & BONAN, Cláudia. **Mulheres e Movimentos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, 1966.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **História da Sexualidade - A Vontade de Saber**. Vol. I. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Trarepa, 2006.

FRASER, Nancy. **Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero**. In BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (orgs.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

_____. **Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero**. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002.

FRIEDAN, Betty. **A Mística Feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

FUJISAWA, Marie Suzuki. **Das Amélias às mulheres multifuncionais: a emancipação feminina e os comerciais de televisão**. São Paulo: Summus, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001

GUILLAUMIN, Colette. **Pratique du pouvoir et idée de Nature, 2. Le discours de la Nature**. In *Questions féministes*. N. 3, mai, Paris, p.5-28, 1978.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, Endividamento Externo e o Milagre Econômico – 1964-1973**. In VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros, HERMANN, Jennifer. (orgs.) *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. São Paulo: Campus, 2005.

HONDERICH, Ted. **The Oxford companion to philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

HUMM, Maggie. **Dictionary of Feminist Theory**. Columbus: Ohio University Press, 1995.

JARDIM PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

KERGOAT, Daniele. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero**. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.

LHOMOND, Brigitte. **Sexualidade**. In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LIBARDONI, Marlene. **Fundamentos Teóricos e Visão Estratégica da Advocacy**. In *Além do Cairo e Beijing: Fortalecendo as Organizações de Mulheres no Brasil*. Workshops nacionais sobre Advocacy em Direitos Humanos, Sexuais e Reprodutivos. São Paulo: Fundação Ford, 2001.

LINDGREN ALVES, José Augusto. **Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2001.

LOBO, Thereza. **A gestão federal e a questão de gênero - perspectivas de institucionalização**. Serie Mujer y Desarrollo. CEPAL, Santiago de Chile, junho de 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e Magistério: Identidade, História, Representação.** In CATANI, D. et al. (orgs.) *Docência, memória e gênero: estudos sobre formação.* São Paulo: Escrituras Editora, 1997.

MACHADO, Lia Zanotta. **Feminismo em Movimento.** São Paulo: Francis, 2010.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère. **Cidadania.** In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATHIEU, Nicole-Claude. **Sexo e Gênero.** In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MEDRADO, Benedito. **Discursos sobre o masculino: um panorama da masculinidade nos comerciais de TV.** In *Lugar Comum. Estudos de mídia, cultura e democracia.* v. 1, n. 2. NEPCOM, 1997, p. 161-178.

MIGUEL, Sônia Malheiros. **A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro.** Brasília: CFEMEA, 2000.

MONTAÑO, Sônia. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. O caso do Brasil.** Serie Mujer y Desarrollo. CEPAL, Santiago de Chile, junho de 2003.

MOUFFE, Chantal. **Feminismo, cidadania e política democrática radical.** In *Debate Feminista. Edição especial: cidadania e feminismo.* São Paulo: Melhoramentos, 1999.

NAVARRO SWAIN, Tânia. **Identidade, para que te quero?** In *História e escrita. Intelectuais e Poder.* Goiânia: UFGO, 2004.

NICHOLSON, Linda. **Feminismo e Marx: integrando o parentesco com o econômico.** In BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (orgs.) *Feminismo como crítica da modernidade.* Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

_____. **Interpretando o gênero.** In *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, vol. 8, n. 2, 2000.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. **Práticas da memória feminina.** In *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v.9, n.18, ago-set. 1989.

_____. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência.** In *Fazendo história das mulheres.* Cadernos Pagu. Campinas: Unicamp/ NEG, 1995, n. 4. pp. 9-28.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru: Edusc, 2005.

_____. **História (sexuação da).** In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PETERS, Michael. **Pós-Estruturalismo e Filosofia da Diferença.** São Paulo: Autêntica, 2000.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de idéias a uma política de presença?** In *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 09, n. 1, 2001.

PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Serie Mujer y Desarrollo. CEPAL, Santiago de Chile, junho de 2003.

PONTUAL, Pedro. **Reformas Políticas com participação cidadã: aperfeiçoando e ampliando a Democracia**. In *Caderno de Textos do Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular*. Câmara dos Deputados. Brasília, 27 e 28 de novembro de 2008.

PRA, Jussara Reis. **Políticas Públicas de Gênero e Governabilidade**. In BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. *Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”*. Brasília, 2002.

PRINS, Baukje & MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira** In LOPES, Zélia (org.) *Cultura histórica em debate*. São Paulo: Unesp, 1994.

_____. **O efeito-Foucault na historiografia brasileira**. In *Tempo social*. São Paulo, 7(1-2), outubro de 1995.

_____. **As marcas da pantera: Foucault para historiadores**. In *Revista Resgate*. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. **Pensar diferentemente a História, viver femininamente o presente**. In *Questões de Teoria e Metodologia em História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 10/2000.

_____. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam e outras. (Org.) *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis:Mulheres, 2002.

_____. **Libertar a história**. In RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz Lacerda e VEIGA NETO, Alfredo (orgs). *Imagens de Foucault e Deleuse*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RODRIGUES, Almira. **Lugar de mulher é na política: um desafio para o século XXI**. In NAVARRO SWAIN, Tânia & MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.) *Mulheres em ação: práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Théroigne de Méricourt. Uma mulher melancólica durante a revolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

SABAT, Ruth. **Pedagogia cultural, gênero e sexualidade**. In *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001.

_____. **Imagens de gêneros e produção da cultura**. In FUNCK,S.B.; WIDHOLZER, N. (org.). *Gênero em discurso na mídia*. Florianópolis: Mulheres, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ-VARGAS, Monica (orgs.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.

SAID, Magnólia; ESMERALDO, Gema. **Conselho Cearense de Direitos da Mulher/CCDM - Espaço de interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e o Estado**. In DAGNINO, Evelina (Org.) *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Campinas: Paz e Terra, 2006.

SAILLANT, Francine. **Direitos, cidadania e reparações pelos erros do passado escravista: perspectivas do movimento negro no Brasil.** In HERINGER, Rosana; DE PAULA, Marilene (orgs.) *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll ActionAid, 2009.

SALLES CUNHA, Roberto. **Os novos direitos da mulher.** São Paulo: Atlas, 1990.

SANTOS, A. P. dos; RIBEIRO, S. L. S. & MEIHY, J. C. S. B. **Vozes da Marcha pela Terra.** São Paulo: Loyola, 1998.

SARTI, Cynthia. **O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória.** In *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004.

SCAVONE, Lucila. **Prefácio à Edição Brasileira.** In: HIRATA, Helena [et al] (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SCHIMIDT, Rita Terezinha. **Refutações ao feminismo: (des) compassos da cultura letrada brasileira** In *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. **"A criação da mulher": um ardid para a história das mulheres?** In MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Raquel. (orgs.) *O corpo feminino em debate.* São Paulo, Editora da Unesp, 2003.

SCHUMAHER, Schuma. **CNDM, uma visão histórica.** Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2004.

_____. **Lobby do Batom, para dar o nosso tom.** In *Caderno de Textos do Seminário Constituição 20 Anos: Estado, Democracia e Participação Popular.* Câmara dos Deputados. Brasília, 27 e 28 de novembro de 2008.

SCHUMAHER, Maria Aparecida; VARGAS, Elizabeth. **Lugar no governo: álibi ou conquista?** In *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, n. 2, nov, 1993.

SCHUMAHER, Shuma; VITAL BRAZIL, Érico. **Mulheres Negras do Brasil.** Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** In *Revista Educação e Realidade.* Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

_____. **A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem.** Florianópolis: Mulheres, 2002.

SOARES. Vera. **Movimento feminista. Paradigmas e desafios.** In *Estudos Feministas.* Ano 2, 2º Semestre. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Muitas faces do feminismo no Brasil.** In *Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **O verso e reverso da construção da cidadania feminina, branca e negra no Brasil.** In GUIMARÃES, Antonio S.A.; HUNTLEY, Lynn (orgs.). *Tirando a Máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SOIHET, Raquel. **História das Mulheres.** In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA LOBO, Elisabeth de. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

TELES, Maria Amélia da Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **History from below**. The times literary supplement, 7/4/1966.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

TOSCANO, Moema & GOLDBERG, Miriam. **A revolução das Mulheres**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília: Ed. UnB, 1998.

YOUNG, Iris Marion. **A imparcialidade e o público cívico: Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política**. In BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla (orgs.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1987.

_____. **Representação Política, Identidade e Minorias**. In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, N° 67, 2006. pp.139-190.

Fontes eletrônicas

AVILA, Maria Betânia. **A participação das mulheres e a reforma política**. Palestra proferida no Seminário *Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres*. Brasília, 27 e 28 de março de 2007. Disponível em: www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/a-participacao-das-mulheres-na-reforma-politica. Acesso em Janeiro de 2010.

_____. **Mulheres: participação política e poder**. In *Revista Matria*, N° 2, Março de 2004. Disponível em: www.cnte.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2920&Itemid=169. Acesso em Janeiro de 2010.

BENHABIB, Seyla. **From Identity Politics to Social Feminism: A Plea for the Nineties**. 1995. Disponível em: http://www.ed.uiuc.edu/eps/PES-Yearbook/94_docs/BENHABIB.HTM. Acesso em Janeiro de 2010.

BIROLI, Flávia, MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero e política na mídia brasileira**. 2007. Disponível em: www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_me-birolipdf Acesso em Outubro de 2008.

BORELLI, Andrea. **“A Rainha do Lar”: A esposa e a mãe perante a legislação brasileira (1830-1950)**. 2006 Disponível em : www.anpuhsp.org.br/downloads/CD%20XVIII/pdf/ORDEM%20ALFAB%20C9TICA/Andrea%20Borelli.pdf Acesso em Maio de 2010.

CARDOSO, Irene. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança.** In *Tempo Social*. São Paulo, v.17, n.2, Nov. 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em Janeiro de 2010.

CORREA, Sonia. **PAISM: uma história sem fim.** In *Rev. Bras. Estudos Pop.*, Campinas, 10(1/2), 1993. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol10_n1e2_1993/vol10_n1e2_1993_1artigo_3_12.pdf Acesso em Janeiro de 2010.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres.** s/d Disponível em: www.agende.org.br/docs/File/dados_pesquisas/feminismo/Empoderamento%20-%20Ana%20Alice.pdf Acesso em Outubro de 2007.

DESCARRIES, Francine. **Um feminismo em múltiplas vozes. Um movimento em atos: os feminismos no Québec.** 2002. In *Labrys*. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/francine1.html. Acesso em Janeiro de 2008.

_____. **O que são os Estudos Feministas?** 2008 In *Labrys*. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/estudos.html> Acesso em Janeiro de 2008.

DINIZ, ELI. **Globalização, reforma do estado e teoria democrática contemporânea.** In *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2001. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em Outubro de 2010.

GILLS, Stacy; MUNFORD, Rebecca. **Genealogies and generations: the politics and praxis of third wave Feminism.** (s/d) Disponível em: http://pdfserve.informaworld.com/849875__739111830.pdf Acesso em Abril de 2010.

GOLDENBERG, Mirian. **Gênero e corpo na cultura brasileira.** In *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2005. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?Script=sciarttext&pid=S0103-56652005000200006&lng=pt&nrm=iso Acesso em Abril de 2010.

JUREMA, Solange Bentes. **Governabilidade, Participação Política e Sistemas Eleitorais.** In *Seminário Internacional sobre Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero*. CEPAL - Santiago do Chile 1-2 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.eclac.org/mujer/seminario/Solange_Bentes.pdf Acesso em Abril de 2010.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos Políticos.** (s/d) Disponível em: www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/consnac/orgpol/oposicao/partpol/apresent.htm. Acesso em Maio de 2010.

MÄDER, Maria Paula Mansur. **Metamorfoses figurativas: imagens femininas na publicidade de cerveja.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba: 2003. Disponível em: www.utp.br/proppe/edcient/BibliotecaVirtual/MCL/Maria%20P%20M%20Mader/MPMader.pdf. Acesso em Maio de 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. **Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política.** (s/d) Disponível em:

www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200004&lng=en&nrm=iso>. 2005. Acesso em Outubro de 2010.

NAVARRO SWAIN, Tânia. **Os limites discursivos da história: imposição de sentidos**. 2006. In *Labrys*. Disponível em www.unb.br/ih/his/gefem/labrys9/libre/anahita.htm. Acesso em Novembro de 2007.

_____. **Estudos feministas, desafio teórico e institucional**. 2010. In *Labrys*. Disponível em http://www.tanianavarroswain.com.br/brasil/estudos_feministas.htm. Acesso em Junho de 2010.

NUNES, Paulo. **Mulheres guerreiras na Constituinte: Entrevista com Lídice da Mata**. 2008. Disponível em : <http://blogdopaulonunes.com/v2/2008/10/mulheres-guerreiras-na-constituente-entrevistacom-lidice-da-mata/> Acesso em Julho de 2010.

PENNA FILHO, Pio. **A evolução das relações entre o Brasil e a África do Sul - de 1918 a 2000**. (s/d) Disponível em www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/penna.rtf Acesso em Julho de 2010.

PITANGUY, Jacqueline. **As Mulheres e a Constituição de 1988**. (s/d) Disponível em: <http://www.cepia.org.br/images/nov089.pdf>. Acesso em Novembro de 2009.

RAICHELIS, Raquel. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais - Um Desafio a Ser Enfrentado pela Sociedade Civil**. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf Acesso em Novembro de 2010.

RODRIGUES, Almira. **Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas: Perspectivas Feministas**. In SUSIN, Luiz Carlos. *Terra prometida: Movimento social, engajamento cristão e teologia*. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=3 Acesso em Janeiro de 2008.

_____. **Participação Política das Mulheres e Gestão em Política de Gênero**. 2004. Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=66>. Acesso em Janeiro de 2008.

_____. **Mulher e Democracia**. 2005. Disponível em: www.cfemea.org.br/temasedados/detalhes.asp?IDTemasDados=94 Acesso em Janeiro de 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. 2006. In *Labrys*. Disponível em: http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/heleieth1.html Acesso em Fevereiro de 2007.

Relatórios

BRASIL. Ministério da Justiça. **Fontes de financiamento: projetos de mulher**. Brasília: CNDM, 1989.

BRASIL. Ministério da Justiça. **MEMÓRIA: Gestão 95/99 – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**. Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. **Relatório da Gestão 1999/2002 do CNDM e da SEDIM “Políticas para a Mulher”**. Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher. **Relatório Nacional Brasileiro. CEDAW. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher**. Brasília, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Memória 2003 – 2006**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – Relatório de Implementação**. Brasília, 2006.

Declaração e Programa de Ação de Viena. 1993. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm Acesso em Julho de 2010.

Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. Convenção de Belém do Pará. 1994. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/oea/mulher2.htm>. Acesso em Julho de 2010.

Programa de Ação do Cairo. Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento. 1994. Disponível em www.eclac.cl/publicaciones/xml/3/9743/SES29-15-P.pdf Acesso em Julho de 2010.

Legislação

Emenda Constitucional Nº 28, de 29 de outubro de 1998

Exposição de motivos Nº 270, de 14 de junho de 1985

Exposição de Motivos Nº. 119, de 05 de março de 1998

Decreto-lei Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940

Decreto não numerado, de 20 de março de 1996

Decreto não numerado, de 27 de agosto de 2003

Decreto Nº. 20.892, de 4 de abril de 1983

Decreto Nº 23.769/85.2, de 06 de agosto de 1985

Decreto Nº 91.697, de 29 de setembro de 1985

Decreto Nº 1.904, de 13 de maio de 1996

Decreto Nº 2.802, de 13 de outubro de 1998

Decreto Nº 3.511, de 26 de junho de 2000

Decreto Nº 4.773, de 07 de julho de 2003

Decreto Nº 5.273, de 16 de novembro de 2004

Lei Nº 4.121, de 27 de agosto de 1962

Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977
Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979
Lei Nº 7.353, de 29 de agosto de 1985
Lei Nº 5.447, de 1 de dezembro de 1986
Lei Nº 8.028, de 12 de abril de 1990
Lei Nº 9.029, de 13 de abril de 1995
Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997
Lei Nº 9.713, de 25 de novembro de 1998
Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002
Lei Nº 10.651, de 16 de abril de 2003
Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003
Lei Nº 10.714, de 13 de agosto de 2003
Lei Nº 10.745, de 9 de outubro de 2003
Lei Nº 10.778, de 24 de novembro de 2003
Lei Nº 10.886, de 17 de junho de 2004
Lei Nº 11.105, de 24 de março de 2005
Lei Nº 11.106, de 28 de março de 2005
Lei Nº 12.015, de 07 de agosto de 2009
Medida Provisória Nº 150, de 15 de março de 1990
Medida Provisória Nº 37, de 08 de maio de 2002
Medida Provisória Nº 103, de 01 de janeiro de 2003
Portaria Nº 70, de 23 de janeiro de 2008
Projeto de Lei Nº 5.778, de 17 de junho de 1985
Projeto de Lei Nº 4.559, de 06 de maio de 2004

...

Apêndices

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Por favor, leia atentamente o termo de consentimento abaixo.

TÍTULO DO ESTUDO: "Políticas Feministas e os Feminismos na Política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005)"

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Fabrícia Pimenta. Graduada em Direito, Mestre em Ciência Política.

DESCRIÇÃO: Você está convidada a participar de uma pesquisa sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Caso você concorde, você será entrevistada pela pesquisadora. A entrevista será gravada em áudio e vídeo.

RISCOS E BENEFÍCIOS: Não existem riscos associados a este estudo. Não existem benefícios pessoais a partir deste estudo, exceto que esta pode vir a ser uma experiência agradável e que você pode colaborar para pesquisas acadêmicas.

DIREITOS DO SUJEITO/PARTICIPANTE: Se você leu este formulário e decidiu participar desta pesquisa, por favor, compreenda que a sua participação é voluntária e você tem o direito de retirar o seu consentimento ou de desistir de participar a qualquer momento sem penalidades. Você tem o direito de se recusar a responder às perguntas.

INFORMAÇÕES PARA CONTATO: Se você tiver qualquer dúvida sobre este estudo, os seus procedimentos, riscos e benefícios ou sobre as formas de tratamento de dados você poderá entrar em contato comigo pelo email fabricia.pimenta@uol.com.br. Se você não estiver de acordo com a maneira de realização deste estudo, se tiver dúvidas, reclamações ou questões gerais sobre a investigação ou ainda sobre seus direitos como sujeito da pesquisa, entre em contato comigo.

Entrevistas

1. Jacqueline Pitanguy

- Nome completo da entrevistada: Jacqueline Pitanguy de Romani
- Profissão: Socióloga
- Local de realização da entrevista: Rua do Russel, 694, sala 201. Gloria. Rio de Janeiro, RJ.
- Data e horário: 16 de Setembro de 2010, 10h30

FABRÍCIA PIMENTA Eu gostaria, por favor, que a senhora descrevesse brevemente seu currículo e respondesse como se deu o convite para fazer parte do Conselho, para ser tanto conselheira como presidente?

JACQUELINE PITANGUY Bem, eu sou socióloga e eu tive a oportunidade de trabalhar, de estudar na Europa, na Bélgica. Depois eu fui estudar no Chile e estava no Chile fazendo a faculdade naquele momento histórico de transição eleição do Allende. Tudo isso me marcou muito, ou seja, eu senti sempre que havia essa necessidade de transcendência do cotidiano e do envolvimento nos processos políticos e, nesse sentido, eu acho que sempre fui uma pessoa com um grau de participação na vida política muito grande. Mas durante todo o período que eu estava no Chile na faculdade, em que se tentava construir o socialismo pela via democrática no Chile, a minha formação era uma formação muito mais marxista, e a minha preocupação era, digamos, com a grande transformação da classe, programas de classe social, infra-estrutura, superestrutura. Nisso estava aí a questão de gênero, ou mesmo o fato de eu ser mulher, pra mim não tinha nenhuma relevância da minha colocação no mundo. Quando eu voltei ao Brasil, eu fui trabalhar no Departamento de Sociologia da PUC e fui fazer uma pesquisa sobre mão de obra no Brasil. Sempre trabalhei bastante com metodologia, métodos e técnicas de pesquisa, estatísticas e fui, então, fazer essa grande pesquisa que era sobre mão de obra no Brasil. Um inventário crítico analisando os dados censitários e, de repente, era como se eu tivesse encontrado o que eu chamo de continente submerso. Eu disse meu Deus do céu! (*gesticulando*) Então, através, digamos, de uma investigação, de uma pesquisa, uma pesquisa bem estruturada metodologicamente, eu me confronto com a questão da discriminação da mulher no mercado de trabalho e isso era no início da década de 1970. No Brasil era muito incipiente qualquer tipo de preocupação com essa temática ainda que já florescia na Europa, nos Estados Unidos, o movimento de mulheres e tal. Mas no Brasil nos vivíamos em plena ditadura com aquela grande preocupação de democratização das instituições políticas e a

questão da mulher. Eu não vou usar a palavra gênero porque nem se usava a palavra gênero na época. A questão da discriminação da mulher era muito marginal não estava colocada entre os grandes temas no discurso político. E eu, quando eu faço essa pesquisa, que depois ela foi publicada num livro que se chama *Mão de obra no Brasil: um inventário crítico*, da Editora Vozes, com a Helena Lewin, que era socióloga e com Manoel Romani, eu me defronto com esse continente. E vou, então, procurar pessoas que estivessem com esse tipo de preocupação e eu lembro de falar pra uma colega na faculdade: “tem alguém aqui que esteja trabalhando a temática da mulher?” Ela disse: “olha eu conheço um grupo de duas ou três mulheres que costuma se reunir pra discutir esse tema”, que e não era a temática dela, mas ela me fez o contato então com Branca Moreira Alves, que tinha voltado recentemente da Califórnia e que estava, então, imbuída de todas essas questões da mulher e com a Leila Linhares Barsted, com quem, até hoje, nós coordenamos conjuntamente a CEPIA. Também com uma outra colega de Minas, a Sandra Azeredo e, enfim, outras poucas mulheres que já começaram naquela época ao lado da luta pela democratização, etc. Colocar na agenda política a questão da mulher, a questão da discriminação e da desigualdade, bem, então, nós a partir daí muitas coisas aconteceram. Em 1975, nós organizamos uma semana de debates aqui na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outra pessoa que integrou esse grupo também, que lamentavelmente já faleceu, foi a Marisca Ribeiro. E nós, nessa grande semana, eu me lembro que nós convidamos o Celso Furtado pra fazer a palestra de abertura, porque era uma voz masculina respeitada que daria até legitimidade ao evento. E o Celso Furtado disse que o movimento feminista ele considerava um principal movimento de massa do século XX. Me lembro dessa frase dele e a ABI esteve cheia o tempo todo. Então quer dizer que já era uma preocupação que já estava latente, mas não estava explicitada e muitas pessoas que, enfim, fazem a história do movimento feminista no Brasil. Nesse momento de movimento enquanto organização política, não de pioneirismo, nem sufragismo, tem como marco esse evento de 1975 na ABI que coincidia com o Ano Internacional da Mulher da ONU e que se faz ainda sobre um regime autoritário em que era difícil você se reunir. A partir daí surge o Centro da Mulher Brasileira, que foi a primeira organização feminista. Eu sou uma das fundadoras junto com uma série de outras mulheres que estiveram envolvidas nesse evento e de um grupo pequeno que se forma um grupo que se chama CERES. Era Branca Moreira Alves, eu, a Leila Linhares Barsted, a Sandra Azeredo e a Marisca Ribeiro. No final da década de 1970, nós fizemos uma pesquisa, que também foi muito pioneira, que se chamava, que foi publicada num livro chamado *Espelho de Vênus: Identidade Sexual e Social da Mulher*. Eu tenho até uma cópia aqui que eu posso te mostrar. É muito interessante porque nesse momento nós já

colocamos a agenda da sexualidade como uma questão política e foi um livro, a partir de um estudo qualitativo, que nós fizemos, nós ganhamos uma bolsa, um apoio da fundação lá em São Paulo, a fundação, essa fundação que começa a trabalhar com estudo da mulher, estudo do gênero, onde trabalha a Cristina Bruschini. É a Fundação Carlos Chagas. Inicia nesse ano, ela consegue uma verba, acho que da Fundação Ford e ela inicia nesse ano um concurso de projetos sobre temas da mulher. Não sei que ano era. Você pode pesquisar na Fundação Carlos Chagas. Eu sei que, então, nós, o grupo CERES ganhou essa bolsa e nós fizemos, então, esse projeto de pesquisa coletiva muito bonito. E foi um livro que foi publicado também pela Editora Vozes e que foi um sucesso. Foi também uma espécie de divisor de águas porque era novamente aquele momento de democratização, redemocratização, luta política e nós estávamos trazendo colocando nessa agenda a questão da sexualidade.

FABRÍCIA PIMENTA Inédito.

JACQUELINE PITANGUY Inédito. Foi muito interessante. Bem, já por volta do início da década de 1980, nós temos, no Brasil, um movimento de mulheres, um movimento feminista bastante expandido tanto, por exemplo, no sentido de que agenda do feminismo tava sendo levada para dentro de, por exemplo, sindicatos e, o momento também que os sindicatos ressurgem com o acordo político. Então, você tem dentro dos sindicatos os grupos de mulheres, a diretoria da mulher. A questão da mulher passa a ser colocada nas universidades, muitos debates nas universidades. Um embrião já dos núcleos de estudo da mulher começam a surgir também. A imprensa passa a dar, às vezes de um forma preconceituosa, outras vezes não, mas, passa dar espaço. Ganha muita visibilidade a nossa bandeira de luta contra a violência contra a mulher. Se destaca aí o caso da Ângela Diniz, que você deve saber. Inclusive nós, o nosso grupo, eu, pessoalmente, me envolvi muito porque a Ângela ela era vizinha minha. Menininha pequena, ela era vizinha em Belo Horizonte, porque eu passei minha infância em Belo Horizonte. A Ângela era uns dois anos mais velha, mais eu adorava ela e ela me adorava. A gente só soprava o bolo do aniversário quando eu chegava ou quando ela chegava no meu aniversário. Então, nós fomos muito amigas de infância. Vivíamos em casa colada. Depois nossas vidas tomou rumos completamente diferentes, mas sempre mantivemos uma amizade. Na minha adolescência, quando eu ia de férias a Belo Horizonte, sempre saía com Ângela, ela ficou uma moça muito bonita. Então, e esse assassinato da Ângela, ele tem um sentido político pra o movimento de mulheres porque foi quando o movimento de mulheres reagiu. Basta de termos homens que matam mulheres sendo praticamente absolvidos ou recebendo pena mínima com direito a sursis. Isso foi uma espécie

de divisor de águas. Eu me envolvo como militante, mas me envolvo também como amiga de infância de Ângela. Então, com a família da Ângela, com a mãe da Ângela, com os filhos da Ângela, foi contratado o Heleno Fragoso como, digamos, advogado de defesa da falecida. Aí houve esse embate lá no fórum lá de Cabo Frio. Foi o momento que muitas mulheres do movimento de mulheres estava presente e, finalmente, o Doca foi condenado a 12 anos. Mais esse é um acontecimento marcante na luta contra a violência contra a mulher, que vai prosseguir, vai ser sempre uma das bandeiras desse movimento. Outra vai ser a questão da educação, dos estereótipos na educação, que eu vou retomar muito no Conselho Nacional e também a questão dos direitos reprodutivos do aborto. Então, são questões que já estão colocadas ali no final da década de 1970, início dos anos 1980 e, politicamente, são os anos das grandes marchas pelas eleições “Diretas Já”, pela democratização. Em 1979, nós temos eleição parlamentar e a oposição ganha. Depois, em 1982, nós temos eleição para governador e nós temos, então, Franco Montoro em São Paulo, Tancredo Neves em Minas, Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Os principais Estados são vencidos pela oposição e aí a história você já sabe: a criação do Conselho da Condição Feminina em São Paulo com a participação grande de mulheres feministas paulistas. A criação do Conselho em Minas Gerais, que aliás foi o primeiro. Aqui no Rio, com o Brizola, nós não tivemos Conselho. Daí a luta para a criação das DEAM’s, das delegacias, mas tudo ainda com o movimento fora do Estado. E aí, com esse grande movimento de Diretas Já e a colocação da candidatura do Tancredo Neves mesmo prás eleições indiretas, leva um grupo de mulheres, no qual a Ruth Escobar teve um papel central no sentido de articular. A Ruth, ela é uma mulher com muita presença, muita. Ela é uma atriz, porque o fato de ela ter Alzheimer não significa que eu não vou falar no passado. A Ruth Escobar, ela tinha um teatro lá em São Paulo, o teatro Ruth Escobar. Ela era muito ativa, ela era mulher dos grandes eventos, dos grandes espetáculos. Organizou grandes espetáculos teatrais. Trouxe, montou peças e ela, então, se envolve com essa questão do feminismo e organiza um grupo de mulheres relativamente pequeno e nós vamos, então, a Belo Horizonte, onde o Tancredo era governador, e nós, então, vamos conversar com ele, pedindo formalmente que, caso ele fosse eleito, que ele se comprometesse a criar o órgão a nível federal, a exemplo do que já havia que ele havia criado em Minas Gerais, já havia em São Paulo, etc... Mas que fosse um órgão com autonomia. E o Tancredo Neves se compromete a criar um órgão, a nível federal. Esse foi o momento de muita riqueza interna no movimento de mulheres, de muito debate, muita discussão. Alguns grupos, algumas pessoas achavam que não, de maneira nenhuma, não se devia participar do governo. Manter-se fora do governo como consciência crítica e, outro grupo, no qual eu me integrava, dizia que não, se

havia uma luta pela redemocratização das instituições políticas, era o momento de que, se nós tivéssemos um órgão que pudesse se desenvolver nesse processo, uma agenda de direitos das mulheres. E havia a maioria que dizia: olha, tudo bem se vocês quiserem ir. Nós não nos opomos, nós continuaremos aqui, apoiando politicamente. O fato é que os acontecimentos, o falecimento do Tancredo, assumiu o Sarney e que honra o compromisso. Então, em agosto, nós não queríamos que o órgão fosse criado por decreto. Tinha que ser realmente por uma lei, porque estávamos num processo de valorização do Congresso Nacional e foi muito interessante, por que aí eu me reuni aqui no Rio com um grupo de pessoas, uma delas que eu me lembro muito, a Lúcia Arruda, que na época era uma deputada feminista. Mas hoje ela é do Santo Daime, mas tinha um grupo aqui na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro que apoiava o mandato da Lúcia Arruda. Ela foi uma das primeiras deputadas feminista. Muito interessante. E com um grupo de pessoas aqui do Rio, nós nos reunimos e começamos a fazer uma estrutura pra esse órgão, um estatuto, uma forma organizacional. Na época, eu trabalhava inclusive em pesquisa de Ciência e Tecnologia, fazendo várias pesquisas uma sobre a história da ciência no Brasil. E nós começamos a ver estatuto disso, como é o estatuto de uma fundação, como é o estatuto de um Conselho, trabalhando nessa arquitetura da criação de um órgão completamente novo. Então, em agosto de 1985 esse órgão é criado. Como é que eu cheguei como conselheira? Eu fui indicada aqui pelo Rio de Janeiro por várias instâncias dos movimentos de mulheres, movimentos acadêmicos, enfim. Várias pessoas que chegaram, chegaram por indicação, ou algumas eram pessoas já estelares, como Tizuka Yamasaki, uma grande cineasta, já era uma cineasta de nome. Rose Marie Muraro, que já era naquela época já era uma espécie de um ícone. Marina Colassanti, que escrevia sempre muito sobre a questão da mulher. Lamentavelmente uma grande pioneira do feminismo, com a qual o grupo CERES tinha muito contato, a Carmem da Silva, já estava doente. Não sei se você conheceu a Carmem da Silva, procura. Ela escrevia na revista Cláudia. Foi uma pioneira Carmem da Silva. Enfim, havia alguns nomes, assim, de figuras que eu digo estelares, e um grupo grande de mulheres que eram militantes, batalhadoras. Aqui do Rio tínhamos também a Hildete Pereira de Melo, que já desde essa época trabalhava muito a questão da mulher a nível de economia, participação econômica. Tínhamos a Ana Montenegro, já uma senhora da Bahia, enfim, foi um grupo que também teve uma representação das diferentes instancias políticas que, então, também se organizavam PCB, PMDB, PT, etc.

FABRÍCIA PIMENTA A oposição?

JACQUELINE PITANGUY E o que tinha sido a oposição, que agora chegava ao governo. Foi muito interessante esse grupo de conselheiras, do qual eu fazia parte. E a Ruth foi Presidente do Conselho de agosto a dezembro. A presidência dela no Conselho foi relativamente curta, foram uns seis meses e ela saiu porque nos tínhamos no nosso regimento que você não podia ser deputada e membro do Conselho. E ela foi se candidatar a deputada estadual em São Paulo e, então, eu fui escolhida pelo Conselho para que o meu nome fosse apresentado ao Presidente. Eu seria a escolha daquele Conselho e, naturalmente, com o apoio grande do movimento de mulheres. Eu me lembro que, na época, o chefe da Casa Civil era o Marco Maciel. E eu me lembro dele dizendo: “Poxa, mas quem é a senhora que eu não a conhecia”. E chega um telegrama, não tinha e-mail naquela época, chega telegrama de toda parte, apoiando. O movimento já era muito estruturado e queria muito ter naquele cargo uma pessoa, eu não era ligada a nenhum partido político, eu não tava ali nem representando PCB, nem PT, nem PMDB, nem PCdoB.

FABRÍCIA PIMENTA Era suprapartidário

JACQUELINE PITANGUY Era suprapartidário e uma representação, se é que se pode chamar de representação, mais uma inserção no movimento feminino muito claro.

FABRÍCIA PIMENTA Tem uma história que diz, conta-se, que a idéia principal era que o Conselho seria uma Secretaria de Estado e não poderia ser uma Secretaria de Estado porque a Ruth Escobar não poderia assumir o cargo de ministra porque ela era portuguesa. Essa história se confirma?

JACQUELINE PITANGUY Olha, eu não sei se essa história se confirma 100%. O que eu sei é que o Conselho era um órgão híbrido, porque, na realidade, ele era uma Secretaria de Estado. Ele tinha orçamento próprio, ele tinha autonomia administrativa, autonomia financeira e respondia ao Presidente da República. Eu respondia ao Presidente. Eu era indicada pelo Presidente. A Ruth respondia ao Presidente, mas ele tava alojado no Ministério da Justiça. Com tudo o que isso significou ao longo dos anos. Então, por isso que eu te digo era um órgão híbrido. Chamava-se Conselho, mas, no fundo, era uma Secretaria porque ele tinha um corpo administrativo, ele tinha suas comissões de trabalho, várias, que eu não vou repetir porque você sabe. E tinha um Conselho que se reunia a cada dois meses, não me lembro exato. Eu e as conselheiras íamos a Brasília, ficavam dois dias. A gente via os projetos, os planos estruturais, voltavam, e lá ficávamos nós, é muito parecido...

FABRÍCIA PIMENTA O Conselho assumiu o papel de Conselho e mais além, não é?

JACQUELINE PITANGUY É muito parecido com que é hoje a Secretaria. Mais o Conselho hoje tem a Secretaria. O CNDM é aquilo, era tudo um órgão só. Você tinha o Conselho, a parte administrativa. Tanto a parte administrativa, como financeira, como parte de Secretaria, quanto a parte administrativa técnica, era diretoria técnica e a diretoria executiva. E ali na diretoria técnica você tinha as condições de trabalho. As pessoas trabalhavam, ganhavam dinheiro prá trabalhar no Conselho. Para que ganhasse dinheiro, era contratada direto pelo Conselho. Elas eram requisitadas e tinham DAS. Então, você vê que era uma estrutura de Estado.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era a situação quando você assumiu o Conselho?

JACQUELINE PITANGUY Olha, eu acho complicado fazer um juízo, assim, de valor. Porque eu acho que os órgãos, os processos, eles têm também a marca de pessoas. Aliás, o Sartre já dizia que a história, ela é feita de processos coletivos, mas é feita de personagens também. Então, naturalmente, eu sou diferente de Ruth Escobar. Todo esse lado talvez, artístico, e de capacidade de organização de um grande evento amanhã, e trazer aqui um Nelson Mandela, eu não tenho isso. Mas, por outro lado, eu sou uma pessoa acostumada a trabalhar. Então, nós temos estilos diferentes. A Ruth só ficou seis meses, então, ela teve aquela presença grande na criação do Conselho. Mas talvez eu tenha, pelo meu tipo de personalidade, podido organizar institucionalmente melhor o Conselho. Que o Conselho não fosse apenas um órgão de grandes eventos ou de grandes momentos, mas que fosse um órgão de políticas públicas, de atuação como órgão de políticas públicas e, como estávamos no momento da Constituinte, como um órgão de atuação dentro da Assembléia. E isso requer disciplina, requer organização, requer discricção, requer uma certa estratégia política. Então, eu acho que nós conseguimos isso. Não foi um trabalho meu. Foi um trabalho de equipe, mas com estilos talvez diferentes. Como eu te digo, foram só seis meses, seis meses de criação então, não da prá... (*silêncio*)

FABRÍCIA PIMENTA Como era cotidiano vivenciado no interior do Conselho?

JACQUELINE PITANGUY Trabalho, mais trabalho, mais trabalho (*risos*). Eu digo que, realmente, eu dei uma parte da minha vida para aquele Conselho. Porque eu tinha filhos pequenos na época. Casada, com filhos pequenos e, na ocasião, meu marido e eu pensamos: eu vou pra esse órgão de primeiro escalão numa época em que as pessoas ficavam seis meses, oito meses. Ministro da Justiça foram vários, Ministro da Saúde foram vários, era um período de muita mudança nesse nível, muita instabilidade, rearticulações políticas. Eu digo: eu vou ficar quanto tempo? As crianças no colégio? Então, nós decidimos que eles não iriam e que eu

iria sozinha. Foi uma decisão conjunta. As crianças ficaram aqui prá não interromper o colégio e lá fui eu pra Brasília. Então, eu tinha que exercer a maternidade de longe, pelo telefone. Fez o dever? Aquela preocupação permanente. As vindas ao Rio. Meu marido aqui e eu lá. Então, eu, em Brasília, minha vida era o trabalho. Eu não tinha nada a não ser o Conselho, o que já era muito. Mas a dedicação era permanente. E como eu, outras pessoas que estavam lá. Saíram de outros Estados, foram pra lá, por um projeto político. Eu nunca tive um projeto de fazer uma carreira política, de depois me candidatar, de usar isso como trampolim à algum tipo de cargo. Então, toda a energia foi colocada no Conselho. O que eu me lembro era assim acordar... *(pausa)* Primeiro eu fiquei dois anos em um hotel porque eu não conseguia um apartamento funcional. Era aquelas coisas tinha que pedir a não sei quem, não é muito o meu... *(pausa)*. Até que um dia eu disse: “eu não agüento mais morar num hotel”. Finalmente aí então eu fui pra um pequeno apartamento funcional, que eu praticamente nem mobiliei. Por que aquilo era uma coisa que eu entrava e saía. Eu chegava de manhã e lá em Brasília, bom você mora lá, e naquela época tinha muito pouco trânsito. Ainda te permitia ter um ritmo de trabalho alucinado porque você, por exemplo, marcava uma reunião com o Ministro da Cultura e no mesmo dia você podia marcar com dois ministros. E às vezes, assim, com pouca distância. E não tinha trânsito. As coisas fluíam muito bem. As pessoas respeitavam horário. Então, foi um período assim, de um trabalho interno dentro do Conselho, estruturando as comissões etc... E um trabalho externo que a Presidente do Conselho tem que fazer, que é a articulação com outros Ministros. E eu acho que foi um trabalho muito bem sucedido. A montagem de uma equipe, uma equipe boa, uma equipe empenhada em levar adiante um projeto político. Então, acho que foi uma época que eu diria heróica. E durante a Constituinte, com a nossa Comissão, nós estávamos diariamente no Congresso Nacional. Então, era trabalho, mais trabalho, mais trabalho, mas sem vitimização. Por uma opção e com muita alegria, muita satisfação e muita coragem porque foram vários os embates. Incomodamos muita gente.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o relacionamento com as conselheiras?

JACQUELINE PITANGUY Muito bom, excelente.

FABRÍCIA PIMENTA Foi você quem as indicou?

JACQUELINE PITANGUY Não, eu fui indicada por elas, meu relacionamento era muito bom.

FABRÍCIA PIMENTA E com os Conselhos Municipais e Estaduais?

JACQUELINE PITANGUY Ótimo. Nós inclusive inauguramos essas reuniões periódicas de formar uma rede de Conselhos. Nos reuníamos em Brasília. Eu viajava muito. Às vezes eu estava dentro do ônibus e não sabia pra onde que eu estava indo, “tô chegando na Amazônia” (*risos*), prá justamente estar em eventos organizados pelos Conselhos, Conselhos Estaduais Conselhos Municipais. E tínhamos as nossas reuniões, que nós fazíamos planos em conjunto. Eu vejo como excelente. Agora, você sabe que toda história tem duas leituras. Pode ser que alguém veja de outra forma, mas, digamos, os embates eram mais com o mundo externo. O mundo interno, que eu chamo que era o mundo do movimento feminista, do movimento social, das conselheiras, do quadro técnico e administrativo do Conselho, fluía muito bem. Era muito fácil pra mim, eu nunca senti nenhuma, realmente, se senti uma resistência, se houve, eu não tive nem tempo, nem interesse, em perceber. Meu negócio era levar adiante. Era muito bom, com discussões ótimas com o movimento, conseguimos fazer muita coisa juntas.

FABRÍCIA PIMENTA Foi um período de maior efervescência?

JACQUELINE PITANGUY Maiores realizações. Não só efervescências, mas realizações. Realizações materializadas em políticas públicas, realizações materializadas na Constituição, em campanhas no rádio e na televisão, grandes campanhas, fantásticas, que nós fizemos, então, e uma presença muito forte na mídia. As portas abertas: os jornalistas entravam e saíam, contas todas abertas aprovadas pelas auditorias.

FABRÍCIA PIMENTA Sobre esse contato com a mídia e aí já as realizações do Conselho na sua gestão à frente do Conselho. Na palestra que você fez no IPEA, você menciona que existiram três principais embates que culminaram na sua saída do Conselho: um foi sobre a abolição, que foi o tribunal da Winnie Mandela... Eu gostaria que você explicasse um pouco melhor como foi esse momento.

JACQUELINE PITANGUY Bem lembrado. Em todo o país, em 1988, era os cem anos do fim da escravidão e aí o governo organizava o folguedo, danças e desfiles. Esse tipo de evento festivo. E no Conselho, nós chegamos à conclusão que nós tínhamos que fazer uma reflexão sobre a situação da mulher negra no Brasil. E nós tínhamos a comissão da mulher negra. E então estabelecemos um plano de trabalho, que era organizar uma série de seminários que teriam lugar na escola, ali na praça da Sé, uma escola de Direito em São Paulo (*referindo-se ao Largo São Francisco, da USP*) porque tanto a Suely e a... (*breve pausa*), elas eram de São Paulo. As duas que estavam na comissão. E aí montamos assim: mulher negra. Eu não me lembro exatamente os temas, mas eram seminários acadêmicos. Mulher negra em força de

trabalho, Mulher negra e política, Imaginário da mulher negra e sexualidade. Uma série de seminários que se desenvolveriam lá na praça da Sé, na faculdade de Direito. Nós montamos com pessoas convidadas a apresentar as temáticas. Tudo isso culminaria em 20 de novembro, que é dia do Zumbi dos Palmares, num grande evento, que seria um tribunal fictício, um júri fictício. E convidamos o Joel Rufino, que era um escritor, para desenvolver e ele criou um personagem de uma mulher com 117 anos e a filha dela. Uma história, um teatro e com júri formado por Anistia, Pastoral, OAB, enfim, movimento de mulheres, que iria julgar os 117 anos, tanto dessa mulher, quanto da filha. E pensamos na Ruth de Sousa prá representar, enfim, o teatro com esse júri simbólico. E ficamos entusiasmadíssimas e, naquela época, a Winnie Mandela, o Nelson tava preso. Ela era uma figura libertária e demos, então, o nome de Tribunal Winnie Mandela pro evento. E eu me lembro assim, como se fosse hoje, que eu atravessei do Ministério da Justiça para o Ministério das Relações Exteriores. O Secretário Geral era o Paulo de Tarso Flecha de Lima. Ele era o Secretário Geral e eu fui falar com ele. E contei pra ele como eu estou contando pra você, com esse entusiasmo, e que a gente queria que eles então, no Itamaraty, facilitassem o visto. Por que o Brasil tinha relações, meio que parciais com a África do Sul, pra que ela viesse assistir o Tribunal. “Ah, sim... aquela história, pois não, pois não, interessante.” (*referindo-se às palavras do Secretário*). Eu saio de lá, atravesso novamente aquela avenida, chego no Conselho, que funcionava no Ministério da Justiça. Nós tínhamos acho que dois ou três andares, e vou pra minha sala. Mais ou menos umas 19h30 da noite, eu ainda tô trabalhando, não tinha quase ninguém mais. Toca o telefone. Era o Ministro Brossard, o chefe de gabinete dele, dizendo que eu descesse imediatamente que o Ministro queria falar comigo. Eu desço, não sei se você conhece, não sei se ainda é assim. Mas o gabinete é imenso. Maior que esse apartamento. E uma mesa imensa. E ele atrás daquela mesa imensa e eu vou chegando e ele realmente falou comigo, gritando, e me acusando de estar montando um ato subversivo prá comemorar, quando todo o governo estava celebrando de uma maneira lúdica, com folguedos, com eventos, com sei lá o que, que nós estávamos ali, do Conselho querendo fazer um tribunal pra julgar o preconceito racial, que não existia no Brasil. E ele falava assim, com o chefezinho dele de gabinete mudo ali do lado, e foi muito interessante, porque eu tive muita calma nesse momento. Eu disse a ele: Olha ministro, se o senhor continuar a gritar assim, eu tenho uma dificuldade enorme de entender o que as pessoas dizem quando elas gritam muito. Então, vamos conversar de uma maneira mais calma. Obviamente o fato de nós tomarmos a dianteira pra discutirmos a questão da discriminação racial no Brasil é uma comprovação de que esse governo não é racista porque

se fosse não discutiria por aí fora. E além do mais, como meu cargo é do Presidente da República e não do senhor, eu não vou lhe entregar meu cargo.

FABRÍCIA PIMENTA Ele pediu para que você entregasse o cargo?

JACQUELINE PITANGUY Sim e eu disse: O senhor tem que ir ao Presidente pra que o Presidente então me peça o cargo. E aí eu entrego no mesmo momento, mas, por enquanto, não. E nós vamos fazer esse evento. Nós vamos realizar o evento. O evento vai ser no dia 20 de novembro em São Paulo.

FABRÍCIA PIMENTA Isso foi quando?

JACQUELINE PITANGUY Em setembro, outubro. Às vésperas. Já era perto, já tava tudo mais ou menos organizado. A peça já escrita, o júri já formado. Era uma coisa próxima e, nesse momento, é que você vê a importância de que aí não era uma questão de Jacqueline versus Brossard. Era questão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, alojado dentro do Ministério da Justiça, no embate com o Ministro da Justiça. Era o Ministério da Justiça e o Conselho. Claro que, como eu disse, você tinha duas personalidades ali. E nós tínhamos um trânsito muito bom na Constituinte. Nós estávamos todos os dias lá e imediatamente eu comecei articular os apoios. Era a noite, eu me lembro bem, eu cheguei no apartamento já tarde e, naquele momento, eu tava dividindo o apartamento com Sueli Carneiro, que é uma moça negra de São Paulo, que foi uma das fundadoras do Geledés, e que era coordenadora também da comissão da mulher negra, também de São Paulo, e tava sem ter onde morar. Então eu cheguei, peguei, olhei assim pra Sueli, que é uma militante dos direitos da mulher negra e eu disse pra ela: eu fiz a coisa certa. Aqui agente não transige, mas a gente tem que se articular pra ter apoio. E parece, e conseguimos rapidamente o apoio do relator da Constituinte, de vários deputados. E o ministro começou a sentir que o Conselho, o Conselho, tinha uma força como órgão e o evento se fez. E teve lugar, e foi muito bonito em São Paulo. Pena que eu não tenha um registro desse evento. Porque foi um desgaste pra mim, porque eu realmente ali me plebiscitei. Eu ali não sabia se eu ia continuar no cargo, se o evento ia acontecer, se o Presidente, que era o Sarney, ia interferir ou não. Mas ele deve ter sentido também a chuva de apoios e o evento aconteceu. Então esse foi o primeiro grande embate. Uma lição aprendida. Pouco tempo depois, uma pessoa do Itamaraty me disse: “olha Jacqueline, você não sabe o ninho de vespeiro que você se meteu”. Porque a questão racista no Brasil é de segurança nacional. Então, isso atçou tudo. Não é só o Ministro da Justiça, é segurança nacional. Porque você imagina o Brasil, com a população afro-descendente e negra que tem, imagina se essa agenda começa a ser uma agenda política? Bom, isso eu digo que foi

o primeiro tema duro, que ainda hoje são temas duros. O segundo foi a questão da violência contra mulheres e crianças no campo, que até hoje é um tema duro. A questão agrária no Brasil até hoje é uma agenda complicada e aí foi que um grupo de pessoas que trabalhavam no Ministério da Reforma Agrária fez um levantamento todo pautado, estabelecido, com todas as fontes sobre a ocorrência de violências contra mulheres e crianças no campo. E de posse desse material, eles não tiveram, dentro do Ministério, a possibilidade de publicar. Então, eu conhecia os dois antropólogos, chegaram a mim e disseram: “Jacqueline, será que o Conselho banca, publica isso? Porque lá no Ministério eles não vão publicar.” Eu disse: nós vamos publicar. Está dentro da nossa agenda a violência contra mulheres e crianças no campo. Nisso, houve uma mudança de Ministro. Entrou Marcos Freire, de Pernambuco, que deu todo o apoio, inclusive foi no dia do lançamento. Foi um dia muito bonito o dia do lançamento, porque vieram trabalhadoras rurais de todo o país. E elas cantam, elas cantam muito. Cantaram, sabe, era aquela emoção. Houve um embate, dessa vez, que nós eramos subversivas. Que nós queríamos promover a subversão, etc., etc., etc. e, naturalmente, essa publicação foi parar na Anistia Internacional, foi para os órgãos da ONU. E que nos estávamos difamando o Brasil, etc., etc., etc. Era muito difícil, era outro momento político. Isso hoje é tranquilo, por exemplo, organizar um tribunal seja Mandela, hoje, não haveria problema, em princípio, eu creio. Hoje avançamos, avançamos muito. Hoje está colocada a questão racial. Ela não está resolvida, mas ela está colocada.

FABRÍCIA PIMENTA É mais visível, não é?

JACQUELINE PITANGUY É muito visível. É legítima. Você tem até órgãos de governo, Secretarias e etc., mas naquela época não era. E a questão agrária também. E o terceiro grande embate foi que nós organizamos, no Congresso Nacional. Primeiro, fizemos uma campanha “Maternidade: Direito de opção” e fizemos, no Congresso Nacional, um grande evento também sobre o aborto, chamando o Laurenti, que é um grande epidemiologista. Sempre as coisas que a gente fazia era de nível, chamamos demógrafos prá discutir, em alto nível, a questão do aborto. Então, essa foi, digamos, o terceiro grande embate. Tivemos também problemas pontuais, por exemplo, com a extensão da licença-maternidade pra quatro meses. Isso desagradou a classe empresarial. Então, eram muitas..., a questão dos direitos da empregada doméstica. Então, você não avança em direitos sem enfrentar resistências. Você não avança. Agora aí estão as grandes temáticas que eu considero, que ainda hoje, são temáticas muito complexas no compromisso da política e que nós enfrentamos diretamente. Não sei se isso responde a sua pergunta.

FABRÍCIA PIMENTA À época da articulação da Assembléia Nacional Constituinte, houve um apoio integral da bancada feminina?

JACQUELINE PITANGUY Não. Por exemplo, aqui do Rio, Sandra Cavalcante. Nunca nos apoiou. Ela era deputada. Eu lembro por que eu sou do Rio. Então, era uma deputada do meu estado, mas não. Mas eu diria que houve um apoio muito expressivo, mas não foi integral. Não foi absoluto. Foi muito expressivo.

FABRÍCIA PIMENTA E como se deu o caminho para a sua saída do Conselho?

JACQUELINE PITANGUY A minha saída foi assim. Em fevereiro de 1989, tomou posse o ministro. Brossard saiu e tomou posse o novo Ministro da Justiça, chamado Oscar Dias Correia, que eu não conhecia, não sabia quem era. Eu fui à posse, cumprimentei e tal. Só fazendo um parêntese. O ministro Brossard, ele era legalista. Ele se atinha às leis, ele podia ter os seus rompantes, as suas coisas. Mas, eu acho que a grande diferença entre o Ministro Brossard e o Oscar Dias Correia é que o Ministro Brossard tinha um comportamento dentro do seu mandato e do meu mandato. Não sei se eu me explico. Então, entrou esse senhor, Oscar Dias Correia. E eu me lembro que eu estava fazendo uma reunião no Conselho Nacional, com algumas pessoas que pertenciam a uma comissão. Acho que era comissão dos direitos reprodutivos que estava funcionando no âmbito do Ministério da Saúde, que tinha sido desativada. Então, eu chamei para o Conselho Nacional essa comissão que discutia DIU, discutia Misoprostol, discutia a questão de abortamento.

FABRÍCIA PIMENTA Foi a época da Carta das Mulheres pelo Direito a Saúde?

JACQUELINE PITANGUY A Carta das Mulheres pelo Direito a Saúde (pausa). Eu acho que a comissão ainda estava funcionando no Ministério da Saúde. Tanto que nós organizamos até junto com o Ministério da Saúde mas aí, depois, dentro do Ministério da Saúde, forças conservadoras desativam essa comissão. Tudo aqui no Brasil, você dá dois passos à frente e outro atrás. Nós estávamos reunidas todas ali e a secretária disse: “Olha, o Ministro Oscar Dias Correia pede que a senhora desça imediatamente, que ele precisa falar com a senhora com urgência”. Aí eu desço, um senhor que eu não conhecia, tinha visto na posse. E ele disse: “Então, eu soube que o Conselho Nacional do Direito da Mulher conseguiu 80% do que tinha proposto na Constituinte, não é verdade?” Eu disse: “É Ministro, realmente foi uma campanha vitoriosa”. “Pois então saiba que eu vou diminuir a atuação desse órgão em 80%, porque não é mais necessário”. Eu disse: “Mas porque você está dizendo isso?”. “É exatamente isso. Boa tarde e passe bem”. Foi isso. Eu me lembro que eu subi estarrecida, porque aí você tem coisa

de confronto, de guerra. E esse senhor, eu acho que pouco ficou lá no Ministério, acho que ele ficou uns seis meses só. E a única coisa que ele fez foi desestruturar o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

FABRÍCIA PIMENTA Ele era extremamente conservador, não era?

JACQUELINE PITANGUY Absolutamente conservador. Ele era absolutamente conservador e ele não respeitou os limites legais. Então, ele começou, as pessoas que tinham cargo de confiança DAS meu, a transferir pra outros órgãos. O nosso orçamento, ele era discutido e negociado por nós no Congresso, mas passava burocraticamente pelo Ministério. Ele praticamente cortou, reduziu a zero nosso orçamento, nós sem possibilidade de termos um orçamento pra poder negociar. Esse tipo de medida, que eu digo que não é legalista, entendeu? E o que ele perseguia era tornar o Conselho um órgão sem condições de operacionalidade.

FABRÍCIA PIMENTA Engessado?

JACQUELINE PITANGUY Engessado, e obviamente que o Presidente Sarney não fez nada. Então, num certo sentido, você faz até a pergunta: Bom, ele era, então, conivente com o que estava acontecendo? Por que nunca apoiou o Conselho? Ele deixou o ministro Oscar Dias Correia fazer o que fez?

FABRÍCIA PIMENTA Assim como ele deixou os outros ministros?

JACQUELINE PITANGUY E você sabe que como é aquela política. Então, pra mim, eu tive uma decepção com o Presidente porque sempre tive uma relação muito cordial com ele. E sempre vi o Oscar Dias Correia como um enviado que chegou ali com uma missão destrutiva de desestruturar o órgão que tinha uma legitimidade enorme, que funcionava bem, entendeu? Que tinha sua autonomia, que tinha programa, uma estrutura, uma estratégia, que não era engessado, que não era burocrático e não tinha herança. Tinha pessoas com capacidade técnica, com capacidade de gestão. Então, ele torna inviável. Do momento que você tem que ter também a correlação de forças em qualquer momento. Do momento em que você ali percebe que ele está inviabilizando a gestão, permanecer ali é ser cooptado. Não poder fazer nada. Não poder desenvolver um programa, não poder levar adiante as agendas que não fossem as agendas com as quais ele concordasse. Então, nesse momento, eu, internamente, tomei a decisão de que eu gostaria de renunciar. E ele ainda achava, ele dizia: “A senhora é uma... (*silêncio*), a senhora está aqui pra fazer campanha política, pra fazer sua candidatura política.” Eu disse: “Você está enganado. Eu não tenho uma agenda política”. E foi engraçado,

por que depois eu recebi até uma sondagem pra ser candidata a vice-presidente, quando houveram as eleições. E eu nunca pensei em aceitar, até mesmo porque, do ponto de vista pessoal, também eu já estava pronta pra voltar pra minha casa, no Rio de Janeiro. Mas, então, esse senhor, tem essa atitude e nós nos reunimos. Fizemos reuniões do Conselho Deliberativo, reuniões internas da equipe técnica, mas também com o movimento de mulheres, pra que a minha renúncia e a renúncia das conselheiras não fosse um ato isolado. Que fosse pensado se seria essa a melhor estratégia. Então demorou muito, foi muito doloroso esse processo final. O movimento fazia reunião aqui, fazia reunião ali, discutia-se aqui, discutia-se lá. Nós continuamos nesse embate por mais seis ou sete meses até, então, finalmente, chegarmos à conclusão de que não haveria mais condição de resistência, e que a grande resistência e a preservação da agenda das mulheres era a renúncia.

FABRÍCIA PIMENTA Nesse momento qual era o corpo técnico do Conselho?

JACQUELINE PITANGUY Quantas pessoas? Nos trabalhávamos mais ou menos com umas cento e poucas pessoas, entre administrativo e técnico.

FABRÍCIA PIMENTA Mas nesse momento, já de esvaziamento, já foi se esfacelando isso ou não?

JACQUELINE PITANGUY Não. Digamos, as coordenadoras de programa todas estavam e as diretoras também. O corpo técnico estava. Era um corpo técnico também muito imbuído do feminismo, da militância, de um projeto político, mas nós, no final, ele já estava cortando. Estávamos sem dinheiro pra pagar o telefone. Foi uma coisa, assim, escandalosa que ele fez pra desestruturar. E aí, então, conjuntamente com a sociedade civil, chegamos à conclusão política, não uma conclusão pessoal, mas foi realmente uma decisão política de que era o momento de nós renunciarmos por que o Conselho ainda detinha uma legitimidade extraordinária. Tinha o apoio da imprensa, foi muito noticiado e foi muito bonita a renúncia. Porque, na época, o Sarney estava até viajando. Era outra pessoa que estava no gabinete civil. Não lembro quem era. Mas nós fizemos uma grande reunião em Brasília. Vieram mulheres com os seus próprios recursos do Brasil inteiro. Fizemos uma grande reunião, fomos explicando o porque estávamos renunciando. Eu fiz a carta de renúncia, as conselheiras, em uníssono, renunciaram e várias pessoas, a maioria expressiva, pelo menos do corpo técnico, não todas, mas a maioria expressiva, também renunciou. E nós descemos caminhando do Ministério da Justiça até o Palácio do Planalto para a entrega dessa carta. Do lado de fora do Palácio do Planalto tinham homens, inclusive com cães, com cachorros e tudo. Como que se tivesse que proteger o Palácio dessas mulheres que desceram marchando! As conselheiras e

todas do movimento e mais o corpo técnico. E aí nós entregamos. Eu entreguei a carta de renúncia e, foi assim que nos saímos num ato de grande, digamos, assim, de dignidade e também de estratégia política. Então, não foi “Ah, vou sair. Ele gritou comigo, então eu vou sair”. Não! Houve um sofrimento, uma luta durante muitos meses pra que essa decisão fosse uma decisão tomada de forma madura, que prejudicasse o mínimo possível a agenda das mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA Que papel você acredita que o Conselho desempenhou nessas duas décadas, que é o trabalho de 1985 a 2005. Qual foi o grande papel?

JACQUELINE PITANGUY Pra mim é um pouco difícil falar dessas duas décadas como se fosse uma coisa só. Por que eu acho que o Conselho desempenhou um papel crucial de 1985 a 1990, digamos assim. Por que, apesar de nos termos saído em 1989, tudo ainda repercutiu e, depois, é um período em que o Conselho desempenha um papel muito secundário na história política do Brasil, muito secundário. Inclusive essa sucessão de nomes que você mencionou é tão secundário, que eu não me lembrava desses nomes. Mas não foi só o Conselho. Acho que a coisa do Collor, do Estado mínimo, da desestruturação do Estado, são muitos fatores. Depois de todo esse período conturbado, da renúncia, etc. e tal, Itamar. Eu não sei dizer, por exemplo, quem estava no Conselho com Itamar. Era Herilda? Quem que era? Eu acho que não se pode falar desse período como se fosse um único período. Eu acho que o Conselho teve um papel muito importante nessa fundação, da redemocratização, da democratização, das instituições políticas, no sentido de bem representar um movimento social bem articulado, que colocou a questão do direito da mulher como central da democracia. Isso foi muito importante. Depois, nós temos esse período conturbado, em que eu acho que o Conselho ficou, assim, no ar. Eu não sei nem quem eram as conselheiras ali. Eu não sei o que aconteceu. E, depois, havia grande esperança, de que, inclusive Ruth Cardoso foi nossa conselheira, excelente conselheira. Eu tinha, inclusive uma afeição particular pela Ruth, porque ela foi também professora minha no doutorado, na USP. Quando eu fiz meu exame de qualificação, a Ruth estava na banca e, ela foi uma excelente conselheira. Então, havia no movimento de mulheres a esperança de que, com o governo Fernando Henrique, mudasse a situação. Então, você vai entrevistar a Presidenta Rosiska, então ela contará a sua história. Eu não quero contar a historia por ela. Mesmo porque eu não conheço, eu não sei muito bem o que o Conselho fez nesse período.

FABRÍCIA PIMENTA Qual foi a sua maior vitória à frente do Conselho?

JACQUELINE PITANGUY No ponto de vista pessoal ou político?

FABRÍCIA PIMENTA Ambos, acho que eles se misturam, não?

JACQUELINE PITANGUY Eu acho que foi ter enfrentado esses três grandes embates com dignidade e ter continuado. O Conselho não ter aberto mão da sua agenda estratégica que inclui racismo, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos, sexualidade, violência, violência no campo. Nós nunca abrimos mão de nada da nossa agenda, que era a agenda do movimento feminista. Claro que um órgão de governo é um órgão de governo, a sociedade civil é sociedade civil e é preciso ter essa clareza. Mas, dentro dos limites e possibilidades de estar no governo, nós levamos adiante a agenda do movimento feminista. Eu acho que isso foi o grande feito dentro do Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA O que você acha que marcou a sua gestão?

JACQUELINE PITANGUY Isso eu acho melhor você perguntar as outras pessoas (risos). Não sei. Como eu te disse, eu sou uma pessoa, talvez eu seja organizada, talvez seja mesmo a capacidade de trabalho.

FABRÍCIA PIMENTA Ou uma grande política?

JACQUELINE PITANGUY Eu tenho uma cabeça política. Claro! Se não tivesse não estaria ali.

FABRÍCIA PIMENTA Não, digo em campanha?

JACQUELINE PITANGUY Você diz do ponto de vista das campanhas? Ah, foram muitas. A primeira campanha que se iniciou com Ruth, que se deslanchou com Ruth, mas que continuou até praticamente 1988, foi “Constituinte prá valer tem que ter direitos da mulher”. Essa foi uma grande campanha. Eu conto lá no texto que você tem. Nós entregamos a Carta. Outra grande campanha que nós fizemos foi a questão da violência contra a mulher. Fizemos em rádio, fizemos em televisão. Foi aí o início com o movimento de mulheres. Mas foi uma campanha muito importante e, obviamente, toda campanha pela Assembléia Nacional Constituinte, que era diário dentro do Congresso Nacional. Apresentando emendas e articulando com as conselheiras, e transformando aquelas várias demandas numa linguagem, com isso tivemos apoio de juristas. Essas foram, talvez, a grande campanha foi a campanha da Constituinte. Por temas específicos aí nos tivemos várias campanhas. O tempo todo nós fazíamos campanha de jornal. Ali pelo direito da família: “A família não é mais assim, mas a leis ainda são”. Depois tem aquela da mulher no mercado de trabalho, que é essa “Profissão Equilibrista”.

FABRÍCIA PIMENTA Você acha que as questões chamadas de “gênero” têm um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

JACQUELINE PITANGUY Eu acho que sim. Eu acho que tem. Eu acho que com a Solange, que foi de 2001 a 2002, a Solange, ela conseguiu dar um formato novamente a esse órgão, que durante a gestão da Rosiska não saiu do que era. O Conselho, sei lá, como aqueles tantos Conselho do Trânsito, disto ou daquilo. A Solange, ela investiu na institucionalização do órgão, e isso foi muito importante e, depois, com a criação da Secretaria de Política da Mulher nós temos hoje um espaço de política de gênero no país. Temos política de gênero no país. Nós temos reuniões nas quais se elaboram planos nacionais e esses planos nacionais são bem, muito bem, mal, deficientemente, não importa. Mas são guias, são orientações para o exercício de políticas públicas. Nós temos um plano nacional de combate à violência. Então, nessa área de violência houve um avanço significativo. Aliás, a primeira reunião pra lei Maria da Penha foi feita aqui na CEPIA, naquela mesinha ali. Nós temos articulações entre o Ministério da Saúde e a Secretaria. Tem essa questão da violência contra a mulher. Temos articulações com o Ministério da Educação. Eu acredito que hoje, no Brasil, há uma política pública de gênero com muito ainda por fazer, mas existe.

FABRÍCIA PIMENTA Se você pudesse definir em uma palavra ou em um conceito o surgimento, a formatação do conselho você definiria como? Democracia, participação política ou instrumento de controle social?

JACQUELINE PITANGUY Eu acho que democracia. Usaria a palavra democracia, porque é uma qualificação do conceito de democracia. Eu acho que ele trouxe isso. Ele qualificou a luta das mulheres, assim como a luta dos povos indígenas, a luta do movimento negro. São movimentos que qualificam o Conselho de democracia, o que é muito importante na sociedade como a nossa, que viveram períodos ditatoriais. Você que é muito jovem não vivenciou, mas nesses períodos ditatoriais a grande agenda política era: “o povo unido jamais será vencido”. E povo não tinha nada, o povo não tinha sexo, o povo não tinha raça, quando muito, tinha classe social. Então, quando você requalifica a democracia, você não requalifica apenas as instituições políticas. Você requalifica também os atores sociais e isso é que o movimento feminista fez e que, o Conselho, como ator político dentro do governo, fez também. Essa requalificação dos atores sociais, que são atores que vão transformar o conceito de democracia por sua agenda. Vão trazer uma nova agenda. Mas não é uma agenda que vai sedimentar a democracia, ela vai, ao contrário, fortalecer o conceito de democracia.

FABRÍCIA PIMENTA Logo depois que você saiu do Conselho, houve alguma manifestação de repúdio da sua parte em relação às novas presidentas?

JACQUELINE PITANGUY Nós não reconhecemos, nós nunca reconhecemos que houvesse outro Conselho ali. Tanto que eu não sei nem os nomes, entendeu? Nunca fizemos nada porque nós saímos e a nossa legitimidade era enorme. O Conselho tinha mulheres de peso: Ruth Cardoso, Carmen Barroso, Rose Marie, Lélia Gonzalez, que era do movimento negro, Ana Montenegro. Era um conjunto, Marina Colasanti, Tizuko Yamasaki. Era um conjunto de mulheres, cada uma delas caminhando com a sua história, sua biografia, sua dignidade. Simplesmente nos afastamos daquele espaço. Aquele espaço não existia mais pra gente. E também nunca soubemos o que aconteceu lá.

FABRÍCIA PIMENTA Foi quando deu o “boom” das ONG’s?

JACQUELINE PITANGUY Então, você tem daquele o surgimento inclusive da CEPIA, AGENDE, CFEMEA, em 1990, e várias outras. Várias pessoas que estavam no Conselho, elas vão continuar desenvolvendo a agenda, mas não reconhece mais o Conselho. Não é mais um espaço pra nada. Tanto que eu te digo: eu não sabia nem quem é que estava lá durante muito tempo. A gente veio acordar pro Conselho com a eleição do Fernando Henrique, quando novamente o movimento de mulheres redige um projeto, um projeto de estruturação. Uma arquitetura, com nomes, uma proposta de um novo órgão, com uma pequena mudança aqui, outra ali, que voltasse a retomar o papel que teve o Conselho anteriormente. Porque é conversa fiada dizer que os tempos mudaram e que não cabia um órgão como aquele. Por que veja agora a importância de ter essa Secretaria. Mas, lamentavelmente, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao que eu saiba, nada fez em termos institucionais. E a Rosiska tinha uma relação de amizade pessoal com Dona Ruth, com Fernando Henrique etc. e tal. Mas não adianta relações pessoais. A Ruth Cardoso também tinha uma relação pessoal com o Sarney, mas a relação pessoal não..., é a relação institucional é que segura uma agenda.

FABRÍCIA PIMENTA Eu vou deixar a finalização por sua conta (risos). Queria que você fizesse um balanço, a sua perspectiva sobre o Conselho, sobre a sua gestão pra encerrar. Alguma coisa que eu não perguntei que você julga importante dizer.

JACQUELINE PITANGUY Só posso dizer assim, que eu acho que eu tive uma grande oportunidade histórica de ter podido estar no Conselho nesse momento de refundação dos nossos parâmetros legais, com a Constituição Cidadã. Num momento também de uma refundação de uma democracia mais qualificada no Brasil, mesmo que de forma ainda

relativamente embrionária. Hoje é muito mais presente e de que nós todas integrantes do conselho deliberativo, integrantes da equipe técnica, então tivemos competência e dignidade, que são duas características que vão bem juntas e saímos de cabeça em pé, como entramos. E isso é muito bom. Saímos leves também.

FABRÍCIA PIMENTA Muito obrigada pela atenção.

JACQUELINE PITANGUY De nada.

•••

2. Sylvia Auad

- Nome completo da entrevistada: Sylvia Maria Von Atzingen Venturoli Auad
- Profissão: Advogada
- Local de realização da entrevista: Alameda do Ipê Branco, 1.299. Pampulha. Belo Horizonte, MG.
- Data e horário: 11 de Setembro de 2010, 10h30

FABRÍCIA PIMENTA Dra. Sylvia, por favor, faça uma apresentação com um breve currículo da senhora.

SYLVIA AUAD Bom, eu sou advogada desde 1970. Tenho trabalhado com a questão da mulher praticamente desde 1980. Durante 25 anos, dediquei a fundo nesse assunto, começando com o SIADEMA, dentro da OAB. Depois, com a fundação da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, com a Fundação da Associação de Mulheres de Negócios Profissionais de Belo Horizonte, Fórum de Mulheres do MERCOSUL. Eu sempre participei na direção, ou como presidente ou como vice presidente, enfim. Fui convidada para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na época, em 1989, logo após ter organizado o décimo terceiro Congresso Mundial da Federação Internacional de Mulheres de Carreira Jurídica aqui em Belo Horizonte. Bom, recebi alguns prêmios pelo trabalho desenvolvido aqui e no exterior, e ajudei na organização de um projeto da OEA com referência à mulher e os cinco Centros de Desenvolvimento da América. Nós fizemos o capítulo “Brasil”, que fez parte desse grande projeto a visão da mulher e o que ela fez durante esse período. Porque normalmente os livros só falam com a visão masculina e só citam as grandes personalidades

masculinas, esquecendo que as mulheres tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da América e de cada país.

FABRÍCIA PIMENTA Como surgiu o convite para a senhora fazer parte do Conselho? A senhora já era conselheira ou a senhora já foi convidada diretamente para ser presidente? Quem fez esse convite?

SYLVIA AUAD Foi o Ministro da Justiça Oscar Dias Correia. Na época, ele era Ministro da Justiça e ele participou muito de perto, porque nós fizemos um Congresso, convidamos as personalidades da nação e, nisso, eles viram que havia um trabalho muito bom desenvolvido pela Associação Brasileira, que na época eu dirigia, dentro da Federação Internacional, que tinha 74 países participantes. Tanto que, ao final do congresso, eu fui eleita, sem me candidatar, como vice-presidente da Federação Internacional. Por esse trabalho, o SIADEMA e mais todo o trabalho desenvolvido, eu fui convidada primeiro para ser conselheira. Quando eu cheguei em Brasília, ele falou: “Não, eu quero que a senhora..., o Presidente mandou convidar para a senhora ser presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”. E, na época, havia um grupo muito forte dentro do Conselho, mas que estava havendo uma divergência com a política do governo e eles queriam mudar. Vamos dizer, trazer sangue novo para dentro do Conselho, uma nova equipe. E aí foram convidadas conselheiras de todo o Brasil, gente que tinha um trabalho que tinha, vamos dizer, se projetado na questão da mulher. E nós tomamos posse dentro de uma grande controvérsia. Havia pessoas a favor e contra, mas valeu a pena o trabalho que nós pegamos. Continuamos desenvolvendo, nada ficou para trás. Nós tentamos dar continuidade a tudo que era positivo, que estava bem, e fizemos um estudo institucional do Conselho para as conselheiras, para todos os funcionários, para que todo mundo se posicionasse, visse qual era, vamos dizer, a missão verdadeira, o que poderia ser feito dentro do Conselho. Conseguimos ampliar, conseguimos verbas, conseguimos fazer propagandas a nível nacional sobre o direito de voto da mulher, a importância dele, a participação do empoderamento da mulher, mudança de legislação que já vinha ocorrendo. Fizemos um levantamento: havia três mil movimentos de mulheres dentro do Brasil, associações, entidades, enfim. E procuramos ampliar cada vez mais essa luta da mulher para conseguir novos espaços, que era muito difícil naquela época. A partir de 1988, a realmente situação mudou por causa dessa grande movimentação do Brasil. Não foi um movimento único, foi um movimento generalizado, desde as donas de casas às mais altas categorias profissionais. Havia, vamos dizer, as mulheres do garimpo, que nós fomos em Ji-Paraná, fizemos reuniões com elas. Foi fantástico esse trabalho.

FABRÍCIA PIMENTA Houve algum tipo de transição da gestão anterior para senhora ou não? Houve algum contato com a gestão anterior ou não?

SYLVIA AUAD Tentativas aconteceram. Agora, até que ponto eu não sei. O material foi todo aproveitado. A transição, vamos dizer, havia uma radicalização muito grande no movimento anterior. Então, eles não queriam muito diálogo. Inclusive houve uma..., logo que eu tomei posse, naqueles dias da posse, houve uma reunião dentro do Congresso Nacional, em que elas estavam expondo as razões delas, que o governo tinha errado, que aquilo era ilegal, que a mudança não estava certa, e uma série de coisas. Eu fiquei sabendo, fui na hora, e pedi a palavra. Não queriam me dar. Ao final, alguns deputados que estavam no local, exigiram que eu falasse também. E eu rebati os argumentos porque estava plenamente legal. Se fosse ilegal, eu jamais aceitaria. Foi uma mudança um pouco traumática, mas eu acho que toda crise gera mudança, e toda mudança pode ser benéfica, desde que se administre bem. O pessoal que foi comigo foi gente muito boa. Foi um Conselho muito bem escolhido, e nós tivemos o apoio do Presidente e do Ministro. É interessante que, logo depois, o Ministro saiu. Entraram dois em pouco tempo durante a minha gestão, mas todos eles apoiaram, deram muita força para o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o relacionamento da senhora com as conselheiras? Foram novas conselheiras empossadas. Houve um rearranjo total. Essas outras conselheiras que integraram o Conselho sobre a sua gestão, teve alguma indicação da senhora, ou foram todas indicadas pelo Ministro? E como era o seu relacionamento com elas?

SYLVIA AUAD O que nós procuramos..., o Ministro deu até liberdade para a gente, mas foram os movimentos de mulheres que indicaram de várias áreas, de vários locais, de vários Estados. Nós procuramos que houvesse representação, de pelo menos, do que fosse possível, das áreas trabalhadoras rurais, executivas, da área jurídica, da área de saúde, da área artística, enfim, houve uma preocupação de que essas pessoas fossem indicadas por movimentos legítimos dentro da sociedade civil.

FABRÍCIA PIMENTA E como era o relacionamento com elas?

SYLVIA AUAD Muito bom. Com essas novas era tranquilo.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era a situação do Conselho quando a senhora assumiu em termos de estrutura, funcionários, verbas, dotações orçamentárias?

SYLVIA AUAD Elas estavam com dificuldades, até porque havia um conflito. Mas tinha uma boa estrutura dentro do Ministério da Justiça. Havia uma estrutura boa. Elas tinham

conseguido verba da ONU e da UNIFEM. Tinham apoio para fazer alguns projetos, mas na época da saída, elas já estavam tendo dificuldades de relacionamento político com o Presidente. Então, isso inviabilizava muita coisa, não é? Porque como é que você pode desenvolver um bom trabalho se você parte de uma equipe em que não há harmonia? Então, nisso havia uma dificuldade. E foi nessa dificuldade que também o governo, vamos dizer, achou, pra questão da política das mulheres, que houve uma decisão de mudar.

FABRÍCIA PIMENTA Em termo de funcionários, a senhora lembra?

SYLVIA AUAD Os funcionários, a princípio, tomaram partido. Queriam tomar partido, vamos dizer, aceitar ou não aceitar. Mas, com o decorrer do tempo, nós reunimos várias vezes. Eles viram que ali não era questão pessoal de ninguém. Era questão de um trabalho, de um objetivo em comum, e isso ajudou muito, esse tipo de trabalho, que foi feito por uma consultoria especializada.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o cotidiano vivenciado no interior do Conselho, tanto com os funcionários, com o Ministro, enfim, como era o cotidiano?

SYLVIA AUAD Bom, ao Ministro havia pleno acesso sempre que a gente precisava. Os funcionários, no começo, um pouco resistentes, mas não houve problema. Só um ou dois que sempre tem algum probleminha, mas isso é questão mais pessoal do que propriamente do órgão. Do Conselho, as reuniões eram mensais, não havia problema. Pelo que me consta não. E, se havia, quer dizer, em outro escalão, eu não ficava sabendo, mas foi um bom trabalho que a gente conseguiu desenvolver.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era o relacionamento com os Conselhos estaduais e municipais? Existia algum tipo de relacionamento?

SYLVIA AUAD Não havia. Foi uma coisa que nós tentamos, vamos dizer, harmonizar, tentar apoiar os Conselhos municipais e estaduais para que houvesse uma ampliação em cada cidade, enfim, o Conselho tentou trazer pra formar uma grande comunidade esses Conselhos. Logicamente, por questões políticas-partidárias, nem todos receberam de boa vontade essa tentativa de união. Mas muitos a gente conseguiu. E, mesmo nesse impasse, nós estimulamos a fundação. E outro trabalho muito grande que foi feito na nossa época é... Porque a delegacia de mulheres havia em São Paulo, depois em Belo Horizonte e nada mais. Com o trabalho desenvolvido, um dos primeiros encontros foi com as delegadas de polícia. E aí estimulamos e mandamos ofícios para tudo que era governador para que eles fizessem, né? Vamos dizer, viabilizassem a criação de delegacias de mulheres. E isso realmente deu certo. Foi um

exemplo, foi um projeto que Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, a Federação Internacional apoiou, e nós chegamos a levar esse projeto para outros países, através da Associação Brasileira, da Federação Internacional, do próprio Conselho. Houve uma divulgação e foi tão bem sucedida que hoje não só... Praticamente todas as cidades de médio porte, às vezes até de pequeno, tem delegacia de mulheres, como agora nós temos a defensoria, a promotoria, ligada aos direitos da mulher.

FABRÍCIA PIMENTA Na época que a senhora assumiu, a senhora foi remunerada pelo cargo de presidente? Como era o orçamento do Conselho naquela época? Existem alguns registros que indicam que, com a entrada do Fernando Collor e do Ministro Oscar Dias Correia, o órgão foi inviabilizado totalmente financeiramente e não havia dotação orçamentária para nada. Existem alguns outros registros que indicam que não, que houve uma continuidade durante certo tempo. Como foi esse momento de transição em termos de recursos orçamentários?

SYLVIA AUAD Antes de assumir, eu conversei com o Ministro, que eu sabia que era uma grande reclamação da gestão anterior. Eu falei: “Olha, sem dinheiro não se pode fazer nada. Ou o governo viabiliza uma dotação orçamentária, ou nós não fazemos nada. E aí eu não vejo sentido de vir para um órgão que eu não posso trabalhar.” Ele se comprometeu a conseguir uma dotação, houve realmente uma coisa extraordinária no final daquele ano. Porque já estava no segundo semestre do último ano do Sarney, e nós conseguimos ainda viabilizar algumas coisas. E foi feita uma dotação orçamentária para o ano seguinte. Depois do ano seguinte, realmente, como estava numa fase de transição em que, logo que o Collor assumiu, ele foi, como é que eu vou dizer? Detonando. (*risos*) Aí já começaram as coisas ficarem mais difícil. E, na hora que assumiu a Cátia, logo depois. Logo que a Cátia assumiu, então, eles diminuíram a estrutura do Conselho: número de funcionários, enfim, realmente foi muito difícil para as outras presidentes que sucederam. Bem mais difícil do que na minha época.

FABRÍCIA PIMENTA O que marcou sua gestão à frente do Conselho?

SYLVIA AUAD Uma grande mobilização dos movimentos de mulheres. Nós conseguimos verificar quantos eram, o tipo do movimento. Foi feito um levantamento do que havia dentro do Conselho, foi informatizado o Conselho nessa época. E, a partir daí, com o melhor conhecimento, uma pesquisa foi feita. *Currículo Mulher* foi um projeto também de levantamento, porque nós precisaríamos saber quem estava preparado para assumir cargos de poder, por que você tem que preparar também. A Rosiska também foi uma pessoa que, depois

que entrou, ela conseguiu uma verba internacional para preparar lideranças femininas, o que foi muito bom esse projeto, porque o pessoal tem que ter preparo.

FABRÍCIA PIMENTA Mas isso não foi na sua gestão?

SYLVIA AUAD Não. Isso foi até depois da gestão da Rosiska. Essa questão de conseguir projeto para preparar mulheres, de liderança. Mas houve muitos congressos, reuniões, debates com delegadas, magistradas, mulheres do garimpo, trabalhadoras rurais. Encontros que foram feitos para ouvir as reivindicações. Houve muita denúncia nos jornais sobre a forma que estavam sendo tratadas as mulheres, a falta de respeito aos direitos delas, que agora estavam reconhecidos na Constituição. Eu acho que foi, assim, uma época de muita mudança, de conscientização da mulher como integrante da sociedade, parte importante dela.

FABRÍCIA PIMENTA Na sua gestão foi criado o Banco da Mulher?

SYLVIA AUAD Foi, se não me engano. Não tenho certeza (*risos*). Se não me engano, foi. Tenho que conferir. (*risos*) Mas houve uma Associação que se dedicou especialmente a isso, ao Banco da Mulher. Uma associação da sociedade civil. Eu até cheguei a fazer parte da fundação. Aí depois desenvolveram de outra forma. Agora, o banco de dados da mulher foi na minha gestão.

FABRÍCIA PIMENTA Porque a senhora deixou o Conselho? Como aconteceu a sua saída?

SYLVIA AUAD Primeiro era um cargo de confiança. Eu era, inclusive, remunerada... Aquela questão anterior, esqueci de terminar. Eu era DAS, um cargo equivalente a remuneração do Ministro ou qualquer coisa assim. Era de funcionário público. Embora provisória, eu recebia como se fosse funcionária pública. Tinha direito a carro, apartamento, chofer, enfim. As conselheiras não. Elas recebiam um valor mais simbólico pra reunião e recebiam passagem, estadia e alimentação, como elas vinham uma vez por mês, né? Os funcionários eram remunerados como qualquer Ministério, como qualquer departamento. E aí como é que eu saí? Eu saí porque acabou a minha gestão com a saída do presidente Sarney. Eu apenas fiquei alguns meses, uns 90 dias, ou cem dias, esperando que fosse nomeada a nova presidenta na nova gestão do Collor. Então, foi dessa forma que eu saí.

FABRÍCIA PIMENTA Houve alguma transição de gestão ou não?

SYLVIA AUAD Não, porque quem me sucedeu foi a Cátia, que havia trabalhado na minha equipe. Ela conhecia o Conselho. Então, não havia a necessidade de explicar como que era, como que não era. Numa nova gestão, cada uma assume e faz o seu trabalho.

FABRÍCIA PIMENTA E a Anna Guasque, ela não entrou nesse meio tempo?

SYLVIA AUAD Eu não sei quando que a Anna Guasque entrou. Se ela ficou um tempo pequeno até a posse da Cátia, ou se foi depois da Cátia. E não me lembro. Eu não estou bem certa. Ela foi conselheira, disso eu sei.

FABRÍCIA PIMENTA Na sua perspectiva, qual o papel que o Conselho desempenhou nessas três últimas décadas?

SYLVIA AUAD Olha, com todas as dificuldades possíveis que você possa imaginar. Foi criado sobre protesto dos homens, com correntes políticas fortes. Mesmo no movimento de mulheres no Brasil havia, tais como os movimentos políticos normais, correntes radicais, conservadoras, mais ou menos. Então, às vezes, não havia muita compreensão entre as várias correntes. Então, eu acho que, primeiro, foi uma voz oficial que finalmente fez se ouvir. Foi um órgão de políticas de mulheres. Ele foi criado prá isso, prá congregar e fazer chegar à equipe de governo quais eram as principais reivindicações. Serviu muito bem durante a época em que havia a Constituinte funcionando e que eles estavam verificando o que seria posto na Constituição ou não. Os movimentos de mulheres trabalharam muito firme, a voz se fez ouvir. E o CNDM foi vigilante, inclusive na época da minha antecessora. Durante a Constituinte elas tinham presença constante no Congresso, vigiando se as reivindicações das mulheres iam ser acolhidas. Eu, na época, trabalhava na Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica. As reivindicações que nós fizemos foram e nós participamos de reuniões dentro do Conselho, e essas reivindicações também foram para a Constituição. Então, foi, com todas as dificuldades, foi o porta voz das mulheres e continua sendo, embora com dificuldade. Mas que há uma resistência muito forte dos Ministérios, há. O que a gente tentou também fazer foi haver uma harmonização das ações de mulheres em todos os Ministérios, que elas tivessem voz e voto nas ações dos Ministérios, que se pensassem também nas ações de cada Ministério sobre a ótica da mulher. Vamos dizer, vai haver uma tal ação e aí? Como é que a mulher pensa? O que ela vê? O que ela sugere nesta questão? Então, houve. Foi muito pensado na área da Saúde, da Educação, área do Direito.

FABRÍCIA PIMENTA Qual a sua maior vitória dentro do Conselho?

SYLVIA AUAD Foi participar da grande mudança das mulheres que, eu acho, assim, fantástico. Foi o CNDM ter sido criado num momento histórico e ele participou desse desenvolvimento.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora participou da entrega da carta ao Tancredo?

SYLVIA AUAD Se não me engano sim. (*risos*) Peraí, não. Não, eu não lembro, realmente. Eu fui algumas vezes a Brasília participar de alguns movimentos, mas não me recordo dessa entrega. A Cátia deve lembrar melhor. (*risos*) Ela sabia das coisas.

FABRÍCIA PIMENTA Qual a maior dificuldade que a senhora enfrentou?

SYLVIA AUAD A incompreensão masculina. A incompreensão até de algumas companheiras, mulheres de outras correntes. Isso daí eu acho que não foi só na minha gestão não. Eu acho que a mulher daquela época, hoje melhorou bem, não estava preparada para o poder. Então, havia uma dificuldade muito grande de compreensão. Em vez de haver um apoio maciço, aquelas companheiras que conseguiam se eleger deputadas, que precisavam se eleger e bastava que as mulheres votassem nelas. Elas não votavam. Então, mesmo com o trabalho muito grande, campanhas para que votassem em mulher, “mulher vota em mulher”, “valorize seu voto”. Então, essas campanhas que a gente conseguiu fazer, ainda assim, havia uma desconfiança grande. Você vê que a participação feminina nas prefeituras e tudo, não foi um crescimento esperado. Pelo menos... Mas também, se a gente colocar isso em termos de séculos, de civilização da humanidade, eu acho que a conquista foi muito grande. Porque você não muda a cultura de um povo de repente. E isso não aconteceu só no Brasil não. Foi no mundo todo. Eu participei em mais de 40 países de reuniões, de debates, entre pessoas da área jurídica, que traziam os maiores problemas na questão jurídica. E eu acho que a questão do direito, ela traz exatamente a alma de um povo. Porque ali que, vamos dizer, é um cadinho da cultura do povo, a área jurídica. E realmente houve mudanças enormes, mas muitas foram barradas. Um exemplo? Religião. Por exemplo, nos países mulçumanos, por mais que as leis mudem, elas esbarram com a questão religiosa. Poligamia, vamos dar um exemplo. As mulheres, por mais que combatam a poligamia nesses países, é uma questão religiosa. O homem pode ter até quatro mulheres, se puder sustentar. Então, não adianta, como a gente discutia nessas reuniões... Por exemplo, as colegas que tinham, juízas de corte superior, eram, vamos dizer, obrigadas a ter o marido dividido com duas outras, três outras, seja lá o que fosse. Porque elas diziam que a lei podia mudar, e tinha mudado assim. Então, se a mulher não aceitasse que ele cassasse outra vez, chegou ao ponto da lei permitir que ela se divorciasse dele, mas ela não poderia impedir. Eles barravam a questão dos nossos direitos. Nós fomos em Marrocos para apresentar uma palestra. Eu fui, depois até do Conselho, em que, durante um evento dos países do mediterrâneo, eles fizeram uma operação numa juvenzinha de 10 ou 12 anos, aquela de tirar a genital da mulher. Em público. Só que foi assim: no meio do evento, todas as barracas dos países representados. Numa delas, cheio,

rodeado de mulheres, um médico foi lá e fez. Ainda teve gente que deu graças a Deus que foi médico, por que esse costume é feito com qualquer coisa, com qualquer pessoa inabilitada, o que provoca, muitas vezes, morte. Então, isso não faz muito tempo, foi quando eu era Presidente da Associação de Mulheres de Negócios Profissionais.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acha que as questões chamadas “de gênero”, elas tem um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

SYLVIA AUAD Não no lugar que elas merecem. Eu acho que deveriam ser tratadas com maior seriedade em todos os setores do governo e da sociedade civil.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir em uma expressão só o Conselho, a senhora o definiria como democracia, participação política ou instrumento de controle social? E por quê?

SYLVIA AUAD Participação política, porque é um canal em que as mulheres, de uma forma maior ou menor, dependendo da época e do governo, têm a oportunidade de levar os anseios femininos. Nem sempre com muita eficiência, nem sempre da forma que teria que ser. Mas, de qualquer forma, é um instrumento de participação política, coisa que antes do Conselho não existia, não é? Logicamente que as mulheres gostariam de estar em todos os setores da sociedade em igualdade de condições, mas até que isso aconteça, é necessário um canal de comunicação mais efetivo.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora se assume feminista?

SYLVIA AUAD Sim, sempre assumi. Aquela historia antigamente, de que “ah, eu sou feminina, não sou feminista” existia muito isto. A pessoa não queria assumir que batalhava pelas questões, né? Eu acho que você tem que assumir o que você é, o que você faz, o que você se propõe a fazer. Não digo que eu esteja tão atuante como já fui. Realmente, durante 25 anos, eu dediquei muito da minha vida. Mas muito mesmo. Uma parte muito grande. Diminuí até por conta de outros compromissos que vão se sucedendo, né? Mas, que foi muito importante essa participação, não só pessoal, mas eu acho que num contexto histórico. Não só meu. Eu acho que a minha é uma gota de água no oceano, mas foi parte de um movimento mundial, não só nacional, em que as mulheres resolveram sair à luta para conquistar os direitos. Passar de mera coadjuvante, na participação.

FABRÍCIA PIMENTA Existe alguma curiosidade, alguma história, algum ponto que a senhora gostaria de comentar, de relembrar, que a senhora julga importante e que não foi falado aqui?

SYLVIA AUAD Interessante foi que, durante esses anos todos, eu não digo só em relação ao Conselho, mas em relação à participação mesmo nessa luta pelos direitos da mulher. Em um dos países em que eu estive, o Marrocos, eu conversei com uma liderança, uma líder feminista do deserto. Uma nômade que era reconhecidamente uma líder no meio que ela vivia e, quando eu perguntei quais os anseios dela, o que ela almejava, qual era o trabalho que elas faziam, qual que era o objetivo? E, quando ela falou, que ela discorreu o que elas realmente queriam afinal, eu falei: “Não vale, esse discurso é meu!” Por quê? Porque no mundo todo, afinal, as pessoas querem as mesmas coisas. Querem reconhecimento, querem igualdade, oportunidade de trabalho, um futuro razoável pros filhos, emprego, enfim, uma vida digna. Então, isso daí é o trabalho de praticamente todas aquelas mulheres que se levantaram e saíram à luta, e saíram reivindicando, de todos esses movimentos.

FABRÍCIA PIMENTA Houve algum embate na sua gestão, alguma coisa mais pessoal, assim, que a senhora teve que enfrentar? Alguma briga mesmo, alguma coisa, assim, ou sempre foi tranqüilo mesmo, tanto na entrada ou quando a senhora deixou o Conselho?

SYLVIA AUAD Bom, tranqüilo nunca foi. Quando você assume qualquer posição de liderança, em qualquer órgão, organização ou entidade, nunca é fácil. Sempre há conflitos de interesses. Sempre há objetivos que a pessoa, vamos dizer, que aquela entidade quer, mas nem todos os integrantes almejam a mesma coisa. Então, fácil, tranqüilo, sereno, nunca foi. Mas sempre foi uma batalha que valeu a pena, porque o objetivo maior é que nunca pode ser perdido de vista. Você tem que saber realmente qual que é a finalidade daquele órgão, daquela entidade, daquela associação, enfim.

FABRÍCIA PIMENTA Havia rumores de que, se o Ministro Oscar Dias Correia não colocasse quem ele queria na presidência do Conselho, ele iria desfazer o Conselho, ele iria encontrar uma maneira de eliminar o Conselho. A senhora sabe se essa informação procede?

SYLVIA AUAD Não posso afirmar, porque não tive conhecimento. Agora, eu acredito que ele não conseguiria, porque ali não é questão de vontade pessoal. Era uma reivindicação da sociedade. Era muita gente querendo esse canal de comunicação, essa voz de participação na política do governo. Então, eu não acredito. Ele pode até ter desejado isso ou ter surgido essa... mas não acredito. Até o fato de ter nomeado um novo Conselho, talvez eles quisessem uma nova diretriz, mas não acabar, porque eles não iam dar conta.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora falou que ele era aqui de Minas, da Ordem.

SYLVIA AUAD Ele fazia parte, ele era advogado também.

FABRÍCIA PIMENTA Ele chegou, em algum momento, a participar de alguma coisa em prol das falas feministas aqui, em algum movimento? Tanto positivamente ou contrariamente?

SYLVIA AUAD Que eu tenha conhecimento, não. Ele foi Deputado. Ele foi várias coisas. Ele sempre foi uma pessoa muito firme, muito íntegra e que batalhou muito. Mas ele defendia não era a causa das mulheres, era a causa do cidadão de uma forma em geral. Então, eu acho difícil que ele tivesse vontade de acabar. Deve ter sido naquele sentido, que aquele Conselho, aquele grupo, não estava de acordo com o pensamento dele e do presidente. Talvez pelo excesso de reivindicação ou de polêmica, não estivessem de acordo.

FABRÍCIA PIMENTA Dra. Sylvia, gostaria de agradecer a senhora.

SYLVIA AUAD Imagina, vamos almoçar.

•••

3. Anna Guasque

- Nome completo da entrevistada: Anna Guasque Moreira Lima
- Profissão: Escritora
- Local de realização da entrevista: Rua General Guedes da Fontoura, 134, Cobertura 2. Barra da Tijuca. Rio de Janeiro, RJ.
- Data e horário: 16 de Setembro de 2010, 18h30

FABRÍCIA PIMENTA Como que surgiu o convite para senhora ser presidente do Conselho?

ANNA GUASQUE Eu não comecei como presidente do Conselho, no governo Sarney eu tive a oportunidade de ser indicada para conselheira. Acabou o mandato do Sarney, a época era muito conturbada politicamente, ainda estava se firmando nessa pseudo-democracia que se prolongou. Hoje em dia, pra mim, é uma lástima a situação que estamos vivendo, mas quando mudou para o Collor (...) Eu fui madrinha de um clube. Há um concurso no Rio de Janeiro para eleger o clube mais bem administrado e aí o clube dos sub-oficiais e sargentos me convidou para ser madrinha, mas precisava ser uma pessoa que tivesse um currículo. Não me convidaram só pro causa da função do meu marido não, que era da aeronáutica. Então eu fui ser madrinha do prêmio do clube, que foi na sede do Flamengo. Reuniram vários clubes do Rio de Janeiro nessa época o Collor era governador de Alagoas e estava com aquela

campanha dos marajás e nós todos acreditamos na história. Eu sei que o Collor acabou ouvindo meu currículo quando chamaram meu nome no concurso. Disseram todo o meu currículo: escritora, poetisa, conferencista, ensaísta e pintora. Aí eles disseram: “e ainda por cima ela é mulher do Ministro da Aeronáutica”, que na época era. Eu não estava lá só por isso, eu estava lá por isso e por que eu tinha um currículo. Ele (Collor) ouviu meu currículo todinho, quando chegou a vez dele, ele foi ao palco entregou o prêmio também, como eu tinha feito para outro clube, e fez lá umas palavras da plataforma de política. Quando ele saiu do palco, ele veio para a minha mesa e me cumprimentou muito educadamente e eu disse pra ele que ele continuasse a fazer pelo Brasil o que ele tinha começado. Ele me conheceu pessoalmente e conheceu meu currículo como escritora e tudo mais. Ele foi eleito e eu já conhecia Bernardo Cabral porque ele conhece mais a minha família Mestrinho lá de Manaus do que eu, porque eu fui criada no Rio de Janeiro e ele é amazonense, ele se dava com meu primo que foi governador. O Bernardo Cabral foi Ministro da Justiça do Collor e eu tinha acesso a ele. Quando houve a posse do Collor eles me indicaram numa reunião entre as conselheiras, ele me conhecendo levou ao Collor meu nome, o Collor disse “está aprovada, ela é uma intelectual, ela tem competência, está aprovado”, e me fez Presidente do Conselho Nacional do Direito da Mulher, para minha surpresa.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora até era conselheira do CNDM?.

ANNA GUASQUE Não, aí eu já tinha cessado, porque o governo tinha mudado. Eu era conselheira como as outras todas: conservadas ou não pelo próximo governo que era o Collor. Então eu, em vez de conselheira, passei a presidente com muita surpresa da minha parte. Eu morava no Rio de Janeiro e o Conselho ficou muito difícil porque acabaram as verbas, acabaram as mordomias, que eu nunca usei, e aí eu reuni o Conselho e eu via hostilidade delas todas, dezesseis conselheiras para comigo pelo seguinte motivo: eu era mulher eu sou mulher de militar. Então, começou uma perseguição, assim, afrontosa, sabe? No dia da minha posse eu falei pro Bernardo Cabral: “estão me agredindo, estão me agredindo, agressivamente!”, e no discurso dele, ele me deu um respaldo. Quando eu comecei a atuar propriamente, eu comecei a cortar certos abusos que havia, por exemplo: telefonemas internacionais e nacionais com o telefone do Conselho. Tinham cortado a verba, eu paguei do meu bolso para ir a Brasília. Comecei a cortar pessoas, mulheres inescrupulosas que estavam usando papéis timbrados do Conselho para suas promoções particulares, e mulheres viajando com a verba do Conselho para eleger o marido, coisas políticas. Eu comecei a cortar, aí, claro, não gostaram de mim mais ainda, além de eu ser mulher de militar. Eu fiz um projeto de descentralização

do Conselho em Brasília pra facilitar por que não havia mais verba pra quem morasse fora e eu propus no projeto que todas as conselheiras entrassem em acordo com os conselhos estaduais. Elas brigavam entre si, todas. Eu constatei tristemente que mulher também é corrupta, sabe? Então elas brigavam com os conselhos estaduais, havia uma homenagem às mulheres supostamente que se destacavam no ano e premiavam essas mulheres empresárias, artistas etc... Eu propus que, ao invés disso, premiassem os Estados que produzissem mais dentro do Brasil, as pessoas que militavam melhor, se destacavam mais em atender a necessidade das mulheres especialmente no nordeste brasileiro com a miséria, a pobreza. Eu morei lá e sei. Então, esse projeto foi aprovado pelo chefe imediato e tudo mais; e Bernardo Cabral levava sempre as minhas atitudes ao Presidente Collor, e aí elas não me deram respaldo, elas não me responderam, continuaram agressivas e ausentes, porque seria muito bonito o Brasil festejar a vitória de certos Estados na programação de ajuda às dificuldades das mulheres. Eu propus um intercâmbio de correio com as respectivas atitudes e vez ou outra centralização em Brasília que ai podia pagar uma passagem de seis em seis meses, uma coisa assim ela não deram a menor resposta.

FABRÍCIA PIMENTA Foi unânime ?

ANNA GUASQUE Unânime. Eu falei com o Ministro da Justiça, que era o Bernardo Cabral e falei que não estava podendo trabalhar e que eu era uma escritora e que ia lançar um livro e não podia queimar meu nome. Então, eu pedi ao presidente Collor que demitisse as dezesseis conselheiras e me demitisse também. Ele ficou muito espantado e disse: “mais eu pretendia que ela ficasse ate o fim do meu mandato”, mas eu argumentei que não que não estava sendo bem recebida. Não havia concordância com o meu planejamento e que eu estava para lançar outro livro e não queria meu nome queimado. Houve uma reunião bastante agressiva onde elas me respondiam estupidamente e esse ambiente eu não podia e ninguém poderia trabalhar. O Collor disse para o Bernardo Cabral que ele assinaria em branco tudo que eu fizesse, que ele confiava em mim. Mas aí o Bernardo Cabral disse a ele o que estava acontecendo e eu disse que não iria mais a Brasília. Eu estava esperando a resposta, mas ninguém respondeu. Ai o presidente ficou sabendo da situação, então ele disse: “eu queria que ela ficasse ate o final do meu mandato”. Um dia, recebo um telefonema que ele tinha me nomeado como adida cultural para Portugal porque ele ficou sensibilizado com a minha dignidade de pedir demissão. Então ele quis me premiar de alguma maneira. Eu não pedi nada. Bom eu fui para Portugal e Collor foi lá como presidente.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora foi como presidente do Conselho?

ANNA GUASQUE Não. Eu fui para Portugal já demitida, ele (Collor) demitiu as dezesseis, me demitiu e nomeou a que eu indiquei para presidente.

FABRÍCIA PIMENTA Que foi a Dra. Cátia Vasconcelos?

ANNA GUASQUE Foi.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora já tinha algum relacionamento com ela antes? Porque indicou o nome dela?

ANNA GUASQUE Eu fui delicada. Convidei elas pra almoçar comigo na residência oficial em Brasília. Uma delas disse: “ah, eu não sei o que eu estou fazendo aqui” e coisas assim muito ruins de contar.

FABRÍCIA PIMENTA Porque o nome da Dra. Cátia?

ANNA GUASQUE Por que ela é que me atendeu com mais gentileza. Foi ela que passou todo o trabalho do Conselho para mim. Eu saí do Ministério da Justiça às nove da noite com tudo na cabeça sabendo o que eu ia fazer, sou uma mulher determinada e quando eu assumo é porque eu sei o que vou fazer. Eu dei o nome dela porque ela foi a única gentil comigo e as duas que nomeei conselheira. O Collor nomeou as três que eu indiquei e depois me nomeou para Portugal, quando ele foi lá em atuação diplomática. Teve um momento que ficou a sós comigo e me agradeceu o trabalho que eu estava fazendo em Portugal.

FABRÍCIA PIMENTA Qual a lembrança que fica da sua passagem a frente do Conselho?

ANNA GUASQUE Não é uma lembrança boa. Não tenho ranço, nem nada. Eu só lamento.

FABRÍCIA PIMENTA Em relação ao Conselho, qual foi a sua principal vitória?

ANNA GUASQUE Não deu tempo de ter. A vitória que teve foi que eu provoquei por ser uma pessoa interessada em cultura e foi essa nomeação pra Portugal que foi muito importante para minha vida.

FABRÍCIA PIMENTA Agradeço sua disponibilidade e a atenção em me receber.

ANNA GUASQUE De nada.

•••

4. Cátia Vasconcelos

- Nome completo da entrevistada: Cátia Maria Soares de Vasconcelos
- Profissão: Advogada
- Local de realização da entrevista: SHN Qd. 02 Bloco E Sala 161. Asa Norte. Brasília, DF.
- Data e horário: 20 de Agosto de 2010, 11h

CÁTIA VASCONCELOS Eu pensei fazer ainda agora de manhã uma seleção das coisas que eu queria te ajudar, apresentar pra você, mas eu acho que já tá bom...

FABRÍCIA PIMENTA Será que dá para tirar uma cópia desse material? Você tem o original da carta...

CÁTIA VASCONCELOS Eu acho que devo ter... devo ter... aqui, olha... Carta das Mulheres em defesa dos direitos da saúde...

CÁTIA VASCONCELOS O projeto de minimização do Estado foi uma decisão política de enxugamento da máquina administrativa e também com outras medidas implantadas ou implementadas no governo Collor

FABRÍCIA PIMENTA Para a redução do Estado...

CÁTIA VASCONCELOS Eu acho que muitas das medidas foram acertadas e que Collor trouxe para o Brasil um aspecto, a atenção que a gente ainda não tinha presenciado que foi o aspecto do desenvolvimento. De você, como cidadão, você ter direito a um bom carro, a ter muitos acertos. Só que no momento que você enxuga isso tudo... tudo...

FABRÍCIA PIMENTA Você engessa.

CÁTIA VASCONCELOS Engessa, e às vezes estruturas que foram durante muitos anos movimento de luta em todas as áreas, não digo só mais no conselho da saúde, conselho de educação e o conselho da mulher, e eles ficaram bastante engessados. Porque ocasionalmente...

FABRÍCIA PIMENTA ficam sem autonomia, sem estrutura administrativa, sem nada, né.

CÁTIA VASCONCELOS Nada, nada. Você sabe que eu trabalhei no conselho pagando para trabalhar.

FABRÍCIA PIMENTA Então, são questões que eu quero trabalhar com a senhora. (...)

CÁTIA VASCONCELOS Pagando para trabalhar, porque eu vivia da minha empresa de consultoria. No momento em que eu era... vamos contar a história. Pode até me gravar para você se situar.

Mas deixa eu começar por como eu comecei no movimento da mulher. Eu quero...

FABRÍCIA PIMENTA Isso, que já era uma questão que eu ia fazer para a senhora. Como a senhora começou? Como a senhora chegou até o conselho, como foi o convite... Qual foi sua trajetória até chegar ao conselho?

CÁTIA VASCONCELOS É isso a gente já nasce com algumas, algumas tendências... algumas preferências... e eu sempre preferi o lado dos direitos humanos. Eu nasci de uma família em Jequitinhonha, um vale pobre... E quando eu me via tinha dois molequinhos brigando na rua e eu ia lá e tomava, é..., imediatamente a defesa do mais fraco. Então isso foi uma característica minha. Quando eu me formei, quando eu fiz Direito eu observei que nas faculdades tinha um número muito grande de advogadas. Quando eu comecei a militar eu vi que essas advogadas recém-formadas no primeiro ano estavam bastante dentro do fórum, no segundo ano ia escasseando, nos últimos anos... bem... Em cinco anos não tinha nem dez por cento de advogadas então eu comecei a pesquisar que tava havendo. Nesse ínterim eu fui convidada pelo presidente da Ordem dos Advogados, eu não era conselheira, mas para prestar uma assessoria, ajudar a ordem em alguns temas. Como eu era professora, eu era muito qualificada, eu tinha feito história aqui na Faculdade de Filosofia...

FABRÍCIA PIMENTA Isso tudo aqui em Brasília?

CÁTIA VASCONCELOS Não, tudo em Minas Gerais...

FABRÍCIA PIMENTA Em Minas...

CÁTIA VASCONCELOS Então o presidente da ordem era o professor Raimundo Cândido e ele me convidou pra fazer alguns trabalhos esporádicos para a Ordem. Tipo: o concurso de escrivão na comarca tal. Eu ia fiscalizar esse concurso. Por que na eleição para a diretoria da Ordem eu fui convidada, convocada para ser mesária e eu fiz um trabalho muito rápido. Eu peguei a folha de votação: esse votou, esse não votou, e pronto, encerrou meu espaço lá de votação e assim que votou o último eu já estava lá com a minha planilha toda pronta. Então isso surpreendeu bastante pela capacidade que eu tinha de organizar... e aí vieram os convites da Ordem. E eu questionei em uma reunião por que estava acontecendo aquilo com a mulher advogada, o que tava faltando. Então eu consegui um espaço, no Fórum Lafaiete para ouvir as advogadas. Tipo assim, eu fiz uma pesquisa, e aí eu observei. Uma chegava e falava assim;

ah, eu me casei. Minha filha teve alguma doença grave, alguma doença crônica, e eu comecei a advogar depois eu tive que deixar então meu diploma tá aqui dentro da bolsa, na gaveta, na bolsa, e eu não consigo entrar aqui nesse fórum. São muitos homens, essas atitudes assim muito sóbrias, muito formais, isso inibe, eu tô desatualizada. Aí a outra tinha separado... Cada uma com uma história diferente. A outra tinha sido violentada, a outra tinha sido estuprada. Enfim, eu devo ter ouvido assim, pacientemente, doando assim as minhas horas, duas horas eu ouvia, tinha fila, todo mundo querendo, de repente, tirar aquele diploma e fazer uso dele até por uma questão econômica e financeira. E as mulheres elas se sentiam submissas a uma relação com um homem que as maltratava por que elas não conseguiam sair daquele ciclo por que elas não tinham dinheiro e nem como ganhar a vida. Alguns colegas advogados com escritórios acolheram aquelas que já estavam aptas a voltar para o mercado de trabalho, como estagiárias e muitas delas são, e outro dia mesmo encontrei com uma me agradeceu muito, é promotora e tal. Aí, claro, as coisas vão surgindo e evoluindo. Nós fundamos uma chapa, primeira chapa na ordem de uma mulher. Foi um berro danado. Então a chapa concorrente colocou outra mulher, advogada Lúcia Massara, que é brilhante, é uma advogada de família brilhante, pessoa maravilhosa. E com isso tinha uma mulher na Ordem, eram trinta e dois conselheiros, e na disputa, no período pré-eleitoral da Ordem, eu fui convidada, nós inventamos um órgão para atender essas mulheres que eu já tinha ouvido e as milhões de advogadas que saíam das universidades e ficavam meio assim... perdidas, tipo um órgão que pudesse, mais ou menos um anjo da guarda, eu tô tendo dificuldade aqui, o juiz me desacatou, eu não sei que que eu faço com essa testemunha... e que pudesse auxiliá-las, inclusive na condução do processo que elas estavam... Que que eu faço agora, como é que eu pego esse recurso. Porque ninguém tinha naquela época o período de estágio. Então muita gente saía da faculdade entrava direto no fórum, concorrendo com advogado de vinte, trinta anos de vida forense, então era bem complicado. Então nós fundamos o SIADEMA, Sistema de Integração, Assistência e Defesa da Mulher Advogada. E na primeira reunião do SIADEMA foi uma loucura... Apareceu um grupo de mulheres falando que mulher advogada não precisava de assistência nem de defesa, precisava de respeito. Apareceu uma mulher de um deputado estadual descendo a lenha dizendo que a mulher precisava... é (...), é... que as mulheres ficavam expostas, vendendo seus corpos, e que só essas que eram bem sucedidas, enfim, foi uma confusão, mas o certo é... Ai saiu: o SIADEMA não vai pra diante...

FABRÍCIA PIMENTA E isso foi em que ano?

CÁTIA VASCONCELOS Em mil novecentos e... oitenta... Eu me formei em setenta e dois, isso foi, deve ter sido por volta dos anos oitenta, setenta e nove, oitenta, por aí. Acho que menos, setenta e oito, por aí. Em setenta e seis até oitenta... Então o presidente da Ordem Luis Cláudio Ateniense... falou não. Você... vamos acabar com isso Cátia? Falei não. Eu só de Jequitinhonha, do um boi pra entrar numa briga e uma boiada pra não sair dela e nós vamos a diante, a causa é justa. São ações que vão acontecer em todos os níveis, oposições existem e é até bom que elas existam porque a gente vai pegando uma coisa e outra e vai melhorando. Enfim, o SIADEMA foi o projeto mais bem sucedido que a Ordem tem até hoje. Por que? Lançou um olhar masculino ao gênero feminino que até então ninguém tinha se apercebido disso. E claro, a primeira coisa que eu fiz foi fazer um curso de reciclagem. Convidei todos os professores, todos meus colegas, aí eu já era conselheira, eleita por unanimidade, primeira conselheira de Minas, e eu lancei, eu só fiz lá, a maioria do que eu fiz lá foram cursos. Todos os cursos. Sabe, havia cursos, a ordem me cedia espaço, os grandes catedráticos, professores, da faculdade, eu me formei na Faculdade Federal de Minas, era muito querida, sempre fui boa aluna. Então todos tinham prazer de dar aulas nos meus cursos. Terminava um curso de reciclagem de direito civil, começava um de penal, de... e a sala era lotada. Eu fui fazendo coquetel, encerramento, oferecia diploma e pá. E eu fazia baile. E fui levando esses cursos para o interior, então fiz em Ipatinga, fiz no vale do aço, fiz em Juiz de Fora, e fui colocando dentro da diretoria das seccionais da Ordem pelo menos uma mulher que eu indicava como assistente do SIADEMA. Então elas também atuaram lá. Esse foi o embrião de todos os movimentos femininos dentro da Ordem dos Advogados de todo Brasil. É claro que a partir daí eu já tava, eu já estava até aqui, engajada na luta da mulher e ainda recebi muitos convites para Associação Comercial de Minas, eu era diretora da SEMES, a Rede Globo me convidou para ser assessora jurídica do programa TV Mulher que tinha na rede globo nos anos oitenta, por aí. E claro você vai obtendo muita informação, muita experiência, a vivência, e você também vai estudar. E uma coisa que eu fiz que eu sempre faço, eu sou uma pessoa muito generosa, então, eu homenageava, inventei um prêmio, para as mulheres. A melhor promotora, a melhor advogada trabalhista, a melhor... e eu comecei a dar visibilidade a algumas excepcionais profissionais e que nunca tinham tido essa visibilidade, como por exemplo a delegada de mulheres Elaine Matosinhos. Elaine hoje ela é vereadora, foi deputada estadual e foi delegada de mulheres durante... aposentou-se nessa carreira. E ela foi a minha conselheira, ela foi minha conselheira e foi a pessoa que eu indiquei para ir pra Washington. A Embaixadora Teresa Quintela me pediu para indicar, o Itamaraty, alguém para falar em Nova Iorque, em Washington sobre a experiência que tinha no Brasil nas delegacias especiais

e Elaine foi e eles implementaram nos Estados Unidos as delegacias com base nas delegacias do Brasil. Bem... ai já apareceu a federação, eu já era membro da Federação Brasileira de Mulheres, eu era acho que primeira secretária, e o Congresso, e a nossa reivindicação, e os manifestos, eu era, meu pai era muito amigo pessoal do... pai do Aécio, então essa proximidade com Aécio Cunha, pelo meu pai, conseqüentemente dava uma proximidade maior com o governador e com toda a família. Então eu tinha o canal bastante amplo e bastante aberto e ligado com ele.

FABRÍCIA PIMENTA Fazendo um panorama, em junho de 90 o conselho passou por uma nova reformulação e na terceira formulação a senhora foi designada como a presidenta do conselho.

CÁTIA VASCONCELOS é...

FABRÍCIA PIMENTA E ai eu gostaria de saber como que surgiu esse convite para a presidência do conselho? A Sílvia era a anterior, né...

CÁTIA VASCONCELOS A Sílvia era a anterior... eu era... a Sílvia... como a Sílvia, como a Sílvia foi uma das minhas coordenadoras, lá, eu era coordenadora, ela foi uma das assessoras do SIADEMA, eu a convidei. Ela já havia trabalhado comigo no SIADEMA. E quando ela chegou para presidir o conselho, é, no convite do Ministro Oscar Correia, ela foi a minha casa e disse: Olha, eu preciso muito de você, e eu falei: Sílvia, primeiro eu estou saindo de um câncer, to fazendo tratamento de quimioterapia, não vou ter condições e tal. “não, sem você eu não posso ficar, me dê uma força” “então eu vou ficar um período ai com você até as coisas se organizarem, eu conheço bem Brasília, já tenho essa mobilidade toda, eu tinha trabalhado no Ministério da Indústria e Comércio, tenho uma empresa de relacionamentos governamentais, enfim, conhecia tudo, todos...

FABRÍCIA PIMENTA Bem articulada (...)

CÁTIA VASCONCELOS Muito. Então fui ser a diretora de articulação política do Conselho, em 89. Foi a única remuneração que eu tive, foi nesse período, em que eu fui diretora de articulação política da Sílvia e... nós fizemos, dentro do possível, o trabalho, por que, quando a Sílvia chegou o Conselho já tava, já estava totalmente desarticulado. Foi um período muito tensional para a Sílvia. Muito tensional. E com a mudança de governo e com a morte do Tancredo, complicou tudo, complicou tudo...

FABRÍCIA PIMENTA Como foi?

CÁTIA VASCONCELOS Nossa, foi uma coisa horrorosa. E depois dessa morte de Tancredo (...) Nossa articulação, das mulheres, era com Tancredo. Tancredo morre, vem Collor, lá de Alagoas, você nem sabe quem é, e com a briga interna dentro do Conselho. Grupos, uns não aceitam. Mulher tem dessas coisas, elas...

FABRÍCIA PIMENTA É uma característica dos movimentos feministas?

CÁTIA VASCONCELOS Que coisa horrorosa, fiquei tão impressionada, mais tão impressionada. Mais ai, quer dizer, nós tínhamos uma articulação em Minas, que foi passamos pro Sarney que ele acatou porque nós continuamos pressionando, fizemos o Conselho, veio todo apoio, Maria Elvira de Minas, tava no Conselho, às vezes se hospedava na minha casa. Resultado: Collor entra, desarticula tudo, o Conselho espatifado, a gente lá dentro tentando segurar o Conselho, a Sílvia desesperada. Nós fomos a esse bolo de noiva umas mil vezes e felizmente o Bernardo Cabral, ministro, era meu amigo que, por que ele era presidente da Ordem nacional quando eu era conselheira regional, sede regional em Minas Gerais. Então o Cabral fez muita palestra nesses círculos de estudos. Eu fiz o primeiro Congresso Nacional de advogados em Araxá. Quem abriu o congresso, o primeiro congresso foi o Cabral, Primeiro Congresso de Advogados Mineiros, então ele conhecia bem o meu trabalho. E um dia, e eu ia fazendo um lobby pra Sílvia continuar, e ele falou: “o presidente não quer ninguém que já esteja, o presidente quer acabar com o Conselho, não tem chances do Conselho continuar. Só se tiver alguém muito altruísta que queira ficar presidindo um órgão sem estrutura e sem remuneração, porque todos os conselhos serão extintos”.

FABRÍCIA PIMENTA Quem que passou essa informação para a senhora foi o...

CÁTIA VASCONCELOS O ministro Cabral. “não tem jeito. Mas você Cátia, que tem todo um histórico aí dessa luta e eu confio você poderia assumir por algum tempo até que organizem as coisas” eu falei “olha, ministro, eu realmente não tenho condições, eu estou num tratamento, apesar de estar muito bem, entendeu, mas eu to num período de quimioterapia e isso sempre abala um pouco a gente...

FABRÍCIA PIMENTA Desgastante...

CÁTIA VASCONCELOS Ele falou não, não tem problema e eu falei e mais e estou eu vou realizar a ultima sessão de quimioterapia e vou passar com meu marido quarenta dias na Europa. Toma aqui minhas passagens, naquele tempo era emissão daqueles bilhetes de ida e volta e eu ia pra milhões de lugares, Egito... tinha um bolo assim. Eu falei “eu fico preocupada que eu assuma e suma e eles vão falar que foi às despensas do governo, coisa que

pra mim isso... isso não existe. E vou conversando com Sílvia e tentando... Ai ele me chamou, chamou todas nós numa mesa redonda e falou “olha, doutora Sílvia eu quero agradecer a senhora e dizer que infelizmente não vai haver continuísmo no Conselho. Porque que a senhora não sai candidata e tal.” A Sílvia não percebeu que naquele momento ele estava dizendo pra ela que ela não seria porque se ela... não era a pessoa dela, mas era a representação de um continuísmo cujo Conselho anterior não foi aceito pelos movimentos de mulheres, como o meu também não foi, não foi aceito pelos movimentos organizados de mulheres. Eu tinha, vamos dizer assim, uma vantagem a mais porque como eu era da Federação Brasileira das Mulheres e a Rosanita, a Márcia, e todas essas mulheres do MR8 que foram as pioneiras nesse primeiro movimento organizado elas eram minhas amigas. Então a Rosilda veio falar comigo que o movimento dela me apoiava. Que elas não queriam colocar naquele primeiro instante conselheiras, mas que elas apoiariam e que dariam um tempo por que elas não concordavam com a formatação, ou seja, com a falta de estrutura do Conselho, ou seja, que elas não achavam que a Federação, que os movimentos organizados que a gente fechasse o espaço, mais não trabalhássemos de graça. Eu ao contrário eu achava que o espaço tinha que ser preservado. E se eu podia disponibilizar meu tempo para o conselho eu ia fazê-lo. E também eu estava ali aceitando mais ou menos um lugar, por que eu chego pra você e falo: “você pode dar quatro ou cinco horas do seu dia para uma entidade filantrópica, para um serviço de voluntariado. Isso depende do seu talento íntimo e de sua forma de pensar e eu ainda ajudei, depois de tantos anos eu participei desde o primeiro momento. Eu entreguei aquela carta para o Tancredo e sumiu, desapareceu. Acho também que é muito mais difícil você pegar algo, puxar, que foi extinto, e tentar recomeçar do que você manter e lutar, que pelo menos você tem aquele espaço físico, você tem pessoas ao seu redor, que são imbuídas deste mesmo espírito. Vamos tentar reconquistar pelo menos o que nós tínhamos e que não temos mais, o que aconteceu com os outros conselhos. Então eu procurei o Ministério da Educação, Ministério da Saúde, todos cujos conselhos tinham sido defenestrados e no fim eles foram recompondo. Alguns não com toda a estrutura. E convoquei um grupo, algumas aqui do MR8, aqui também, aqui é empresária, aqui advogada, aqui delegacia de mulheres, a Maria Gnaglia é feminista...

FABRÍCIA PIMENTA Mas a gente poderia identificar cada uma delas?

CÁTIA VASCONCELOS Poderia, Heloísa Mabudi... essa tinha um trabalho com drogas maravilhoso, era do próprio Ministério da Justiça, e eu abri para que as entidades e os movimentos pudessem fazer as indicações, essa era uma coisa totalmente aberta. Então Luísa

Miquilis, muita gente boa. Mas, se você me perguntou sobre a Ana Guasques. Ana Guasques foi o seguinte, enquanto estávamos Cabral conversando, eu tentando manter a Sílvia, articulando que pelo menos nos fosse dado um espaço físico, o mínimo, um telefone, o mínimo, mínimo, mínimo, alguns funcionários do Ministério pudessem atender o Conselho, que já atendiam, que eles permanecessem lá...

FABRÍCIA PIMENTA É verdade que o Conselho não tinha sequer linha de telefone?

CÁTIA VASCONCELOS Sim...

FABRÍCIA PIMENTA Era uma salinha?

CÁTIA VASCONCELOS Era, nós passamos por várias salas, eu era mudada todos os dias. Mas vamos ali na Ana Guasque. Então nesse ínterim o marido da Ana Guasques era o Almirante... é, Moreira Lima, e numa conversa lá com o presidente, o presidente nomeou-a presidente do conselho, a Ana Guasque,

FABRÍCIA PIMENTA Presidente Collor?

CÁTIA VASCONCELOS É... E daí quando Ana Guasque foi tomar posse deu uma confusão tão grande que ninguém aceitou, ninguém sabia quem era, ela não tinha um histórico de movimento, ela não tinha nada de nada de nada, eu sei que como ela entrou ela saiu.

FABRÍCIA PIMENTA Foi uma indicação meramente política?

CÁTIA VASCONCELOS Meramente política. Ela entrou e quando ela viu que ela tinha de pagar a passagem dela do Rio para vir pra cá, que ela tinha de pagar um hotel pra trabalhar, que o cargo era meramente, meramente decorativo, no sentido assim, que é você sem estrutura, sem um corpo técnico, eu acho que ela falou “bem, meu voluntariado não vai a tanto” e pegou as malas e foi embora. Como ela entrou ela saiu! Sem nenhum... acho que não tem nem registro disso.

FABRÍCIA PIMENTA É escasso.

CÁTIA VASCONCELOS Ana Guasque Moreira Lima, amiga da Maria do Céu Melo Mestrinho e irmã do poeta... Lá de Manaus o, Thiago de Melo. Irmã do Thiago de Melo. Ela é amicíssima da Ana Guasque, eu não sei... Cadê quando tem aqui... Maria do Céu, Cândida Rosilda e Cátia Vasconcelos, fomos as três primeiras a entrar, aqui Maria do Céu, e foi depois da Ana Guasque.

FABRÍCIA PIMENTA Então, é... A senhora foi convidada pelo Ministro Bernardo...

CÁTIA VASCONCELOS Bernardo Cabral.

FABRÍCIA PIMENTA Com essa falta de respaldo político e com a pobreza orçamentária o Conselho teve suas ações e programas praticamente paralisados?

CÁTIA VASCONCELOS Não.

FABRÍCIA PIMENTA Essa informação não procede?

CÁTIA VASCONCELOS Não procede. Nós, é, eu e as minhas conselheiras trabalhamos muito. Nós não deixamos de organizar os eventos que eram previstos e que anteriormente eram organizados. Nós comemorávamos anualmente o Dia Internacional da Mulher, era uma semana de atividades. Fizemos, fizemos exposições fotográficas de mulher para mulher... Eu sou muito festeira. Eu conseguia, conseguia com a comunidade europeia as bebidas, naquela época a gente servia até bebidas, conseguia os bufês, com a atividade privada, patrocínio pros nossos cursos, pros nossos eventos, pros nossos conferencistas, e paulatinamente os Ministros também nos apoiaram. Eu passei por um punhado de ministros.

FABRÍCIA PIMENTA Quais foram os principais apoios que a senhora teve, os principais apoios políticos?

CÁTIA VASCONCELOS Eu tive apoio, eu tive apoio político dentro do ministério, através dos Ministros, Jarbas Passarinho foi fantástico, foi fantástico, Célio Boshá, todos os ministros pelos quais eu passei, o que a gente não tinha era verba, e nem pessoal técnico. Mas nós tínhamos, quando a gente ia fazer um evento, nós tínhamos o auditório, o som, o vídeo, tínhamos todo aquele aparato e estrutura do ministério. Que nós tínhamos mais, a passagem aérea para os nossos conferencistas e a hospedagem. No fim as conselheiras já recebiam as passagens delas, por que elas todas se hospedavam na minha casa. Vinham todas, punham colchões e aí nós começamos a vida assim. Nós tínhamos um espaço para nos reunirmos, nós temos selo comemorativo lançado pelos correios, nós tivemos... enfim, não tinha uma semana que o Conselho não recebia. Eu fiz chá para todas embaixadoras, embaixatrizes, oferecia, levava a minha baixela, e a minha baixela como o meu marido é Vasconcelos a minha baixela é toda CV, parecia conselho... como é que era... quer dizer, era CM, Cátia Maria, então parecia Conselho da Mulher, e a embaixadora Teresa Quintela falou até “ai, se tem uma baixela de porcelana, em ouro” e eu falei “é, era minha sabe embaixadora” (risos). Enfim, nós realizamos muito, toda imprensa estava do nosso lado, e aí os movimentos feministas foram chegando nós fomos, eu fui a primeira pessoa, a primeira mulher a discutir a questão do homem, eu convidei o psicanalista Luis Kischner, que fazia um trabalho sobre... é... a perda

do poder do homem frente as conquistas da mulher, porque, poder você delega, quando um ascende, o outro cai, como esse homem do início dos anos noventa estava lidando com essa ascensão da mulher? Com os movimentos feministas...

FABRÍCIA PIMENTA Teve discussão sobre isso...

CÁTIA VASCONCELOS A primeira discussão, não existia o termo empoderamento, não existia ainda questão de gênero, era o masculino e o feminino. As questões da mulher elas eram muito definidas, maternidade, criar filho, mulher que sai pra trabalhar fora era vagabunda, elas divorciavam, desquitavam naquela época, depois que divorciavam, eram mal vistas, então quando a mulher saiu da horizontal e foi para a vertical, e foi discutir como ela mulher poderia resolver o problema da perda do poder do homem, como ela poderia contornar, assim de uma maneira menos traumática, que o homem pudesse ajudá-la nas tarefas domésticas e que ela poderia ajudar a família financeiramente por que ela era competente, ela era profissional, ela teria de cuidar da carreira dela.

FABRÍCIA PIMENTA Como sujeito de direitos...

CÁTIA VASCONCELOS Na minha casa eu resolvi bem, eu era casada durante esse período todo, eu era empresária, eu era casada, podia ir num congresso, que eu paguei do meu bolso, num congresso no caribe, no sul da Argentina, mas era um Congresso Latino Americano e del Caribe, onde eu encontrei assim umas cinco mil mulheres de todas as tendências. As lésbicas com as oficinas delas lutando por um... As católicas pelo direito de aborto, as... Teve um baile fêmea, uma missa fêmea! Então era em nome da mãe, em nome da filha... Coisas assim que eu fiquei assustada, um pouco, mas achei que era uma evolução. É, no meu sentir o movimento feministas vem com uma revolução muito forte de postura, você ia para o refeitório e recebia folhetos, folders, de por que você não era lésbica? Por que a mulher entendia mais a mulher, que o corpo da mulher era mais, ele ficava mais sensível ao toque de outra mulher... Enfim, havia de tudo, e tudo muito livre, muito liberal, aberto, e eu fui falar e “ah, tá vindo aqui a presidente do Cons...” e eu não tá vindo aqui pelas minhas despesas, não como vocês que estão sendo patrocinadas pelos sindicatos, pelas universidades, eu estou pagando do meu bolso, talvez eu não seja o que vocês esperavam sentada naquela cadeira, porque eu não faço o tipo de uma feminista, eu sou casada, tenho dois filhos, sou empresária, tenho uma cultura ampla, conheço boa parte do mundo, sou uma pessoa é... dentro do contexto não posso chamar vocês de companheiras, nem amigas, nem nada disso porque eu não milito como vocês, dentro dos seus feudos do MST, da Universidade, do centro de pesquisa disso ou daquilo, mas eu estou sentada na cadeira e eu ofereço a qualquer uma de

vocês que queira ir lá desenvolver o trabalho que eu desenvolvo, sem remuneração, carregando toda noite pra casa pilhas e pilhas de sacolas de todos os movimentos e dos organismos internacionais que mandavam as correspondências, que eu nunca deixei de ler essas correspondências. A Maria Linaga com duas línguas que ela falava muito bem respondia as correspondências em inglês e em outra língua, eu respondia as em espanhol e italiano, nunca deixamos que a correspondência não fosse cumprida, exceto que nunca participamos de eventos internacionais, que nós não tínhamos dinheiro pra isso. Então foi uma perda nesse sentido mais guardamos e começamos a digitalizar toda a documentação do Conselho. Se existe alguma coisa lá, foi na minha gestão que isso foi preservado. Porque eu fui atrás dentro de garagens de caixas de documentos, como desarticulou o órgão, as coisas também sumiram.

FABRÍCIA PIMENTA A informação procede de que todos os documentos do Conselho tinham ido parar na garagem, no porão do Ministério da Educação?

CÁTIA VASCONCELOS Foi. Exatamente, procede. Porque, você desativa um órgão, que estava em diversas salas, você tem que dar destinação para as coisas que estão aqui nessa sala. E pra onde você leva? Pra onde tiver um espaço físico que possa receber. Então eu volta e meia me deparava, eu passando, eu descia do quarto andar pro terceiro e encontrei um grampeador com aquela marquinha do CNDM escorando uma porta. Eu simplesmente tirei e levei pra lá. Enfim, e aí eu comecei a buscar, dentre os funcionários quem sabia onde estava isso. Nós tínhamos lá uma biblioteca de vídeos. Eu falei, eu quero recuperar a biblioteca de vídeos. Cortadoras de cana, enfim, são trabalhos que você tem que recuperar. Então isso nós fizemos.

FABRÍCIA PIMENTA Quantos funcionários o conselho tinha na época?

CÁTIA VASCONCELOS Nenhum!

FABRÍCIA PIMENTA Nenhum?

CÁTIA VASCONCELOS Nenhum. Mas nós tínhamos alguns, alguns... por exemplo, a parte, a parte... é... financeira, nós tínhamos a estrutura do Ministério, que fazia a parte financeira do Conselho, inclusive eu tenho, e também vou lhe dar quando eu encontrar, um documento do tribunal de contas me elogiando pela boa gestão do dinheiro público. Eu acho que poucos cidadãos no Brasil têm isso. E me orgulha muito, me honrou muito receber isso. E eu recebi do Almério que é um funcionário do Ministério. Então nós tínhamos assim: nós queríamos fazer um serviço de gráfica, nós mandávamos, o Ministério aprovava e mandava o material

que a gente solicitava. Envelopes, etc, capas. Nós queríamos fazer um evento, nós mandávamos para o Ministério, algumas coisas eles aprovavam, outras não. Na época aprovavam quase tudo porque as pessoas observam que você está trabalhando, que você está produzindo. E trabalhamos também inclusive, muito, no legislativo. Porque a gente queria reconquistar.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo porque houve depois a saída do Collor, né.

CÁTIA VASCONCELOS Houve a saída do Collor...

FABRÍCIA PIMENTA E qual foi o impacto da saída dele para o Conselho?

CÁTIA VASCONCELOS Olha...

FABRÍCIA PIMENTA Ou não houve?

CÁTIA VASCONCELOS Pra mim não houve nenhum. Porque eu estava ali na minha, minha imaginação e no que eu combinei com o Ministro Cabral, eu estaria ali por seis meses. Já estava a dois anos. E eu levava a minha carta de demissão e... Levei um dia minha carta de demissão pro Ministro Passarinho e ele disse “não recebo doutora Cátia, isso é um desserviço que a senhora está prestando ao país”. Eu levava, entrava um Ministro novo e lá eu ia com a minha cartinha de demissão. E nesse meio tempo eu me curei do câncer, tava super saudável, super bem e etc, etc e muito dinâmica e bem articulada e ninguém queria me perder, até porque eu não custava nada, eu era 0,00 e pelo contrário, eu trazia coisas para o Conselho. Trazia pessoas, trazia a minha competência, trazia gente. É tanto que as nossas festas e as nossas... não digo que a gente vive de festa... Festa assim, comemoramos o Dia Internacional da Mulher, fazemos lá no auditório, tararam, depois a gente ia jantar na casa da Márcia Kubitschek Eu conseguia que esse entrosamento houvesse.

FABRÍCIA PIMENTA Agregar pessoas...

CÁTIA VASCONCELOS Tudo, tudo, tudo. Governador, presidente, então quando o Collor saiu aí, eu, pra mim, não representou nada. Eu fui nomeada por ele, meu cargo é demissível *ad nudu*, era demissível *ad nudu*, do jeito que eu entrei, aquilo era o *nuns publico*, eu saía. Então quando saiu o Collor e que meu Ministro era o Maurício Correia, outro amigo meu das lides da OAB. Ai eu fui lá no Ministro, falei “olha, Maurício, eu to aqui” contei pra ele minha história e agora eu coloco o cargo, as minhas conselheiras... “Não, Cátia, não faça isso. Eu estou sendo atingido por todos os lados por grupos de movimentos feministas, cada um que não bate com o outro, eu tô com mais de mil nomes pra esse cargo seu. Eu tô sendo

fulminado, eu não sei o que eu faço, segura isso aí.” Eu falei “ah, eu não seguro não Ministro. Tem que haver novamente a reestruturação do Conselho e o cargo eu acho que tem que ser, é um cargo político sim, mas o cargo tem que ter respaldo dos movimentos organizados” “Mas essas mulheres não se entendem” e no que ele tinha razão porque à época, à época eu fui procurada para uma entrevista e realmente saia bandos de mulheres de lá do Palácio do Planalto, indo e vindo, pedindo o cargo de presidente do Conselho. Realmente eles tavam muito perdidos e ele tinha um assessor que era meu amigo pessoal também, era amigo do Teixeira, do Maurício... E esse assessor eu cheguei lá com, apesar do Maurício ter pedido pra eu não entregar o cargo, eu cheguei lá com a minha carta e ele falou “não, doutora, tá proibido de aceitar a demissão da senhora aqui.” Aí, esqueci o nome dele, tadinho, já faleceu, uma pessoa de confiança de Maurício. Ai ele falou “tá proibido” e eu falei “não, mas eu não posso ficar porque a minha empresa tá sendo prejudicada, eu preciso ganhar dinheiro, eu tenho os filhos, eu tenho a minha vida, eu não sou rica, eu tenho que ganhar dinheiro, uai, eu tenho que trabalhar.” Minha empresa com o Conselho, se eu fosse remunerada, era incompatível. Sem remuneração eu poderia permanecer na presidência da minha empresa. No momento que eu fosse remunerada eu teria que sair da minha empresa. Ora, eu seria remunerada com DAS, sendo que eu tinha uma empresa de relações governamentais que foi a primeira empresa do Brasil e a única a ser presidida por uma mulher.. Uma atividade que já ousa dizer seu nome, e eu sou a lobista do lobby. Então, quando eu vi, era isso, olha: Maurício Correia vai definir o CNDM e Itamar Franco diz que apóia o programa. Então, a briga, sai um grupo, cercava Itamar, Itamar não sabia que que fazia, mandava pro Maurício, Maurício: “Cátia, fica aí”. É tanto que tá aqui, olha: Jandira, Rita, querem tirar o CNDM da mão de Cátia. Eu que queria entregar o CNDM. Então os movimentos organizados, eles não tinham um objetivo comum, eles não conseguiam que um... é... que que... é, que os pleitos fossem iguais. Que eles direcionassem todos esses esforços, olha, essas meninas são brilhantes, elas tem vinte anos, trinta quarenta anos de movimentos de mulheres, por que que não unem? Por que que não se esforçam? E ai colocaram a Herilda, e que também não foi reconhecida pelos movimentos de mulheres. É, eu acho que...

FABRÍCIA PIMENTA Talvez por não ter essa tradição?

CÁTIA VASCONCELOS É! Foi um... Itamar fez , é o Maurício fez o que Cabral fez comigo. Mas eu tinha a tradição, então eu não tive reação, não tive essa reação violenta. A Herilda teve uma reação violenta porque ela trabalhava com Maurício, era uma advogada daqui, etc...

FABRÍCIA PIMENTA Como era o seu relacionamento com as conselheiras?

CÁTIA VASCONCELOS Excepcionalmente bem. Elas todas ficaram imbuídas de colaborar, de guardar esse espaço, de...e ainda mais como um desafio, de nós não termos nada e conseguirmos deixar... manter a estrutura do Conselho, as idéias, divulgar, fazer que houvesse uma ressonância de tudo isso. Então esse foi o maior desafio que enfrentamos.

FABRÍCIA PIMENTA Quantas conselheiras que a senhora tinha à época?

CÁTIA VASCONCELOS Ah, eu acho que eram treze... Tinha uma que custava a vir a de Mato Grosso, mas não lembro mais assim, nominalmente... Mas nós tínhamos conselheiras, eu diversifiquei. A gente tinha empresária, a gente tinha jornalista, a gente tinha área de saúde, tinha área de defesa da mulher, a gente tinha de violência, a gente tinha de outros movimentos a Marlene Euber que era presidente do Clube Sorotimista que tinha um grupo enorme... era um clube mais ou menos como o Rotary, de serviço, mas era uma pessoa em Brasília que congregava muito a associação comercial. Eu acho que o que expandiu na minha gestão foi que o Conselho e o movimento de mulheres, não ficou restrito aos movimentos organizados de mulheres, que tinham isso como bandeira principal. Mas foi enraizando pelo meio empresarial, nós tínhamos o Banco da Mulher, que era separado do Conselho, mas que a gente apoiava, enfim, a associação comercial. Nós não ficamos restritas a aquele movimento vinte quatro horas de mulher. Mas colocamos as idéias da igualdade, das equiparações, as questões de gênero dentro do ambiente que essas outras mulheres, socialites, empresárias de ramo de confecção, e... todas elas participavam. E trouxemos também muito pra dentro do Conselho as representações diplomáticas. Íamos, é, comparecíamos a todos os eventos nas embaixadas, principalmente os eventos que eles normalmente fazem de comemoração das datas nacionais, homenageamos muitas embaixadoras, embaixatrizes, isso era o cotidiano lá do conselho. Trouxemos... agregamos outros segmentos da sociedade que viam assim o Conselho como um bando de feministas neuróticas que queriam mudar regras pré-estabelecidas e que pra elas mulheres tava muito bem elas dentro de casa, com o marido sustentando e elas criando os filhos. Então elas viram que elas dentro de casa, sendo sustentadas pelos homens, que era a opção delas e que elas poderiam participar de debates, de discussões de participação política, de igualdade de condições, que nem todas tinham essa mesma situação, essa mesma condição e que nós mulheres, como seres humanos, a gente tinha que ser co-participe do homem numa sociedade mais justa, mais humana, mais igualitária. Até porque a mulher tem uma grande qualidade, a mulher é geradora de vida, ela é mãe, ela passa pro filho aquilo, aqueles valores dela. Então nós temos uma arma, enorme na mão, que é além de gerar, é criar esse filho. E a mulher é mais sensível. Essa sensibilidade,

que é uma função biológica, ela é mais sensível do que o homem. Porque biologicamente nós somos diferentes, mas a gente quer ser igual naquele mundo dominado, muitas vezes, pelos homens. E uma... um dos poderes de dominação que o homem sempre teve é que ele é o chefe do departamento, ele é o presidente da república, ele é o diretor do hospital, ele... então ele tem aquele poder e todo mundo ali, principalmente as mulheres, mesmo sendo mais competentes, elas estão subordinadas ao homem. E santo Agostinho que enobreceu muito a mulher, que falou que a virgem santíssima, com aquelas ideias do cristianismo, começou a enobrecer muito a mulher. A revolução Francesa, os escritos de Diderot, de D'alembert, dos enciclopedistas... E essas mulheres mais, desses empresários, elas começaram a perceber que essa igualdade beneficia a todos. Que não é um choque, homem de um lado mulher do outro, tarefas definidas aqui, tarefas definidas ali. E houve agora, mais recente, uma pesquisa, eu não me lembro onde eu li, porque eu sempre to direcionada, quando fala alguma coisa com questão de gênero eu olho, que são mais felizes os homens que conseguem ser mais sensíveis e que conseguem aproximar mais do modelo feminino. E as mulheres que são mais felizes são aquelas também que aproximam do antigo modelo masculino. Provedora, vai a luta, estuda, trabalha, ganha seu dinheiro. Então que essa separação, assim muito rigorosa como era antes, ela afetava muito mais e trazia muito mais infelicidade. Retomando o ponto aí que eu acho importante do Luis Kischner do poder, essa discussão do poder foi importantíssima por que ele disse que tratava, tratava homens, no hospital das clínicas salvo engano, grupos de homens que sentiram que o chão caiu. Que eles tinham perdido tudo e que eles não conseguiam conviver com essa nova mulher, dando ordens, liderando, etc, etc, . Então essas discussões no conselho à minha época elas foram muito intensificadas, porque esse é o mundo que eu vivo. Eu lido com homens, eu sou empresária, eu trabalho com multinacionais, eu lido no Congresso Nacional com parlamentares, homens, e isso me dá, no momento em que você só trabalha, o trabalho é muito direcionado, você começa a perceber que você pode juntar isso, que você pode ajudar para que essas barreiras não fiquem tão desiguais,

FABRÍCIA PIMENTA Sejam suplantadas, de uma certa maneira.

CÁTIA VASCONCELOS É, olha, e aí ainda existem muitas desigualdades? Claro, a última pesquisa que eu tive aí mostrava que as mulheres tinham 1% das propriedades, então a situação econômica é uma situação de status, e como a mulher consegue isso? Se ela nasce numa família pobre ela tem que estudar, e tem que ir a luta trabalhando, e é bom quando você consegue se filiar, se organizar, dentro de algumas confrarias, associações, e isso te impulsiona. Mas o nosso trabalho no conselho foi muito bom, se você me pedisse uma nota

desse período, e como eu já te disse, obstante todas as adversidades, eu daria uma nota dez com louvor. Porque essas mulheres saíam dos vários estados e vinham, umas se hospedavam ainda na minha casa quando não tinha ainda nenhum jeito, não tinha nem passagem aérea, elas tiravam do próprio bolso e elas foram extremamente dedicadas, extremamente dedicadas.

FABRÍCIA PIMENTA E como era a relação com os conselhos estaduais e municipais? Existia alguma relação mais próxima ou não, era independente?

CÁTIA VASCONCELOS Nós não tínhamos dinheiro, então nós não podíamos participar. Tinha uma reunião no Conselho Nacional... Conselho Estadual de Minas, por exemplo minha amiga Sandra Lima, a gente não ia. Por exemplo, se tivesse alguma conselheira de Belo Horizonte, ela iria, no Conselho do Rio, a mesma coisa, mas foi também os conselhos regionais, estaduais e municipais, eles dependiam de verba do conselho nacional, federal. E desarticulado o conselho aqui em cima os governadores desarticularam os de baixo. Foi mais ou menos um repique.

FABRÍCIA PIMENTA Focando pras perspectivas de gênero, já fechando, é qual a sua perspectiva quanto as questões de gênero? A senhora acredita que elas tem um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

CÁTIA VASCONCELOS Claro, claro, claro! Eu acho que a mulher tem que participar! Tem que participar e ela tem que participar e esse é um objetivo do terceiro milênio, do status da mulher. É, eu já te falei pelas características dela. Nós não pudemos permanecer impassíveis, olhando, que a violência bata a nossa porta, nós temos de mudar. E essa mudança de atitude ela é muito mais eficiente quando a mulher participa dela. Agora, preconceitos, nós não podemos tirar o ranço de um regime patriarcal em que a mulher foi subjugada ao longo dos séculos nas legislações. Nós não podemos tirar esse ranço e jogar isso como se tirássemos do bolso alguma coisa e jogar fora. Esse é um trabalho paciente, de décadas. Mas se você me perguntar qual foi a maior transformação do século XX: foi a televisão? Foi a internet? Foi o fax? Foi a comida congelada? Foi a mulher poder conceber um filho sozinha? Foi o esperma congelado? Eu digo que foi a revolução feminista. A revolução em que a mulher percebeu o potencial que ela tem de conviver. E isso vem desde de Antígona, Antígona, filha de Édipo e Jocasta é... o Creonte proibiu o sepultamento do irmão dela Polinisses, que que ela fez? Ela se insurgiu contra o rei. Não como uma pessoa que se insurgisse contra aquela autoridade, mas ela se insurgiu contra a possibilidade de tirar o direito de uma pessoa. Joana D'Arc, quando ela empunhou a espada e foi lá pra sagração do rei Carlos V, ela também se insurgiu contra aquela ordem reinante, contra os direitos fundamentais da pessoa humana. Hoje quando nós

assistimos uma mulher sendo apedrejada por causa de adultério, etc, que que você está vendo aí? São situações que ainda estão arraigadas, que ao homem pode, à mulher não pode. Como que nós vamos conseguir isso? O primeiro passo foi dado. Nós hoje podemos dizer que a mulher ocupa todas as profissões. A mulher faz o que ela quer. Então ela é piloto de avião, ela é mergulhadora... você encontra as mulheres nas mais... se você olha pro céu, pro mar, pra onde você olhar tem uma mulher, grandes dentistas, grandes escritoras, grandes filosofas, grandes professoras, nós temos o mesmo potencial masculino. Quando o Néelson Carneiro, senador Néelson Carneiro, ele prefaciou o livro da Fanny Tabak, a mulher...

FABRÍCIA PIMENTA A Mulher brasileira no Congresso Nacional,

CÁTIA VASCONCELOS Ele dizia assim, que a mulher precisava gritar a plenos pulmões para que ouvissem o grito dela, porque ela representava a maioria do eleitorado se não ela ia viver das migalhas... Viver das migalhas, viver na política das migalhas daquele banquete e a mesma coisa o Maurice Duverget dizia que a guerra era um negócio só de homens e que a política era igualmente um negócio só de homens, e a mulher precisava romper esses grilhões porque só, e no momento em que você detêm o poder você tem força para modificar alguma coisa. Se você me perguntar para encerrar “foi bom o período que você passou frente ao CNDM?”. Eu digo hoje, foi ótimo. À época, eu sofri muito. Eu sofri muito. Porque eu gostaria de ter um técnico na área de saúde, na área de movimentos sociais, um técnico que me fizesse pesquisa sobre violência, mesmo assim nós mantivemos cadastrados todos os casos de violência contra a mulher. E eu me lembro que uma senhora, de aproximadamente quarenta, cinquenta anos, classe média. No final da asa sul ocorreu um caso de estupro, de tentativa de estupro. Essa senhora tava com a bolsa e ela tirou uma beretinha e atirou na perna do sujeito. Durante uns dois anos nós não tivemos em nossos gráficos uma situação semelhante. Com uma pessoa, nessa faixa etária e com a bolsa, ou seja, é a defesa do seu direito de legítima defesa. Então se você, se o agressor vem, sabe que você tem uma arma ali, sabe que você pode matá-lo, machucá-lo, feri-lo, assustá-lo, isso inibe naquele momento de te agredir. Então eu sou uma pessoa que eu prezo muito o direito das pessoas. O direito, meu direito. O direito de ir e vir, de sair, de estudar, de... portar arma se eu quiser, de falar onde eu tenha ouvidos, de defender aquilo que eu acho que é justo. E quando eu presidi o Conselho me convidaram, convidaram o Conselho pra fazer parte na comissão da Câmara que, na comissão, antigamente era comissão de não sei o que, de direitos e minorias. Ai eu falei, bom, fiquei muito honrada pelo convite, mas enquanto eu tivesse no Conselho não ia participar da da Comissão de minoria da Câmara dos Deputados. Quer dizer, é uma comissão permanente,

onde iam discutir aquilo, porque eu não considerava que mulher era minoria, que eu achava cota pra mulher horrível, que eu acho discriminação por sexo, cor, religião, tudo muito ruim, eu não acho isso positivo. Eu acho, não acho que um Dia Internacional da Mulher deva existir. É uma homenagem, é, mas se a gente tá buscando igualdade por que a gente tá fazendo as diferenças? Por que que nós estamos nos discriminando? Nós somos iguais. Você tá seguindo a sua carreira, você precisa de muletas? Não precisa, então, eu penso na igualdade total, mas também penso que a gente não pode chegar lá sem queimar essas etapas, elas são necessárias, essas muletas são necessárias. O SIADEMA foi importante pra muitas advogadas ingressarem nesse mercado de trabalho, o Conselho é importante...

FABRÍCIA PIMENTA O que mais marcou a sua gestão a frente do conselho? Alguma política efetiva, alguma campanha?

CÁTIA VASCONCELOS O que marcou minha estada no Conselho foi manter o Conselho como um órgão promotor de políticas públicas. Ele se manteve durante todo o tempo promovendo políticas para evitar a discriminação em qualquer área. Quando nós tínhamos uma denúncia de que uma mulher tinha sido violentada, quando nós tínhamos uma denúncia de que alguém foi recusada num concurso público, quando nós tínhamos.. então nós, e também quando a gente via uma deficiência numa área, por exemplo, aqui no Distrito Federal, não havia uma delegacia especial de mulheres, não havia um albergue. Então eu conversei com a Euésia e falei com ela, era a primeira dama, que não adianta nós termos somente a delegacia. A mulher espancada ela vai voltar pra casa, porque ela não tem condições financeiras de sair e o marido vai espancar ela novamente, ou o companheiro vai estuprar a filha dela. E ela não tem dinheiro pra sair de lá. Nós temos de ter albergues. E isso foi criado aqui. Durante a minha gestão todos, acolhemos a todos, todas as reivindicações, trabalhadoras rurais, é... as cortadoras de cana, me lembro bem. Nós fizemos encontros de delegadas, todos os encontros nacionais de delegadas. Trouxemos delegadas de todos os países... Fizemos, promovemos, promovemos todo mundo que queria se ingressar em alguma carreira, que tinha dificuldade. O Conselho era aberto e a minha cadeira eu não sentava nela. Quem quiser pode sentar, isso é extremamente democrático, quem puder me substituir que me substitua, eu nunca tive apego ao cargo. Isso é democracia.

FABRÍCIA PIMENTA É, eu queria deixar o espaço aberto pra senhora se quiser colocar mais alguma coisa, alguma coisa que eu não perguntei que a senhora julgue relevante, julgue importante colocar.

CÁTIA VASCONCELOS A gente tem uma vida e aqui não é igual a uma peça de teatro. Você vai lá, erra, volta, acerta, treina outra vez. Não, você tem uma trajetória, é tanto que tudo que eu faço eu procuro fazer bem feito. Aquilo que eu falei no início da nossa entrevista, são momentos. Eu assumi a presidência do Conselho da Mulher com uma finalidade, eu fui além do que me pediram pra realizar. Eu me dedico. (...) Você tem dentro de você uma determinação muito grande, você tem que ter fé, você tem que acreditar. Quando você me pergunta: “podemos... pode-se esperar que algum dia essa tão decantada igualdade de gêneros aconteça?”. Sim, sim. As grandes revoluções do mundo elas são feitas para mudar algo que alguém ou uma condição social que não esteja de acordo com o pensamento vigente naquela época. Nosso pensamento vigente do século vinte pra cá é um pensamento de igualdade, porque todo mundo já chegou a conclusão, e os grandes especialistas que se dedicam a isso, a condição da mulher que o mundo será mais feliz e com menos guerra. E a obtenção da paz ela vai se dever muito a participação da mulher. Que a mulher não é de guerrear, ela é muito de harmonizar. Ela que criou o filho, ela não quer que ele vá para a guerra. Ela não quer que um ser humano destrua outro ser humano. Então nós que temos o privilégio de termos estudado, nós temos que cumprir a nossa parte. Eu cumpro a minha parte. Volta e meia eu to ali dando uma pitadinha de estímulo. “Olha, você é mulher, você pode mais, tararam...”. Qualquer que seja a situação... quando eu me vejo eu to falando de um tema recorrente. Qualquer que seja a oportunidade, a ocasião eu estímulo. Como mulher, como cidadã, acho que faço a minha parte. Faço a minha parte, to sempre procurando... é... encher a bola de todo mundo, mostrar que as pessoas são capazes, que você pode, que você consegue... Que não tem esse negócio de derrotismo comigo. Sou alegre e pronto. Essa é a Catita.

FABRÍCIA PIMENTA Eu tenho devo lhe agradecer...

CÁTIA VASCONCELOS Não, eu ainda não falei! Eu quero agradecer a você, desejar todo o sucesso do mundo pra sua tese. O que você puder e quiser contar comigo. Ô, segunda e sexta, aproveita o recesso branco, eu to a sua disposição. Parabéns, você é uma moça culta, brilhante, e você tem uma trajetória linda pela frente.

FABRÍCIA PIMENTA Obrigada!

•••

5. Herilda Balduino

- Nome completo da entrevistada: Herilda Balduino de Souza
- Profissão: Advogada
- Local de realização da entrevista: SAUS Qd. 05, Bloco N, Sala 314. Asa Sul. Brasília, DF.
- Data e horário: 27 de Agosto de 2010, 10h

HERILDA BALDUÍNO 98% das mulheres nem sabem que tem Conselho. A academia não sabe que tem Conselho. Os partidos políticos não tem nada com o Conselho porque o Conselho ele se transformou numa organização de uma representação muito pequena e não conseguiu comunicar com a sociedade política.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acha que isso aconteceu por que motivo? Porque, pelo menos em teoria, o Conselho era para agregar todas as opiniões.

HERILDA BALDUÍNO Exatamente por causa disso. Não conseguiu agregar os vários segmentos da sociedade brasileira. O Conselho, ele... A representação é de grupos de alguns movimentos sociais não e das mulheres. Se você fizer hoje uma enquete em Brasília, você vai encontrar um pequeno conhecimento do Conselho. Pode saber até que existe, mas não sabe o que que é, pra quê serve, aonde é que está.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acha que virou um gueto?

HERILDA BALDUÍNO Um gueto. Eu acho que é um gueto das mulheres, de um grupo de certas mulheres. Na universidade tem sempre um grupo de mulheres especial, mas eu, por exemplo, não tenho conhecimento que esse grupo tenha trabalhado, tenha tido participação, tenha influenciado academicamente nas questões das mulheres na questão do Conselho, de políticas organizadas. Por que o Conselho tem que organizar as políticas para as mulheres. É o Estado. Não é uma ONG. É a obrigação do Estado depois que virou Secretaria. Isso é uma falha que vem desde o início. Como o Conselho, logo que nasceu, depois da derrubada da ditadura, logo que houve a eleição, aí foi sobre o movimento de mulheres que tinham trabalhado politicamente na oposição, na derrubada da ditadura conseguiu, com muito custo. Nós queríamos um Ministério, né? O Tancredo proibido de dar um Ministério, mas no final saiu o que? O Conselho. Porque? O Conselho, ligado ao Ministério da Justiça e aquele grupo que tinha trabalhado com aquilo, aproveitou e se auto-projetou como dono do Conselho dos Direitos da Mulher e aí que começam as dificuldades, né?

FABRÍCIA PIMENTA Como a senhora chegou até o Conselho? Como que surgiu esse convite? A senhora já integrava o corpo de conselheiras, tinha participação n[os] movimentos feministas? Qual foi a sua trajetória para chegar ao Conselho?

HERILDA BALDUÍNO Nós somos percussoras das lutas das mulheres em Brasília. Nós éramos um grupo de mulheres que tratávamos disso. Eu já prestava muita assistência às mulheres carentes como advogada, entendeu? Foi quando começamos dizer: “Olha, vocês têm direitos!”, “Vamos fazer isso”, e a fazer um programa que era até muito rico, ia lutar pelos direitos das mulheres por causa da questão da discriminação, que era muito grande e, por causa da discriminação, impediu muitos anos das mulheres fazerem política. Então, nós fomos pra rua. Tem pessoas aqui que trabalhamos isso, até distribuimos papelzinho na rodoviária e pelas caminhadas, porque estávamos na fase de organização política da sociedade.

FABRÍCIA PIMENTA Isso no final da década de 1970?

HERILDA BALDUÍNO Isso logo que terminou a ditadura. Durante os 70, a gente só conseguiu organizar um pouco dentro da oposição, né? Por que o que que era a oposição? Era o PMDB, os partidos ditos comunistas, mas não era uma coisa expressa, né? Eu sabia que Sicrana, Fulana, Beltrana era comunista, mas não tinha organização.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo por que ninguém queria dar a cara a tapa, não é?

HERILDA BALDUÍNO Até por que muitos deles estavam proscritos e a sociedade tinha mulheres valorosas... e o Brasil sempre teve mulheres comunistas valorosas, entendeu? Se for estudar a participação de mulheres em partidos comunistas no Brasil você vai encontrar que elas marcaram uma resistência junto com as idéias socialistas. Não era apenas, como se diz, para ir bater palmas. Elas tinham um trabalho de igualdade social, do mercado de trabalho, da carestia. Eram coisas mais ligadas ao dia-a-dia das mulheres. Mas com a derrubada da ditadura, com a efervescência dos movimentos sociais, o movimento de mulheres também foi prá frente. Não empurrado. Nós começamos a andar. E vi gente andar junto conosco prá nos ajudar. Aí veio a nossa luta na Constituinte para que tivéssemos um órgão representante das mulheres, a idéia era ter um Ministério. O Ministério não saiu, saiu o Conselho das Mulheres. O Conselho ficou muito centrado nas mulheres das grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. Por quê? Porque certamente era mais fácil. Não que fossem melhores as representações feministas desses lugares, mais era mais fácil porque já eram mais politizados os movimentos, né? E foram crescendo até que saiu o Conselho dos Direitos da Mulher. Eu não fui conselheira porque, na verdade, o pessoal que formou o primeiro Conselho não deu nenhum

cargo para Brasília. Falaram que aqui não tinha grandes lideranças femininas. Isso é um problema pra se estudar, a questão das grandes lideranças femininas. Precisam saber o que é liderança feminina primeiro, mas nós continuamos trabalhando. Isso foi durante todo o governo do Sarney. Fizeram trabalhos, tiveram... foi criada a primeira delegacia da mulher lá em São Paulo. Essas reivindicações mais do dia-a-dia é mais fácil de fazer porque as mais difíceis não tínhamos poder, porque os homens não iam entregar o poder às mulheres. Não entregou e acho que vai demorar. Não se está por dias prá entregar o poder para mulher ou se não vai entregar, se vai demorar. O Conselho então,... Mudou o governo. Saiu o Fernando Lyra, que era o Ministro da Justiça. Terminou o mandato do Conselho e aí veio uma guerra de briga. As mulheres que estavam no Conselho não admitiam uma mudança política que é normal. Muda o governo, muda... E o Oscar Dias Correia que veio, né? E o Oscar Dias Correia que não tinha grandes, vamos dizer aí, informações a respeito de movimentos de mulheres, o que é normal. O Brasil não tinha, os políticos não tinham... Mas... Ao invés de o pessoal do primeiro Conselho negociar com ele... *(pausa)* Não sei, a gente sabe as histórias, mas a história escrita ainda não tem. Não negociou, houve muitos impactos e elas partiram para o enfrentamento, né? Aí fizeram passeatas na frente do Ministério e não sei o que mais. É uma das coisas que nós mulheres precisamos aprender, é negociar com o poder. Nós não sabemos negociar com o poder, entendeu? Pensavam, por exemplo, que elas tinham muita força. O movimento ainda era muito fraco aqui no Brasil inteiro. Estava concentrado na mão de poucas pessoas, muitas delas desconhecidas da sociedade feminina, feminista, porque as mulheres ainda não tinham idéia, elas... O discurso era feminista, era das feministas. Agora esse é um discurso, por exemplo, que eu ando estudando. Quero ainda encontrar, apesar de muitas reflexões, quer encontrar fundamentos para dizer, porque todas as mulheres do Brasil... Um pequeno número de mulheres brasileiras são feministas. E o Conselho e os movimentos de mulheres são feministas. 90% são femininas. Elas não admitem ser chamadas de feministas porque passou. É o tal negócio, né, do modo da ação, do modo de fazer, da nossa ingenuidade, ou talvez da falta de preparo político, eu acho. Carimbou, Então, era difícil, mas fomos andando. Já tínhamos as delegacias femininas funcionando. Vai o Oscar Dias Correia. Ele tinha uma assessoria diferente do Fernando Lyra, chefe de gabinete, esse pessoal. Ele era um homem, um jurista de primeira... um político de grande nome no Brasil. Era um político conservador, ele era da UDN. Então, nós precisávamos saber do jogo... Então, e esses confrontos, e iam lá no Congresso, mas o Congresso também não era preparado para defender o Conselho. Vamos ter que existir. E o que elas queriam mesmo era permanecer no poder, entendeu? E o Oscar Dias veio e nomeou uma presidente, que era uma pessoa que ele

conhecia bem, que representava um movimento de mulheres muito grande, que era das mulheres de carreira jurídica e tinha, dentro das suas sócias, uma pessoa que era esposa do chefe de gabinete do Oscar Dias Correia. Tá a salada pronta brasileira, né? É o que vem. O marido sempre abre portas. Os parentes, não vou dizer só os maridos, sempre abrem portas. Se ele tem poder, o poder fica mais ou menos concentrado por ali. A pessoa não precisa de lutar para conseguir o espaço. É o que tá até hoje, tá garantido.

FABRÍCIA PIMENTA Isso é em relação a Dra. Sylvia?

HERILDA BALDUÍNO É a Sylvia Auad. Foi ela. A Sylvia foi assim. E a Sylvia, ela não tinha... A Sylvia tem uma formação política diferente daquilo que o Conselho tem, daquilo que o Conselho estava vivendo, e foi um período muito difícil. O Oscar Dias Correia chegou a falar que o órgão mais difícil que tinha na República era o Conselho das Mulheres, mas não abriu mão; manteve assim, uai, não é? E elas fizeram de tudo. Eu pertencia, eu fazia política aqui em Brasília, eu era do PDT. Veio, então, o Collor. Eu fui, nessa época, eu fui... me procuraram, as pessoas que estavam fazendo com o Collor. Pra mim apoiar o Collor me ofereceram o Conselho. Parecia que era uma destinação que eu tinha (*risos*), mas é lógico que eu nunca, eu não ia apoiar o Collor, eu não vou apoiar o Collor. Eu sou do PDT, eu sou Brizola e não tem... Duas ou três pessoas. Aí veio a eleição. O Collor, o que... A Sylvia tinha lutado, estava, como se diz, absolutamente enfraquecida pelos outros movimentos e as mulheres brigando. E com o Collor a briga tinha que ser maior, certamente, não é? Porque o Collor tinha mais visão daquilo que ele não queria no governo, de quem ele não queria no governo dele. Lógico que ele não ia querer um grupo de feministas que eram PMDB, que eram de outros partidos e que ia, como se diz, satanizar, infernizar. Ele conseguiu, então... Conseguiu não, acho, não sei, arranjos políticos. Sempre isso é arranjo político. Hoje eu tenho uma experiência de que nada acontece porque achou Fulana de belos olhos, entendeu? Faça os arranjos políticos prá poder ter poder. Ter poder prá poder influenciar, governar, e outros por ideal, prá criar as coisas que acredita. Foi quando foi nomeada uma moça aqui de Brasília, como ela chama, gente? ... A Cátia Vasconcelos, que é uma pessoa completamente desconhecida dos movimentos de mulheres todos. Sem nenhuma formação política específica. Nunca teve, né? ... Era da turma de *society*. Não sei, não vou dizer *society* por que quando a gente fala pensa que é uma coisa que é para diminuir. Não... de um grupo, de um estamento social diferente. Porque, geralmente, no Brasil quem apóia os movimentos são as classes proletárias, não no sentido de... São as classes mais necessitadas, aquelas que precisam realmente daquelas políticas que as pessoas dizem que vão defender, que vão fazer. Aí vem o

que? Vem a renúncia, o *impeachment*. Sobe o Itamar e o Maurício Correia vai ser o Ministro da Justiça. No dia que ele foi ser Ministro da Justiça ele me telefonou: “Herilda, eu vou te botar aqui no organismo das mulheres, você vai para lá.” Eu falei: “Não quero. Não vou. Eu quero é fazer política, mas eu não quero. Porque eu sabia que era muito estreito aquilo. Eu quero a Secretaria de Justiça. Nós trabalhamos, fizemos uma oposição à ditadura. Você sabe que eu conheço perfeitamente todo o trabalho da questão da justiça e da questão das necessidades do Ministério da Justiça ser o órgão da cidadania, eu me lembro que eu ainda falei isso. Tanto que ele tomou posse, quando eu não sei, você pode ver as datas aí, mas ele ficou me esperando seis meses aceitar isso.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era o seu relacionamento com ele? A senhora era amiga?

HERILDA BALDUÍNO Nós éramos correligionários no PDT e tinha sido conselheira da OAB durante os oito, dez anos que ele foi Presidente da Ordem, e eu tinha um trabalho muito ativo dentro do Conselho da Ordem na ditadura. Fui advogada de presos políticos, de sindicatos, de todo o mundo que você pensar. Enfrentamento aqui no tempo do Milton Cruz, enfrentamento das prisões, da invasão do... Então, eu era, como se diz, de todos os pontos. Eu tinha um espaço político muito grande conquistado nessa luta que a Ordem foi a grande, fez a grande resistência à ditadura aqui em Brasília. Então, eu não queria. Eu confesso, porque política você tem... Eu queria a Secretaria de Justiça, entendeu? E tinha apoio de todos os grandes advogados, os grandes advogados do Brasil prá ir prá Secretaria de Justiça. Mas ele falou: “Não”. O Maurício é muito... Nós temos um diálogo muito franco, muito claro. Talvez até o que falta prá nós mulheres fazer política. “Não. Eu preciso de você lá no Conselho das mulheres.” Eu falei, mas que coisa. Eu disse assim, você... Ainda falei com ele, você está..., você quer me... Mas aceitei, fui pro Conselho da Mulher. Ficou seis meses. Um dia foi e ele telefonou pra mim. Ele não, o chefe de gabinete dele, o Dr. Assul, disse assim: “Herilda, o Maurício vai levar o decreto prá te nomear presidente do Conselho das mulheres”. E um outro grupo, que fazia muita oposição a mim, dizia uma porção de coisas, que eu entendia perfeitamente, porque mineiro bobo fez Brasília, você sabe disso, né? Eu entendia. Elas queriam manter o poder, queriam voltar para o poder, mas estava difícil. Então, reuniu São Paulo e então, menina, como aquele povo azucrinou esse negócio, né? E dizia que eu não representava, que eu não tinha isso, que eu não era aquilo. Tanto que, quando eu fui nomeada, elas disseram que eu fui nomeada porque eu era amiga do Ministro. Então, o Correio Brasiliense veio me falar, me perguntar sobre esse modo e eu disse: “Não. Elas estão enganadas. Eu tenho muito mais atributos e valores do que ser apenas amiga do Ministro. Sou

advogada e isso...” Aí contei a minha luta na ditadura. A luta precursora dos movimentos de mulheres. Eu era advogada daquela moça radialista que tinha um programa na Rádio Nacional com as empregadas, como é o nome dela? ... Foi um dos primeiros programas organizados, assim, de efeito, com as mulheres e o segmento maior era de empregadas domésticas. Elas adoravam, né, quando entrava: “Vai entrar agora Fulana de Tal. Ah, a Dra. Herilda está aqui... Doutora, meu marido me bateu. Doutora, tomou meu menino. Doutora, não sei o que...” E eu então explicava os direitos. E tinha antes disso uma coisa que eu julguei muito importante. Que, como advogada, eu comecei a fazer um grande trabalho que eu acho que eu consegui muito êxito. Os juízes eram de um machismo... Era e são de um machismo e eu ia pros corredores... Tinha um fã-clube de advogados imenso dentro do fórum. A gente estava todos trabalhando juntos na ditadura, na Ordem dos Advogados e eu fui oito anos conselheira. Você já viu que eu tinha (*risos*) condição de ter um eleitorado cativo quase, né? Isso é um absurdo! É preciso... Não admitiam mulheres fazer concurso prá juiz, você sabe disso, né? Lá no Pernambuco foi preciso de mandato de segurança porque as mulheres não eram aceitas como candidatas. Prá você ver. Eu acho que as mulheres não estudam. (*pausa*) O grande salto que nós demos num espaço de tempo muito pequeno, quando isso era tão claro que tinha um poder da República que vetava a nossa participação neles. Ia fazer... E eu era advogada das mulheres do Brasil inteiro. Mulheres chegavam lá na Ordem brigando, dizendo que não tem advogado, e aí eu era nomeada a advogada e ia pra lá ia fazer as audiências. E vinham também as pessoas da classe média, da classe alta. Eu era uma advogada de uma vara de família e tinha que enfrentar o machismo dos juízes, né? A mulher nunca tinha razão, o homem era sempre o certo. Além de julgarem muito contra os direitos, os interesses e direitos das mulheres ainda davam sabão nelas, né? E isso era normal, não era... Acontecia às vezes comigo e eu estrilava. Não senhor! Ah, porque você não cumpre os seus deveres de mulher. Ah, porque não sei o que é que é... Porque você... Os maridos sempre... as mulheres eram desonestas, né? Então, para os juízes, as mulheres eram todas vagabundas, né? Eles não diziam, mas era o jeito deles. Até o jeito de vestir, o jeito de falar tudo isso influenciava na audiência. Pois é, são as coisas que eu acho que talvez a gente tinha que trabalhar melhor nos movimentos, no Conselho da mulher, para mostrar a eles que, na questão de gênero, isso é muito mais profundo do que simplesmente nós ficarmos: nós queremos igualdade, meio a meio nisso, trinta ali. Isso são coisas de concertação política para chegarmos a ter peso no poder, mas isso não é o que vai mudar as políticas de gênero da discriminação contra a mulher. Então, deixa eu acabar o que estava dizendo. Aí eu fui nomeada para o Conselho dos

Direitos da Mulher. Um Conselho arrasado, acabado, não tinha nada. Meu Deus que coisa horrrosa pra dirigir aquilo. Lá não tinha nada, não tinha funcionário, não tinha dinheiro.

FABRÍCIA PIMENTA Quantos funcionários o Conselho tinha quando a senhora assumiu?

HERILDA BALDUÍNO Naquele tempo? Nenhum. Eram os funcionários do Ministério da Justiça que serviam, que iam pra lá. Depois de eu muito brigar, consegui que o Mauricio mandasse uns pra lá, Fulano, Sicrano, mas eu encontrava muita receptividade com os funcionários do Ministério da Justiça, todo mundo me ajudando. Quando eu queria fazer uma reunião, fazer um evento, eu não tinha dinheiro prá poder mandar fazer convite, prá fazer nada. Eu, então, tinha que sair pedir pra Fulano, Beltrano. Naquele tempo, a gráfica do Senado, você sabe, que estava muito à disposição de Deputado e Senador. Eu conhecia algum Deputado, algum Senador. Eu pedia, eles mandavam fazer pra mim.

FABRÍCIA PIMENTA Era uma troca de favores?

HERILDA BALDUÍNO Acho que nem era favor. Eu acho até que era simpatia ou pena das mulheres, né? Não, vai lá, o moço fazia para você. Eu me lembro uma vez, eu tinha que fazer, nós tínhamos que fazer qualquer coisa e eu tinha que fazer uns convites. Pergunto no Ministério, não tem verba. Eu falei como não tem verba? E eu fui lá na gráfica. Cheguei lá, lá tinha um funcionário, não sei quem era. E fui e falei, olha eu queria uns convites, como é que é? Eu estou precisando disso. E ele falou: nós fizemos uma porção de cartão aqui pro Senador e sobrou uma porção de pedaços de papel cortado. Eu vou fazer aqui pra senhora. Me mostrou um caixote assim lá e fez. Então, você vê que tem determinadas coisas que tem um caminho às vezes tortuoso e às vezes não. Mas isso nunca me impressionou porque eu sabia que era uma coisa nova, uma coisa cultural muito profunda, que era algo que não dava voto ainda naquele tempo e continua não dando voto, a questão das mulheres. Aí eu fui dirigir.

FABRÍCIA PIMENTA Qual sua perspectiva sobre as questões de gênero? A senhora acredita que as chamadas questões de gênero têm um lugar de respeitabilidade no governo, na democracia brasileira?

HERILDA BALDUÍNO Não, não tinha, né? Aliás, a questão de gênero com esse nome, com esse conceito, é mais nova, né? Não nasceu junto com os movimentos populares. Ela veio se aperfeiçoando e requintando. Hoje é muito chique questões de gênero, né? São questões de homens e mulheres. Gênero, então, politizou, passou a ser, para se formar a consciência política do direito a igualdade e do respeito às diferenças. Nós não queremos dizer que a igualdade nos faz iguais aos homens. Nós não somos iguais aos homens. Nós somos

diferentes, mas politicamente, democraticamente, os nossos direitos são iguais e isso é garantido pelo direito a igualdade da Constituição de todos os documentos internacionais, da ONU, que trabalhava isso já antes de tornar uma visão, mas solidificada no Brasil. Eu examino e vejo como uma questão de aprimoramento político, social e jurídico das mulheres porque, à medida que nós fomos vencendo as etapas, vencendo esses muros, vencendo essas discriminações, por exemplo, vencemos nas questões jurídicas. Nós conseguimos na Constituição um dos melhores capítulos a respeito de direitos da mulher. Nós temos excelentes leis, não faltam leis. É claro que as leis não vão, dentro de cinco, dez, quinze anos, nos colocar em um nível de homens e mulheres iguais, mas no momento que diz a mulher assumiu, já vinha assumindo desde o Nelson... Não me lembro bem o nome (*silêncio*). Eu vou me lembrar o nome dele. Já tinha o divórcio e teve uma lei chamada de 4.121, que deu à mulher vários direitos de agir sem ser preciso o apoio, a chancela do marido. A mulher não podia...

FABRÍCIA PIMENTA A outorga uxória?

HERILDA BALDUÍNO Essa permanece. Isso não acaba. Isso está preso a uma questão de uma idéia importante, também que precisa ser estudada. É a questão econômico-financeira. Econômica, vamos dizer assim, do casamento. O casamento é um contrato, entendeu? Esse contrato tem que ter salvaguardas, entende? Dentro da idéia, esse casamento foi criado no sentido da ascendência do homem, chefe de casal. Graças a Deus caiu. Nós lutamos e caiu. Então, nós lutamos muito. Nós tivemos muita vitória. Porque isso, as pessoas que fazem políticas de mulher não examinam sobre esse tema. O tema é difícil porque o tema era a questão do dinheiro, a questão o patrimônio, a questão da riqueza. Então, o homem não podia vender bem sem que a mulher estivesse de acordo e nem a mulher poderia vender porque, primeiro, quem administrava o regime era o homem. Hoje é o homem e a mulher, registram a sociedade conjugal. Hoje, graças a Deus, o divórcio não tem mais, nós estamos evoluindo, né? Acabou o desquite, passou pro consensual, a separação consensual, depois veio o desquite consensual, o desquite, que foi terrível em certos casos porque o casal continuava brigando e a mulher sempre... Não que ela levasse desvantagem, eu sou diferente. Ela não levava vantagem e hoje ela leva vantagem, né? E foi, então, como estava te dizendo, essa questão da outorga, ela vem de uma economia liberal, por quê? Os bens do casal. A mulher não trabalhava pra formar patrimônio, né? Mas muitas, muitas, muitas, nós estamos falando de um país, levavam alguma coisa, porque não eram todas pobres miseráveis. Tinha gente rica, tinha os casamentos de pessoas abastadas, de pessoas, como diz o outro, de pessoas que já tinha um

patrimôniozinho. Os homens também levavam aquilo. Nós chegamos à vários regimes de casamentos exatamente por causa, para poder ajeitar a riqueza dentro desse contrato que era o casamento. Nisso nós, então, evoluímos, estamos hoje... A mulher administra também e disso vêm as outras questões de poder. Isso é poder. A mulher passou a, hoje, ter o, não é mais o pátrio poder não, o poder familiar igual ao homem. Hoje já se tem aquela posse, de ambos, todos podem ter a posse e a guarda do filho compartilhada, né? Isso tudo é um andar de vitórias, mas de mudança de concepção. Isso certamente muito bem engendrada pela capacidade que as mulheres tiveram de assimilar as questões de gênero. Porque você vê, por exemplo, a mulher hoje é empresária, rica às vezes, dirigem muitas coisas. Pelo Código de 1916 era diferente, mais ainda nas questões de gênero, que eu acho que foi muito importante, é que as mulheres deram um passo nas questões de querer participar do poder e das questões, das decisões. Isso no âmbito já não só da vida privada. As mulheres já tinham partido para vida pública. Então, conseguimos, dentro das questões políticas, das questões eleitorais. Foram feitas várias modificações e as mulheres começam, então, a ir pra rua, fazer comício, a exigir direitos sociais. Então, vem aí direito à saúde, o direito à educação. A exigir o que eu estou falando. Agora depois eu quero dizer das dificuldades que nós ainda estamos caminhando para poder fazer com que isso se torne efetivo. As mulheres aceitam e já são nomeadas para cargos políticos importantes, participando do poder de decisão do Estado. Uma Ministra que participa do poder de decisão, uma juíza participa do poder de decisão, mais importante em uma sociedade democrática que é a justiça. Isso as mulheres tem que ter na cabeça, que isso é muito mais, muito mais do que, até não vou dizer, porque não sou contra e não posso defender porque é uma coisa pequena, né? Muito mais importante do que a questão da união estável, que foi uma vitória. A união estável, ela dá um grau muito importante às questões de gênero. Homem e mulher casam se quiser. Às vezes isso nem precisa ser feito por escrito. A convivência estável é reconhecida como família para Constituição brasileira e isso é muitíssimo importante. Antigamente o que que era? Era amigado, né? E amigado você sabe porque que era? O homem não era amigado, quem era amigado era a mulher. A mulher que não prestava, ela que era despuorada, como falavam, né? Quando você lê os jornais, as críticas, eles arranjam um nome até menos, mais para trás, antigamente era prostituta, era vagabunda, era puta, depois não, era amigada para não falar nome feio, né? Mas era isso que acontecia. Então, isso eu acho que a gente tem que avaliar. Eu acho que houve uma vitória muito grande da conquista da nossa liberdade pessoal. Você casa se quiser. Se você tem um companheiro, não tem nada que impede vocês dois de casar, chegam e, se não quiser, pode dizer não preciso. Os filhos são tidos como filhos legítimos,

não há diferença mais na filiação. Se aquela sociedade por acaso desmanchar, você vai lutar pelos seus direitos. Você vai ter direito talvez a uma pensão, tem direito à partilha de bens que você ajudou a construir. Então, você vê que é um salto muito grande, levando em consideração que todas essas questões que nós tínhamos de discriminação contra a mulher. Não é a discriminação da mulher, porque isso ainda tem até hoje, mas era contra a mulher, e isso é uma questão de gênero. Isso é que precisa saber que era contra a mulher e não da mulher. Ela tinha que ser casada em justas núpcias para poder ser tratada como madame, para poder dizer que seus filhos são eles todos legítimos. Para poder ter uma conta bancária não podia. Tinha que ter o aval do marido para abrir uma conta bancária. Faziam uma sociedade patrimonial, uma sociedade comercial, tinha que o marido dizer que podia. Então, essas decisões eram contra a mulher. Se ela não podia trabalhar livremente, economicamente ela não era ninguém dependia do homem o tempo todo, não é?

FABRÍCIA PIMENTA Voltando ao Conselho, como que foi aquele momento de transição com a Cátia, que foi a sua antecessora e, depois, com a Rosiska que foi a sua sucessora?

HERILDA BALDUÍNO São duas histórias engraçadas, né? Eu falo que são engraçadas. A Cátia eu não conhecia, não fiquei conhecendo, não apareceu, não tinha nada que ela tivesse feito, era *in albis*. Eu tinha um Conselho formado muito com interesses políticos. O Espírito Santo tinha seis ou sete conselheiras, você já viu, né? E aqui de Brasília eu acho que não tinha nenhuma. Por quê? Por que os deputados dos Estados, as mulheres penduraram neles e disseram bota essa, bota aquela... E o Mauricio era Ministro da Justiça de transição. Tinha que segurar aquela barra que estava terrível, né? Mas eu não tive dificuldade com o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA Como era sua relação com as conselheiras?

HERILDA BALDUÍNO Era ótima, muito boa minha relação com elas e ela me apoiaram muito, e fizemos... Estávamos preparando a Conferência da China e eu tive muito apoio delas.

FABRÍCIA PIMENTA Alguma delas foi indicada pela senhora?

HERILDA BALDUÍNO Não, eu não indiquei ninguém. Aliás, tive uma conversa com duas conselheiras que eram do Rio Grande do Sul. Eu falei com elas que eu estava no Conselho da mulher. Aí, ah ta no Conselho da mulher, não sei o que... Ah, então eu vou falar... Mas elas que falaram, elas falaram com o Pedro Simon. Ele que indicou as duas, as duas conselheiras, por sinal, excelente conselheiras que eu tive, não é? Muito boas mesmo.

FABRÍCIA PIMENTA E o relacionamento nesse momento de transição com a Rosiska, quando a senhora saiu?

HERILDA BALDUÍNO Não, aí, bem, fiquei lá. Faz eleição, muda o governo. Nelson Jobim vai ser o presidente, o Ministro da Justiça. Eu fui onde ele estava e fui dizer a ele, e entregar o cargo. Eu não queria, que não me interessava ser presidente do Conselho da Mulher, que aquilo tinha sido um inferno na minha vida. Eu até hoje penso nisso. Eu nunca pensei, na minha vida, que mulheres de gabarito pudessem ser capazes de ser tão desrespeitosas com uma colega como eram. Arrumavam um punhado de coisas. Diziam que eu não servia, que eu não servia porque era amiga do Ministro, que eu não servia porque eu era contra o aborto. Uma porção de bobagens, mas isso nunca entrou na minha cabeça, porque eu sou uma cabeça politizada. Eu sei que em política todo mundo arranja um meio de menosprezar seu adversário pra poder conseguir aquilo que quer. Estava tudo certo. O Nelson Jobim me disse: “A senhora será a minha presidenta do Conselho”. E a moça que estava comigo era do Rio Grande do Sul, e ele disse “e você também vai continuar no Conselho”. Eu falei, mas olha, mas está tudo pronto. O cargo já está à sua disposição.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora era amiga dele?

HERILDA BALDUÍNO Eu o conheci muito durante o tempo da constituinte. A gente trabalhava muito. Eu ia no gabinete dele. Eu conhecia ele, entende? Conheci esses deputados tudo... Ficou tudo lá... *(pausa)* Aí elas querendo, esse grupo predominante, certamente queria certamente voltar. Mas eu acho, isso aí é uma questão minha, que elas não colidiram forças para poder impor.

FABRÍCIA PIMENTA Esse grupo que a senhora se refere foi o das primeiras gestões?

HERILDA BALDUÍNO O da primeira gestão. A Sylvia não tinha poder nenhum prá nada e essa Cátia eu nunca vi, entendeu? Foi o primeiro, o da Pitanguy, da Shuma, desse pessoal, entende? Então, elas queriam voltar. Mas eu achei que elas não conseguiram. Elas queriam que quem fosse presidente do Conselho, em vez da Herilda, fosse a Marta Suplicy. Encheram o palácio de faixa, naquele tempo era aquele negócio de papelão assim, de cartaz. E iam pra lá prá pedir prá nomear. Mas, politicamente, o negócio não colou. Aí a dona Ruth vai e, primeira dama, e tem participação muito grande nos movimentos feministas. Era uma socióloga, de muito estudo, muito respeitada e era a primeira dama né? Eu nunca me dirigi a ela porque eu sabia que não era aquela a minha praia. Mineiro tem isso, é desconfiado de natureza. Quando depois de muito arranjo, de muita coisa, surgiu o nome da Rosiska, que era comadre da Ruth. Eu conhecia a Rosiska pouco, de alguns encontros de mulher, quando nós estávamos discutindo as questões da Conferência de Pequim. Eu sabia que ela era uma mulher que tinha muito valor, né? Era uma pessoa muito bem preparada. Um certo dia, o Maurício Correia me

telefona, que o Nelson Jobim tinha dito a ele que a dona Ruth tinha exigido o cargo do Conselho. Eu falei pra ele: não tem nada. Eu já tinha colocado à disposição dele. Está à disposição. Ele pode fazer o que quiser. Aí vem aquelas tricas e futricas do poder, que eu não sei, mas deve ter sido verdade, porque foi assim que foi tratado o assunto. O Nelson Jobim pediu que o Mauricio conseguisse que eu pedisse exoneração do cargo. Ele não queria me exonerar, queria me exonerar a pedido. Eu até na hora concordei, entende? O que é que é isso? É a coisa mais fácil do mundo você fazer um requerimento de três linhas. Eu cheguei depois, eu pensei, ahaaaa, vocês estão muito vivos! Porque eu pedindo exoneração eles exoneravam o Conselho inteiro e eu ia ficar com o nome de quê? De traíra pro Conselho. Eu tinha entregue o ouro ao bandido na porta da cadeia, né, como se diz. Eu já tinha falado com o Maurício que eu ia fazer o requerimento. Aí telefonei pra ele e falei não vou fazer requerimento. Não vou pedir exoneração. O cargo é deles, o Presidente da República demite e nomeia que ele quiser e diga ao Jobim que eu não vou fazer. Aí veio. Eu acho isso muito interessante. É engraçado, que eu preciso fazer uma pesquisa prá guardar esse Diário Oficial. Eu não fui demitida em nenhum momento. Mandou cessar a minha função de Presidenta do Conselho. Você já pensou que coisa boa? (*risos*) Cessou a minha função de presidenta no Diário Oficial. Esse é o ato que tem. Então acabou aí. A Rosiska entrou, eu não fiz intervenção nenhuma, nem podia. É o que eu estou dizendo. O cargo é do Presidente da República. Ele põe quem ele quiser. E o Fernando Henrique atendeu. Elas formaram o Conselho delas do jeito que quiseram. A Rosiska só ficou um período não quis mais o cargo, você sabe disso, né? Aí foi quando botaram a Solange por quê? O Téo Vilela, que era do PSDB, e a Solange tinham relações de amizade políticas lá nas Alagoas. O Téo com a Solange. Lógico que ela foi dirigir aquela organização com as conselheiras não sei se mudou muito, até que houve a eleição e veio o Lula. Antes disso, o Fernando Henrique já tinha criado a Secretaria das mulheres e tinha sido nomeada a Emília, não é? Pois então, e a Emília deu uma visão democrática e aberta, o que foi bom. Começou o Conselho a ser diferente. Não ficava apenas discutindo coisas que... O Conselho não tinha dinheiro, não também tinha funcionário, mas foi melhorando. Parece que, no tempo da Rosiska, ela conseguiu alguma coisa com a dona Ruth. E a Emília foi para o Conselho e ela nos chamou. Ela abriu a oportunidade de todo mundo ajudar é uma coisa que todo mundo tinha interesse. Depois a Emília saiu, terminou o mandato de senadora dela também, não? E aí entrou a Nilcéa.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora era remunerada como presidente do Conselho?

HERILDA BALDUÍNO Não. Ninguém ganha nada naquilo lá, não! Você gasta dinheiro. (risos) Dizem que hoje tem dinheiro, mas no meu tempo, nada... Tô dizendo, o Conselho não tinha dinheiro pra comprar uma folha de papel, porque nós estávamos pendurados no Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça não tinha nada naquele tempo também. Era um Ministério pobre. Uma das coisas que eu falo, por exemplo, que nós mulheres precisamos aprender a fazer política. Ah, está criando? Então vamos sentar aqui e vamos ver a questão da organização de Estado, porque ali é um órgão do Estado. Ah, pertence ao Ministério da Justiça? Quem vai manter? Porque eu não era nem ordenadora da despesa, quem era a ordenadora de despesa era pelo gabinete, por aquilo lá. Compravam uma passagem pra mim ir a um lugar qualquer, eu recebia a passagem e pronto. Eu não assinava requisição de passagem. Agora não, parece que já tem um orçamento melhor, tem dinheiro, várias políticas. Aí cresceu a representação do Brasil nos órgãos internacionais. Fizeram vários planos, mas eu acho que, também, muitos planos mutilados e muito bitolados, prá atender a uma clientela que não são as mulheres brasileiras. Atende aquela clientela que esta lá dentro, como a gente diz em Minas Gerais, o grupo que está mandando.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o Conselho na sua gestão, a relação do Conselho com os conselhos municipais e estaduais?

HERILDA BALDUÍNO Estava começando a aparecer, mas era muito incipiente ainda, muito incipiente. Dependiam muito, os governadores não davam muita bola pra isso nem os prefeitos, né?

FABRÍCIA PIMENTA Existem algumas denúncias de corrupção excessiva nos primeiros mandatos, nas primeiras gestões, como utilização de carro do Conselho pra outros fins que não os do Conselho, utilização de verba... Existe uma opinião pré-formada de que realmente existia isso nas primeiras gestões do Conselho. A senhora teve essa impressão?

HERILDA BALDUÍNO Ninguém determina quais as primeiras gestões. Eu vou colocar: a primeira foi a Pitanguy, a segunda foi a Sylvia, a terceira foi Cátia. A Cátia não fez nada, eu não vi nada. Da Sylvia também não tinha dinheiro, não tinha coisa nenhuma. Ela recebeu o Conselho com vários problemas e eu acho que com pouco dinheiro. Eu ouvi dizer lá no Ministério da Justiça dessas coisas que você está falando. Mas, como o Conselho não tinha um patrimônio, tinha só a sala com uma porção de coisa lá. O aparelhamento, o mobiliário que estavam lá no Ministério da Justiça, mas que tinha isso, tinha. Tanto que eu recebi o Conselho sem nenhum tostão. Tinha uma verba lá de dois mil e não sei quantos, que era onde comprava algumas passagens, mas não apuraram nada. Quando eu cheguei eu já era a terceira,

depois da primeira. Da Sylvia, eu acho que ela não tinha ocasião. Era muita guerra em cima dela. Aquilo ali, eu vou te falar, era um exercício de todo dia ter que matar a tiro um leão. Comigo foi muito difícil, mas eu consegui mais acatamento político do que a Sylvia teve. Eu tinha muito mais conhecimento aqui em Brasília do que ela. Mas tinha gente no Conselho, eu acho até muito engraçado, que foi atrás de Deputados do Estado delas pra pedir pra me tirar, que ela queria ser a presidente, né? Aí, o Mauricio foi lá e me falou: Fulano de tal foi lá pedir a sua cabeça, o seu cargo. Eu falei: entrega! De mim você não vai levar nada! Eu tenho só uma bolsa aqui. Eu não tenho nem escova de dente no local de trabalho, porque aqui não é lugar de escovar dente. Era muito difícil administrar. O Oscar Dias Correia, ele me falou isso. O filho dele me falou que o pai dele falou que era a organização mais difícil de se administrar. Talvez um deslumbramento de poder, não é? Nós mulheres estávamos, pela primeira vez, tomando parte numa luta que tinha sido muito bonita, uma luta de precursoras dos direitos femininos, de conquistar espaço prá mulheres, de lutar contra a discriminação. Então, eu acho que isso fez as mulheres ficarem um pouco deslumbradas, mas também tinha interesses políticos, né? Lógico, que você sabe muito bem, que todo mundo, isso em *off*, quando sobe no tamborete, quer logo pegar a escada. Eu nunca tive nenhuma pretensão daquilo a minha pretensão é política e num bom sentido.

FABRÍCIA PIMENTA Tanto que a senhora ficou menos tempo do que o mandato previa?

HERILDA BALDUÍNO É fiquei porque eu não quis ficar. Eu só saí no final. Para tomar posse, eu fiquei 6 meses e não teve mais jeito. Foi assim como eu te falei.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora tem registro dessa posse, algum documento do Ministério ou alguma foto?

HERILDA BALDUÍNO Tem lá no Ministério. O livro de posse fica no Ministério. A minha posse foi muito boa. Tinha muito Ministro, né? Os Ministros foram. O Ministro do Supremo, da Cultura, todos estavam lá. O pessoal da Igreja, todo mundo, né? Deputados e mais Deputados, porque cada uma daquelas pessoas que foram nomeadas, levava os seus Deputados. Ninguém cai lá porque passou ali na Praça dos Três Poderes e o Presidente disse vem cá porque eu vou te nomear conselheira! Eu não te disse que o Espírito Santo tinha sete conselheiras? Era!

FABRÍCIA PIMENTA Na sua visão, o que marcou a sua gestão à frente do Conselho?

HERILDA BALDUÍNO Eu consegui organizar para a Conferência de Pequim, né? Eu fiquei lá tratando disso. Tinha que fazer um relatório prá poder mandar para ONU e, com todas as

dificuldades que você pensar na sua vida, eu consegui fazer um relatório. Porque isso era feito juntamente com o Ministério de Relações Exteriores. E lá no Ministério de Relações Exteriores eu não tinha cartaz. (*risos*) Lá eu não era a presidente do Conselho. Até hoje eu fico pensando nisso quando eu vejo o Celso Amorim. Eu lembro que uma vez eu fui lá, conversei com ele sobre um determinado assunto, e ele tomou certas providências. Mas o corpo lá, o segundo escalão, esses eram todos amigos das Pitanguys, das Shumas, das Fulanas, entende? E elas se aproveitavam disso. Depois, a vida ensina a gente, né? E política é uma coisa que você aperfeiçoa e amadurece todo dia. Eu sabia que todo mundo queria ir para Pequim por conta do Estado, né? Era muito bom para poder vender, vender uma imagem de líderes disso e aquilo outro e, comigo, certamente elas achavam que eu não ia indicar. Não. Porque quando que teve Cairo, teve depois de Cairo, teve Istambul, e depois nós fomos na Argentina já preparando para Pequim. Fazer o decreto criando o comitê e mandavam para mim dizendo que era aquele comitê representando as mulheres. Eu me lembro que teve um deles que tinha gente que não acabava mais.

FABRÍCIA PIMENTA Então essa foi a sua maior vitória?

HERILDA BALDUÍNO Eu acho que foi. Não! Eu consegui manter o Conselho! Era pra fechar aquilo, minha queridinha! Os políticos não tinham muito interesse em manter o Conselho da mulher e tinha um grupo trabalhando para conseguir o poder. Certamente achavam que era mais fácil acabar aquele e fazer outro do que elas irem pra lá fazer as políticas que queriam. Isso era, assim, muito claro, entendeu? Então, eu disse: enquanto eu estiver aqui, eu não vou sair, e isso aqui vai funcionar. Vai funcionar porque eu vou fazer tudo que precisar. Fiz excelentes eventos, muito bom. Consegui que o Brasil fosse àquela convenção contra todas as discriminações contra a mulher. O Brasil tinha assinado, mas tinha assinado com reservas e eu consegui que fossem tiradas as reservas e que fosse aprovada a ponto de mandar para a Conferência de Pequim a integral aprovação do Brasil. Isso eu tive que ir para a Câmara, conseguir no Senado que fosse feito o decreto legislativo.

FABRÍCIA PIMENTA Qual foi a maior dificuldade?

HERILDA BALDUÍNO A maior dificuldade era a política... Tinha um grupo de oposição muito forte.

FABRÍCIA PIMENTA Lutar contra a maré?

HERILDA BALDUÍNO Não. Aí é que está o negócio. O grupo era de oposição, mas eu sempre tive na minha cabeça que elas não tinha força.

FABRÍCIA PIMENTA Houve algum confronto?

HERILDA BALDUÍNO Não. No dia da minha posse elas disseram que iam preparar, que não sei o que é que é, aquelas coisas... Botar aqueles cartazes, aquelas coisas, mas não entraram lá no Tribunal. Certamente eu sou uma pessoa muito pragmática. Essas coisas não sou eu que vou fazer, né? Lá tem segurança, né? Parece que não entrou. Elas até... Assim, você já viu aquele negócio lusco-fusco? Eu que era mineira e o negócio é que era assim: não somos contra, nem a favor, mas não estamos completamente de acordo. (*risos*) Então, esse que era o clima naquele lugar. Mas fui muito respeitada por todos os Ministros, Deputados, Senadores, entendeu? Eu não tenho queixa nenhuma. Foi uma passagem muito boa que foi feita exatamente para manter o Conselho, porque senão teriam fechado aquilo, entendeu? Qual interesse que eles tinham? O Itamar, não digo ele pessoalmente, o Presidente, mas o governo, qual interesse que eles tinham? Eles não tinham compromisso com essa luta das mulheres. O Fernando, o primeiro Ministro lá, como é que é o nome dele? Do Pernambuco? Ele tinha, porque nós tínhamos feito um grande trabalho em cima, e ele era Deputado, e depois era Ministro da Justiça e, como Ministro, ele era um homem, assim, de acesso fácil pro grupo todo. Mas os outros não tinham essa visão, não era pauta, certamente, daquele tema, que era mulheres, né?

FABRÍCIA PIMENTA Qual o papel que a senhora acha que o Conselho desempenhou nessas duas décadas de existência no aparato estatal? Qual a sua visão do Conselho?

HERILDA BALDUÍNO Na minha visão, eu acho que marcou presença, é o principal. Porque se você tem um órgão e esse órgão é inodoro, insosso e sem sabor, não existe nada, né? Você sabe quantos departamentos tem respeito de Justiça lá no Ministério? Eu não sei! E eu sou advogada militante, política e eu não sei. Tem troço lá... A Secretaria de Direitos Humanos, o que se.. ? Você como brasileira, estudante de Direito, doutoranda, te preocupou alguma vez saber o que eles estão fazendo lá? O que acontece? O que ele consegue? Então, a gente conseguiu, nesse tempo, marcar a existência, manter e conseguiu até que crescesse. Saiu só de Conselho, passou para Secretaria, depois agora já virou Ministério da Mulher, né? Então, eu acho que esse foi um trabalho histórico bem feito. Não digo que bem feito, mas que surtiu efeito, entende? Se tivesse, isso eu to falando em *off*, se tivesse sido bem feito, nós teríamos esse Ministério há muito mais tempo, com Ministra, com tudo controlado. Só fazem em véspera de eleição, depois o negócio muda.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo porque hoje é status de Ministério. É Secretaria com status de Ministério.

HERILDA BALDUÍNO Não! Deu status de Ministro à Nilcea. Não deu status de Ministério à Secretaria não. É a mesma coisa de Direitos Humanos, da Pesca e esses ministérios doidos que o Lula criou por aí.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir a linha de atuação do Conselho desse panorama que a senhora me passou até agora, qual expressão que a senhora acha que mais se adequa: democracia, participação política ou controle social?

HERILDA BALDUÍNO A primeira coisa é o mais importante, é a democracia, né, minha filha? O Estado é democrático e de Direito e ele tem que agir desse jeito, entendeu? A Constituição não faz nenhuma concessão, a ninguém, e a nenhum órgão não viver sobre essa principiologia, que nós temos uma Constituição principiológica, que exatamente constitui um Estado Democrático de Direito. Então, democracia é essencial para que exista e que tenha eficácia o Estado Democrático de Direito, entendeu? Fora disso, não corresponderá e nem conseguirá efetuar as políticas que nós precisamos para as mulheres. E, eu acho que tem, com corolário necessário, tem que ter abertura para que haja uma maior compreensão política para efetuar as políticas públicas para efetivar o Estado Democrático de Direito. A questão da saúde da mulher, por exemplo, não é? É uma questão muito importante, mas isto é tratado com uma defasagem mais ou menos de 20 a 30 anos.

FABRÍCIA PIMENTA Algumas presidentas me fizeram a seguinte definição: que o Conselho havia sido um convidado de honra para o governo e depois se tornou um hóspede incômodo. A senhora concorda com isso?

HERILDA BALDUÍNO Não. Isso é descrição de medíocre. O Conselho foi criado e, quem faz o órgão é a pessoa que dirige. Política é isso. Ele não é hospede. Isso que não pode! Essas idéias! Ele não é hospede, ele é dono da casa, da República brasileira, como um organismo da administração e um órgão político, porque todos os organismos são um organismo da administração, porque o Estado faz, através da administração pública sua gestão, e político e de grande valor político. Eu acho, por exemplo, ainda trabalho, eu ainda tenho entusiasmo, porque eu acho que tenho um grande valor político. Agora, melhorar, mudar é questão nossa e direito nosso. O que não pode é achar que ninguém vai dar palpite em um órgão desse. Tem que afirmar, é afirmativo, nós fazemos! E hoje isso é muito importante prá você que está doutorando. Hoje mudou muitíssimo a questão da burocracia da administração e da política de Estado. Hoje a administração é por resultados, né? E ela tem essas coisas estanques de poder para conseguir os resultados que precisa. O que é que as mulheres do Brasil, em consonância com as mulheres do mundo inteiro, estão lutando? Contra a discriminação, contra a violência,

a favor de ocupar cargos políticos de decisão, a favor de se criar políticas públicas que lhe dêem um maior..., que demonstre a questão da dignidade como pessoa humana. Não é como mulher, não! Mas como pessoa humana! É direito das mulheres. Então, nós temos que lutar por isso. Então, certamente, você vê isso. Falta um diálogo aberto entre as mulheres. Ah, tem o pessoal daquela comissão de mulheres da Câmara, da bancada feminina, aqueles negócios prá poder falar, simplesmente repetindo o que a gente faz e, às vezes, não consegue nem votar as coisas que tem. Eu quero ver, que nós temos hoje, qual a principal demanda, hoje, das mulheres? É a independência financeira. Não é o que você quer? O que eu quero? Porque sem independência financeira eu não tenho os apetrechos, os atributos de cidadã de uma sociedade capitalista, né? Porque capitalismo implica em você ter direito de participar das benesses da riqueza do Estado e das riquezas que a própria sociedade cria. Eu sou uma socialista muito avançada, mas não sou daquelas que brigam com os fatos, né? Não posso brigar contra o capitalismo. Ele está aí. É o capitalismo mais horroroso do mundo, mas está aí, não é? Por isso, os Estados Unidos nessa crise, essas coisas... São crises do capitalismo, não são crises dos bancos, não. Então, nós mulheres, temos que lutar pra que nós possamos, por exemplo, na educação, na política de educação e de saúde, porque gente doente não aprende nada e não vai a lugar nenhum. Família doente não produz e pessoas, crianças e velhos doentes são de um custo muito grande para o Estado. Então, nós mulheres, queremos ter direito à saúde e à educação. Estão ligadas: sem educação não tem saúde, sem saúde não se tem... O mercado de trabalho da mulher? Como está no Brasil? As mulheres fazem, são hoje 50% da população ativa. São. Nós somos 50% de tudo, felizmente, né? Porque Deus me livre se fosse só homem ou só mulher. Mas você vê que as mulheres entraram no mercado de trabalho e ocupam já uma... mas, ainda não é a preocupação da política econômica brasileira.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora se considera feminista?

HERILDA BALDUÍNO Eu sou. Não sou tão feminista porque eu sou advogada formada, eu estudei Ciências Políticas, eu sei que feminismo é uma política, não é um Estado, entendeu? Agora, eu sou feminina. Primeira coisa eu sou socialista. E a mulher ela tem a capacidade de socializar o bem e o mal, a riqueza e a pobreza, a saúde e a doença, e a felicidade. É esse o problema. Nós temos que andar para melhorar o nível das nossas discussões de gênero. Eu não vou brigar em gênero, com questão de gênero, porque tem que botar 30% de mulheres nas nominatas para deputadas nas eleições, porque eu acho que isso não vai resolver problema político nenhum. Político é quem faz, e ela tem que politizar. Ir pra os partidos políticos, brigar, ter idéias prá poder ser eleita. Ah, mas o partido não dá dinheiro, o partido não ajuda!

Isso é verdade, são coisas objetivas muito pequenas. Mas uma mulher que tem compromisso político com a nação, que tem compromisso social com a comunidade, essa coisa, ela vai ter voto. E isso é difícil de fazer, viu, ó... vou te contar! Você vê certas eleições que você não acredita como é que essas mulheres vão lá e, às vezes, nós temos boas candidatas, pessoas que não vão. Por que isso tem que ser aperfeiçoado. Podia ter 70% de vagas para mulheres que não preenchia e não era eleita. Como que nós, por exemplo, vamos disputar uma eleição com um empresário com milhões, com uma máquina montada? Se nós não temos, quando muito um computador para fazer papelzinho, não é? Se você é professora, se você não veste a camisa, não diz ao que você foi, o que você está fazendo lá, você pode sair candidata que nenhum dos alunos nem votam. Falam assim: essa professora, ah, eu não vou votar nela não! Ela é muito chata, ela só me deu MS na minha prova. Por que essa é a forma de desculpar, é a forma que o ser humano tem de se justificar. Eu não voto por isso... Mesma coisa. Então, são as coisas que nós temos que melhorar. Política implica em questões subjetivas e questões objetivas. Você vê, por exemplo, o que que a mulher precisa urgentemente? De respeito para que seja tratada igualmente, a igualdade é tratar igualmente. Você... Aqui na Ordem, também essa em *off*. Fazem lista para indicar as mulheres para os tribunais superiores, né? Nós vamos agora, vamos ver se colocamos Adelaíse no TST, é uma grande advogada trabalhista, professora, escritora, excelente. Quer dizer, não tem melhor. Tinha 21 pessoas disputando a lista sêxtupla. Nós só conseguimos botar ela na segunda votação. Agora nós estamos brigando para colocar, prá ela ir prá na lista tríplice no tribunal, né? Os ministros... Ia mandar 3 só. Dos 6 iam escolher 3 para, quando chegar no Lula, nós iríamos atrás dos políticos para nomear na lista tríplice a Adelaíse. O tratamento começa desigual porque eles não votam nas mulheres nas listas, é difícil conseguir isso. Domingo vão fazer três listas para indicar para o STJ. Você quer ver? O negócio anda. (*Procurando documentos*) As mulheres não sabem nem pedir, são vergonhosas. Deixa eu ver, cadê... (*Folheando documentos*).

FABRÍCIA PIMENTA Para finalizar, existe alguma consideração que a senhora queira colocar sobre o Conselho, que a senhora acha que seja importante?

HERILDA BALDUÍNO Sim! Eu acho que eu fui a precursora das lutas femininas aqui em Brasília, fóruns, essas coisas todas. Tendo sido presidente do Conselho e tendo acompanhado toda essa política que nós temos, a política das mulheres, eu acho que nós temos que ter um Conselho mais aberto, mais democrático, com um grupo maior de pessoas que possam assessorar a presidência do Conselho nos assuntos especiais das mulheres, entendeu? E fazer política partidária, se for possível, né? Porque muita gente não tem condição... Mas eu acho

que a política partidária é importante num Estado democrático, por que num Estado democrático você só se chega ao poder através de partidos, né? E, sobretudo, a coisa que é muitíssimo importante, é não ter aquela, uma idéia social de que os direitos da mulher, a igualdade entre homens e mulheres, são coisas, são criações culturais, mas que ainda persistem, um caldo cultural ainda não, que não é muito propício às mulheres, entendeu? Ainda tem muita coisa para concertar, mas nos já andamos muito. E as mulheres tem que ter atuação junto ao Parlamento. É preciso de melhorar as nossas leis, que estão muito mal feitas, entendeu? Dá muito problema, e as pessoas que não conhecem pensam que fez uma lei agora acabou, não vai ter nenhum problema! A lei está feita! É o caso, por exemplo, que vimos aí, o caso da Lei Maria da Penha. Vão fazer a Lei Maria da Penha e as mulheres não vão apanhar mais, as mulheres não vão ser violentadas mais. No entanto, aconteceu, para nosso azar, que aumentou a violência contra a mulher depois da Lei. Pelo menos os atos são muito mais violentos do que eram. Em Brasília, por exemplo, a quantidade de mulheres que mataram! Porque tem que ser estudado isso! E isso cabe a nós que somos militantes, que somos juristas, porque nós sabemos os defeitos que uma lei pode ter. Sociólogas, antropólogas, cientista política para adequar uma legislação que realmente venha a coibir, ou que seja pedagógica, que a sociedade abandone esses valores culturais superados, antigos, mofentos que tem por aí, né? E esses valores o que que eles são? Discriminatórios e o que que são piores? Eles criam um... reabastecem esse quadro natural com falsos valores. Essa é a pior coisa que nós temos. E eu fico aqui lutando por isso, trabalhando satisfeita com a minha luta e com a luta de centenas de mulheres, mas acho que o Conselho, como órgão político. Ele não é uma ONG, ele é um órgão do Estado, é preciso de democratizar as relações que tratam das questões de gênero, muito avançadas em vários países do mundo, muito retrógradas em vários países do mundo e male, male andando no Brasil, né? Caminhando, mas nós estamos andando.

FABRÍCIA PIMENTA Está ótimo. Dra. Herilda, eu queria muito de agradecer sua disponibilidade, sua cortesia em me receber.

HERILDA BALDUÍNO O que é que é isso? É obrigação nossa! É com vocês que estão estudando isso que vai mudar isso, minha querida. Não adianta eu ir para... Dizem os mineiros que a gente não discute com quem não tem conhecimento de causa. Você não pode discutir isso com quem não tem conhecimento de causa, entendeu? Eu acho que a sociedade civil organizada, ela não preocupa, é a nossa sociedade, em saber que as coisas parecem ser como estamos brigando e lutando por elas, mas não são, porque o Estado é poder. E poder é difícil, viu? É... poder é difícil. A gente tem conhecimento disso. Eu me lembro, menina, a

dificuldade que foi brigando com... Hoje eles falam aí, lá... Desembargadoras, Ah, Herilda, nós devemos isso a você, juízas estão aí! E tem umas por aí que passam perto de mim e, Ah, não topo essa mulher, e eu não falo nada, né? Aí eu penso, cá comigo... Você está lá porque alguém abriu uma porteira. Dizem que eu sou radical. Eu nunca fui radical em minha vida. Eu aprendi que ser radical é ser burro. Eu não sou burra e nem quero ser. Tudo tem uma medida, minha filha, tudo tem uma medida!

•••

6. Rosiska Darcy de Oliveira

- Nome completo da entrevistada: Rosiska Darcy de Oliveira
- Profissão: Advogada, Jornalista e Escritora
- Local de realização da entrevista: Rua da Candelária, 7, 12º. Andar, Gabinete da Presidência. Associação Comercial do Rio de Janeiro. Centro. Rio de Janeiro, RJ.
- Data e horário: 16 de Setembro de 2010, 15h30

FABRÍCIA PIMENTA Por gentileza, descreva brevemente seu currículo e como a senhora chegou ao Conselho? Como surgiu o convite?

ROSISKA DARCY Bom, eu sou formada em Direito pela PUC do Rio de Janeiro, mas eu nunca trabalhei como advogada. Eu fui jornalista e a minha carreira foi interrompida pelo meu exílio. Eu fui acusada pela ditadura militar de difundir notícias sobre tortura no exterior. De fato, eu estava envolvida numa organização de defesa dos direitos humanos, na época que tortura era um modo, um meio de governo naquele período. E eu fiquei, então, 15 anos fora do Brasil. Nesses 15 anos, eu fiquei exilada na Suíça, na cidade de Genebra. Fui professora da Universidade de Genebra durante 10 anos. Fiz um doutorado, voltei pro Brasil. E, nesse período que eu estive fora, eu me envolvi, desde o começo dos anos 70, eu me envolvi no movimento feminista internacional. Eu comecei a militar no movimento feminista internacional. Voltei pro Brasil, entrei na militância no movimento feminista brasileiro. E aí houve alguns momentos, assim, digamos, momentos mais fortes dessa militância. Eu coordenei a coalizão de mulheres brasileiras na “Eco 92”, que foi um momento muito importante, não só pro movimento de mulheres no Brasil, mas para o movimento brasileiro no seu contexto internacional, porque nós defendíamos posições interessantes. E como a

Conferência se passava no Rio de Janeiro, nós tivemos o protagonismo mundial naquele momento, o movimento brasileiro. E eu fiquei ligada ao movimento de mulheres. Eu fui membro de praticamente todas as delegações brasileiras na agenda social da ONU, nas diferentes conferências, em direitos humanos, população, no Cairo. E, finalmente, quando, em 1995, assumiu o governo Fernando Henrique, foi decidido revitalizar o Conselho Nacional. Porque nesse período, o Conselho Nacional, que tinha tido um papel muitíssimo importante na Constituinte, tinha sido desativado. Ele existia praticamente sem existir, não é? E houve uma decisão de revitalizar. Foi uma decisão política de revitalizar o Conselho Nacional. Meu nome emergiu do próprio movimento de mulheres. E o presidente Fernando Henrique me convidou para assumir a presidência do Conselho Nacional, coisa que eu aceitei. Aceitei e, encontrei, quando cheguei em Brasília, um nada! Eu me lembro muitíssimo bem disso. Quando eu cheguei, eu custei muito para achar minha sala de trabalho, no gabinete, que era um anexo do Ministério da Justiça, no fundo. Uma espécie de depósito de móveis, com umas cadeiras rasgadas e eu tinha, se não me engano, na época, quatro funcionárias. Dessas, uma era uma funcionária que tinha estado sempre, desde o começo no movimento de mulheres no Conselho Nacional e que ficou comigo durante toda a minha gestão, e que me ajudou muitíssimo.

FABRÍCIA PIMENTA Quem era ela?

ROSISKA DARCY Madalena. E, as outras que estavam lá, uma estava em licença por problema mental. A outra estava encostada porque tinha se envolvido num escândalo de colocar os filhos na ficha, na folha de pagamento do Ministério da Justiça e a outra eu não me lembro mais nem quem era. Enfim, essa era a equipe com quem eu era suposta a trabalhar. Então, eu tive uma primeira tarefa, que foi até bastante rápida, eu acho, que foi construir o Conselho Nacional. Quer dizer, construir institucionalmente. Fazer com que ele existisse. Criar uma equipe e, partindo desse ponto, já havia sido nomeado um Conselho propriamente dito. Havia um grupo grande de conselheiras e essas conselheiras ou vinham... *(pausa)* Foi um cuidado que eu tive, de todos os Estados, praticamente de todos os Estados do Brasil e de horizontes muito diferentes. Vinham de horizontes políticos diferentes, digamos, de simpatias partidárias diferentes e também de horizontes culturais. Havia uma mistura muito grande que acabava dando, eu acho, um espectro muito representativo das mulheres brasileiras. Essas conselheiras, foram elas que me ajudaram no Conselho Nacional porque elas eram todas militantes da causa das mulheres. Um denominador comum entre todas as diferenças que elas tinham entre elas, o denominador comum era serem todas pessoas que, de uma maneira ou de

outra, emergiam no movimento das mulheres e, talvez, as pouquíssimas exceções que não emergiam com força do movimento de mulheres, eram altamente simpatizantes. Quer dizer, pessoas que, se não eram, se tornaram, naquele momento. Então, eu contei, digamos assim, operacionalmente, com uma ajuda considerável do próprio Conselho. Foi mais do que um Conselho. Foi um Conselho quase executivo. Nós não tínhamos dinheiro. Nós não tínhamos equipe, como eu disse. A equipe, eu consegui construir uma equipe técnica que trabalhava comigo. Consegui uma sede nova para Conselho Nacional. E consegui uma interlocução com os diferentes ministérios. Consegui abrir portas em diferentes Ministérios. Eu estou falando de 1995. Eu assumi mal. Em setembro de 1995, aconteceu a Conferência de Beijing, conferência mundial sobre as mulheres. Então, esse primeiro período foi todo um período de preparação para essa conferência, que era um marco importantíssimo. E de onde eu pretendia aí extrair, e exatamente, extraímos depois. Foi o que nós chamamos de “Estratégia da Igualdade”. Não sei se você chegou a ver esse documento, já deve ter caído em suas mãos. Mas, enfim, a destacar as estratégias da igualdade. Saiu do nosso trabalho preparatório para conferência de Beijing. Fizemos seminários pelo Brasil, discutíamos essa questão. Preparamos, então, essa conferência. E eu chefiar a delegação, juntamente com a Dra. Ruth Cardoso e com a embaixadora Teresa Quintela. Beijing foi um ponto alto. Eu me lembro bem que, quando eu saí da conferência, no fim, no último dia da conferência, era umas 4h30 da manhã. Chovia torrencialmente em Beijing. E eu parei, assim, debaixo da chuva, encharcada, e me perguntei se nós tínhamos estado à altura da nossa geração? E eu achei que sim. Eu achei que sim. Eu saí muito feliz de Beijing, porque eu tive a impressão que o século XXI tinha começado ali. Eu tinha assistido o nascimento do século XXI, a quebra de um paradigma milenar, um novo mundo que emergia. Saíram do Brasil, naquela época, 500 mulheres, que foram por conta própria a Beijing. A delegação oficial brasileira era o Conselho Nacional. O Conselho Nacional eu convidei para que fosse a delegação brasileira. Mas, havia uma representação não-governamental de 500 mulheres brasileiras em Beijing. Eu sou de uma geração que não saía sozinha quando era garota. Então, quando eu vi, como eu, todo o Conselho Nacional, praticamente dessa geração, então, quando eu vi, nos viram na China, defendendo essas pessoas, eu tive uma sensação muito forte. Histórica, ligada a participação da história. Eu acho que essa, talvez, tenha sido a experiência mais importante pra mim, da minha gestão, no Conselho Nacional. Tenha sido essa sensação de estar protagonizando, pelo Brasil, um momento histórico. O Brasil teve um papel importante na conferência. Um papel importante, porque é... (pausa) Vou dar só um exemplo. Desde o princípio, me pareceu que o Brasil tinha uma característica que, talvez, os outros países não tivessem, ou não fosse tão forte, que era o

poder da comunicação. Um país gigantesco como o nosso, que estava ligado às redes de televisão, enfim, que falava nas suas diferentes regiões através de uma imprensa livre e que produzia essa comunicação de massa. Então, ainda que houvesse uma espécie de pauta obrigatória, e que foi seguida cuidadosamente, que por vir emergir do movimento de mulheres, que era a saúde das mulheres, a questão do aborto, a questão da violência contra as mulheres até pra ter um salário igual, enfim, tudo uma série. E você conhece essas questões todas. Me pareceu que a comunicação era uma coisa fundamental. Quer dizer, que se nós queríamos ganhar as mulheres brasileiras, se nos queríamos levar ao conjunto das mulheres brasileiras a noção dos seus direitos, era preciso investir imensamente em comunicação. E eu coloquei entre as prioridades do governo brasileiro. Na nossa proposta da conferência, eu coloquei a questão da comunicação. Isso foi importante, porque nós fomos o único país que fez isso. E isso entrou na plataforma. E, então, me deu esse sentimento de que nos tínhamos participado intensamente disso. Voltando ao Brasil, e eu estou citando tudo isso de memória, ein. Voltando ao Brasil, a preocupação foi, primeiro, estabelecer as Estratégias da Igualdade e fazer com que isso fosse validado pelo Presidente da República, coisa que foi feita em 08 de Março. O Brasil, o governo brasileiro endossou aquela plataforma, aquelas Estratégias da Igualdade. E, a partir de então, comecei uma espécie de peregrinação no país, assinando protocolos com prefeitos e governadores. Foram assinados, eu não me lembro bem, mas em todas as grandes capitais assinaram os protocolos que comprometiam os governos as Estratégias da Igualdade. Paralelamente a isso, seguia toda a luta contra a violência contra as mulheres e uma luta que foi se desenvolvendo e, recentemente, quando foi assinada a Lei Maria da Penha eu tive uma grande alegria. Porque é uma coisa que eu acho que todas as presidentes do conselho lutaram por isso. Todas. E é uma coisa muito antiga, que vem vindo há muito tempo, e que culminou na lei, que era tão necessária. Quer dizer, é uma vitória e foi uma vitória histórica.

FABRÍCIA PIMENTA Eu estava lá.

ROSISKA DARCY Você estava lá? Eu te invejo (*risos*). Foi formidável, foi uma coisa formidável. Eu sou uma entusiasta da Lei Maria da Penha. Então, seguimos esse, digamos assim, essa pauta, aquela pauta. Fizemos uma grande campanha nacional de detecção de câncer no capítulo saúde das mulheres e isso foi feito a nível nacional. Então, foi em todo interior do Amazônia, por todo o canto. Foi a nossa campanha de detecção de câncer de mama e câncer de ovário, que a maioria nunca tinha feito. Então, isso é uma coisa que foi feito com o trabalho do Conselho Nacional com o Ministério da Saúde, e fomos fazer com cada, com

cada Ministério uma política de interesse das mulheres. Neste documento aqui, que eu não posso te dar...

FABRÍCIA PIMENTA Eu tenho.

ROSISKA DARCY Então, aqui estão anunciadas todas essas campanhas, tudo o que foi feito ao longo do trabalho do Conselho Nacional.

FABRÍCIA PIMENTA Quem me deu foi a Dra. Solange.

ROSISKA DARCY Então, a Solange foi quem me sucedeu. Foi uma conselheira muito ativa, de excelente personalidade. E depois me sucedeu no Conselho Nacional. É uma pessoa que eu admiro muito.

FABRÍCIA PIMENTA Também tive as melhores referências da senhora.

ROSISKA DARCY Obrigada, obrigada. Muito obrigada. (*risos*) E, enfim, Beijing, foi assim, uma chance histórica da minha gestão, porque foi o momento em que foi possível, respaldada pelo o compromisso interno, nacional, do Brasil, fazer um trabalho interno de sensibilização de todos os Ministérios. Fizemos com a Reforma Agrária, fizemos com a Caixa Econômica, nós fizemos com o MARE, que é o Ministério da Administração da Reforma de Estado. Isso é interessante. Eu encomendei ao MARE um estudo sobre a presença das mulheres no funcionalismo público federal, e deu um resultado extraordinário. Estou citando de memória, memória, mas o dado exato você tem aqui (*referindo-se ao documento Estratégias da Igualdade*). As mulheres eram 50% do funcionalismo público federal. As mulheres tinham uma formação ligeiramente superior que a formação dos homens. Ligeiramente, mas tinham uma vantagem na formação. E elas só ocupavam 13% dos postos de responsabilidade. Isso foi uma coisa de grande impacto, esse estudo, que isso nos permitiu fazer gestores junto à Escola de Formação, a ESAF, pra que fosse feito um curso junto às mulheres. Foram dados cursos de liderança pra que houvesse uma maior, digamos assim, disputa de postos, maior, criar mais auto-confiança nas mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora tinha uma amizade e, ainda tem, com o ex-presidente Fernando Henrique, com a Dra. Ruth Cardoso. A senhora acredita que esse relacionamento de amizade que vocês têm influenciou na sua gestão? Facilitou os trâmites de alguma maneira?

ROSISKA DARCY Olha, não. Não como se possa imaginar. Facilitou... (*pausa*) No caso do presidente Fernando Henrique não. Certamente não. Mas no caso da Dra. Ruth sim. Sim, porque a Dra. Ruth era um membro do movimento feminista.

FABRÍCIA PIMENTA Ela era conselheira também.

ROSISKA DARCY Ela foi conselheira também do Conselho Nacional e ela, sobretudo, era membro do movimento feminista. Foi uma das fundadoras do movimento feminista de São Paulo. E ela tinha uma simpatia grande pela causa do Conselho Nacional e, por isso mesmo, eu trabalhei muito junto com a comunidade solidária. Nós fizemos muitas coisas juntas que beneficiavam as mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA Foi um maravilhoso trabalho o dela, não?

ROSISKA DARCY Foi admirável, admirável. Agora, talvez, o que tenha facilitado mais a minha relação, digamos assim, com os Ministérios, o meu acesso aos Ministérios, foi a minha relação pessoal com vários Ministros que provinham do exílio. Porque muitos Ministros do governo Fernando Henrique Cardoso, pelo menos os das áreas principais, provinham da luta contra a ditadura. E provinham do exílio. E eu também. Então, eu tinha, entre eles, alguns bons amigos. Amigos pessoais com quem eu pude negociar políticas que foram importantes, mas também não só porque eles fossem amigos, mas também porque eram pessoas convictas da causa que eu defendia.

FABRÍCIA PIMENTA E eles conheciam todo o seu trabalho, havia o estabelecimento de uma relação de confiança...

ROSISKA DARCY Certamente, certamente que existia. Eu acho que eu gozava de um certo respeito junto aos Ministros e, foi mais por aí, talvez, que as coisas tenham transcorrido com mais facilidade durante a minha gestão.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o cotidiano vivenciado no interior do Conselho, com as funcionárias? Depois você ainda conseguiu estabelecer um corpo administrativo, um corpo técnico, maior do que o encontrado na época?

ROSISKA DARCY Exatamente.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora deixou o Conselho com quantas pessoas?

ROSISKA DARCY Olha, já não me lembro mais. Não me lembro mais. Olha, porque nós tínhamos pessoas também que colaboravam conosco em vários Ministérios. Não foi uma constituição burocrática de 'vou colocar tantas pessoas trabalhando ali', mesmo porque havia interlocução com várias áreas. As pessoas que trabalhavam para o Conselho, quer dizer, ajudavam o trabalho do Conselho, mas não eram necessariamente funcionárias do Conselho, porque o Conselho não é um órgão da Administração. Um Conselho é um Conselho. Agora,

na ausência de uma Secretaria da Mulher, que não existia na época, ele teve o papel de Secretaria da Mulher. Ele agiu como se fosse, mas de uma maneira, posto que não havia um corpo funcional, agia através de interlocução, interlocução de privilegiados do Conselho dentro dos Ministérios pra estimular políticas públicas. Eu acho isso muito interessante, até porque isso é um dado histórico. Eu visitei a presidente do Conselho, foi Ministra da Mulher da França, Ivete Roudie. Eu conversei muito com ela, isso antes de eu tomar posse. E ela me chamou atenção pra isso, ela disse: ‘olha, o Ministério das Mulheres tem um grande problema, que é que eles dependem da execução das suas políticas, eles dependem dos outros Ministérios, porque é tão cruzado, que as questões cruzam tanto com os outros Ministérios que dependem deles’. Então, ela me ensinou a não negligenciar isso e, por falta de recursos, porque eu tive uma gestão com pouquíssimos recursos, sempre, não é? E eu acabei construindo um modelo, que eu acho interessante, que era esse modelo de acionar os Ministérios até que os Ministérios outros realizassem as suas políticas. Então, por exemplo, Reforma Agrária. O nosso objetivo era a posse da terra para as mulheres e, assim, criou-se um mecanismo de eficiência no resultado que não correspondia à magreza do Conselho Nacional, que era magro, ele tinha pouco recurso, muito pouco recurso.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora lembra em cifras?

ROSISKA DARCY Não. O quê? Quanto nós tínhamos em caixa? Essas coisa?

FABRÍCIA PIMENTA O orçamento previsto.

ROSISKA DARCY Não me lembro mais disso não, mas era pouquíssimo.

FABRÍCIA PIMENTA Segundo a Solange, era coisa de cem mil reais.

ROSISKA DARCY Mas era cerca disso. Era mais ou menos isso. Era mais ou menos isso. Depois, a Solange já pegou uma Secretaria da Mulher, aí já teve um orçamento maior. Por que a Secretaria da Mulher foi criada no governo Fernando Henrique e a primeira foi Solange. Então, aí ela já teve um orçamento maior, diferenciado. Mas eu acho que não ter tido recursos financeiros expressivos não necessariamente prejudicou meu trabalho. Exatamente por nós termos conseguido essas pontes com os programas que eles tinham dinheiro. Não precisava eu ter dinheiro. Quem precisava ter dinheiro, por exemplo, era o programa de reforma agrária. Agora, o programa de reforma agrária, que era bancado pelo Ministério, esse tinha que ter recursos e esse tinha que dar a posse das terras as mulheres. O programa de saúde, que foi um programa gigantesco que nós fizemos no Brasil, foi bancado pelo Ministério da Saúde.

FABRÍCIA PIMENTA O Conselho atuou diretamente com os Ministérios e indiretamente na execução das políticas?

ROSISKA DARCY Indiretamente na execução das políticas. Que dizer, continuando, a pesquisa do MARE, que era uma pesquisa que, hoje, se fosse uma Secretaria da Mulher poderia ser feito pela Secretaria da Mulher, foi feita pelo MARE. Mas ela foi pedida por mim. Foi pedida pelo Conselho Nacional. Então, isso é importante, porque é uma forma de atuação que era adequada e possível ao desenho institucional frágil que eu tinha ainda, mas que acabou não sendo frágil, porque ele conseguiu o que eu considero muito importante, que é a influência e a interlocução nas políticas nacionais de outros ministérios.

FABRÍCIA PIMENTA E em termo de visibilidade internacional também, não é?

ROSISKA DARCY Em termo de visibilidade internacional foi muito grande, foi muito grande. Por que eu te disse, o Brasil teve esse protagonismo importante na Conferência de Beijing. Nós tínhamos uma relação muito boa também com o Itamaraty. Quer dizer, o Itamaraty era interlocutor nosso. E de modo que eu trabalhei, enquanto presidente do Conselho, com os recursos que eu tinha. E acho que, com os recursos que eu tinha, conseguimos fazer muitas coisas. E, paradoxalmente, depois, fazendo o meu balanço, eu cheguei à conclusão, eu chego à conclusão, que uma gestão inteligente é uma gestão que economiza recursos, entende? E isso é uma reflexão que eu faço, mas é uma reflexão pra mim importante. Quer dizer, a gestão pública pode ser muito mais enxuta do que ela é. Eu dizia brincando, quando eu cheguei ao Conselho Nacional, e comecei a ter, assim, uma assessoria técnica melhor, de pessoas trabalhando comigo. Eu dizia brincando: 'Eu me inspiro no Marechal Rondon. O Marechal Rondon, ele eletrificou Brasil inteiro com sete soldados. Quando os sete não conseguiam botar um poste em pé, ele tirava três, e aí os quatro punham.' (*risos*) Era uma brincadeira, mas eu fazia muito essa brincadeira lá com a minha equipe, dizendo a ela que: 'aqui são poucos como Marechal Rondon, nós vamos, nós vamos botar o poste de pé com sete pessoas. Vamos botar o poste de pé. Vamos fazer funcionar.' Eu acho que funcionou, sem dúvida nenhuma. Mas duas coisas importantes, que ajudaram muito no trabalho: essa questão da comunicação. Quer, dizer, que essa foi uma batalha que eu comprei. Eu fiz gestões e criei rede com todos os grandes órgãos de comunicação do Brasil. Televisão, jornais. Só eu me lembro de ter escrito 64 artigos durante essa gestão. Naquela época, era muito difícil publicar alguma coisa referente às mulheres. Era um tema que era meio, assim, rebarbativo. Era difícil. E eu falava muito com a imprensa. Eu explicava muito pra imprensa qual era o projeto, qual era a causa, o por quê. Passava dados, passava números.

E, com isso, eu acho, que nós tivemos, nesse período, uma visibilidade do Conselho Nacional, da importância do Conselho Nacional, uma respeitabilidade do Conselho Nacional, que eu acho que valeu a pena. Isso foi uma estratégia, e uma estratégia que, de novo, não custava nada. Porque uma coisa é fazer isso aqui (*mostrando o documento Dito e Feito*). Você conhece isso? Esse era o jornal do Conselho Nacional. Esse eu posso te dar por que eu tenho outros exemplares e esse aqui, por acaso, é o número 1. Esse aqui é o “Dito e Feito”, que era o jornal do Conselho Nacional. Isso é um pouco, uma herança do movimento social. Porque no movimento social, nas ONG’s a gente fazia muita publicação. Mas, depois, eu vi que não era isso. Quer dizer, eu fazia isso quando eu cheguei ao Conselho, mas depois eu vi que não era isso. O que nós precisávamos era falar pra um grande número. Não era aquela publicaçãozinha de poucos exemplares que a gente mal conseguia distribuir. Não era isso. Importante foi, durante a Conferência de Beijing, o Pelé, no Jornal Nacional, no intervalo do Jornal Nacional, fazendo uma declaração contra a violência contra as mulheres. Isso era importante. Eu achava, e acho ainda hoje. Isso era muito importante. Você incorporar aliados insólitos, que aparentemente não eram, mas passavam a ser. Isso era a batalha da comunicação, de como falar com a massa das mulheres brasileiras. Depois tinha a questão do Legislativo. Tive que enfrentar uma batalha importante no Legislativo, que foi uma coisa chamada PEC 25, que era uma tentativa de andar pra trás na lei do aborto. Na verdade, no Código Penal, no artigo referente ao aborto. Aí também eu fui ao Congresso e fiz lá uma fala que está nos Anais do Congresso. Não é difícil de achar, em que eu disse lá que não votassem essa PEC 25 porque eu, em hipótese alguma, aceitaria que isso fosse aprovado. E disse na época que, assim como nós não tínhamos respeitado, houve no Brasil quem não respeitasse o AI-5, que isso seria um AI-5 das mulheres. Eu disse ‘e eu vou pegar esse caso e desobedecer. Porque uma das pretensões era suprimir o artigo que possibilita o aborto em caso de estupro. E não haveria força humana que me fizesse a mim ter um filho resultado de estupro. Não há força humana que me faça fazer isso. Eu disse isso no Congresso brasileiro e não passou. Não passou. Mas foi uma batalha. Também eu contei, nessa época, vamos dizer, com muito apoio das pouquíssimas senadoras e deputadas que existia lá. Eu tinha um grande apoio delas, mas era muita pouca gente. Então, havia uma necessidade de fazer um acompanhamento de toda a legislação que interessava às mulheres, que tinha a ver com as mulheres. Fazer esse acompanhamento e esse monitoramento para que nada de mal nos acontecesse. (*risos*) Bom, então, havia esse trabalho com o Executivo, como eu te disse, nessa interlocução com os Ministérios. Trabalho no Legislativo na interlocução com diferentes partidos políticos, que

eram todos os partidos políticos, e, contando, isso é um fato histórico, contando com o apoio muito grande das senadoras da época e de todos os partidos. De todos eles.

FABRÍCIA PIMENTA O que eu percebo é que as gestões do Conselho, elas foram todas suprapartidárias.

ROSISKA DARCY Não poderia deixar de ser.

FABRÍCIA PIMENTA Embora estando no governo, estando teoricamente a favor do governo, do lado do governo, sempre atuando de forma suprapartidária.

ROSISKA DARCY Não necessariamente, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher não era um órgão do governo brasileiro. Sempre respondeu ao Ministério da Justiça, eu despachava com o Ministro da Justiça.

FABRÍCIA PIMENTA Como foi o relacionamento com os conselhos estaduais e municipais?

ROSISKA DARCY Há uma lógica, deixa eu retomar. Havia uma interlocução com o Legislativo. Havia uma interlocução forte com a mídia e havia uma interlocução com os conselhos estaduais. *(pausa para pedir um café)* Bom, como eu te dizia, havia uma interlocução com o Executivo, com os Ministérios. Havia uma interlocução com o Legislativo, através de todos os partidos políticos. Um apoio grande das deputadas e senadoras e havia a interlocução com a mídia, forte, política, e um quarto trabalho, que era esse dos conselhos estaduais e municipais do Brasil todo. Eu fazia regularmente reuniões em Brasília dos conselhos estaduais e municipais do Brasil. Reunia todos porque era através deles que nos assinávamos os protocolos com os respectivos governos estaduais e municipais. Então, era um trabalho muito bem azeitado nacional, com essas representações. E, mais que isso, eu acho que havia, pelo menos, assim, a minha memória do Conselho Nacional, havia naquela época, acima das divergências partidárias, por exemplo, dos governos, havia uma adesão à causa das mulheres. Havia um sentido de militância que eu via em todas as partidárias. Nós podíamos ter interpretações diferentes de como fazer, de onde colocar uma prioridade maior do que noutra. Tudo isso é possível que tenha havido, e certamente houve. Mas nos tínhamos uma convicção de que aquilo fazia parte da nossa vida.

FABRÍCIA PIMENTA Qual foi a maior dificuldade que a senhora teve na sua gestão?

ROSISKA DARCY Em campanha, ações no Ministério da Justiça.

FABRÍCIA PIMENTA Porque que a senhora deixou o Conselho? Como aconteceu a saída?

ROSISKA DARCY Bom, eu deixei o Conselho por que queria voltar pro Rio de Janeiro, sem dúvida nenhuma.

FABRÍCIA PIMENTA Mas houve algum embate, alguma divergência, alguma coisa que motivou a saída, ou foi término do mandato?

ROSISKA DARCY Não. Foi o término de um mandato. Você vai ver aqui que o Conselho Nacional pediu unanimemente a minha recondução. Tá aí a carta em que o Conselho, unanimemente, pedia ao Presidente Fernando Henrique, que eu fosse reconduzida. Mas eu não quis ficar. Eu estava muito cansada. Foram quatro anos muito intensos. Eu trabalhei muitíssimo. E eu achava que aquilo derrapava um pouco dentro da própria política, na política interna ao Ministério. E já não me satisfazia. Quer dizer, havia uma desproporção entre o meu esforço e o apoio ali. Não é que totalmente não houvesse apoio. Eu não achava que o apoio era tão forte como deveria ter.

FABRÍCIA PIMENTA Por parte do Ministério, das conselheiras, dos movimentos?

ROSISKA DARCY Não. Das conselheiras não, não estou te dizendo? As conselheiras pediram unanimemente a minha recondução. Não, as conselheiras eu tive sempre uma excelente relação com todas elas. Sempre tive. Ao menos foi assim que eu vivi isso. Uma ótima relação com todas elas e acho que a carta que elas escreveram é o maior atestado disso. Ninguém é criança para assinar uma coisa que não lê. Mas, eu teria gostado que a política do governo Fernando Henrique para as mulheres tivesse sido mais robusta do que foi. E eu acho que o obstáculo estava no Ministério da Justiça.

FABRÍCIA PIMENTA Por parte do Ministro?

ROSISKA DARCY É, e também da burocracia, da cultura burocrática boba.

FABRÍCIA PIMENTA Que papel a senhora considera que o Conselho desempenhou nesses anos?

ROSISKA DARCY Em todos os anos?

FABRÍCIA PIMENTA Um balanço. Quando a senhora olha para o Conselho hoje, o que a senhora vê?

ROSISKA DARCY Acho que o Conselho é o fio condutor, não é? O Conselho foi o fio condutor nos momentos mais fortes. Manteve esta idéia essencial de que a humanidade é feita de dois sexos, de que a população brasileira ela é feita de dois sexos e que você precisava imaginar políticas diferenciadas para as mulheres. Fazer existir as mulheres como problema

dentro das políticas públicas. Isso foi o Conselho Nacional, desde o lobby da Constituinte até hoje com a Nilceia, com a Lei Maria da Penha. Eu acho que isso foi importante. E você me perguntou sobre a relação com os movimentos feministas. Eu tive sempre um grande apreço pelo movimento feminista e tive, acho, um papel dentro dele. Por outro lado, eu sempre achei que o movimento feminista brasileiro era potencialmente de todas as mulheres do Brasil. Eu nunca acreditei muito, embora eu fosse um “general de cinco estrelas”, eu nunca acreditei nisso, na carteirinha, né? ‘Ah, a Fulana está aqui a muitos anos’. Sim, mas outras mulheres já tinham nascido neste meio tempo. Existe uma outra geração. Existe uma nova geração, e essa nova geração não necessariamente seguia a nossa cartilha. Seguem outra cartilha, mas nem por isso deixavam de ser, essas mulheres não deixavam de ser ativas dentro do movimento de mulheres. Eu fui feliz nisso, eu acho isso importante, com a minha sucessora, na escolha da Solange. Foi uma proposta minha. Eu indiquei a Solange para me suceder, porque eu achava que a Solange seria excelente, como foi, como foi. Mas não necessariamente provinha de um movimento de carteirinha. Ela tinha feito parte de uma associação de mulheres, que era a Associação de Mulheres de Carreira Jurídica, mas que tinha lá suas querelas com o movimento feminista, a Associação de Mulheres de Carreira Jurídica. Mas eu indiquei a Solange, como poderia ter indicado outra. Outro nome que me ocorreu muito, que teria achado um nome excelente era Maria Betânia D’Avila, que é outro nome que eu achava muito bom. Na verdade, embora eu possa, por toda a minha trajetória e pelo meu currículo, reivindicar o título de feminista, sem dúvida nenhuma, e eu acho que ninguém me negará isso, eu nunca fiz muita questão que as pessoas em volta tivessem este título. Nunca fiz muita questão que todas seguissem completamente a cartilha. Eu acho que na minha gestão, e é o primeiro e único elogio que eu vou fazer da minha gestão é que, mas eu vou fazer, é que eu acho que eu ampliei muito o movimento de mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir, em uma só palavra, a atuação do Conselho, a senhora definiria como: democracia, participação política ou instrumento de controle social?

ROSISKA DARCY Olha, eu não sei como eu consigo separar democracia de participação política. Porque democracia é participação política. Democracia é isso. Controle social já é outra coisa.

FABRÍCIA PIMENTA Para finalizar, a senhora acredita que as questões de gênero têm um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

ROSISKA DARCY Muito maior do que já tiveram. Infinitamente maior do que já tiveram. E eu tenho a pretensão de ter colaborado pra isso. Até porque abre o debate com faixas da sociedade que não eram tocadas. Agora, acho, sim, que é um debate ainda muito imaturo, terrivelmente imaturo. Eu acho que é uma questão, por exemplo, que para mim está absolutamente em aberto ainda o debate, entendido como reivindicação dos direitos das mulheres, de qualidade de vida para as mulheres, que é a questão do tempo. Porque nós atuamos imensamente, conseguimos muita coisa, no caso dos Conselhos, a causa das mulheres avançou muito no que concerne à vida pública, às mulheres no espaço público. Mas no espaço privado, mas existe uma questão central de desigualdade dentro do espaço privado. E esse é o uso do tempo que, a meu ver, nisso reside hoje a grande discriminação contra as mulheres. Quer dizer, é como se dissesse assim, olha, ‘abriu-se oportunidades iguais para as mulheres’, mas vocês vão correr com uma bola de ferro no pé, entende? Então, essa questão da vida privada, eu escrevi um livro sobre isso, um livro chamado “Reengenharia do Tempo”, se você quiser saber, está tudo explicado ali, não vou repetir. Mas, enfim, essa é a minha contribuição teórica. Porque há uma coisa que eu gostaria de ressaltar na minha trajetória na causa das mulheres, que eu sempre procurei pensar o movimento e pensar a causa. Eu pretendi sempre dar uma contribuição teórica a isso. Eu, antes de ser presidente do Conselho Nacional, eu publiquei um primeiro livro chamado “O Elogio da Diferença”, que foi um livro que foi discutidíssimo na época, foi um livro que vendeu muitíssimo, por que o título é um título estranho, não é? Uma mulher na luta pela igualdade escreve um livro que chama “O Elogio da Diferença”, em que eu sustentava, e sustento até hoje, que as mulheres têm que existir como mulheres e devem ser consideradas como mulheres. A única manifestação pública disso, que eu conheço é a licença-maternidade, no mais, não conheço nenhum. E é por isso que o uso do tempo nosso é o desastre que é. Porque junto com a história de negar a existência das mulheres, vem a negação da vida privada. Então, eu acho, Fabrícia, que eu me dei ao trabalho, ao longo da minha trajetória, de pensar a causa das mulheres, escrever sobre isso, publicar e levar isso, no meu trabalho no Conselho Nacional, levar isso permanentemente em conta. Uma contribuição teórica. Eu sou escritora e jornalista. De lá pra cá eu só fiz escrever, contos, crônicas. Eu escrevo para “O Globo” e para “O Estado de São Paulo”. Mas foi importante entender que, quando eu fui para o Conselho Nacional, quem foi para o Conselho Nacional era uma pessoa que estava pensando aquilo tudo. Eu não estava me nutrindo apenas do que eu lia por aí, da literatura que existia por aí. Não, eu pensei tudo. Eu pensei e escrevi uma teoria sobre isso. Certo ou errado, mas eu escrevi. E levei ao público.

Houve um grande debate, um grande debate. Até hoje existe esse debate se igualdade é simetria, ou se igualdade é diferença. Eu acho que é diferença com direitos iguais.

FABRÍCIA PIMENTA Para finalizar, eu gostaria de deixar o encerramento em aberto para que a senhora possa colocar, se quiser, algum ponto que foi importante, que foi relevante ou não foi falado.

ROSISKA DARCY Eu gostaria de dizer uma coisa que eu nem sei se cabe em uma tese de doutorado, entende, mas talvez caiba, que isso é importante. O Conselho Nacional, para mim, foi uma grande alegria. *(muito emocionada, com lágrimas)* Foi uma época muito difícil. Acharam que eu tinha as costas quentes, mas eu não tinha, eu não tinha. *(silêncio)*

FABRÍCIA PIMENTA Eu tenho que lhe agradecer.

ROSISKA DARCY Imagina, imagina. Foi um prazer.

•••

7. Solange Bentes Jurema

- Nome completo da entrevistada: Solange Bentes Jurema
- Profissão: Advogada, Procuradora do Estado de Alagoas (aposentada), Secretária de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social de Alagoas.
- Local de realização da entrevista: Rua Comendador Calaça, nº 1.399. Prédio da Antiga LBA. Poço. Maceió, AL.
- Data e horário: 13 de Setembro de 2010, 15h30

FABRÍCIA PIMENTA Por gentileza, descreva seu currículo e como foi o convite para presidir o Conselho.

SOLANGE BENTES JUREMA De formação, eu sou advogada. Eu sempre me interessei muito, eu sempre fui militante em Direitos Humanos. Mas eu nunca tinha percebido a grande diferença dos Direitos Humanos para questão de gênero mesmo, do direito das mulheres. A partir de 1987, mais ou menos, eu passei a fazer parte, eu fazia parte do Conselho da OAB, aqui em Alagoas. E aí fundamos aqui a Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, aqui em Alagoas. Daí eu comecei a, dentro dessa Associação que eu entrei, depois eu fui presidir essa Associação aqui em Alagoas. Logo em seguida que nós fundamos aqui, eu

assumi a presidência local e terminei, depois, por assumir a presidência nacional, que também a Sylvia Auad foi presidente nacional. Ela foi presidente de Minas, depois nacional. E aí, desse momento, eu comecei a estudar mais a questão dos direitos da mulher e a questão de gênero. Fui percebendo que, mesmo quando você milita em Direitos Humanos, e mesmo os militantes de Direitos Humanos, eles não têm (...), nem sempre os Direitos Humanos contemplam a questão de gênero, a questão da mulher. E aí eu fui me interessando, e fui me apaixonando pela causa da mulher. Como eu era presidente nacional da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, que foi mais ou menos em 1999, eu acho. Não me lembro bem o ano, acho que 96 ou 97, por aí. Com isso, eu fui fazer parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Aí eu mandei, formalizei mesmo, o pedido que eu gostaria que a entidade fizesse parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e foi aceito. Nós fizemos parte do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que na época a presidente era a Rosiska. E, com isso, eu comecei a frequentar o Conselho, acho que 96 ou 97, e fazer parte, como conselheira, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e comecei... A Rosiska, quando não podia ir em algum lugar, pedia para eu representá-la. E eu me entrosei muito bem com todas as outras demais conselheiras. Quando a Rosiska foi se afastar, em 1999, ela teve um problema de relacionamento na época com o Secretário Nacional de Estado de Direitos Humanos, que era o Dr. José Gregório. A Rosiska teve uma incompatibilidade de gestão com ele e pediu o afastamento dela do Conselho. E aí as conselheiras resolveram indicar meu nome para presidir o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA Foram as conselheiras que lhe indicaram?

SOLANGE BENTES JUREMA Foram as conselheiras, encabeçadas pela Rosiska. Mas, na verdade, foi uma decisão unânime do Conselho. E aí o Dr. José Gregório, ainda demorou um pouco essa transição. Então, eu assumi, no final de 1999, a gestão do Conselho. E aí o Dr. José Gregório aceitou a indicação do Conselho e me convidou para ser a Presidente do Conselho. Agora, quando eu assumi o Conselho, o Conselho estava na seguinte situação: ele tinha 100.000 de orçamento.

FABRÍCIA PIMENTA Era isso que eu ia perguntar. (*risos*) Qual era a situação quando você assumiu o Conselho?

SOLANGE BENTES JUREMA Eu acho que tinha umas cinco funcionárias, no máximo, e só 100.000 de orçamento. Aí é que eu acho que entra a questão de, desde o início, como é que o Conselho foi criado. Porque que o Conselho foi tendo todo esse desgaste e essas perdas? Na minha avaliação, pode ter até outras interpretações, mas eu vejo dessa maneira. Quando o

Conselho foi criado, ele foi criado com muita força política. Ele foi criado, a interlocutora para a criação do Conselho foi a Ruth Escobar. E a Ruth Escobar era portuguesa. E quando ele foi criado, ele foi criado com a força ministerial, mas se chegou a um acordo de se criar um Conselho por que a Ruth, sendo estrangeira, ela não poderia ser Ministra de Estado. E aí se criou o Conselho. O Conselho foi criado em 85, antes da Constituição de 88, e a primeira, talvez a primeira experiência de um Conselho que era assim, deliberativo. E quando ele foi criado, com força ministerial, inclusive ele era um Conselho que tinha uma situação esdrúxula. Porque ele era um Conselho, mas ele tinha, assim, um lado operacional, de fazer e executar mesmo as políticas para mulheres, capacitando mulheres, criando os Conselhos estaduais, criando as delegacias especializadas das mulheres. Uma série de políticas que são políticas de gestão pública, políticas públicas, eram pensadas e geridas pelo Conselho Nacional e articuladas pelo Conselho Nacional. O quê aconteceu? Depois de 1988, quando se institucionalizou essa questão dos Conselhos como o órgão que deveria existir dentro da gestão pública, e que seria com representação da sociedade civil e do governo, isso foi institucionalizado. E aí foram criados diversos Conselhos: Conselho da saúde, Conselho da educação, Conselho da criança e do adolescente. A partir daí, todas as gestões passaram a ter Conselhos que tinham influência na gestão, mas todos tinham seu órgão executivo. A saúde tinha um Ministério, a educação tinha um Ministério. Todos tinham um braço Executivo e o Conselho permaneceu só como Conselho. Então, o que aconteceu? Ele foi, aos poucos, perdendo a força de poder executar as políticas. Porque é o que os gestores diziam, principalmente do Ministério: Não, o Conselho não é órgão executivo, então o Conselho não precisa ter pessoas administrativas para executar política. A execução da política é pelos diversos Ministérios.

FABRÍCIA PIMENTA Por estar ligado ao Ministério da Justiça, a senhora acha que o Ministério da Justiça acabou inviabilizando isso?

SOLANGE BENTES JUREMA Eu acho que era uma ótica de gestão mesmo. E se você for olhar friamente, sob uma ótica de gestão, realmente o Conselho não é executor. O Conselho é um órgão que ele pode ser deliberativo, ele pode ser consultivo, mas ele não é um órgão que execute política. Então, eu acho que isso foi criando uma tensão dentro do Ministério da Justiça e, aos poucos, o Conselho foi perdendo força, foi perdendo força política. Então, chegou um ponto, no final da gestão da Herilda, se não me engano, que o Conselho não tinha mais força nenhuma. Depois, quando a Rosiska assumiu, a Rosiska reestruturou um pouco o Conselho. Mas, no final, também, do mandato da Rosiska, como houve um problema dela

com o Secretário dos Direitos Humanos e, quando a Rosiska assumiu, ela preferiu que o Conselho ficasse ligado à Secretaria dos Direitos Humanos e não mais ao Ministério da Justiça, como era antes. Porque elas entendiam que, como o Dr. José Gregório era uma pessoa muito ligada aos Direitos Humanos, elas teriam muito mais trânsito.

FABRÍCIA PIMENTA Houve essa demanda de se mudar do Ministério da Justiça para a Secretaria dos Direitos Humanos?

SOLANGE BENTES JUREMA Houve quando a Rosiska assumiu. Ela achou que era melhor ficar dentro dos Direitos Humanos. Estou lhe contando toda essa história, mas depois você vê como fica isso. O que aconteceu? No início foi bom, mas depois isso perdeu um pouco a força do Conselho, que era ligado direto ao Ministro. Ele passou a ser não ligado direto ao Ministro, mas à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, que por si, já estava dentro do Ministério da Justiça.

FABRÍCIA PIMENTA Acaba ficando uma “escadinha” muito grande, não é?

SOLANGE BENTES JUREMA Então, você nem se reportava direto ao Ministro. Quando a Rosiska, houve essa tensão entre ela e o Ministro e tal, enfraqueceram mais ainda o Conselho. Então, no momento que eu assumi, o Conselho estava completamente enfraquecido. Só tinha, eu acho, que era cinco funcionários e tinha 100.000 de orçamento. Aí eu disse ao Dr. José Gregório: não posso assumir desse jeito. Eu tinha três funcionários. Ele me deu mais dois e fiquei com cinco funcionários e ele aumentou para 500.000 o orçamento. Depois, a gente vai fazendo, através de convênio, vai fortalecendo. E realmente foi dando certo, foi acontecendo. E aí o que aconteceu? Quando chegou no início do ano de 2000, houve uma reestruturação no Ministério da Justiça. Nessa reestruturação, eles diminuíram para dois funcionários. Mas qual era a teoria deles, dentro do Ministério? Não, porque o Conselho não é para ser um órgão executivo, então não tem que ter funcionário. Quem executa é o Ministério da Justiça, é o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, é o da Educação. Então, não tem que ter estrutura. Só que, com dois funcionários, você não consegue fazer nada. E era o ano do “Beijing mais 5”, em que ia haver uma avaliação das políticas para mulheres em Nova York, uma avaliação de Beijing. Então, o que aconteceu? Dona Ruth disse: “eu não vou chefiando a delegação se vocês não melhorarem a situação do Conselho”. Ela bateu na mesa. No dia que nós marcamos para ir conversar com o Dr. José Gregório, nós estávamos na sala dele para conversar com ele, Dona Ruth foi comigo. Aliás, eu quero registrar aqui o apoio enorme que eu sempre tive de Dona Ruth. Inclusive, todas as grandes crises, ela ia junto comigo brigar, lutar junto ao Ministério. Então, nesse dia, que nós estávamos esperando para ser atendida

pelo Dr. José Gregório. Quer dizer, a Dona Ruth não esperava, né? Ele nos chamou imediatamente. Nós estávamos na sala dele, foi quando o presidente Fernando Henrique convidou o Dr. José Gregório para ser Ministro da Justiça. E aí, o resultado: na hora, ele ficou muito feliz e ficou transtornado. Encerrou o assunto e ele disse: “conversamos depois, eu já Ministro”. Aí marcamos uma reunião, eu acho que na semana seguinte. E aí foi o seguinte: Dona Ruth bateu o martelo nessa reunião. Nessa reunião participava o Dr. José Gregório, já como Ministro da Justiça. Ainda não tinha sido escolhido o Secretário dos Direitos Humanos, que, se não me engano, quem assumiu foi o Sergio Pinheiro. O Anastasia, que era Secretário Executivo do Ministério, a Ceres Prates, que era Secretária de Planejamento do Ministério do Planejamento, e mais alguns funcionários do Ministério da Justiça que eram todos contra o fortalecimento do Conselho. E o que aconteceu? Quem estava a nosso favor? Era o Dr. José Gregório, que era Ministro, e a Ceres Prates, que era do Ministério do Planejamento. E nós reivindicávamos que aumentasse o número de funcionários do Estado comissionado por que, senão, não tínhamos como trabalhar. Porque tem um detalhe: como é que a gente supria isso? As conselheiras faziam o trabalho que deveria ser feito remunerado. E faziam de graça, faziam como voluntárias.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora recebia?

SOLANGE BENTES JUREMA Não, fui voluntaria também. E isso era outro absurdo. Por exemplo, como é que você podia exigir uma presença? Na época eu tinha acabado de me aposentar como Procuradora de Estado, então eu ia muito a Brasília sem receber um tostão. A única remuneração que eu tinha era passagem e uma diária que mal dava para cobrir o hotel. Então, eu botava do meu bolso muitas vezes. Quando era uma coisa mais, assim, muitas vezes, eu botava do meu bolso para poder honrar os compromissos do Conselho. Agora, você imagina, era outra coisa absurda quando tinha uma reunião internacional, quem ia representando o Brasil era a presidente do Conselho. E aí o que acontecia? Nós chegávamos numa reunião com várias Ministras. A gente ia como presidente do Conselho, sem força de Ministério nenhum, e sem receber nada para essas viagens. Eles davam só a diária e a passagem.

FABRÍCIA PIMENTA Existe uma teoria de que, nessa época, especialmente a partir da gestão da Rosiska até a institucionalização da Secretaria Especial no governo Lula, de que o Conselho teria sido um órgão álibi para se mostrar para as Nações Unidas, para o contexto internacional, que não, no Brasil existe um órgão representativo das mulheres. Bom, o

governo brasileiro cuida, olha pelas mulheres. Que era um órgão álibi. A senhora concorda com isso?

SOLANGE BENTES JUREMA Não. Eu não diria assim, porque o Conselho, de fato, apesar de que o Conselho não tinha força, não tinha estrutura administrativa, mas as conselheiras supriam. E a gente institucionalizou várias políticas, mesmo com precárias condições. Mas as conselheiras faziam os projetos, redigiam os ofícios, nos reuníamos em Brasília, fazíamos um monte de coisas que deveria estar sendo feita por uma estrutura remunerada. Nós suprimos isso. Agora, eu não diria que era um órgão álibi, porque a gente tinha o respeito de ser ouvida dentro da Presidência da República.

FABRÍCIA PIMENTA Talvez pela influência da Dra. Ruth?

SOLANGE BENTES JUREMA Talvez pela influência da Dra. Ruth. O que aconteceu no “Beijing mais 5”? Foi quando Dona Ruth disse: “não vou chefiando a delegação brasileira se não melhorarem a condição do Conselho”. Isso no início do ano de 2000. Aí, nessa mesa, que eu estou lhe dizendo, que eu não me lembro a data que foi, quando o Dr. José Gregório assumiu o Ministério da Justiça, uma semana depois que ele assumiu o Ministério, e aí eles resolveram melhorar a condição de estrutura do Conselho. Aí a Ceres, que era da Secretaria do Ministério do Planejamento, disse: o Ministério tem a condição de repassar 10 cargos. Então, foi um momento, assim, de grande melhoria do Conselho. E com esse corpo técnico que nós recebemos, nós pudemos fazer uma série de coisas, porque aí nós tínhamos um corpo técnico para estruturar, para pensar, para ir lá. Aí foi criada uma Secretaria Executiva e mais 9 funcionários passaram a compor o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora lembra quantas conselheiras tinha na época?

SOLANGE BENTES JUREMA Naquele meu livro tem todas as conselheiras, o nome inclusive de cada uma e a entidade que elas representavam. Ah, esqueci de dizer algo importante. Quando eu fui assumir a presidência do Conselho, eu fiz duas exigências: uma que era melhorar o orçamento. Você não tem condição de assumir com 100.000 de orçamento. E a outra, que agente criasse um mecanismo de indicação das conselheiras. E aí, eu convidei algumas feministas, aquelas bem envolvidas, como a Shuma, a Guacira, foram umas cinco a seis, a Gilda Cabral, aquela outra loirinha que tem uma ONG muito atuante, Marlene Libardoni, enfim. Reunimos um grupo de mulheres eu falei: “eu quero que vocês me ajudem a gente criar alguns critérios para convocar”, para que essas mulheres indiquem as suas representantes no Conselho para a gente ter um Conselho que, de fato, representasse as

mulheres. E elas me ajudaram a criar critérios, por exemplo, que fossem entidades de representação nacional, que representassem categorias de mulheres, por exemplo, mulheres de carreira jurídica, mulheres trabalhadoras rurais, mulheres executivas e, com isso, a gente criou um certo critério. E, com isso, chamamos essas entidades, essas ONGs de mulheres que faziam um trabalho nacional. Nós tínhamos índia, tínhamos o movimento negro, de raça e etnia, enfim, aí elas indicaram três nomes para que, então, fosse escolhido um nome. Esse nome foi escolhido pelo Ministro da Justiça, mas essas entidades indicaram três nomes. Então, esse foi outro critério que exigi para assumir a presidência.

FABRÍCIA PIMENTA Que era o que efetivamente a lei de criação previa não é?

SOLANGE BENTES JUREMA E isso também. O que aconteceu com isso? Os movimentos tinham se afastado do Conselho completamente. Com esse chamamento que eu fiz, quando assumi, eu trouxe de volta os movimentos para dentro do Conselho e a participação. Não sei se isso já foi comentado por alguém. E, com isso, o movimento feminista voltou a participar dentro. E tudo que eu fazia, eu chamava o pessoal do CFEMEA, eu chamava a Marlene, eu chamava aquela outra, a CEPIA. Fizemos uma capacitação para policiais, que foi com aquela do Rio, enfim, eu também recebi muito apoio do UNIFEM, que na época era Branca Moreira Alves, feminista de carteirinha, fantástica, uma cabeça maravilhosa. Então, eu tive muito apoio da Branca, inclusive ela importava recursos para gente fazer determinados encontros do UNIFEM. E também tive uma participação boa da CEPAL, que também nos apoiou muito.

FABRÍCIA PIMENTA Na sua gestão ainda existia o centro de documentação, o CEDIM, do Conselho? Não o SEDIM de Secretaria, o CEDIM, de centro de documentação, que foi financiado pela UNIFEM?

SOLANGE BENTES JUREMA Não, centro de documentação, eu acho que não.

FABRÍCIA PIMENTA Nessa época ainda existia o Banco da Mulher?

SOLANGE BENTES JUREMA Não, já tinha sido desestruturado. Não existia.

FABRÍCIA PIMENTA Como que era o cotidiano vivenciado no interior do Conselho?

SOLANGE BENTES JUREMA Olha, era sempre muito difícil, não vou dizer que não era não. Tudo para gente conseguir lá era uma batalha, era uma luta. Quando a batalha estava muito, que eu achava que estava exagerando, eu apelava para Dona Ruth, a verdade é essa. Entendeu? E ela ia e me dava um apoio enorme e, às vezes, mudava a postura do Ministro.

Então, ela teve muita influência. Eu acho que ela apoiou muito. Agora, o que acontecia com essa questão da criação dessa Secretaria? Porque que demorou tanto?

FABRÍCIA PIMENTA Era o ponto onde eu queria chegar. (*risos*) Como que foi criada a Secretaria? Qual foi a origem, como surgiu?

SOLANGE BENTES JUREMA Então, foi assim: quando eu assumi a presidência do Conselho, eu sou de formação, eu era Procuradora de Estado, então eu sempre trabalhei com a questão da gestão pública, como que funcionava a gestão pública. Então, quando eles reclamavam que a estrutura não funcionava, que precisava fortalecer o Conselho, eu dizia: “gente, não adianta fortalecer o Conselho, o problema é que a gente não tem um braço Executivo, não tem autonomia. E autonomia a gente só vai ter com uma Secretaria”. Na época, tinha a Secretaria dos Direitos Humanos, que era a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, e tinha a Secretaria de Assistência Social, que era Secretaria de Estado, que eu achava que era um nome, a fórmula era um pouco equivocada. Eu acho que, hoje, as Secretarias Especiais, eu acho, que traduz melhor de políticas públicas, o que significava. Porque Secretaria de Estado confundia os nomes. E aí eu comecei a batalhar. Algumas me apoiavam, outras não, por que existia aquela história cultural de que o Conselho, quando foi criado, ele foi uma grande conquista. Ele representou uma grande conquista para as mulheres. Então, muitas conselheiras tinham aquele apego ao nome Conselho da Mulher, e não percebiam que o Conselho, dentro daquele momento de gestão, era uma estrutura que não preenchia mais a necessidade que a gente tinha, porque eram tantas as políticas a serem implantadas para as mulheres que, na verdade, precisava de um órgão executivo mesmo. E aí começamos a batalhar por isso. Então, a Dona Ruth demorou a ser convencida, porque ela achava que Ministério, a Rosiska tinha essa visão, de que Ministério, ele era vertical. E que as políticas das mulheres, ela tinha que ser transversal, e que isso podia atrapalhar a transversalidade. E eu dizia que não, que a gente precisava de um órgão que tivesse poder político para negociar essa transversalidade, e que o Conselho não tinha esse poder político. Por que? Porque ele não sentava na mesa dos outros Ministros. Ele não participava de reunião ministerial, então ele não tinha essa possibilidade, nem essa força política de fazer essa negociação. E eu senti muito a diferença de quando eu fui só presidente do Conselho, de quando eu passei a ser Ministra. Era da água pro vinho a diferença de capacidade de negociação, porque você, como Ministra, você participa das reuniões ministeriais, você participa dos eventos como Ministra, junto com os outros Ministros. Então, são todos

momentos que facilitam a sua articulação para que as políticas sejam transversalizadas nos Ministérios. Então, eu posso lhe dizer que foi a diferença da água para o vinho.

FABRÍCIA PIMENTA E como que foi o surgimento da Secretaria?

SOLANGE BENTES JUREMA Aí começamos a negociar. Começou uma longa negociação, depois de Beijing. A partir de 2000, nós começamos a negociar, porque ficou muito claro quando saiu aqui, esse relatório, o relatório nacional. Na medida que ele estava sendo feito, já ficou muito claro, ele saiu em 2001 esse relatório, a fragilidade que era, que tinha o Conselho, como instituição de políticas públicas para as mulheres. Isso já ficou claro nesse relatório que nós fizemos, que foi o primeiro relatório nacional brasileiro da situação das mulheres, que foi apresentado em 2001. Então, começou essa negociação. E o Ministério da Justiça, claro que tinha uma total aversão a isso. O que aconteceu? O Fernando Henrique, eu tive várias conversas com o Fernando Henrique, e eu me lembro que, uma vez, eu disse para ele assim: “Olha, Presidente, eu tenho muita pena que não seja o senhor a criar a Secretaria da Mulher, porque essa Secretaria vai ser criada pelo próximo Presidente. E o senhor, que é um homem tão democrático, que tem uma mulher como Dona Ruth, que fez um marco na história na brasileira dos Direitos Humanos, criando a Secretaria dos Direitos Humanos, o senhor vai perder a oportunidade de ter sido o senhor que a criou.” Isso eu disse para ele em dezembro de 2001, porque eu já não tinha mais esperança. No dia 8 de março, ele me chamou para um almoço, com várias artistas, até a Revista Caras tirou foto e, nesse almoço, ele anunciou que ia criar a Secretaria da Mulher, no dia 8 de março de 2002. No dia 01 de abril, porque o que acontece? Os Ministros deviam se afastar, se não me engano, dia 02 de abril ou 03 de abril, que é quando você se afasta quem vai ser candidato. Aí ele resolveu criar mesmo, mandar a medida provisória. Porque que eu gravei o dia? Porque foi no dia que a minha filha estava tendo neném. *(risos)*

FABRÍCIA PIMENTA Dois presentes. *(risos)*

SOLANGE BENTES JUREMA Foi. E aí foi interessantíssimo, que eu estava na maternidade com minha filha, o primeiro filho dela, quando o presidente Fernando Henrique ligou. A primeira reação que você tem: o presidente quer falar com a senhora e, como era primeiro de abril, eu pensei não deve ser. Não pode ser. *(risos)* Mas aí eu reconheci a voz dele. Ele falou: “Olha, Solange, eu vou mandar a medida provisória. Queria que você estivesse aqui amanhã”, que era quando ele ia anunciar os novos Ministros, “porque eu já vou anunciar o seu nome”. Aí eu falei: “Olha, presidente, é o seguinte: eu não vou poder estar aí, porque a minha filha acabou de ter neném e eu vou deixar o senhor muito à vontade, porque é mais fácil o senhor

arranjar outra Ministra, mas a minha filha não tem como arranjar outra mãe.” (*risos*) Ele começou a rir e falou: “Não, eu entendo que isso é uma questão de gênero.” (*risos*) Ele até levou na brincadeira e disse: “Não tem problema nenhum, eu entendo.” Eu disse: “Eu só vou poder esta aí na próxima semana, mas essa semana eu não posso deixar minha filha.” Era uma segunda-feira que nasceu meu neto, segunda-feira 01 de abril, e aí ele anunciou. Mas, inclusive, tem um detalhe: nós estávamos, a nossa expectativa, é que ele criasse uma Secretaria Nacional dentro do Ministério da Justiça, como tinham outras secretarias nacionais, porque a Secretaria de Estado tinha *status* de Ministério. A Secretaria Nacional não tinha *status* de Ministério. Então, quando ele anunciou, no Planalto, acho que no dia 02 ou 03, a Secretaria de Estado do Direito da Mulher foi uma surpresa para todas nós conselheiras, inclusive para mim. Ele falou isso para mim no telefone, mas não, né... (*pausa*) Eu estava, no dia, muito perturbada, então eu não captei que era uma Secretaria de Estado. Foi quando ele anunciou: foram mil telefonemas para mim. Solange, Solange foi uma Secretaria de Estado! (*vibrando*)

FABRÍCIA PIMENTA E porque uma Secretaria de Estado e não um Ministério?

SOLANGE BENTES JUREMA Porque são coisas de gestão. Porque, naquela época, ele criou, ele tinha algumas Secretarias de Estado, que eu acho que é uma visão equivocada. Porque, no fim, você tem *status* de Ministra, agora fica dentro, sempre fica o embate, porque ficava dentro do Ministério da Justiça. Como a Secretaria dos Direitos Humanos também era dentro do Ministério da Justiça, embora você tivesse muito mais autonomia de que uma Secretaria Nacional, você passa a ter orçamento próprio dentro do orçamento do Ministério. Você passa a ter um orçamento, mas continua vinculado ao Ministro. Eu acho que é uma visão equivocada mesmo de gestão. Eu acho. Como agora tem essas secretarias especiais, mas elas são ligadas à Presidência da República. Então, melhorou. Eu achei que foi uma conquista. E aí, o que aconteceu? Então ele criou a medida provisória foi para... Na verdade, ele criou de imediato uma Secretaria Nacional para eu poder assumir imediatamente e já ir para lá, sendo remunerada, para negociar toda a criação do Ministério. E, logo em seguida, ele mandou uma medida provisória que, diga-se de passagem, foi aprovada por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado. Foi aprovada por unanimidade tanto na Câmara quanto no Senado a criação da Secretaria.

FABRÍCIA PIMENTA Como era o relacionamento com os Conselhos estaduais e municipais?

SOLANGE BENTES JUREMA Era o melhor possível. Nós tínhamos uma ótima relação com os Conselhos, inclusive começamos a fazer reuniões, isso já quando eu assumi a presidência do Conselho. Eu me lembro da primeira reunião, já vai fazer dez anos esse ano, foi em 2000. Eu assumi em 1999. Em novembro de 2000, eu vou lhe dizer a data, que foi quando nasceu minha primeira neta, que foi no dia 09 de novembro. Eu fiz uma reunião com todos os Conselhos estaduais. No dia 08 e 09 eram as reuniões. No dia 08 eu tive essa reunião, que ainda bem que passei o dia todinho com elas e, no dia seguinte, nos íamos continuar, inclusive vendo propostas, vendo como que estava a situação de cada Estado. Aí, sempre meus netos entram no meio da história. Então, de noite, meia noite, ligou o meu filho para dizer que a minha neta ia nascer no outro dia. Minha nora tinha entrado em trabalho de parto. *(risos)* Aí eu fui para o aeroporto às cinco da manhã para tentar pegar um voo para Maceió. Na época nós já estávamos na Secretaria Executiva, porque foi exatamente no ano de 2000 que foi criada a Secretaria Executiva, no início do ano, antes de a gente ir para Beijing, já tínhamos uma equipe técnica. Então, eu deixei a cargo dessa equipe técnica o outro dia e vim embora para ver o nascimento da minha neta. Depois você vai ver que meu discurso de posse, como Ministra, é dedicado à minha neta.

FABRÍCIA PIMENTA E como que foi esse momento? Porque o Conselho não deixou de existir em momento nenhum, nem com a criação da SEDIM, nem depois com a criação da SPM. O Conselho tem uma linha continuidade de existência, embora com avanços, retrocessos, ele existe. Como que o Conselho existiu nessa época? Na criação? Porque tem o momento da posse da senhora, e depois a SEDIM e depois a transição.

SOLANGE BENTES JUREMA Veja bem. O Conselho continua existindo como deveria ser. Porque a Saúde tem o Conselho da Saúde, a Educação tem um Conselho da Educação. Então, o Conselho tinha que continuar existindo. O que aconteceu no primeiro ano? Houve alguns equívocos, eu acho, por parte de algumas conselheiras. Porque? Porque na hora que você cria uma Secretaria de Estado, toda a parte executiva passa a ser da Secretaria de Estado e o Conselho vai passar a ter, exatamente, o seu papel, que é de deliberar, de aconselhar, de que é o papel do Conselho. O Conselho não tem que ter braço executivo, que era um grande equívoco. Na hora que foi criado, isso aconteceu uma coisa estranha mesmo. Algumas conselheiras não se aperceberam dessa mudança que tinha que acontecer. Porque, quando eu negocieei a criação da Secretaria, eu negocieei, inclusive, que os cargos que eram do Conselho passariam para a Secretaria e ficaria só uma Secretaria Executiva com dois ou três cargos para dar suporte. Porque? Porque muitos dos papéis que o Conselho fazia, passava a ser da

Secretaria. Então, não tinha mais necessidade de se ter, ainda mais no momento que a gente tinha criado uma Secretaria, e foi muito pesada a negociação. Quantos cargos teria, bom terminamos com 40 cargos da Secretaria. Terminamos com 40 cargos e 5.000.000,00 de orçamento no último ano. Começamos com 100.000 e duas pessoas. Então, de 1999 para 2002 a gente teve, assim um... E aí o que aconteceu? Houve realmente momentos de muita tensão. Eu confesso para você que tinha horas que eu tinha um desgaste emocional nas reuniões do Conselho, porque elas não queriam perder nada, algumas. Outras tinham pleno entendimento, mas algumas não queriam entender nada. Não existe isso. Você, para criar uma Secretaria de Estado, o ganho era muito maior para as mulheres. E era essa a visão que a gente tinha que ter. E, se o Conselho ia perder força, tinha que perder força mesmo, porque não tinha mais sentido. Não era perder força, aí ele passaria a fazer o papel de Conselho, não mais de executor de políticas para mulheres. Ele acabou assumindo uma responsabilidade que não era dele. Então, essa responsabilidade que não era dele, tinha que passar para a Secretaria. Se não, não teria sentido ter criado a Secretaria se o Conselho continuasse fazendo tudo que já fazia antes. Então, até a gente ajustar esse entendimento foi doloroso, foi difícil.

FABRÍCIA PIMENTA E como a senhora foi Presidente da SEDIM e ao mesmo tempo presidente do Conselho, e os cargos não se confundiam, se acumulavam. Como a senhora conseguiu administrar isso? Ou foi fluindo porque as conselheiras já eram as mesmas?

SOLANGE BENTES JUREMA As conselheiras eram as mesmas, mas houve, em alguns momentos, essa dificuldade de entendimento: o que seria papel do Conselho e o que seria papel da Secretaria. Nós fizemos várias reuniões, foi quando nós tivemos o apoio do UNIFEM, tivemos o apoio da CEPAL, e fizemos um seminário que era “governabilidade em gênero” e que a gente chamou todas as entidades de mulheres, não só as conselheiras, para discutir esses papéis e foi muito bom esse encontro. Foi fantástico.

FABRÍCIA PIMENTA E porque a senhora deixou o Conselho? Como aconteceu? Foi pelo fim do mandato?

SOLANGE BENTES JUREMA Não foi pelo término do mandato. Quando terminou o mandato do Fernando Henrique, nós combinamos que entregaríamos os cargos. Muitas não entregaram, ainda continuaram um tempo. Mas eu era Ministra, então não cabia ficar numa gestão né..., ainda mais se tivesse tido uma continuidade. Mas não. Tinha sido outro partido que ganhou.

FABRÍCIA PIMENTA Houve alguma estratégia de transição?

SOLANGE BENTES JUREMA Houve, a transição foi perfeita e foi fantástica, sem nenhum problema, a transição foi maravilhosa.

FABRÍCIA PIMENTA Foi com a Emília?

SOLANGE BENTES JUREMA Foi com a Emília, mas ela assumiu depois, na verdade quem cuidou da transição foi a Vera. Ela era da USP de São Paulo. O que aconteceu? Quando o Lula ganhou a eleição, foi criado... O governo Fernando Henrique deu mais um exemplo de democracia. Ele criou um corpo remunerado de transição. Todos os Ministérios tinham um representante do novo governo para tomar conhecimento do que estava se fazendo e preparar um relatório para o novo presidente. E nós entramos na transição. Então, quem cuidou da parte de transição foi a Vera, que no meu relatório tem, que veio representando o novo governo. Tomaram conhecimento de tudo que a gente estava fazendo e nós preparamos um relatório, em conjunto, em que colocávamos tudo que tínhamos conseguido e todas as nossas dificuldades. Para entrar nesse relatório, inclusive, prevíamos um orçamento já, de 25.000.000,00, já para a próxima gestão. Tudo isso entrou nesse documento de transição e foi pacífico, foi tranquilo. Porque? Porque o movimento de mulheres, ele sempre foi suprapartidário. Eu, na verdade, quando fui presidenta, quando fui Ministra, eu não tinha partido. Eu me filiei ao PSDB depois que me afastei, porque eu achava mais fácil, como presidente do Conselho, não ter partido político, porque eu tinha uma relação excelente com toda a bancada feminina. O PT me dava o maior apoio, mesmo eu fazendo parte do governo do PSDB. Mas eu tinha o apoio total, e eu quero registrar isso: de todas as senadoras e de todas as deputadas, sem exceção. Naquela época, a bancada eram 35 deputadas e 5 senadoras. E, quando a gente precisava de algum documento, de apoiar alguma coisa, de fazer alguma reivindicação no Congresso... Inclusive elas conseguiram que a medida provisória da criação da Secretaria fosse aprovada por unanimidade, o que é uma coisa fantástica. E foi graças à bancada feminina, que foi para lá e brigou por isso: para ser aprovada por unanimidade. E conseguiram. Foi aprovado no Congresso todo por unanimidade, graças à bancada feminina. Então, eu tinha a melhor relação possível com a bancada feminina.

FABRÍCIA PIMENTA O que a senhora considera que marcou a sua gestão a frente do Conselho?

SOLANGE BENTES JUREMA Eu diria que o meu principal marco foi a criação da Secretaria.

FABRÍCIA PIMENTA Mas à frente do Conselho?

SOLANGE BENTES JUREMA Do Conselho, foi trazer de volta os movimentos para o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA Na sua perspectiva, qual o papel que o Conselho desempenhou nessas duas décadas, de 1985 a 2005? Ou seja, essas duas décadas, qual o papel que o Conselho desempenhou?

SOLANGE BENTES JUREMA Olha, eu acho que o Conselho teve um papel fantástico. Porque? Porque o movimento de mulheres foi, talvez, o maior acontecimento do século XX. Eu digo sempre que eu acho que o século XX, no marco da história da humanidade, ele ficará conhecido não como, talvez sim como século da tecnologia, dos grandes avanços tecnológicos, mas também como o século das mulheres. Porque, se a gente fizer um comparativo do que significou ser mulher no início do século XX e no início do século XXI é uma mudança radical e fantástica. Eu não sei se as mulheres jovens, hoje, percebem o que foi o movimento feminista. Eu acho que não se apercebe do que para vida delas isso significou. E de como as mudanças foram radicais, não só na questão do protagonismo da mulher, na questão das relações homem-mulher, do papel da mulher na família, de como era ser uma mulher. Vamos dar um exemplo do que hoje não se valoriza. Na minha geração é que, hoje eu tenho 61 anos, eu sou bem da geração que pegou toda a mudança, né. Então, você vê o seguinte. Primeiro, as mulheres, não vou dizer no início do século, que não tinha direito nem a voto, mas as nossas mães, minha mãe. O marido podia pedir a rescisão do contrato de trabalho dela. Ela só trabalhava se o marido deixasse. Não tinha conta em banco, não tinha CPF. A maioria não sabia preencher um cheque. Não podia ter um estabelecimento comercial, não podia fazer uma transação comercial. Só com a autorização do marido. E aí, a partir da década de 1960, as mulheres foram conquistando espaços e capacidade de gerir a sua própria vida, que foi uma mudança radical. Então, eu acho que, hoje, as jovens... Hoje, é tão natural para elas poder entrar num restaurante sozinha. Quer comer? Você vai sozinha, você senta e come. Quando uma mulher, antes da década de 1960, tinha coragem de fazer um negócio desse? Se ela entrasse num restaurante sozinha, ela era olhada e era muito mal vista. Hoje, as mulheres se separam, cuidam da sua própria família sozinhas, são chefes de família. Hoje, as políticas públicas estão nas mãos das mulheres. Foi outra grande conquista da minha época, que nós reivindicamos que as políticas, que as bolsas ficassem nas mãos das mulheres. Aliás, começou com a Rosiska. A Rosiska começou essa reivindicação: que as políticas sociais ficassem na mão das mulheres. E aí a gente conseguiu, primeiro, que a política habitacional pudesse, que as mulheres pudessem receber casa própria. Porque antes elas não podiam. As casas próprias

eram nas mãos dos chefes de família, portanto, os homens. Essa foi a primeira conquista. Depois a bolsa-escola, que nós reivindicamos que fosse nas mãos das mulheres. E foi a primeira política social que as mulheres, que ficou nas mãos das mulheres. Foram as mulheres as principais beneficiadas. Eu acho que isso foi uma conquista enorme. Na época, a Secretária de Estado de Assistência Social era Wanda Engels que tocou e eu fui falar pessoalmente com o Fernando Henrique. Eu me lembro até da frase do Fernando Henrique. Ele disse: “é, Solange, você tem razão. Porque, se a gente bota não mão do homem, de repente ele toma tudo num bar. E se botar na mão das mulheres elas vão gastar realmente com os filhos.” Foi a frase do Fernando Henrique, na época, concordando que o bolsa-escola deveria ser entregue às mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA E depois houve uma alteração do Código Civil que foi outra força?

SOLANGE BENTES JUREMA Alteração do Código Civil, alteração do Código Penal, da questão da mulher honesta. Porque o estupro era um crime contra os costumes, não era um crime contra a pessoa. Porque eles partiam do princípio de que era muito mais importante você assegurar, quer dizer o estupro ele valia mais porque ele feria a honra da família. O sofrimento que a mulher passava, como mulher, não era levada em consideração. Era levado só isso, que na hora que você estuprava uma mulher, você estava ferindo a honra da família.

FABRÍCIA PIMENTA Por muitos juristas ainda continua até hoje, não é? Infelizmente.

SOLANGE BENTES JUREMA É, infelizmente. Então, você vê o que a gente teve de conquista. E o Conselho, eu acho, que foi um grande protagonista nessas conquistas. Você tem essas Delegacias das Mulheres, que passou a dar visibilidade à questão da violência contra a mulher. Foi o Conselho, foi o maior protagonista nisso, a dar visibilidade à questão da violência contra a mulher. Porque, antes, a violência contra a mulher era sequer considerada uma violência contra os Direitos Humanos. E o que acontecia antes? As mulheres sofriam violência e elas não tinham onde denunciar, porque, se elas iam para uma delegacia, como era antes? Primeiro, elas recebiam deboche. Os próprios policiais não davam importância, se ela sofria violência do marido era aquela coisa: em briga de marido e mulher eu vou me meter? Então, ela não tinha a quem denunciar. Se ela era estuprada, o que se fazia? O que você estava fazendo na rua? A culpa era da vítima. Eles culpabilizavam a vítima e tentavam encontrar nela a culpa por ela ter sido estuprada. Qual era a roupa que ela estava? O que ela estava fazendo na rua aquela hora? Quer dizer, nenhum homem, quando ele sofre uma violência, se pergunta o que ele estava fazendo na rua, ou com que roupa ele estava. Então, isso era mais uma violência que as mulheres sofriam. Então, eu acho que o Conselho, ele teve

essa enorme importância de dar visibilidade à questão da violência. De dar visibilidade à questão da discriminação, de dar visibilidade à desigualdade que existia entre homem e mulheres em todas as políticas: na questão do salário, na questão do tratamento, na questão de você não ter onde denunciar uma violência que você sofria, e de começar a mudar as relações humanas. Eu acho que, o Conselho, ele foi protagonista nisso, de mudar essa história da vida das mulheres, que puxou toda essa mudança cultural, que foi enorme e fantástica. Ainda tem muito machismo? Tem. Ainda tem muita discriminação? Ainda tem. E violência contra a mulher? Ainda tem. A cada quatro mulheres, uma sofre violência. Mas hoje, pelo menos, você é ouvida e, quando você diz que foi violentada, ninguém debocha de você. Isso não é mais politicamente correto, você debochar de uma mulher violentada.

FABRÍCIA PIMENTA Qual a maior dificuldade que a senhora enfrentou a frente do Conselho?

SOLANGE BENTES JUREMA A maior dificuldade? Eu acho que foi a burocracia do Ministério no início. Depois que foi criada a Secretaria da Mulher não. Aí eu passei a ter direito a tudo: a corpo técnico, a cargo, a tudo. Mas, assim, isso foi uma grande dificuldade. E, para criação da Secretaria, eu acho que, além de todas as dificuldades burocráticas, tinha a falta de compreensão de muitas mulheres do movimento feminista, que não viam a criação da Secretaria como uma boa coisa. Preferiam permanecer na cultura, na utopia, de que o Conselho é que representava as mulheres. Até porque, muitas delas diziam: “não quero fazer parte do governo”. E a gente vinha de toda uma cultura pós-ditadura militar, de que governo significava alguma coisa que me contaminava. Então, muitas das feministas que vinham da luta contra a ditadura militar, elas tinham muita resistência de fazer parte de uma estrutura governamental. E isso, eu acho, que pesou muito. Até a gente ver, hoje, que nós tínhamos razão, nós que criamos a Secretaria. A criação da Secretaria, porque faz muita diferença você ter um Ministério da Mulher. A gente vê como um Ministério pode fazer coisas, muito mais coisas de que o Conselho tinha pernas para fazer, porque tinha toda uma estrutura administrativa que dava conta, e que dá conta.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acredita que as chamadas questões de gênero têm um lugar de respeitabilidade no debate democrático?

SOLANGE BENTES JUREMA Eu acho que hoje tem, mas durante muito tempo não tinha. Na verdade, eu acho que a gente pegou, ainda, uma fase, assim, que “ah isso, era coisa de mulher, questão de gênero”, sabe? Não se apercebiam. E, aí eu digo que o mérito, em primeiro momento, é dos movimentos das mulheres. Vamos dar o mérito a quem tem mérito.

Em primeiro lugar, o movimento de mulheres. Nós lutamos pelo nossos direitos e nós mostramos à população o que significava a questão de gênero e a importância que isso tinha para a população de um modo em geral. É claro que, dentro disso, o Conselho Nacional da Mulher teve um papel importantíssimo. Os Conselhos estaduais, eu acho, que todos tiveram uma importância. Mas veja bem, hoje, ninguém mais se atreve a duvidar da importância que teve a política da mulher. Ainda falam com um certo..., “ah feminista”. Eu tenho muitos amigos que ainda dizem pra mim assim: “ah Solange, não diga que você é feminista, porque você é uma mulher tão feminina.” Como se uma coisa fosse incompatível com a outra. Muito pelo contrário, mas ainda existe isso. Porque a mídia, naquela época, criou uma imagem da feminista como a Beth Friedman, que era uma mulher muito agressiva e muito feia. Então, a mídia deitou e rolou. Eles colocavam a Beth Friedman como padrão e diziam: olha, esse é o retrato de uma feminista. E as mulheres, digamos, que não tinham esse perfil, não se identificavam com esse perfil feminista. Mas, eu acho que isso foi uma manipulação de mídia. Quando eu digo a mídia é porque a mídia manipulou. Ajudava a criar esse estereótipo, construiu essa imagem de que as feministas... E toda vez que eles mostravam uma feminista, mostravam uma mulher descabelada, desarrumada. Então, é por isso que, às vezes, se você é bem casada e feminina, achavam que você não tinha o padrão de feminista, quando, na realidade, o feminismo é um movimento cultural importantíssimo e que mudou, sim, o paradigma da relação da humanidade.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir em uma palavra ou um conceito, seria democracia, participação política ou controle social?

SOLANGE BENTES JUREMA Democracia exige participação política e controle social. No caso, os três. Você só tem controle social real se você tem participação política. Se você não tiver uma participação política efetiva, o controle social é falho. Te dou um exemplo. A gente só teve controle social quando a democracia voltou a existir no Brasil, antes o controle social era *pro forma*. E foi a participação política dos movimentos, que inclusive, exigiu a criação dos controles sociais, que nós conseguimos assegurar na Constituição de 88. O movimento de mulheres foi ficando tão forte, e ele foi tomando força, e a força de reivindicação dele foi tamanha, que o governo se viu obrigado a criar algum mecanismo para atender essa força do movimento feminista.

FABRÍCIA PIMENTA Agora para fechar, eu queria que a senhora fizesse algum comentário, ou alguma observação, ou alguma curiosidade, alguma história interessante. Vou deixar em aberto para a senhora colocar a sua posição sobre o Conselho.

SOLANGE BENTES JUREMA Gostaria de dizer que, para mim, foi uma experiência fantástica e riquíssima. Talvez a melhor experiência profissional da minha vida. Foi uma honra enorme ter sido a primeira mulher a ocupar a Secretaria (*muito emocionada, em lágrimas*). (*silêncio*) E assim, e também, de ter tido a oportunidade de conhecer os diversos segmentos de mulheres. Assim, como você vai ver que fazia parte do meu Conselho, uma mulher, que se chamava, era a representante das trabalhadoras rurais de Pernambuco, uma mulher fantástica. Agora me fugiu o nome dela, mas você vai ver no documento. Por ali, a gente via a força das mulheres. De ter conhecido uma, por exemplo, que é representante das mulheres, você deve conhecer ela, que é das quebradeiras de côco. As surpresas... Essa é dona Raimundinha. Um dia, um dia eu fui procurada por dona Raimundinha. Eu acho que eu já era Secretária. E dona Raimundinha queria falar comigo, me fazer uma reivindicação. E recebi dona Raimundinha e eu achava que ela ia me pedir uma capacitação para as quebradeiras de côco, qualquer coisa assim, não sei o que eu achava. Mas eu tive a maior surpresa quando ela veio me dizer o seguinte, ela me disse: “olha, sabe o que é que eu quero mesmo? Eu quero que as minhas mulheres sejam capacitadas nessa tal da internet e eu quero é computador para a minha comunidade.” (*risos*) E depois que as mulheres quebradeiras de côco foram capacitadas nisso, elas tiveram a possibilidade de ter acesso a recursos internacionais. Então, a gente subestima a força e o discernimento dessas grandes lideranças. E eu acho que isso, para mim, foi uma oportunidade enorme. De ter contato, também, com as Ministras de outros países, que você vê como estão agindo em outros países, o que esses países tinham. Mas, principalmente, de conhecer a força dessas lideranças. E aí a gente vê, e entende, porque que nós, mulheres, conseguimos avançar tanto no século XX. Porque essas mulheres já existiam antes, só que elas eram subjugadas, elas eram isoladas e elas eram abafadas. Na hora em que a gente conseguiu começar a juntar essas mulheres do movimento feminista, que elas conseguiram a começar se unir, a começar a se encontrar, começaram a perceber que o problema daquela comunidade não era só delas ou da comunidade, mas que era um problema das mulheres, o movimento criou uma força incrível, e isso, eu acho, que essa troca de energia, essa sinergia, e essa troca de experiências foi que o Conselho..., por que o Conselho patrocinava encontros, por que começou a mobilizar essas mulheres e o movimento também. Porque o movimento, diga-se de passagem, nunca parou. Continuou aí. Talvez a gente esteja precisando se aposentar e mulheres mais novas comecem a participar mais para elas entenderem melhor o que se passou. Mas, enfim, eu acho que a oportunidade de conhecer essas mulheres foi uma experiência riquíssima para mim. Nossa, é tanta coisa. No meio dessa história toda também teve o encontro de Durban. E, pela primeira vez, a gente pôde reunir as

mulheres dos movimentos negros do Brasil inteiro. A gente fez cinco regionais e a gente levou para Durban um documento que foi elaborado pelas mulheres negras brasileiras. Fazendo as reivindicações do movimento negro, fazendo recorte com a questão de raça e gênero para Durban. Foi também uma experiência maravilhosa, porque a gente fez umas cinco regionais brasileiras, então a gente reunia mulheres. Então, continuando, outra história. O Brasil ia assinar um documento: se as mulheres brasileiras não conseguissem ser atendidas no judiciário daqui, elas poderiam recorrer a algum órgão internacional. E isso foi debatido no Senado: se assinava ou se não assinava. E o CNBB entendeu que isso facilitaria a questão do aborto. Aí nos reunimos. Na época, a Marina, que era senadora, e a Heloisa Helena, que eram ligadas à Igreja, pediram uma audiência pública. E, para essa audiência pública, aí eu conversei com o Secretario Executivo da CNBB, que é um padre que eu conhecia de Recife era muito amigo nosso. Aí ele foi lá conversar comigo. Ele queria entender o que era isso. E eu fui mostrar para ele que não, que não tinha nada a ver com a questão do aborto. Pelo contrário, era mais uma garantia para as mulheres vítimas de violência. Que o Brasil ira ser signatário. Então, nós fizemos essa audiência pública, que foi fantástica. E a Igreja voltou atrás na sua postura nessa audiência pública. Foi muito legal essa audiência. Nessa audiência pública eu falei, falou um representante, na época do Itamaraty, que era um grande parceiro nosso na época, que era o Tadeu Valadares, se não me engano. Ele era o embaixador responsável pela questão dos Direitos Humanos no Itamaraty. Então, a gente fazia muito evento em conjunto quando era evento internacional de outros países. Ele foi defender a postura do Itamaraty, que era favorável à assinatura, aliás, do Ministério de Relações Exteriores brasileiro. Falou Emília, falou o movimento de mulheres, enfim, foi maravilhoso. E a própria Igreja, neste dia, reconheceu que tinha se equivocado e apoiou a assinatura publicamente. E foi interessante, porque tinha aquela área mais retrógrada da Igreja que estava lá nessa audiência pública, aqueles padres que ainda vestiam batina, a ala radical, ficou lá. Fizeram manifestação, mas a Igreja, a CNBB, se posicionou favorável ao que nos estávamos reivindicando, ao Conselho. Esse dia foi também emocionante. Foi muito interessante. Olha, a gente também fez uma coisa interessante. Como a gente já estava aí, com o corpo técnico, fizemos um estudo do PPA. Contratamos um estudo do PPA. E aí, quando você analisava o orçamento brasileiro, não falava em mulheres, não tinha políticas para as mulheres. Aí, nós fizemos um documento pro Fernando Henrique e mostramos a ele isso. E elegemos 25 programas de governo. Na época, o governo brasileiro tinha 278 programas. Ele fazia as coisas por programas. Então, nos 278 programas, só 02 falavam em mulher. Aí nós fomos pro Fernando Henrique e entregamos. “Presidente: 278 programas só 02 falam em mulheres, não

é possível”. E aí começou aquela história a Secretaria, que com isso se fortaleceu muito. Conseguimos também aumentar o número de Casas-Abrigo. Agora outra coisa, para terminar. Quando eu assumi, eu assumi com muita desconfiança do movimento de mulheres, porque o movimento estava muito afastado, inclusive tinha se afastado com a Rosiska. Então, assim, elas estavam muito afastadas do Conselho. E quando eu entreguei, eu entreguei com todo o movimento do meu lado. Então, isso, para mim, eu acho que foi uma... Foi difícil essa negociação? Foi. Mas eu acho que foi o mais prazeroso, o que eu, acho, que me deu mais conforto. Porque nós fizemos uma reunião final, que nós chamamos “Tenda das Sábias”, que nós reunimos todas as feministas históricas nessa reunião. Nessa reunião de despedida, que foi a despedida, e que foi também a consolidação do que a gente tinha passado de transição pro governo que ia assumir. E, nesse encontro, eu terminei aplaudida de pé.

FABRÍCIA PIMENTA Foi nesse encontro da “Tenda das Sábias” que a Ruth Escobar fez aquela declaração?

SOLANGE BENTES JUREMA Sim, foi nesse encontro que ela fez aquela declaração (*referindo-se à declaração de Ruth Escobar sobre a criação do Conselho: que foi criado um Conselho e não um Ministério porque que a Ruth Escobar, sendo estrangeira, não poderia ser Ministra de Estado*). Estavam todas lá. Nós chamamos Jacqueline Pitanguy, estava a Ruth Escobar. Só a Rosiska que não foi. Estavam todas as ex-presidentes do Conselho. Estava o CFEMEA, estava a CEPIA, estava a Silvia Pimentel, fantástica. Ela e a Flávia Piovesan, uma cabeça maravilhosa. Todas me ajudaram muito, todas sempre me apoiando, todas as tendências do movimento. Eu consegui e era extremamente difícil. Para mim foi uma experiência riquíssima, eu acredito no Conselho. Teve fases péssimas, teve fases ótimas. Mas está lá, existiu, resistiu. E eu transmiti a posse para a Emília. (*pausa*) Se você tiver dúvidas, é só me ligar.

FABRÍCIA PIMENTA Gostaria de agradecer sua disponibilidade e atenção.

SOLANGE BENTES JUREMA Imagina, foi um prazer. Se tiver dúvida, é só me ligar que eu te respondo.

•••

8. Nilcea Freire

- Nome completo da entrevistada: Nilcéa Freire
- Profissão: Professora Universitária / Ministra de Estado
- Local de realização da entrevista: Via N1 Leste S/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos 3 Poderes. Zona Cívico-Administrativa. Brasília, DF.
- Data e horário: 04 de Novembro de 2010, 17h

FABRÍCIA PIMENTA Eu queria, por favor, que a senhora descrevesse seu currículo de uma forma breve até chegar a Presidência do Conselho, ao posto de Ministra.

NILCÉA FREIRE Eu sou formada em Medicina pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Sou Mestra em Zoologia e sou professora da Faculdade de Medicina da minha universidade desde 1980, da UERJ. Na UERJ eu fui diretora. Além de professora, eu cumpri uma carreira acadêmica e depois uma parte do meu trabalho, na UERJ, eu entrei para área política de administração da universidade. Então, eu fui diretora de planejamento da universidade, depois eu fui vice-reitora e fui eleita reitora da universidade no ano de 2000. Então, eu cumpri o mandato de 2000 a 2003 e, em 2004, o Presidente me convidou para assumir a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA Como foi esse convite para Secretaria? Porque antes era a Emília Fernandes a Ministra. Como surgiu esse convite?

NILCÉA FREIRE O Presidente Lula, ele fez sua primeira reforma ministerial e foi justamente no começo de 2004. E ele resolveu mudar também a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres pelas razões que são razões que não cabe aqui eu discorrer sobre elas. Ele pediu sugestões de nomes a pessoas e meu nome acabou sendo apontado a ele e eu fui convidada. Foi uma coisa mais ou menos inesperada para mim porque tinha acabado o meu mandato na reitoria da universidade e não esperava receber um convite dessa natureza.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo por ser ligado à política para as mulheres, ou não?

NILCÉA FREIRE Primeiro por ser evidentemente uma honra para qualquer pessoa ocupar um cargo de Ministro no governo, que tinha um ano de assunção o governo do Presidente Lula. Nunca imaginei isso, nem trabalhei para isso. E, depois, evidentemente, a minha militância, ela sempre foi uma militância acadêmica e a minha vida profissional toda ligada à educação e à saúde. Eu nunca militei num movimento de mulheres, num movimento

feminista. Minha participação política sempre foi de outra natureza, portanto me surpreendeu o convite em função disso.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora sofreu muita resistência no começo, quando assumiu?

NILCÉA FREIRE Veja bem, não tive tempo para sentir isso porque quando o Presidente Lula me convidou, eu recebi esse convite num dia, no dia seguinte eu tomei posse. Isso foi numa sexta-feira, na quarta-feira eu estava recebendo a Secretaria da ex-Ministra Emilia Fernandes e tinha que tocar o barco. Tinha uma Conferência convocada, um Conselho que tinha convocado essa Conferência em conjunto. Então, eu não tinha muito tempo pra pensar nessas resistências não. Eu sempre tive muita clareza que o Presidente queria de mim e o que ele esperava que eu fizesse, era que eu fizesse uma boa gestão. Então, eu vim aqui pra fazer a gestão da Secretaria. Eu nunca me coloquei no papel de uma teórica feminista, nunca me coloquei no papel de uma feminista histórica, mas me coloquei no papel de uma mulher com sensibilidade suficiente e com experiência de gestão capaz de fazer com que as vozes das mulheres pudessem ser ouvidas e incorporadas e sua agenda incorporada na agenda nacional. E foi isso que a gente trabalhou prá fazer. Então, eu cheguei e aqui tinha uma Conferência convocada. Tinha que acontecer em junho em primeiro lugar, A gente adiou para julho e aí foi, de lá pra cá, foi 24 horas, praticamente, de trabalho por dia. Quer dizer, nós transformamos, eu tenho muito orgulho de dizer isso, sem nenhuma modéstia, porque não é um trabalho de uma pessoa, é um trabalho coletivo, nós conseguimos transformar uma idéia num Ministério. Acho que isso é um avanço importantíssimo e durante todo esse período o trabalho conjunto com o Conselho foi muito importante.

FABRÍCIA PIMENTA Qual era a situação do Conselho quando a senhora assumiu?

NILCÉA FREIRE Veja bem, prá contar a história do Conselho nesse período é preciso entender o processo como um todo. Na verdade, quando eu assumi a Secretaria, eu entendo que eu completei, até o ano de 2006, a transição do Conselho porque a Secretaria de Política para as Mulheres ela, na verdade, não é sucessora do antigo Conselho de Direitos da Mulher. Ela é uma outra coisa, ela vem preencher uma demanda que o movimento feminista brasileiro sempre fez do Estado, que foi ganhar uma institucionalidade que permitisse transformar a pauta feminista numa agenda política, numa agenda de política pública e só uma institucionalidade com reais funções executivas poderia cumprir esse papel. O Conselho Nacional de Direitos da Mulher, ele vivia uma ambigüidade que, dependendo do período que você olhe, ela está mais presente ou menos presente, algumas dimensões que existiam dentro do Conselho. Porque o Conselho carregava consigo uma função de representação da

sociedade, uma função, portanto, de demandante, uma função reivindicatória frente o governo, ao mesmo tempo que era o órgão instituído no governo e nomeado integralmente pelo governo.

FABRÍCIA PIMENTA Sem caráter executor, mas assumindo essa função?

NILCÉA FREIRE É. Então, ele tinha uma ambigüidade política muito forte. Portanto, o seu caráter de representação, o seu caráter reivindicatório, ele aumentava ou diminuía dependendo da correlação de forças políticas que existiam dentro do próprio Conselho. Acho que houve gestões que foram eminentemente reivindicatórias e políticas e representativas da sociedade, como foi a gestão da Jacqueline, que promoveu toda a movimentação das mulheres na Constituinte e esse é um marco histórico importantíssimo no Brasil. Então, nós herdamos o Conselho ainda com essa ambigüidade. Foi preciso um tempo de convívio entre essa nova institucionalidade chamada Secretaria e o Conselho, que trazia dentro dele toda a sua história, mas que era um outro Conselho. Como é que se fazia, então, essa relação entre esses dois entes? Como é que se estabeleceria esse vínculo que, ao mesmo tempo, era um vínculo que se quisesse fazer sem fazer uma subordinação. Então, a primeira conformação do Conselho, que foi a primeira de 2003 até 2006, ela foi, eu diria, uma etapa de transição, onde ainda nós tínhamos um Conselho que, cujos integrantes, eram as integrantes apontadas integralmente pelo governo federal. A mudança do regimento e a mudança do estatuto legal do Conselho, que é o Conselho atual, redefiniu isso, porque a gente passa a ter as entidades que compõem o Conselho. Elas deixam de ser, de ter assento cativo, e elas passam a ser eleitas para compor o Conselho.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora falou na mudança marco legal, a mudança no regimento e houve também a mudança do caráter de deliberativo para consultivo do Conselho.

NILCÉA FREIRE Exatamente. É. Quando o Conselho ele passa a ser vinculado à Secretaria de Políticas para as Mulheres é isso que eu digo, quer dizer, são duas institucionalidades que se estabelecem a partir de uma institucionalidade, que era o Conselho Nacional de Direitos das Mulheres. Teve a Secretaria de Estado de Direitos das Mulheres, que teve uma vigência de dois meses, foi um passo importante; mas ela não chegou a se constituir enquanto uma institucionalidade que pôde fazer alguma coisa. Então, quando o Conselho, quando você cria uma institucionalidade com real papel executivo, o Conselho passa a ter um papel consultivo e que traduzia essa ambigüidade. Eu, desde o início da minha gestão, a primeira reunião que eu fiz, eu propus que o Conselho deliberasse, porque cada decisão que o Conselho toma, até para se aconselhar o governo, há uma deliberação. Então, essa questão da natureza consultivo

ou deliberativo era parte dessa ambigüidade. Quer dizer, nós restauramos o caráter deliberativo do Conselho na reforma que nós fizemos no Conselho posteriormente. Porque? Porque o Conselho é deliberativo no seu âmbito e o âmbito dele é o controle social.

FABRÍCIA PIMENTA Por ele estar completamente vinculado à Secretaria, entenda como uma provocação o que eu vou falar agora, ele não seria um órgão apenas de assessoramento da Secretaria? Ele continua tendo esse poder de influenciar, ou de controle social, em relação às políticas promovidas pelo governo ou ele passa a ser um apenas um órgão de assessoramento?

NILCÉA FREIRE Não, porque o Conselho ele tem a maioria da sociedade civil. A composição do Conselho, aliás, eu acho que talvez seja o único Conselho, que ele não tem nem caráter paritário, ele é majoritariamente composto pela sociedade civil, então, se tiver uma deliberação majoritária do Conselho numa direção diferente do governo, ela vai ser cumprida pelo Conselho. Então, ele não é um órgão simplesmente de assessoramento.

FABRÍCIA PIMENTA Existe essa preocupação em aceitar as deliberações do Conselho?

NILCÉA FREIRE Veja bem, nós sempre trabalhamos, e eu espero que assim continue, de maneira muito harmônica com o Conselho. Sempre foi uma relação muito respeitosa, nós nunca tentamos impor ao Conselho, mas sempre trabalhamos em parceria com o Conselho. Fizemos as duas Conferências Nacionais, o Conselho participa de todas as instâncias de deliberação. Por exemplo, o comitê de monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem representação do Conselho. Então, o Conselho ele é nossa interface com a sociedade civil. Sempre, todas comissões que nós formamos, nós sempre colocamos a representação do Conselho, porque o Conselho faz essa interface. Então, mas eu confesso que me preocupa isso, quer dizer, nós vivemos uma conjuntura política muito favorável nesse período, onde realmente a convivência entre Secretaria e Conselho foi super harmônica. Podíamos ter tido dificuldades. Eu, particularmente, quando nós fizemos a reforma, a reformulação do Conselho, de 2006 para 2007, eu particularmente propus que a Presidência do Conselho não fosse mais ocupada pela Ministra da Secretaria de Política para as Mulheres, que a Presidência pudesse ser eleita para que o Conselho pudesse ter mais autonomia e o Conselho majoritariamente entendeu que não. Foi, inclusive, com o apoio e com voto da sociedade civil que essa proposta que eu fiz foi derrubada. O que se colocou na balança? Que era mais importante pro Conselho ter o peso da Secretaria, o apoio político da Secretaria nesse momento do que uma suposta autonomia.

FABRÍCIA PIMENTA Até mesmo porque essa autonomia, ela sempre foi relativa. E sem recurso financeiro, sem recurso tecnológico e sem recurso humano...

NILCÉA FREIRE Agora é muito importante que a gente veja porque isso não é uma questão só desse Conselho. Nós temos vários Conselhos no âmbito nacional, temos Conselhos no âmbito estadual e municipal. Conselhos de direitos de uma maneira geral. À medida que o Estado, através dos governos, assume determinadas agendas enquanto políticas públicas, os Conselhos, eles passam a ter como papel mais relevante o controle social. E tende a cessar essa ambigüidade entre serem órgãos subsidiários do governo com algum poder executivo e serem controle social. Esta estrutura ainda persiste nos Estados. Por exemplo, o Estado de São Paulo não tem nenhum organismo executivo para cuidar das políticas para as mulheres. Tem lá o Conselho da Condição Feminina exatamente tendo a mesma ambigüidade política que existia no Conselho Nacional. Então, esse passo é muito importante, a estruturação e por isso que eu digo que não é uma questão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A estruturação no Brasil, de um controle social forte, é extremamente importante pro próprio projeto político e democrático de transformação social do país. A democracia, o equilíbrio entre a democracia representativa e a democracia participativa, ou democracia direta como querem alguns, se dá através da estruturação da sociedade civil, através de Conselhos, através de organismos de participação. Portanto, eu acho que o que aconteceu durante esses 8 anos do governo Lula, que foram as Conferências, a incorporação das pautas precisa avançar no sentido também de melhor estruturação dos organismos de controle social.

FABRÍCIA PIMENTA Como é o cotidiano do vivenciado no Conselho? Qual é o grau de freqüência que vocês se reúnem? A senhora participa de todas as reuniões?

NILCÉA FREIRE Participo praticamente de todas as reuniões. O Conselho costuma ter uma reunião a cada dois meses. Essa é a freqüência de reuniões, ou quando há necessidade, se faz uma reunião extraordinária. O Conselho, a partir dessa reformulação que foi feita, passou ter câmaras técnicas permanentes, porque é necessário que as pautas tenham continuidade para além das reuniões ordinárias. Nós temos uma secretaria executiva e, pouco a pouco, nós fomos, também com o próprio reforço da musculatura da Secretaria, nós também pudemos reforçar a musculatura do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, também dar mais estrutura para ele.

FABRÍCIA PIMENTA Como é o relacionamento com os Conselhos estaduais e municipais?

NILCÉA FREIRE É muito heterogêneo. Eu diria, de uma maneira geral, o relacionamento é muito bom, mas ele não se dá prioritariamente através do Conselho. Se dá através da Secretaria. Por isso que eu te digo, quer dizer, essa passagem de um órgão executivo para um organismo de controle social, ela foi feita de alguma maneira. Mas, em alguns aspectos ainda não. Por quê? Porque o Conselho, ele não ficou sendo a referência. A referência acaba sendo a Secretaria para os outros Conselhos, acaba sendo a Secretaria. Nós, no ano passado, fizemos uma reunião de todos os Conselhos. Pouco a pouco isso vai sendo trabalhado. Mas é muito heterogênea a situação dos Conselhos. Existem Conselhos com função executiva, existem Conselhos que são nomeados integralmente no poder executivo. Então a sua, inclusive incidência política, é muito heterogênea no âmbito dos Estados.

FABRÍCIA PIMENTA Quando a gente fala do Conselho você percebe uma certa, não vou dizer resistência, mas um certo desconhecimento das pessoas em relação ao Conselho, à essa invisibilidade política do Conselho, principalmente após a criação da Secretaria. Ao que a senhora acha que atribui isso, essa invisibilidade?

NILCÉA FREIRE Veja bem, quando se cria, aí não é nem só no âmbito federal, os organismos a nível do executivo, que têm poder para a execução de políticas públicas, não só de formulação, não só de aconselhamento, mas de execução de políticas públicas, os Conselhos, eles tem que se adaptar e assumir, de fato, um papel de controle social e ganhar visibilidade a partir dessa prática de controle social. Isso ainda é muito novo do ponto de vista do tempo político, do tempo histórico, ainda é muito novo. Acho que esse exercício ainda precisa se completar. Eu não vejo uma invisibilidade do Conselho. Na verdade, o que eu vejo é uma mudança no seu caráter e, evidentemente, a assunção, por parte do governo, de uma pauta que era reivindicatória e passa a ser uma agenda pública, de política pública.

FABRÍCIA PIMENTA Os movimentos feministas não são homogêneos e não existe uma agenda feminista. Houve uma pluralização muito grande dos movimentos feministas, especialmente depois da década de 90, com a criação de diversas ONG's. Não tem como afirmar uma pauta feminista, uma agenda feminista homogênea, comum. Você tem algumas demandas, como por exemplo, o enfrentamento da violência, que acredito que seja uma pauta comum, de todos. Mas você não pode afirmar que exista uma coesão dos movimentos feministas. Isso pode ser um entrave?

NILCÉA FREIRE Não. É o contrário. Eu acho que o movimento feminista, a luta feminista, ela foi profundamente vitoriosa. Porque que ela foi vitoriosa? O movimento feminista, a luta feminista se alicerça em cima de um ideário, que um ideário libertário e, o que estava restrito

a um movimento exclusivo, um movimento com determinadas características, conseguiu se capilarizar na sociedade. Então, hoje, eu tenho o movimento das trabalhadoras rurais que incorpora o ideário feminista na sua luta. Ele não é um movimento que surge ou que se estrutura a partir da luta feminista, da luta libertária feminista, mas ele incorpora o ideário feminista. Você tem hoje diferentes movimentos no âmbito sindical com o ideário feminista incorporado. Você tem o movimento da economia solidária. Então, essa é uma grande vitória e isso significa, também, a diversificação da pauta e da agenda, porque o mundo se tornou muito mais complexo, não é? A segunda, a terceira, a quarta, a quinta, a décima onda feminista (*risos*), quando surgir, não poderá ser a mesma. Eu, hoje, acho que nós temos desafios a cumprir a partir de um ideário feminista que não são os mesmos desafios que nós tínhamos na década de 70 evidentemente. É preciso que a gente se situe no tempo. É muito importante você ver, por exemplo, o deslocamento, isso talvez seja uma das coisas mais interessantes para serem estudadas pelas acadêmicas feministas, o deslocamento de um movimento, do ideário de um movimento que era basicamente de mulheres instruídas, de classe média urbana, para dentro de movimentos populares, movimentos sindicais, que têm outra natureza; mas que, ao incorporar esse ideário, também se transformam. Então, é fascinante observar isso. E eu acho que a gente vai precisar discutir isso na próxima Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, por exemplo. Eu acho que o centro da discussão é o desenvolvimento e como é que nós podemos incidir sobre o processo de desenvolvimento na perspectiva de igualdade? Como é que a gente pensa num desenvolvimento sustentável e sustentado com igualdade entre os gêneros? Eu acho que esse é um enorme desafio, como também é um desafio pra nós, nesse deslocamento, perceber que a desigualdade existe entre as mulheres. Quando nós falamos das mulheres brasileiras, por exemplo, nós estamos falando de muitas mulheres diferentes e desiguais entre si e que, portanto, a pauta feminista tradicional, se ela não for aliada e combinada à outras pautas, ela não dá conta de possibilitar que todas essas mulheres participem das conquistas e dos avanços.

FABRÍCIA PIMENTA Qual o papel que a senhora acredita que o Conselho tenha desenvolvido, tenha desempenhado ao longo de sua existência?

NILCÉA FREIRE Eu acho que o Conselho desempenhou, nos diferentes momentos, um papel importantíssimo. A própria criação do Conselho é um marco e marca justamente essa demanda por institucionalização, por institucionalidade que o movimento feminista sempre fez no Brasil. A Billa Sorge, ela fala de uma maneira muito interessante sobre isso, a

diferença entre o movimento feminista brasileiro e o movimento feminista norte-americano, até mesmo o europeu. Ela coloca o movimento feminista brasileiro como movimento feminista republicano, que sempre demandou do Estado providências e institucionalidade, que sempre trabalhou para além dos direitos básicos individuais. Mas, até por que o desenvolvimento feminista no Brasil ele cresce também durante o processo de redemocratização do país, a luta geral da sociedade, ela também foi absorvida pela luta das feministas. Então, há uma influência recíproca desses dois movimentos, dessas lutas.

FABRÍCIA PIMENTA Qual sua maior vitória em relação ao Conselho?

NILCÉA FREIRE Eu acho que foi, não só a minha, nesse período, que foi a própria realização das Conferências, que foram momentos extremamente importantes do ponto de vista de criar coesão entre as mulheres brasileiras. Uma enorme diversidade, a marca das duas Conferências, se a gente pode dizer que elas tiveram uma marca, muito forte, foi de sairmos das Conferências coesas e com uma pauta que nos permitiu ter o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

FABRÍCIA PIMENTA E a maior dificuldade?

NILCÉA FREIRE Eu acho que a grande dificuldade que ainda persiste é a discriminação, o preconceito e uma onda fundamentalista, que não é privilegio do Brasil, que cresceu no mundo. O governo Bush foi uma expressão importante disso e que tornou nossa vida, no âmbito das estruturas congressuais, muito difícil. Nós acabamos de ver agora, no processo eleitoral brasileiro, a tentativa de misturar religião com política. A questão dos temas como o aborto, como a questão das uniões homoafetivas, como tudo isso, como essa agenda mais progressista, ela acabou entrando na pauta de uma maneira enviesada e perversa. Então, essa talvez tenha sido a nossa maior dificuldade que foi um crescimento dessa onda fundamentalista que chegou a contabilizar no Congresso Nacional uma bancada de 199 deputados.

FABRÍCIA PIMENTA A senhora acha que as chamadas questões de gênero elas tem um lugar de respeitabilidade no debate democrático brasileiro?

NILCÉA FREIRE Eu acho que cada vez ganham mais espaço. Eu acho que o governo Lula, sem dúvida, é um exemplo para ser seguido por muitos governos na América Latina e no mundo. A criação da Secretaria e o espaço que nós tivemos dentro do governo foi extremamente importante para isso. É muito interessante observar o próprio discurso das autoridades masculinas nesse país, de 2003 e hoje, o quanto incorporaram essa temática da

igualdade de gênero. E, agora, a eleição da primeira presidenta, eu acho que nós vamos ter um avanço muito significativo, porque essa pauta está colocada forçosamente.

FABRÍCIA PIMENTA Se a senhora pudesse definir em uma palavra o Conselho, a senhora definiria como democracia, participação política ou controle social efetivo?

NILCÉA FREIRE Controle social, do ponto de vista que eu acho que tem que ser e de como ele está se estruturando

FABRÍCIA PIMENTA Obrigada pela entrevista.

NILCÉA FREIRE De nada, querida.

•••